



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



ANTONIO JOAQUIM DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E A
TERRITORIALIZAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRORIZAÇÃO
PROVOCADA PELO AGRONEGÓCIO NO CERRADO PIAUIENSE: HIBRIDISMO
SOCIOCULTURAL MARGINAL EM URUÇUÍ**

TERESINA/PI

2016

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E A
TERRITORIALIZAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRORIZAÇÃO
PROVOCADA PELO AGRONEGÓCIO NO CERRADO PIAUIENSE: HIBRIDISMO
SOCIOCULTURAL MARGINAL EM URUÇUÍ**

Tese apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^o. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

TERESINA/PI

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S586a Silva, Antonio Joaquim da.
Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/
reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense :
hibridismo sociocultural marginal em Uruçui / Antonio Joaquim da
Silva. – 2016.

325 f. : il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

“Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro”.

“Coorientador: Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa”.

1. Agricultura Empresarial. 2. Agricultura Familiar. 3. Fronteira
Agrícola. 4. Território. I. Título.

CDD 338.763

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E A
TERRITORIALIZAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRORIZAÇÃO
PROVOCADA PELO AGRONEGÓCIO NO CERRADO PIAUIENSE: HIBRIDISMO
SOCIOCULTURAL MARGINAL EM URUÇUÍ**

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro (Orientadora)

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof^a. Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade

Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Alyne Maria Sousa Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Prof^a. Dr^a. Roseli Farias Melo de Barros

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof^o. Dr. Antonio Cardoso Façanha

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Dedico este trabalho aos agricultores familiares de Uruçuí, que resistem aos constrangimentos do desenvolvimento desigual no campo; à Arthur Benício e Simone, que entenderam minhas ausências; à Raimundo Paulo de Sousa (*in memoriam*), de quem herdei o respeito pela terra; e ao professor José Ferreira Motta Júnior (*in memoriam*), um geógrafo de coração e espírito acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em minha vida, sobretudo, nesta pesquisa, pois sua onipresença deu-me força para abolir os momentos de dúvida e angústia. Aliás, reconheci sua personificação e materialização nos caminhos por onde passei, nas paisagens que contemplei, nas ocasiões inusitadas (de medo e alegria), nas pessoas com quem convivi (na simplicidade das falas, hábitos e costumes) e na biodiversidade do Cerrado.

À Universidade Federal do Piauí (UFPI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), com os quais tenho imensas gratidões e dívidas, por terem viabilizado minha história acadêmica ao longo dos anos, sendo, evidentemente, fundamentais para a diversificação do aprendizado sobre as causas territoriais e espaciais.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), que aprovou meu afastamento por dois anos, período imprescindível para a coleta dos dados em campo e tabulação, análise e interpretação das informações, o que possibilitou avançar na pesquisa; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu auxílio financeiro por meio de bolsa de estudos do Programa Prodoutoral.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro, que nessa investigação foi mais que uma professora orientadora; foi conselheira, amiga, e por que não dizer, mãe. Seu olhar clínico/crítico de perceber o imperceptível foi essencial para a construção da tese, como também para renovar minha crítica do conhecimento político/ideológico sobre a questão agrária brasileira, implicando em novos posicionamentos metodológicos e desafios, como educador e pesquisador. Muito obrigado!

Ao Prof^o. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa, por ter aceitado a difícil tarefa de coorientar a pesquisa. Neste ponto, sua experiência permitiu-me aprofundar as reflexões do campo epistemológico sobre campesinato, hibridação cultural e modos de vida. Sou-lhe, também, agradecido, por me familiarizar com seu conhecimento sobre as complexidades sociológica e antropológica do território.

Aos agricultores familiares de Uruçuí, que me receberam humildemente nas comunidades. Sou grato pela gentileza e generosidade, pois não faltou, dentre eles, quem me oferecesse uma xícara de café, um pedaço de bolo de milho ou macaxeira, um convite para

almoçar ou jantar, cujo cardápio era quase sempre composto por um pouco de farinha, feijão, arroz e, por vezes, acompanhado por uma criação ou caça. Também não faltaram, na frugalidade da vida rural, momentos descontraídos de trocas de ideias ou, como diziam os agricultores, “de jogar conversa fora”, cujos assuntos envolviam, inevitavelmente, enredos de política, economia e/ou futebol. Desse modo, agradeço veementemente a confiança estabelecida, pois foram muitos os convites para “passar a noite” (dormir nas comunidades), conhecer as roças, os lugares de farinha, os criatórios e os canteiros com hortaliças, o que me fez rememorar minha infância no Cerrado.

Aos empreendedores graníferos, que me permitiram conhecer e revelar suas trajetórias de vida e seus sentimentos de viver na fronteira agrícola; aos senhores João Moreira Gomes e Francisco de Assis Leão, da Secretaria Municipal de Agricultura e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí, respectivamente; e à senhora Maria da Conceição de Sousa, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí, pelo apoio dado ao estudo. Obrigado!

Às professoras Dr^a. Maria Pessoa da Silva (UESPI) e Dr^a. Alyne Maria Sousa Oliveira (IFPI), pelo interesse em participarem do exame de qualificação, cujas experiências científicas ofereceram inestimáveis críticas e valiosas recomendações que possibilitaram ver mais claramente os reparos, indicando novas referências bibliográficas e perspectivas de refinamento do estudo.

Agradeço, de maneira particular, à professora Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade (UFPB), pelo interesse em contribuir para o amadurecimento das ideias expostas neste trabalho, oferecendo inúmeras alternativas, indicações e sugestões para a redação definitiva desta investigação.

Sou também muito sensível às preciosas intervenções da professora Dr^a. Patrícia Soares de Andrade (IFPI), que gentilmente se dispôs a colaborar com esse diálogo sobre as transformações do espaço rural piauiense.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Piauí, em particular, o Dr. José Machado Moita Neto, o Dr. Antonio Cardoso Façanha e a Dr^a. Roseli Farias Melo de Barros, os quais disponibilizaram material bibliográfico, bem como atenuaram dúvidas imediatas; como também, agradeço à Dr^a. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, Dr^a. Wilza Gomes Reis Lopes e

Dr. João Batista Lopes, pela amizade construída e atenção prestada desde os tempos de mestrado.

Às professoras Dr^a. Marlúcia Valéria da Silva e Dr^a. Cláudia Maria Sabóia de Aquino, e aos professores Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos e Dr. José Luís Lopes Araújo, pelas discussões e indicações de leitura sobre a temática e pelo incentivo (e torcida geográfica) em concluir o doutorado.

Aos amigos e amigas de longa data, especialmente, João do Morro, Fábio José Vieira (Fabão), Fernando Castelo Branco de Santana, Marcos Antonio Teixeira, Neila Marta de Sá, Daniel César Meneses de Carvalho, Elaine Aparecida da Silva, Maria das Graças Batista Rêgo, Ana Úrsula Farias, Nilson Mendes Júnior e Maria do Socorro Barbosa. Obrigado pelo apoio!

Também agradeço a amizade sincera de Maridete Alcobaça Brito e dos senhores João Batista, José Santana da Rocha (Zezim) e Raimundo Lemos, funcionários do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (Tropen), sempre prestativos nas solicitações acadêmicas e necessidades do Programa.

À Clarissa Flávia Santos Araújo, pelas trocas de experiências e ideologias, à Felipe Queiroz e aos amigos de doutorado, em especial, Adriana Saraiva dos Reis, Célia Maria Santos da Silva, Elisângela Guimarães Moura Fé, Ethyenne Moraes Bastos, Francisca Carla Silva de Oliveira, Francisco Prancrácio Araújo de Carvalho, Irlaine Rodrigues Vieira, José Edilson do Nascimento, José Natanael Fontenele de Carvalho, José Rodrigues de Almeida Neto, João Soares da Silva Filho, Johnny Herberty Martins Ferreira, Maurício Eduardo Chaves e Silva, Sílvia Maria Santana Andrade Lima, Karla Brito dos Santos, Kelly Polyana Pereira dos Santos, Lúcia da Silva Vilarinho, Marcos Antonio Tavares Lira, Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira, Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota e aos irmãos Jossivaldo de Carvalho Pacheco e Fabrício Napoleão Andrade.

À minha esposa Simone e ao meu filho Arthur Benício, aos meus pais Maria Das Dores e Joaquim Benício, aos irmãos Jairo da Silva e Francisco José, ao tio Francisco Paulo (tio Chico), aos sogros Rosalina Valadão e Carlos da Penha, e, carinhosamente, aos compadres Rosângela Valadão e José Gomes. E a todos que, de alguma forma, em parte ou no todo, caminharam comigo no labor profissional, estimulando, conversando, refletindo, discutindo, trocando opiniões, críticas e conhecimentos, práticas e saberes. Obrigado!

[...] Quando a pesquisa expõe as relações entre setores populares e hegemônicos apenas em termos de oposições dá para os próprios sujeitos uma visão enviesada e inverossímil do real. Por isso fracassam as políticas que propõem mudanças com essa perspectiva maniqueísta, omitindo os compromissos mútuos. [...] As interações entre hegemônicos e subalternos são palcos de luta, mas também onde uns e outros dramatizam as experiências da alteridade e do reconhecimento.

Néstor García Canclini

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense, iniciada nos anos 1990, comandada pelo agronegócio, consubstancia-se como o fenômeno responsável por transformações socioespaciais que atingem diretamente os modos de vida do agricultor familiar, o qual consiste em um ator social calcado nas virtudes da sociedade camponesa. Nesse sentido, faz-se necessário investigar Uruçuí, em virtude da atividade agrícola familiar no município anteceder a instalação do agronegócio, por ser pioneiro em abrigar empreendimentos graníferos e a disponibilizar infraestrutura para o agronegócio e liderar o *ranking* de municípios com o melhor PIB *per capita* – desempenho decorrente do Valor Adicionado (VA) da agropecuária. Sendo assim, a questão norteadora da investigação conforma-se em como se manifesta a interferência da agricultura empresarial sobre os modos de vida dos agricultores familiares? Com vistas a responder essa problemática, tem-se como hipótese a concepção de que a expansão do agronegócio em Uruçuí, por meio do planejamento produtivo e do gerenciamento, que inclui o uso sistemático de inovações tecnológicas e redução da força de trabalho, repercutiu em alterações nos modos de vida dos agricultores familiares, redundando na reconversão dos saberes, objetos e técnicas para reinseri-los em novas condições de produção e de consumo que se traduzem no hibridismo do tradicional com o moderno. O objetivo geral centrou-se na análise do processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocado pela agricultura empresarial nos modos de vida dos agricultores familiares de Uruçuí. Especificamente debateu-se teórica e conceitualmente agronegócio, agricultura familiar, modos de vida e território; contextualizou-se os fatores inerentes à expansão da agricultura empresarial em Uruçuí; caracterizou-se a agricultura familiar uruçuiense nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais; identificou-se na agricultura familiar influências do modelo empresarial de agricultura em larga escala; e discutiu-se as implicações do agronegócio na reprodução da agricultura familiar do município. A metodologia desse estudo qualiquantitativo sustentou-se nos métodos dialético, comparativo e etnogeográfico, cujos procedimentos técnicos basearam-se nas pesquisas bibliográfica, documental e levantamento, como também na aplicação de formulários e entrevistas semiestruturadas com 254 agricultores familiares, três fazendeiros, uma líder sindical, um gestor público e um técnico extensionista. Concluiu-se que a instalação do agronegócio em Uruçuí foi condicionada por fatores como baixo preço da terra, infraestrutura, favorabilidades de clima, solo, topografia e hidrografia, e pela existência de um atrativo mercado consumidor regional. E que o contato dos agricultores familiares com o agronegócio, acarretou processos socioculturais de hibridação, marcados por uma eficácia performativa restrita, devido às limitações de assistência técnica, crédito, terras e da precariedade dos objetos tecnoprodutivos empregados nas roças, e caracterizados por um patrimônio de saberes e práticas tradicionais que não negava a modernidade, o que confirmou a hipótese, e ao mesmo tempo, expressou a necessidade de ações e intervenções públicas efetivas, visando a emancipação e potencialização da pequena produção no município.

Palavras-chave: Agricultura empresarial, Agricultura familiar, Fronteira agrícola, Modos de vida, Território.

ABSTRACT

The agricultural border's expansion in the Cerrado biome of Piauí State, which began in the 1990s, led by the agribusiness, constitutes itself as the phenomenon responsible for socio-spatial transformations that directly affect the family farmers' livelihoods, which consists of a social agent integrated to the virtues of peasant society. In this sense, it is necessary to investigate Uruçuí, because the family farming occurs prior to the agribusiness in this town, for being one of the first to house grain sorghum enterprises and to provide infrastructure for agribusiness and lead the ranking of cities with the best GDP per capita - performance due to the Value Added (VA) of agriculture. Thus, the main question of the research is set in how the interference of commercial agriculture gets manifested in the livelihoods of family farmers? In order to answer this problem, It has had as hypothesis the conception that the expansion of agribusiness in Uruçuí, through production planning and management, that includes the systematic use of technological innovation and reduction of the workforce, reflected in changes in the family farmers' livelihoods, resulting in the reconversion of knowledge, objects and techniques to reinsert them into new conditions of production and consumption that result in the hybridity of the traditional and the modern. The overall objective focused on the analysis of the process of territorialization/deterritorialization/reterritorialization caused by corporate farming in the livelihoods of family farmers from Uruçuí city. Specifically, it was discussed theoretically and conceptually, the agribusiness, the family farming, livelihoods and territory; it was contextualized the factors inherent to the expansion of corporate farming in Uruçuí; The family farming from Uruçuí was characterized in social, economic, cultural and environmental dimensions; it was identified in family farming, influences of business model of large-scale agriculture; and it was also discussed the implications of agribusiness in the reproduction of family farming in Uruçuí city. The methodology of this qualitative and quantitative study was based on dialectical, comparative and ethnogeographic methods, whose technical procedures were based on bibliographic research, documentary research and information gathering, as well as on the use of forms and semi-structured interviews with 254 family farmers, three farmers, a union leader, a public manager and an extensionist. It was concluded that the agribusiness materialization in Uruçuí city was conditioned by factors such as low price of land, infrastructure, suitable climate, soil, topography and hydrography, and the existence of an attractive regional consumer market. And that the contact of family farmers with agribusiness, resulted in sociocultural processes of hybridization, characterized by a restricted performative effectiveness, due to limitations in technical assistance, credit, land and to precariousness of the work tools used in the small farms, and characterized by a patrimony of local knowledge and traditional practices that did not reject the modernity, which confirmed the hypothesis, and at the same time, expressed the need for action and effective public interventions aiming the emancipation and empowerment of smallholder production in Uruçuí city.

Keywords: Corporate farming, Family farming, Agricultural border, Livelihoods, Territory.

RESUMEN

La expansión de la frontera agrícola en el cerrado piauiense, empezada en los años 1990, comandada por el agronegocio, se consustancia como el fenómeno responsable por cambios socio-espaciales que alcanza directamente los modos de vida del agricultor familiar, el cual consiste en un actor social calcado en las virtudes de la sociedad campesina. En ese sentido, se hace necesario investigar Uruçuí, en virtud de la actividad agrícola familiar en el pueblo preceder el agronegocio, por haber sido uno de los primeros a abrigar emprendimientos graníferos y a tornar disponible infraestructura para el agronegocio y liderar el *ranking* de pueblos con el mejor PIB *per capita* – desempeño decurrente del Valor Adicionado (VA) de la agropecuaria. Siendo así, la cuestión orientadora de la investigación se conforma en cómo se manifiesta la interferencia de la agricultura empresarial sobre los modos de vida de los agricultores familiares. Con vistas responder esa problemática, se tiene como hipótesis la concepción de que la expansión del agronegocio en Uruçuí, por medio del planeamiento productivo y del gerenciamiento, que incluye el uso sistemático de innovaciones tecnológicas y reducción de la fuerza de trabajo, repercutió en alteraciones en los modos de vida de los agricultores familiares, redundando en la reconversión de los saberes, objetos y técnicas para que los reinserten en nuevas condiciones de producción y de consumo que se traducen en el hibridismo del tradicional con lo moderno. El objetivo general se centró en el análisis del proceso de territorialización/desterritorialización/reterritorialización provocado por la agricultura empresarial en los modos de vida de los agricultores familiares de Uruçuí. Específicamente se debatió teórica y conceptualmente agronegocio, agricultura familiar, modos de vida y territorio; se contextualizó los factores inherentes a la expansión de la agricultura empresarial en Uruçuí; se caracterizó la agricultura familiar uruçuiense en las dimensiones sociales, económicas, culturales y ambientales; se identificó en la agricultura familiar influencias del modelo empresarial de agricultura en gran escala; y se discutió las implicaciones del agronegocio en la reproducción de la agricultura familiar del pueblo. La metodología de ese estudio cualicuantitativo se sustentó en los métodos dialéctico, comparativo y etno-geográfico, cuyos procedimientos técnicos se basaron en las investigaciones bibliográfica, documental y levantamiento, como también en la aplicación de formularios y entrevistas semiestructuradas con 254 agricultores familiares, tres fazendeiros, una líder sindical, un gestor público y un técnico extensionista. Se concluyó que la instalación del agronegocio en Uruçuí fue condicionada por factores como bajo precio de la tierra, infraestructura, favorabilidades de clima, suelo, topografía e hidrografía, y por la existencia de un atractivo mercado consumidor regional. Y que el contacto de los agricultores familiares con el agronegocio, originó procesos socioculturales de hibridación, marcados por una eficacia performativa restricta, debido a las limitaciones de asistencia técnica, crédito, tierras y de la precariedad de los objetos tecno-productivos empleados en los campos, y caracterizados por un patrimonio de saberes y prácticas tradicionales que no negaba la modernidad, lo que confirmó la hipótesis, y al mismo tiempo, expresó la necesidad de acciones e intervenciones públicas efectivas, visando la emancipación y potenciación de la pequeña producción en el pueblo.

Palabras-clave: Agricultura empresarial, Agricultura familiar, Frontera agrícola, Modos de vida, Territorio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro

- Quadro 1 – Ficha técnica da safra de soja 2014/2015, segundo os empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI 188
- Quadro 2 – Força de trabalho empregada nas práticas produtivas dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI 194
- Quadro 3 – Produtos artesanais produzidos pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI 219

Figura

- Figura 1 – Mapa de localização espacial das comunidades rurais e empreendimentos graníferos pesquisados em Uruçuí/PI 38
- Figura 2 – Representação analítica do Sistema Agroalimentar 73
- Figura 3 – Mapa de localização espacial do MATOPIBA 158
- Figura 4 – Mapa de ocupação e expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, pós-década de 1950, e a produção de soja em 2015 169
- Figura 5 – Unidade da Bunge Alimentos S.A. em Uruçuí/PI 180
- Figura 6 – Lavoura de milho (*Zea mays L.*), Fazenda Colibri, Uruçuí/PI 182
- Figura 7 – PI-397 (Rodovia Transcerrados), Uruçuí/PI 183
- Figura 8 – Instalações físicas dos empreendimentos graníferos, Uruçuí/PI: A – parque de máquinas, B – secadores, C – silos e D – conjunto silos/armazém 184
- Figura 9 – Maquinários utilizados nas práticas produtivas dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI: A – tratores, B – semeadeiras, C – pulverizador, D – colheitadeiras, E – distribuidor de calcário e F – caminhão de transporte da safra 187
- Figura 10 – Produção de arroz (*Oryza sativa L.*), milho (*Zea mays L.*) e soja (*Glycine max (L.) Merr.*) em Uruçuí/PI, no período de 1990 a 2013 191
- Figura 11 – Vista de um baixão situado na comunidade Lajeiro, Uruçuí/PI 198
- Figura 12 – Condição do uso da terra em comunidades rurais de Uruçuí/PI 200

Figura 13 – Tempo de residência dos agricultores familiares de Uruçuí/PI	201
Figura 14 – Faixa etária dos agricultores familiares de Uruçuí/PI	202
Figura 15 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares de Uruçuí/PI	204
Figura 16 – Caracterização das condições de moradia dos agricultores familiares de Uruçuí/PI	205
Figura 17 – Domicílios dos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – casa construída integralmente com palha de babaçu (<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng), B – residência com alvenaria de adobe e telhado cerâmico, C – moradia de taipa com palha de babaçu, D – habitação de adobe com palha de babaçu, E – casa com associações entre adobe, tijolo e palha do babaçu e F – edificação construída com tijolo e telhas cerâmicas	206
Figura 18 – Abastecimento e tratamento de água nas comunidades rurais de Uruçuí/PI	208
Figura 19 – Captação de água de nascente na comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI: A – nascente, B – sistema de encanamento de água, C – reservatório de água e D – saída da água do sistema de encanamento	209
Figura 20 – Cultivos dos agricultores familiares de Uruçuí/PI, na safra 2014/2015	213
Figura 21 – Valores da produção de arroz (<i>Oryza sativa</i> L.), milho (<i>Zea mays</i> L.), mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.) e fava (<i>Vicia faba</i> L.), na safra 2014/2015, em Uruçuí/PI	214
Figura 22 – Roças de toco em comunidade rurais de Uruçuí/PI: A – lavoura familiar em Santo Antonio, B – pequena propriedade rural em Tamboril, C – cultivo de feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.) e mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz) em Porto Velho e D – trabalho agrícola em Vão do Lourenço	215
Figura 23 – Criação de animais, segundo os agricultores familiares de Uruçuí/PI	217
Figura 24 – Criação de bovinos, galináceos, suínos e ovinos/caprinos nas comunidades rurais de Uruçuí/PI: A – criatório bovino em Vão do Lourenço, B – galináceo em Santo Antonio, C – criação de suínos em Pratinha e D – produção de ovinos/caprinos em Santa Teresa	218
Figura 25 – Artefatos artesanais fabricados pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – coifos, B – jacá, C – abano, D – mesa e cadeiras de madeira, E – tapiti e F – caixões de madeira utilizados na produção de farinha e tapioca	220
Figura 26 – Espécies botânicas utilizadas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – pequizeiro (<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess), B – carnaúba (<i>Copernicia prunifera</i> (Mill.) H. E. Moore), C – babaçu (<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng) e D – buriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L. F.)	221

Figura 27 – Agricultor familiar confeccionando coifo, comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI	222
Figura 28 – Principais fontes de renda mensal dos agricultores familiares de Uruçuí/PI	223
Figura 29 – Crédito bancário para a produção agropecuária na safra 2014/2015, em Uruçuí/PI	224
Figura 30 – Equipamentos/ferramentas empregadas nas roças de Uruçuí/PI	232
Figura 31 – Reconhecimento dos agricultores familiares de Uruçuí/PI sobre o tipo de tecnologia incorporada na lavoura	234
Figura 32 – Tecnologias utilizadas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI, no trabalho de lavoura: A – ciscador, cavadeira, enxadeco, machado, enxada e facão; B – pulverizador manual; C – trator e D – cutelo	235
Figura 33 – Práticas de mutirões nas comunidades Tamboril e Flores, Uruçuí/PI: A – matação de suíno; e B – retirada das cascas da mandioca para a produção da farinhada	237
Figura 34 – Bombeamento de água para irrigação de plantio, comunidade Tucuns, Uruçuí/PI	239
Figura 35 – Formas de seleção da área de plantio familiar em Uruçuí/PI	240
Figura 36 – Terra cultivada sob sistema de <i>pousio</i> , comunidade Tucuns, Uruçuí/PI	241
Figura 37 – Roças em Uruçuí/PI: A – roça de vazante na comunidade Vão do Lourenço e B – roça de sequeiro na comunidade Flores	244
Figura 38 – Formas de aproveitamento da madeira oriunda do sistema de coivara, Uruçuí/PI: A – emprego da lenha como matriz energética e B – construção de cercados	246
Figura 39 – Preocupações dos agricultores familiares de Uruçuí/PI referente à sustentabilidade ambiental do cerrado	252
Figura 40 – Ocupação da terra em Uruçuí/PI no ano 1995	254
Figura 41 – Ocupação da terra em Uruçuí/PI no ano 2015	254
Figura 42 – Área de exploração granífera desmatada e queimada para plantio empresarial, Uruçuí/PI	256
Figura 43 – Agricultora quebrando o fruto do babaçu (<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng) para extrair a semente e produzir óleo	258

Figura 44 – Ocupações de trabalho nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, segundo os agricultores familiares	260
Figura 45 – Influências diretas do agronegócio nos plantios familiares de Uruçuí/PI	265
Figura 46 – Maquinários e componentes mecânicos danificados ou inutilizados em Uruçuí/PI: A – colheitadeira mecânica <i>Massey Ferguson</i> , em Flores; B – colheitadeira 7500 turbo, em Flores; C – trator, em Flores; D – trator Valmet e caminhão, em Flores; E – componente de colheitadeira mecânica, em Santa Teresa; e F – parte de implemento agrícola, em Santa Teresa	268
Figura 47 – Formas de colheita da agricultura familiar de Uruçuí/PI	269
Figura 48 – Armazenamento da produção agrícola dos agricultores familiares de Uruçuí/PI: Uruçuí/PI: A – sacos de feijão, B – armazenamento de melancias, C – sacos de farinha e D – ensacamento de tapioca	270
Figura 49 – Posição dos agricultores familiares sobre a importância da instalação do agronegócio em Uruçuí/PI	272
Figura 50 – Ações sugeridas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI para melhorar as condições de trabalho nas roças	276
Figura 51 – Estrada vicinal no Assentamento Flores, Uruçuí/PI	278

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos agricultores familiares em comunidades rurais de Uruçuí/PI, segundo o número de formulários aplicados	35
Tabela 2 – Estrutura fundiária dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, segundo os empresários agrícolas	178
Tabela 3 – Produção agrícola nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, safra 2014/2015, segundo os agroempresários	190
Tabela 4 – Quantidade de trabalhadores por área cultivada na safra 2014/2015, nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI	195
Tabela 5 – Estrutura fundiária nas comunidades rurais de Uruçuí/PI, segundo os agricultores familiares	199
Tabela 6 – Tempo de exercício na agropecuária, segundo os agricultores familiares de Uruçuí/PI	212

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira de *Agribusiness*

ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu

ABIOVE – Associação Brasileira de Óleos Vegetais

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ADM – *Archer Daniels Midland*

ALC – América Latina e Caribe

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BAMAPITO – Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

BB – Banco do Brasil

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAAE – Certificado de Aprovação de Apreciação Ética

CAIs – Complexos Agroindustriais

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CEPAL – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*

CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPAMN – Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EMATER/PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPC – Economia, Política e Cultura

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINOR-Agropecuário – Fundo de Investimento do Nordeste

FISET – Fundo de Investimento Setorial

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNS – Ferrovia Norte/Sul

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GEE – Gases do Efeito Estufa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPI – Instituto de Terras do Estado do Piauí

JADECO – *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation*

LEADER – Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIRAD – Ministério da Reforma Agrária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

OGMs – Organismos Geneticamente Modificados

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Política Agrária Comum

PBT – Programa Banco da Terra

PCT – Programa Cédula da Terra

PCFCPR – Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PMDBBS – Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite

PNB – Produto Nacional Bruto

PNCR – Programa Nacional de Crédito Rural

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados

POLONORDESTE – Programa de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAAM – Reforma Agrária Assistida Pelo Mercado

REAF – Reunião Especializada de Agricultura Familiar

SAA – Setor Agroalimentar

SAGs – Sistema Agroalimentar

SIGs – Sistemas de Informações Geográficas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

STRAAFU – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

UDR – União Democrática Ruralista

UE – União Europeia

VA – Valor Adicionado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
2.1 Delimitação e caracterização da área de estudo	31
2.2 Métodos	32
2.3 Técnicas de pesquisa, amostra e tabulação dos dados	33
3 AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA, CONCEITO E IMPASSE	41
3.1 Camponês, pequena produção e pequena propriedade	42
3.2 Teorias e conceitos da agricultura familiar.....	51
3.3 Recorte histórico sobre a agricultura familiar no mundo e no Brasil	59
4 AGRONEGÓCIO: TEORIAS, CONCEITOS E IMPLICAÇÕES	69
4.1 Agronegócio: abordagem teórica e conceitual	69
4.2 Agronegócio <i>versus</i> agricultura familiar	75
4.3 Papel do Estado brasileiro no agronegócio e as consequências da expansão	84
5 MODOS DE VIDA: CONCEPÇÕES E INTERDETERMINAÇÕES	99
5.1 Modos de vida: teorias e conceitos.....	100
5.2 Processos de hibridação socioculturais no espaço rural	112
6 TERRITÓRIO: CONCEITUAÇÕES, MULTIPLAS DIMENSÕES E DINÂMICAS	122
6.1 Teorias e conceitos sobre território	123
6.2 Territorialização, desterritorialização e reterritorialização: categorias espaciais.....	135
6.3 Análise territorial e a política fundiária no Brasil	143
6.4 Processo de ocupação do Centro-Oeste pelo agronegócio	151

6.5 Bahia, Maranhão e Tocantins: novas fronteiras agrícolas para a reprodução do capital	159
6.6 Territorialização do agronegócio no cerrado piauiense: ocupação empresarial em Uruçuí/PI	163

7 DIFUSÃO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL EM URUÇUÍ/PI E AS REPERCUSSÕES NOS MODOS DE VIDA DO AGRICULTOR

FAMILIAR	171
7.1 Agricultura empresarial em Uruçuí/PI: fatores inerentes à ocupação do cerrado	173
7.2 Perfil social dos agricultores familiares.....	197
7.3 Perfil econômico dos agricultores familiares	210
7.4 Perfil cultural dos agricultores familiares.....	227
7.5 Interseção dos agricultores familiares com o ecossistema	238
7.6 Rupturas e continuidades: interferências diretas do agronegócio no trabalho agrícola familiar de Uruçuí/PI	259
7.7 Perspectivas para a pequena produção de Uruçuí/PI ante as implicações do agronegócio: a visão de futuro dos agricultores familiares	271
7.8 Análise consolidada da territorialização, desterritorialização e reterritorialização provocada pelo agronegócio em Uruçuí/PI e a repercussão na agricultura familiar	280
8 CONCLUSÃO	283
REFERÊNCIAS	288
APÊNDICES	310
APÊNDICE A: Formulário social, econômico, cultural e ambiental aplicado aos agricultores familiares do município de Uruçuí/PI	311
APÊNDICE B: Formulário técnico aplicado aos empreendedores graníferos de Uruçuí/PI	317
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí/PI	320
APÊNDICE D: Roteiro de entrevista com o representante do EMATER/PI	322

APÊNDICE E: Roteiro de entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Agricultura Uruçuí/PI.....	324
--	-----

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, a estrutura agrária brasileira denotou novos conceitos às discussões sobre as contradições provocadas pelo avanço do capital na agricultura, como agronegócio e agricultura familiar, expressões originárias da Europa e dos Estados Unidos da América, conjugadas ideologicamente pelo Governo Federal como modelos de desenvolvimento do rural.

Silva, Monteiro e Barbosa (2015b) encerram que apesar do reconhecimento por parte do Estado da importância do trabalho agrícola familiar, as políticas públicas de modernização do campo não eliminaram velhas questões territoriais, como concentração da propriedade fundiária, subordinação do agricultor familiar e aumento dos problemas ambientais.

Registra-se que tal configuração sublinha que a agricultura empresarial, atividade comandada pelo agronegócio, cujo perfil se assenta na produção agrícola, visando à proeminência do capital, se intensificou de maneira itinerante, dependente do incremento de inovações tecnológicas, de terra e do mercado externo. Sendo assim, para Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002), a agricultura empresarial evoluiu ocupando novas áreas agricultáveis, alterando as relações sociais de produção, reduzindo a mão de obra e aumentando a produtividade da terra e do trabalho.

Nessa perspectiva, salienta-se que a política de integração nacional incentivada pelos governos militares (1964/1985) propiciou a ocupação de territórios com potencial produtivo no país, dentre os quais destaca-se o bioma Cerrado¹, que consoante Faleiro et al. (2008), consiste em uma savana² tropical com presença de maior biodiversidade do mundo, e a segunda maior formação vegetal do Brasil, por concentrar um terço da fauna e da flora.

Assentado nesse cenário, Peixinho e Scopel (2009) comentam que a partir daquele período instaura-se a inserção do Cerrado ao processo de expansão da fronteira agrícola por meio da cadeia grãos/carnes e à dinâmica do mercado internacional, conformado no

¹ Brasil (2014c) patenteia que o Cerrado ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro, em uma área total estimada de 2.036.448 km², abrangendo 1.388 municípios, distribuídos entre o Distrito Federal e os estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins.

² IBGE (2012) explica que savana deriva de *habana*, expressão surgida nas tribos indígenas caribenhas, a qual foi introduzida na literatura fitogeográfica em meados da segunda metade do século XIX, pelo estudioso Fernández de Oviedo y Valdés, para se referir aos *lhanos arbolados* do Norte da América do Sul, em especial, da Venezuela, os quais se caracterizavam pela dominância compartilhada de sinúsias herbácea e arbórea, definidas como um conjunto de plantas de estrutura semelhante, que apresentam necessidades ecológicas similares e que são integradas por espécies com a mesma forma de vida.

agronegócio granífero, protagonizado pela soja, predominante nas regiões Sul e Sudeste. Constata que Rio Grande do Sul foi pioneiro no cultivo, no final dos anos de 1950, a qual disseminou-se para o Planalto Central na década de 1970 e, posteriormente, para as regiões Nordeste e Norte, favorecendo as práticas de novos agentes³ e investidores econômicos, e ao mesmo tempo, acirrando os conflitos sociais devido à acentuação da concentração de terras.

Nesses espaços, a infraestrutura necessária à internalização e consolidação do agronegócio foi disponibilizada mediante a intervenção de políticas específicas, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER), institucionalizados na década de 1970 com fins de subvencionar a produção agrícola, integrar áreas do bioma aos Complexos Agroindustriais (CAIs) e viabilizar a criação de mecanismos capazes de potencializar a produção e a circulação agropecuária (MATOS; PÊSSOA, 2011).

Alicerçado nesse panorama, Monteiro e Aguiar (2006) asseguram que não obstante a exploração dos cerrados piauienses⁴ ter iniciada na década supracitada, através de subsídios do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR-Agropecuário) e do Fundo de Investimento Setorial (FISSET), somente a partir dos anos de 1990, ocorreu a expansão da instalação de grandes empreendimentos graníferos, atraídos, principalmente, pelo baixo preço da terra, pela redução de solos agricultáveis em regiões de ocupação antiga, pelas condições geoambientais favoráveis, pela proximidade dos mercados consumidores e pelos incentivos dos governos federal e estadual.

Todavia, Sawyer (2008) reclama que a modernização técnico/científica da agricultura nos cerrados, realizada por empresas de agronegócios e financiada pelas políticas estatais, promoveu a lucratividade da terra, ampliou a produtividade do trabalho e conferiu uma formidável competitividade das mercadorias em âmbito regional e global. Em contrapartida, resultou num quadro de impactos socioeconômicos e ecossistêmicos que interferiu na vida das

³ Favareto (2006, p.153) conceitua agentes como estruturas sociais e institucionais do mundo contemporâneo. Sob esta ótica, tipifica os agentes em sujeitos individuais, coletivos, públicos e privados. Evidencia ainda, que em escala territorial os agentes “são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no âmbito setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos”.

⁴ De acordo com a CEPRO (2014), os cerrados piauienses ocupam 46,0% do território estadual, com 11,5 milhões de hectares, o que corresponde a 6,0% da totalidade dos cerrados no país. Adenda ainda que relativo à distribuição espacial dos cerrados piauienses, o sudoeste compreende a região onde predomina extensas áreas do bioma no estado, sendo destacáveis os municípios Antonio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras do Piauí, Bertolínia, Bom Jesus, Corrente, Cristalândia do Piauí, Floriano, Gilbués, Guadalupe, Itaueira, Jerumenha, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí, com maior ocorrência.

comunidades rurais⁵ e na resiliência⁶ do patrimônio natural, cuja convergência de passivos aponta para desigualdades na posse da terra, distribuição da renda e danos à biodiversidade, solos, recursos hídricos e atmosfera⁷.

Inclusive, para Andrade e Viana (2015), a dinâmica do agronegócio granífero no cerrado piauiense revela-se de fato, e de maneira preocupante, na expropriação de grupos tradicionais, como os camponeses, que ocupavam as áreas do bioma na forma de pequenas propriedades e orientavam suas demandas de exploração da natureza em contextos de sustentabilidade; na pauperização, como parte do problema de degradação ambiental; e nas práticas de grilagem e especulação de terras, decorrentes da constituição de um rentável mercado imobiliário na região.

Por conta disso, Alves (2003, 2006, 2009a, 2009b) argumenta que as experiências vividas pelos agricultores familiares se relacionam a uma cultura produzida muito antes da chegada e intensificação do agronegócio no cerrado piauiense.

Sendo assim, faz-se mister realçar a opinião de Silva (2011), de que o agronegócio altera substancialmente as relações de trabalho, estabelece novas realidades nas paisagens, no consumo, nos hábitos e nas sociabilidades. Logo, frisa que em razão das trocas assimétricas que desencadeia, o agronegócio modifica as condições de existência locais e, especialmente, repercute em processos que inviabilizam a reprodução da agricultura familiar e das culturas tradicionais que lhe antecederam nos distintos territórios do país. Nesse sentido, sustenta que o agronegócio se configurou em um dos principais elementos de mudança dos modos de vida rurais no Piauí, por atingir a terra, o ecossistema; os recursos e as identidades; e o cotidiano e os projetos de futuro das populações das localidades.

Tal modificação decorre, por um lado, da contextualização do agronegócio, que de acordo com Silva, Monteiro e Silva (2015), consiste num projeto sociopolítico personificado em torno de um pequeno grupo de capitalistas agrários que defendem a participação do Estado na concessão de *benesses* de um segmento social que produz para o mercado de

⁵ Nesta investigação, a concepção de comunidade se embasa na análise de Tönnies (1995), que a qualifica como uma forma de organização social marcada espacialmente por laços pessoais e afetivos, por homogeneização no modo de agir e pensar e por vínculos de vizinhança compartilhados por meio de hábitos, costumes e tradições, cujas relações interpessoais são coesas e diretas.

⁶ Para Blesh e Wittman (2015), resiliência consubstancia-se na capacidade do ecossistema local experimentar perturbações e manter sua estrutura básica e funções.

⁷ Sawyer (2008) afirma que a progressão dos desmatamentos e do uso de sintéticos nos cerrados evidencia a participação nas mudanças climáticas, por meio de emissões de gás carbono.

*commodities*⁸, por sua vez, articulado aos imperativos do mercado financeiro mundial. Isto é, consideram o agronegócio uma forma moderna de apropriação do espaço rural⁹, que se organiza estrategicamente sob novas bases produtivas e de gerenciamento.

E, por outro lado, da compreensão de agricultura familiar, que pela sua lógica encerra concepções variadas e abrangentes. Nessas circunstâncias, ressalta-se que para Davidova (2014), a agricultura familiar envolve um conjunto específico de características sociais, econômicas, ambientais e culturais que a distingue dos outros setores da economia agrícola, não sendo, portanto, um conceito fechado em si mesmo.

Ademais, explicita-se que, agricultura familiar, para Wanderley (1995, 2003), é um termo genérico que incorpora múltiplas situações particulares, das quais o campesinato se manifesta como referência à história e à cultura dessa categoria social. E que apesar do processo de modernização da sociedade, o agricultor familiar mantém uma ordem tradicional, que lhe define frente os padrões globais de produção e consumo.

No entanto, Moraes (2009) pontua que em virtude da presença do agronegócio nos cerrados do sudoeste piauiense, externalizada pela agricultura empresarial, os agricultores familiares se sentem obrigados a redimensionarem as práticas econômicas e sociais de sobrevivência, embasados simplesmente no trabalho familiar ou como produto integrado ao agronegócio, o que suscita a necessidade de redefinição de suas identidades socioculturais no sistema agrícola familiar.

Esse cenário justifica o pensamento de Silva, Monteiro e Barbosa (2015b), de que o agronegócio tem avançado sob as terras de uso comum (áreas de chapadas, onde predomina topografia plana e/ou suavemente ondulada, e viável à mecanização), causando incertezas sobre a continuidade da agricultura familiar, a sustentabilidade dos recursos naturais e a trajetória dos modos de vida rurais e das identidades territoriais.

Ao mesmo tempo, entende-se que, a identidade sociocultural refere-se ao reconhecimento que os agricultores familiares têm dos atributos constituintes de modos de

⁸ Geman (2005) define *commodities* como bens de consumo que possuem características padronizadas com fins de atingirem ampla negociação e liquidez no mercado, sobretudo no âmbito das bolsas de valores internacionais. Acrescenta ainda, que as *commodities* podem ser transportadas e armazenadas por longos períodos de tempo, como também, podem ser utilizadas como moeda de valor, devido os preços serem determinados pela oferta.

⁹ Para Favareto (2006), o espaço rural denota uma esfera relativamente autônoma do mundo globalizado, por manter injunções com outras esferas do social e por ser governada por regras específicas que ordenam sua estrutura e dinâmica. Desse modo, a noção de espaço rural não se circunscreve exclusivamente pela dimensão econômica, caracterizada pela funcionalidade da produção, mas por ser o produto das inter-relações sociais, ambientais, culturais e institucionais. Sob essa perspectiva, reconhece a importância das diversas potencialidades do espaço rural para as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

vida e de valores culturais, inclusive para Chelotti (2010), a identidade é composta por subjetividades individuais e coletivas e pode estar vinculada às interações com o território.

Por sua vez, território para Escobar (2000), corresponde a um direito fundamental e multidimensional para a criação e recriação de valores sociais, culturais e econômicos das populações das localidades.

Outrossim, concorda-se com a argumentação de Silva Júnior, Ferreira e Lewinsohn (2015), de que o prisma sociocultural oferece um repertório integrado das relações etnoecológicas, ao permitir apreender as mudanças, adaptações e permanências na paisagem, a partir das inter-relações entre eventos sociais e ecológicos, em um dado período de tempo, o que implica conceber a cultura como uma base de estruturas potenciais da experiência, validada pela capacidade de sustentar conteúdos tradicionais variados e de incorporar novos.

Nessa perspectiva, salienta-se que os estudos dos modos de vida são significantes para percepção dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização ou dimensões TDR desencadeados pelo agronegócio, por revelarem os contrapontos da produção do espaço geográfico, isto é, por socializarem as contradições da apropriação simbólica e do controle político do território, por distintos grupos sociais e em determinadas épocas.

Diante do exposto, elegeu-se Uruçuí como área da pesquisa, em virtude da atividade agrícola familiar no município anteceder o agronegócio, de ter sido um dos primeiros a abrigar empreendimentos graníferos, disponibilizar a infraestrutura necessária para o agronegócio, liderar o *ranking* de municípios com o melhor PIB *per capita* – desempenho decorrente do Valor Adicionado (VA) da agropecuária (CEPRO, 2015), e de ser recursiva na literatura as reflexões acerca da complexidade dos processos TDR do agronegócio na agricultura familiar.

Com base nessa problematização, questiona-se: como se manifesta a interferência da agricultura empresarial sobre os modos de vida dos agricultores familiares? Com vistas responder a essa problemática, a hipótese desta tese centra-se em que a expansão do agronegócio em Uruçuí, por meio do planejamento produtivo e do gerenciamento, que inclui o uso sistemático de inovações tecnológicas¹⁰ e redução da força de trabalho, repercutiu em alterações nos modos de vida dos agricultores familiares, redundando na reconversão dos

¹⁰ Silva e Egler (2004, p.33) entendem as inovações tecnológicas como um conjunto de dispositivos capazes de impulsionar e sistematizar o desenvolvimento das organizações territoriais. Para tanto, assinalam que sob a propagação da modernização do campo, tais inovações denotariam uma estratégia de penetração de mercado que não se projetaria de forma difusa no espaço, concentrando-se em lugares “dinâmicos ou de competitividade, articulados à economia global.

saberes, objetos e técnicas para reinseri-los em novas condições de produção e de consumo que se traduzem no hibridismo do tradicional com o moderno.

Por conseguinte, com a finalidade de responder ao questionamento e constatação ou não da hipótese enunciada, analisou-se o processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocado pela agricultura empresarial nos modos de vida dos agricultores familiares em Uruçuí. Para tanto, especificamente, debateu-se teórica e conceitualmente agronegócio, agricultura familiar, modos de vida e território; contextualizou-se os fatores inerentes à expansão da agricultura empresarial em Uruçuí; caracterizou-se a agricultura familiar uruçuiense nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais; identificou-se na agricultura familiar influências do modelo empresarial de agricultura em larga escala; e discutiu-se as implicações do agronegócio na reprodução da agricultura familiar do município.

Nesse sentido, reconhece-se a originalidade da temática, devido apresentar um conteúdo crítico sobre a complexidade dos processos causados pelo agronegócio no cerrado piauiense, na medida em que concretiza um arcabouço teórico para as discussões sobre as mudanças nos padrões tradicionais de produção e nas relações de vida da agricultura familiar. Como também, desperta para um reexame sobre as lógicas de resistência e reprodução do agricultor familiar frente à condição marginal que ocupa nas políticas públicas, particularmente, no Brasil. Desse modo, as reflexões a respeito do problema referendado foram dialogadas interdisciplinarmente com campos de saberes afins com o tema, como antropologia, economia, geografia, história, ecologia humana, sociologia rural e ciências ambientais.

Sendo assim, esta tese organiza-se em oito capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo explicita a metodologia utilizada para a consecução dos objetivos da pesquisa, constituída pela delimitação e caracterização da área de estudo, métodos e técnicas de investigação, amostra e tabulação dos dados. O terceiro capítulo aborda as teorias, os conceitos e os impasses sobre as origens e o desenvolvimento da agricultura familiar no mundo e no Brasil, com isso, a qualifica como uma instituição social calcada na tradição, sendo o campesinato sua matriz histórica. O quarto capítulo versa sobre a gênese e as múltiplas concepções de agronegócio, enquanto elemento principal das políticas públicas de potencialização do capital no rural, de subordinação da agricultura familiar e de mudanças nas relações de trabalho, na terra e no meio ambiente. O quinto capítulo debate os modos de vida,

centrando-se na diversidade das características socioculturais do campesinato e nos processos de hibridação cultural, para substanciar a resistência dos saberes e técnicas tradicionais vinculados à agricultura familiar, ante aos conflitos e tensões da globalização em curso. O sexto capítulo trata das distintas percepções, dimensões e dinâmicas do território, como forma de discutir a problemática da estrutura fundiária brasileira *vis à vis* ao contexto de incorporação do bioma Cerrado para o agronegócio, especialmente, Uruçuí. O sétimo capítulo analisa os resultados da coleta de dados em Uruçuí, com vistas a caracterizar a conformação produtiva dos empreendimentos graníferos, expressar as variáveis sociais, econômicas, culturais e ambientais que envolvem a agricultura familiar, avaliar a presença ou não de práticas e estruturas do agronegócio no trabalho familiar e suscitar intervenções e/ou ações de que necessitam os agricultores para melhorar a pequena produção em Uruçuí. No oitavo capítulo, apresentam-se as considerações finais relativas aos resultados da pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de analisar as rupturas e continuidades na reprodução da pequena produção em Uruçuí, este capítulo aborda a metodologia utilizada, compondo-se de três seções. A primeira expõe a delimitação e caracterização da área de estudo; a segunda apresenta os métodos científicos aplicados; e a terceira trata das técnicas de pesquisa, amostragem e tabulação dos dados.

2.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

Consoante IBGE (2015c), historicamente a formação de Uruçuí data de 23 de junho de 1902, por meio da Lei Estadual nº 290, que elevou à categoria de distrito o povoado Nova Vila, o qual pertencia ao município de Bertolândia. Consta que a instalação da sede municipal ocorreu em 27 de setembro daquele ano, e que o motivo para a denominação relacionou-se aos fatores ambientais, haja vista que as terras ocupadas localizam-se no vale do rio Uruçuí Preto, que deságua no rio Parnaíba.

Uruçuí localiza-se no bioma Cerrado, possui área territorial de 8.452,025 km², com sede situando-se nas coordenadas geográficas 07°13'46", latitude Sul e, 44°33'22", longitude Oeste, e apresenta como limites geopolíticos, ao Norte, o estado do Maranhão e o município piauiense de Antônio Almeida, ao Sul, Alvorada do Gurgueia e Palmeira do Piauí, ao Leste, Sebastião Leal, Landri Sales e Manoel Emídio e, a Oeste, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e o estado do Maranhão (CEPRO, 2000, 2007).

Em âmbito regional, o município compõe o Alto Parnaíba Piauiense, Microrregião constituinte da Mesorregião Sudoeste Piauiense. Conforme o IBGE (2010), neste ano, Uruçuí contava com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,631¹¹, e com uma população de 20.149 habitantes, cuja distribuição espacial distinguia-se em 15.506 e 4.643 habitantes nas zonas urbana e rural, respectivamente.

¹¹ Lima (2003) esclarece que o IDHM varia de 0 a 1, sendo utilizados como parâmetros de análise: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização de adultos mais a taxa de frequência escolar) e renda (rendimento familiar *per capita*, em salário mínimo). Logo, quanto maior o índice, melhor a situação social da população.

Segundo a CEPRO (2015), Uruçuí contabiliza a quinta colocação no *ranking* dos municípios piauienses com significativo Produto Interno Bruto (PIB), com R\$ 650.724.000,00 e o maior PIB *per capita*, com R\$ 31.553,32. Esse excepcional desempenho decorreu do Valor Adicionado (VA) da produção agropecuária, computado em R\$ 97.069.240,00.

Além do mais, Uruçuí patenteia relevante performance sobre o rendimento médio da produção granífera, sobretudo, soja, pois em 2014, registrou a quantia de 2.185 kg/hectares, o que possibilitou superar a média estadual de 2.146 kg/hectares e conferir-lhe a segunda posição entre os municípios produtores (IBGE, 2015a).

2.2 Métodos

Consoante Santos (2012, p.195), “a pesquisa deve ser vista sempre como uma expectativa de acumulação do saber organizado para o desenvolvimento de uma consciência crítica e isenta de vícios”. Para tanto, esta investigação se embasou nos métodos dialético, comparativo e etnogeográfico, por despertarem para reflexões e análises sobre a problemática apresentada.

Sposito (2004) considera o método dialético ideal à formatação da verdade por refutar as opiniões do senso comum, quando estas são expostas às próprias contradições, logo, não reconhece linhas duras e fixas, imprescindíveis e universalmente válidas.

A dialética revela que fatos e ideias estão em conexão e reciprocidade, ou seja, em constante transformação e, para isso, concilia pensamentos opostos, pois para Marx (1996, p.40), “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”.

Sendo assim, infere-se que o designativo de dialética diz respeito, principalmente, a uma postura progressista, isto é, a uma apreensão crítica, frente à ordem fixada, como os interesses público/privado para a ocupação do cerrado uruçuiense, por exemplo. Dessa forma, a dialética assume um conteúdo político de conhecimento científico que possibilita pensar e agir sobre o território, e por sua vez, revelar as contradições socioespaciais da reprodução do capital.

O método comparativo evidencia as diferenças e as semelhanças entre diversos grupos sociais (SANTOS, 2012). Outrossim, a aplicabilidade desse método cadenciou compreender

as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais da agricultura familiar sob o prisma do agronegócio.

Já o método etnogeográfico sintetiza as representações que a sociedade faz do espaço geográfico, como o uso dos recursos naturais, as relações de vida e os processos socioculturais. Ademais, assinala-se, em conformidade com Claval (2002, p.184), que a etnogeografia nasce à luz das pesquisas de etnobotânica e etnozologia, datadas do final do século XIX e início do século XX, as quais possibilitaram descrever a organização, as possibilidades e as figurações do território. Por isso, tendo em vista que “os trabalhos de etnogeografia permitem penetrar na intimidade das civilizações. Eles apreendem a especificidade dos lugares e das paisagens ligadas a tal ou tal cultura”. Portanto, a etnogeografia apresenta-se como fundamental para o conhecimento dos imperativos econômicos, das tradições e das relações homem/natureza que se estabelecem no território.

2.3 Técnicas de pesquisa, amostra e tabulação dos dados

Com base nos referidos métodos, este estudo assentou-se nas análises quali-quantitativas, por circunscrever a inter-relação dos dados estatísticos e qualitativos. Para Kirschbaum (2013), a abordagem quali-quantitativa expressa uma ferramenta que visa maximizar o potencial de problematização da pesquisa, em função de integrar a percepção dos indivíduos sobre a realidade investigada, e por garantir generalizações para além do contexto específico de análise.

Logo, trata-se de uma investigação descritiva/explicativa, no qual o pesquisador ao não controlar os eventos e as variáveis, busca descrever, interpretar e avaliar a complexidade de uma realidade, de processos e/ou fenômenos.

Enfatiza-se que as pesquisas bibliográfica e documental, constituíram no primeiro passo, por subsidiarem o embasamento teórico e conceitual do tema investigado, informarem e diagnosticarem o problema, e contextualizarem historicamente a expansão do agronegócio em Uruçuí e a caracterização da agricultura familiar, enfocando as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Evidencia-se que a pesquisa documental, ocorreu por meio da consulta a instituições públicas em níveis federal, estadual e municipal, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER/PI), a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), a Secretaria Municipal de Agricultura de Uruçuí, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí (STRAAFU). Já o segundo passo, assentou-se na coleta de dados em campo¹², no qual analisou-se os fatos, com vistas à obtenção de conhecimento do objeto examinado. Nessa perspectiva, utilizou-se como técnica de pesquisa, formulários e entrevistas, pois de acordo com Santos (2012), a técnica relaciona o modo ou a maneira de como efetivará a pesquisa.

Explicita-se que os formulários conformaram-se de perguntas do tipo abertas, que apresenta como vantagem a obtenção de respostas com maior teor de detalhes, fornecendo mais elementos ao pesquisador sobre a realidade sob estudo, uma vez que permite ao informante dar respostas livremente; e fechadas, com questões que podem originar várias respostas. Tal técnica foi aplicada entre os agricultores familiares (Apêndice A) e os empreendedores graníferos¹³ de Uruçuí (Apêndice B).

Ressalta-se que o montante de agricultores familiares que compõem a amostra, foi definido a partir de estatística probabilística, baseada na estrutura fundiária municipal elaborada pelo INCRA/PI, o qual classifica os imóveis rurais quanto a dimensão e tipo de exploração. Por sua vez, adota o módulo fiscal¹⁴, que em Uruçuí corresponde a 75 hectares (INCRA, 1980, 2013).

Em função desse quadro, investigou-se os imóveis rurais cuja área não ultrapassasse a quatro módulos fiscais, por reconhecer que tais imóveis melhor retratam a realidade econômica, social, cultural e ambiental do agricultor familiar em Uruçuí. Para o cálculo de obtenção da amostra, utilizou-se o Programa *Sample Size Calculator by Raosoft*, por definir o

¹² Faz-se mister realçar que as primeiras visitas à Uruçuí ocorreram no período de setembro a outubro de 2013, visando o conhecimento da área de pesquisa e o estabelecimento de contatos com instituições ligadas à temática, como o STRAAFU. Na ocasião, foram realizados os primeiros levantamentos sobre a situação socioespacial das comunidades rurais e empreendimentos graníferos. Em novembro de 2014, foram dirigidas entrevistas testes com cinco famílias residentes de Pontes, o que possibilitou perceber falhas e reestruturar a investigação.

¹³ Nesta investigação, emprega-se o termo empreendedores graníferos ou simplesmente graníferos para designar os agentes ou proprietários de imóveis rurais da agricultura empresarial, cuja especificidade da estrutura social se sustenta no campo de possibilidades e interações com o agronegócio. Registra-se que em Uruçuí, os graníferos são reconhecidos pela população local como fazendeiros e/ou produtores rurais.

¹⁴ Brasil (1993) esclarece que o módulo fiscal estabelece a área mediana dos módulos rurais dos municípios, classificando-os quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a qual distingue para fins de reforma agrária a pequena propriedade (imóvel rural com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais), a média propriedade (imóvel rural com área entre quatro e 15 módulos fiscais) e a grande propriedade (imóvel rural com área maior que 15 módulos fiscais).

erro amostral de 5% e o nível de confiança de 95%, que possibilita segurança e qualidade científica à investigação.

Desse modo, do universo de 741 imóveis rurais com até quatro módulos fiscais cadastrados pelo INCRA (2013), determinou-se a amostra de 254 agricultores familiares, distribuídos em 17 comunidades rurais do município, as quais estavam situadas em áreas de chapadas e baixões¹⁵. A representação da quantidade de agricultores familiares nas comunidades visitadas e o período da aplicação dos formulários encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos agricultores familiares em comunidades rurais de Uruçuí/PI, segundo o número de formulários aplicados

Comunidade	Período da coleta	Agricultores familiares		
		Total de imóveis rurais	Quantidade Investigada	% em relação a amostra
Assentamento Flores	4 a 12 de maio de 2015	153	56	22,0
Assentamento Santa Teresa	13 a 20 de maio de 2015	69	49	19,3
Morrinhos	11 a 19 de abril de 2015	80	37	14,5
Tamboril	6 a 10 de julho de 2015	55	28	11,0
Pratinha	18 a 19 de março de 2015	50	17	6,7
Porto Velho	6 a 10 de abril de 2015	35	16	6,3
Sangue	25 a 29 de julho de 2015	40	12	4,7
Vão do Lourenço	15 a 18 de fevereiro de 2015	35	12	4,7
Pontes	9 a 10 de fevereiro de 2015	10	5	2,0
Graciosa	4 a 5 de junho de 2015	25	4	1,6
Mato Verde	16 a 17 de março de 2015	7	4	1,6
Tucuns	11 a 12 de fevereiro de 2015	10	4	1,6
Lajeiro	13 a 14 de fevereiro de 2015	9	3	1,2
Santo Antônio	12 a 13 de março de 2015	6	3	1,2
Vereda do Mato	12 de março de 2015	7	2	0,8
Malhada da Areia	18 de março de 2015	5	1	0,4
Sucupira	14 de março de 2015	2	1	0,4
Total		598	254	100,0

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Por meio da Tabela 1, verificou-se que do total de 254 agricultores pesquisados, 66,8% pertenciam aos assentamentos de Flores e Santa Teresa, e às comunidades Morrinhos e Tamboril, em razão de concentrarem o maior número de famílias.

¹⁵ No Nordeste brasileiro, os baixões constituem em importantes reservatórios de água, em virtude dos condicionantes topográficos, como os terrenos deprimidos ou áreas de vazantes cercadas de serras (ALVES, 2006, 2009a; MORAES, 2009).

Destaca-se, ainda, que os formulários aplicados entre os agricultores familiares balizaram-se de questões sobre os produtos agrícolas gerados, as técnicas e instrumentos de produção, a estrutura fundiária, o manejo ambiental, as relações com o mercado consumidor, as formas de financiamento e a assistência técnica, a força de trabalho, os insumos agrícolas, os códigos de interconhecimento, e as relações culturais e de identidade, o que permitiu subsidiar o entendimento das implicações da agricultura empresarial nas práticas produtivas e no simbolismo/cultural das comunidades.

Já em relação aos empreendimentos graníferos, definiu-se como componentes do estudo os que apresentavam dimensões acima de 15 módulos fiscais, pois de acordo com Aguiar e Monteiro (2005), configuraram-se em reais representantes do agronegócio, haja vista utilizarem inovações tecnológicas, produzirem em larga escala, financiarem a produção e empregarem trabalhadores temporários, mão de obra assalariada e originária da agricultura familiar tradicional. Como também, considerou-se o tempo de instalação em Uruçuí, preferivelmente, em distintos períodos, para constatar diferenças ou não na racionalidade produtiva. Em função dessa conformação, elegeu-se a Fazenda Tunísia, fundada em 1995, o Condomínio União 2000, instalado em 1997, e a Fazenda Colibri, inaugurada em 2012, os quais foram selecionados intencionalmente, ou seja, pelo pesquisador, em virtude das características descritas anteriormente e por estarem disponíveis (acessíveis) para compor a amostra.

Dessa maneira, enfatiza-se que nos dias 25 de maio, 07 de junho e 03 de julho do ano de 2015, foram visitadas as Fazendas Tunísia e Colibri e o Condomínio União 2000, respectivamente, para aplicar os formulários, visando conhecer especificidades, como a propriedade da terra, os cultivos e cultivares, as inovações tecnológicas, o acesso ao crédito, a força de trabalho empregada, a infraestrutura e o consumidor final.

Em consonância com Salomon (2006), as entrevistas sugerem um planejamento prévio presumido do objeto investigado, por isso, implicam nos questionamentos sobre por que observar? Para que observar? Como observar? O que observar? E quem observar? Além de exigirem a indicação do local, do tempo, da duração e os instrumentos a serem usados. Para tanto, salienta-se que as entrevistas foram semiestruturadas, obedecendo a um roteiro de tópicos-guia, utilizando aparelho eletrônico (gravador de áudio).

Tal procedimento foi importante, pois consoante Mattos (2005, p.844), a entrevista semiestruturada consiste numa conversação, numa situação de interação, portanto, “é menos

relevante a simetria de participações do que a tendência a que os significados se devam fortemente à força da presença do interlocutor”.

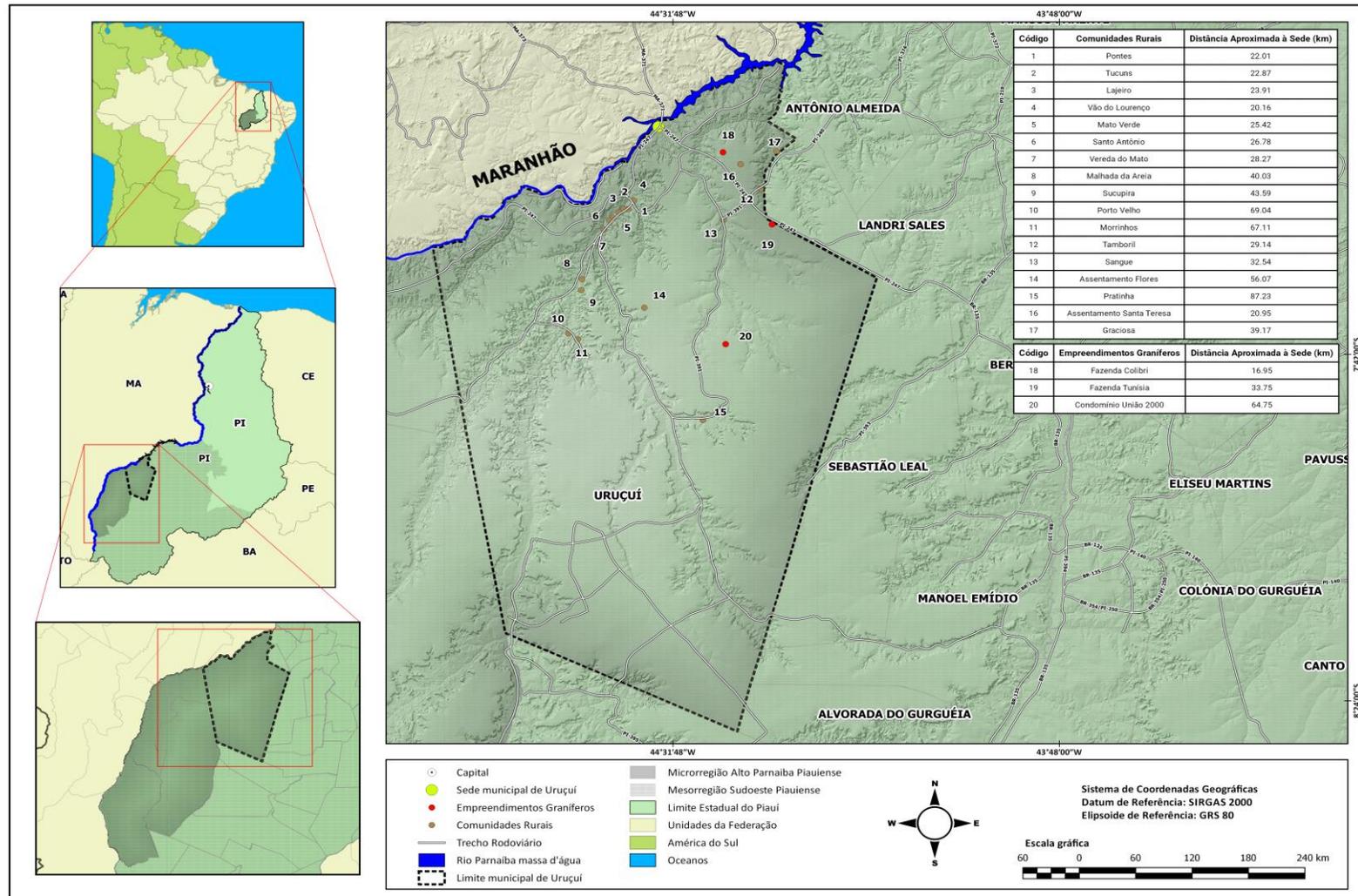
Nesse processo, entrevistou-se um representante de cada segmento institucional (STRAAFU, EMATER/PI e Secretaria Municipal de Agricultura), cuja escolha foi obtida por interesse, isto é, por julgá-la como quantidade significativa para formar a amostra desejada. Ademais, considerou-se a assertiva de Corrar e Theóphilo (2004, p.19), de que “na maioria das vezes, não é preciso estudar toda uma população, bastando analisar uma parcela da mesma para atender às necessidades da pesquisa”, possibilitando, assim, ampliar a legitimidade, a credibilidade e a cientificidade da investigação.

Por conseguinte, destaca-se que as entrevistas com os segmentos do STRAAFU, EMATER/PI e Secretaria Municipal de Agricultura, foram realizadas nos dias 2, 10 e 11 de fevereiro, respectivamente. Na ocasião, levantaram-se questões sobre os níveis de participação dessas instituições na reprodução da agricultura familiar, as medidas (projetos e/ou políticas e experiências e/ou iniciativas) voltadas para a valorização dos saberes e práticas tradicionais, e sobre as mudanças socioespaciais no município decorrentes da instalação do agronegócio (Apêndices C, D e E).

Destarte, sublinha-se, de acordo com Martins (2014), que o trabalho de campo tem que ser paciente e artesanal e, de preferência, solitário, posto que a experiência solitária viabiliza a compreensão de códigos e concepções dos conflitos de ampla complexidade social e histórica. Para tanto, usou-se câmera fotográfica e diário de campo para registrar o cotidiano da pesquisa, corroborando com a necessidade de registro/descrição dos fatos com que se estava lidando.

Após a pesquisa de campo, os dados socioeconômicos foram tabulados mediante o uso de programas eletrônicos *Statistical Package for the Social Sciences* (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais - SPSS) e Microsoft Planilha Excel 2012, o que possibilitou correlações das variáveis por meio de tabelas e gráficos. E, a representação da localização espacial da área de estudo teve o suporte dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), através de *softwares* QGis 2.8, imagens de satélites e aparelho GPS *Garmin*. Nessa perspectiva, demonstra-se na Figura 1, a distribuição espacial das comunidades rurais e os empreendimentos graníferos pesquisados.

Figura 1 - Mapa de localização espacial das comunidades rurais e empreendimentos graníferos pesquisados em Uruçuí/PI



Fonte: Dantas (2016) com base em IBGE (2014b).

A partir da Figura 1, verificou-se que as comunidades rurais Graciosa, Lajeiro, Malhada da Areia, Mato Verde, Morrinhos, Pontes, Porto Velho, Pratinha, Sangue, Santo Antônio, Sucupira, Tamboril, Tucuns, Vereda do Mato e Vão do Lourenço localizavam-se nas proximidades dos cursos de rios e riachos, como o rio Parnaíba. Enquanto os assentamentos de Flores e Santa Teresa situavam-se nas adjacências de grandes propriedades da agricultura empresarial, que ocupavam as áreas de chapadas.

Ademais, assinala-se que esta pesquisa foi aprovada em 29 de maio de 2015, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, a qual foi registrada no Parecer Consubstanciado de Aprovação Ética, sob o número 1087335.

Não obstante a aprovação pelo Comitê, destaca-se a existência de adversidades para a realização do trabalho empírico, principalmente, nas situações de desconfiança por parte dos agricultores sobre a privacidade das informações coletadas e em razão da presença temporária do pesquisador nas comunidades. Acrescenta-se ainda, as dificuldades para incorporar a amostra dos graníferos à investigação, pois inicialmente, foram selecionadas quatro empresas, mas apenas três se dispuseram a participar (Fazendas Tunísia e Colibri e Condomínio União 2000), face a recusa da Fazenda Canel, inaugurada em 1990.

Todavia, o fato de conhecer Uruçuí, haja vista ter nascido e convivido no cerrado piauiense, inclusive ter raízes camponesas, contribuiu para a redução de ambiguidades por parte dos trabalhadores familiares e fazendeiros, que por sua vez, suscitou a superação do estranhamento sobre a pesquisa e a condição de chegante¹⁶ do pesquisador. Ao mesmo tempo, fez-se essencial estabelecer um diálogo com as famílias e com os graníferos sobre a relevância da investigação para Uruçuí, o que permitiu revelar intenções, viver experiências e ampliar os laços de amizade com os mesmos, pois com suas generosidades e cordialidades acolheram e colaboraram com a investigação.

Além disso, assegurou-se o anonimato dos informantes, com vistas a preservar as identidades, uma vez que para Verónica e Sotomayor (2011), as opiniões pessoais, a vida privada e a intimidade familiar são suscetíveis de proteção. Para garantir a confidencialidade das entrevistas, referenciou-se somente as iniciais dos nomes dos titulares.

Sendo assim, inferiu-se que a aplicabilidade dos métodos e procedimentos técnicos apresentados foi imprescindível para fornecer segurança às conclusões do estudo, na medida

¹⁶ Para Martins (2014, p.15), chegante “não é simplesmente quem chega, mas quem chega para ficar, para se tornar membro do grupo, que compartilha solidariamente e fisicamente o destino dos que estão em busca de um lugar. Quem chega e vai embora não fica, pois, na concepção local, nem mesmo chegou. Apenas passou”.

em que possibilitaram construir análises e interpretações sobre o fenômeno investigado, sem incorrer em distorções que colocasse em risco a representatividade dos resultados. Por conseguinte, embasado na metodologia utilizada, analisa-se no próximo capítulo, as distintas concepções sobre a agricultura familiar e seus elementos constituintes, no Brasil e em outros países.

3 AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA, CONCEITO E IMPASSE

Historicamente, a temática sobre agricultura familiar provoca questionamento a respeito do processo de desenvolvimento do capital na agricultura, particularmente, no Brasil, por revelar-se desigual.

Em função desse cenário, constatam-se distintas opiniões sobre a interpretação e importância da agricultura familiar, como a concepção de Lamarche (1997), embasada na visão de que a agricultura familiar constitui uma unidade de produção agrícola na qual a propriedade fundiária e o trabalho estão intimamente ligados, com o objetivo de garantir o sustento da família, por meio da produtividade da terra.

Esse contexto vai ao encontro da proposição de Chayanov (1974) de que a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família. Logo, difere da empresa capitalista, que se alicerça na exploração do trabalho assalariado e, por conseguinte, na maximização do lucro.

Já Wanderley (1995) reconhece que a agricultura familiar é um termo genérico que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Outrossim, mesmo com o processo de modernização da sociedade, o agricultor familiar preserva suas peculiaridades ancestrais, que lhe definem e lhe dão identidade.

Nesse sentido, destaca-se que a agricultura familiar ao mesmo se mostra como resultado das transformações ocorridas no espaço rural de sociedades capitalistas desenvolvidas, configurando-se, portanto, como uma nova categoria da economia agrícola; e como um conceito em construção, cuja caracterização não depende exclusivamente da conjuntura técnica/operacional estabelecida pelo Estado, senão também de suas raízes históricas.

Com base nesse panorama, este capítulo debaterá, teórica e conceitualmente, a agricultura familiar. Para tanto, distribui-se em três itens. O primeiro trata da relação entre camponês, pequena propriedade e pequena produção, como condição para explicar e confrontar a construção ideológica de agricultor familiar. O segundo versa sobre a análise crítica do conceito de agricultor familiar; e o terceiro expõe um recorte histórico da temática no mundo e no Brasil.

3.1 Camponês, pequena propriedade e pequena produção

Conforme Zuquim (2007, p.133), a agricultura camponesa consiste em uma das formas sociais de agricultura familiar, por calcar-se na relação propriedade, trabalho e família; apesar de manifestar individualidades que se especificam no seio “do conjunto maior da agricultura familiar e que se referem aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma como se insere na sociedade global”.

Para Abramovay (2007, p.111), a organização familiar é uma condição necessária, mas não satisfatória para explicar a existência camponesa. Tal contextura expressa que o comportamento econômico dessa categoria não responde pela totalidade de sua definição, na medida em que são, sobretudo, os laços comunitários locais, os vínculos da natureza personalizada e o caráter extraeconômico das próprias relações de dependência social que elucidam suas particularidades.

Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais do que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida.

A importância da lógica familiar no universo camponês se justifica não só em relação à segurança alimentar, mas em relação ao sentido da terra como território, já que para Lamarche (1997), ela se apresenta como espaço de reprodução sociocultural, de sobrevivência, de comportamentos e de valores.

Inclusive para Marques (2008), a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição do modo de vida, juntamente com o acesso ao patrimônio fundiário, são elementos comuns dessa categoria social.

Assim, a presença camponesa no sentido da profundidade temporal na construção de um patrimônio material e familiar está inscrito nas estratégias de existência e resistência que se traduzem no seu contexto de formação.

Partindo desse pressuposto, Felício (2006, p.15) enfatiza que:

O conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato, sendo responsável por explicar que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no

estabelecimento produtivo. Desta feita, o camponês só poderia ser agricultor familiar.

Nessas circunstâncias, faz-se mister realçar que o camponês, na fase pré-capitalista, era caracterizado pela dependência aos ciclos naturais para o desenvolvimento da agricultura, pela dedicação ao trabalho como fator significativo de reprodução social e biológica e pelo uso de modos específicos de produção, tendo por finalidade majoritária a manutenção dos membros da família e não a acumulação de capital.

Nessa perspectiva, ressalta-se, segundo Marx (1986, p.115) que:

[...] os camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade.

Em sentido análogo, Kautsky (1986, p.17) personaliza a lógica da sociedade camponesa a partir da microeconomia praticada.

A família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente autossuficiente que não só produzia seus próprios móveis de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro, do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez compromettesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência.

Essa fusão entre a unidade de produção e o consumo é posta por Chayanov (1974) como traço definidor do camponês, já que para não afetar adversamente a demanda familiar, faz cumprir a quantidade de trabalho indispensável para que seja atingida.

Essas concepções reforçam a opinião de Martins (2012, p.64 e 71) de que o camponês, ao comandar seu próprio trabalho e possuir os instrumentos e os meios que utiliza na

produção, consiste, “no mínimo, dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender”. Logo, constata que, no mercado, o que é comercializado pelo camponês não é o excedente das suas necessidades de sobrevivência, mas o produto de um cálculo elaborado com regras próprias; o que ele vende não é a sua força de trabalho, pois para ele o trabalho não se define como coisa em si, isolada do produto que dele resulta, ou seja, o camponês “se situa no mundo através do seu produto. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital”.

Mas, para Lênin (1982, p.113), os camponeses estão inteiramente subordinados ao mercado, pois dependem dele tanto para seu consumo pessoal, como para o desenvolvimento de suas atividades. Por isso, ressalta que:

A comunidade camponesa não é antagônica ao capitalismo, mas ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, sem nenhuma influência “artificial” e apesar das instituições que entram os progressos do capitalismo, que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, as tradições do regime patriarcal e, conseqüentemente, é aí que a ação transformadora do capitalismo (desenvolvimento das forças produtivas, transformações das relações sociais, etc.) se manifesta mais lenta e mais gradualmente.

Segundo o referido autor, esta dependência condena o camponês ao desaparecimento, à proletarização, à transformação em operário, na medida em que o avanço do capital na agricultura desencadeia a desintegração do campesinato e a formação de novos tipos de população rural.

Por outro lado, Welch et al. (2009, p.12) respaldam que o camponês é um ator social da história agrária. Destarte, é reconhecidamente uma categoria analítica residual do campesinato, principalmente pela conjuntura conceitual estabelecida pelo Estado e pelas forças do sistema capitalista, pois:

[...] Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. [...] A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambiguidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam objeto de cobiça.

Com base nessa assertiva, compreende-se porque para Wanderley (2003, p.48), apesar de a agricultura familiar ter como raiz a história camponesa, é preponderante a interseção de pontos de “ruptura” e elementos de “continuidade” entre o camponês tradicional e o agricultor familiar “moderno”, em virtude de a família apresentar-se como “objeto principal que define as estratégias de reprodução e a instância imediata de decisão”.

Nessas circunstâncias, Mendras (1978, p.14-15) afirma que as qualidades da população camponesa constituem uma força revolucionária histórica, um desafio à economia industrial e um modelo humano fascinante a ser seguido, uma vez que referenciam um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno que ultrapassa a ideia de parcialidade e decomposição. Dessa forma, enumera traços fundamentais, como:

I – A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades; II – A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; III – Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; IV – Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; V – A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Para Martins (2012, p.75), o camponês expressa a consciência da pessoa, que é a extensão da família, da comunidade e da tradição comunitária, “é mais consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento”.

Já Shanin (2005) defende que a base definidora da identidade camponesa se centra na natureza e na dinâmica da propriedade rural familiar, por ser uma unidade básica de exploração e meio de vida social. Portanto, salienta que o camponês deve ser concebido através das características da posse e uso da terra, das suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo, para entender esse universo faz necessário considerar a identidade sociocultural que lhe dá significados.

Assentado nessa contextualização, concorda-se com Martins (2012), quando considera que o camponês personifica a autonomia, um modo de vida próprio, particular, sustentado nos laços comunitários e na importância da manutenção do grupo familiar. Ao mesmo tempo, denota o camponês socialmente distinto do capitalista, pois sua existência está contida na sua

cultura, no modo como organiza seu *éthos* (espaço socialmente construído segundo sua razão) e, em grande parte, na ética do pequeno mundo em que vive.

Logo, nessa perspectiva, Wanderley (1979) situa a pequena propriedade como elemento precípua à distinção da sociedade camponesa, por consistir em pequenos tratos de terra, onde os agricultores se ocupam de culturas alimentares para assegurar sua subsistência e de sua família, e destinar mão de obra à grande lavoura capitalista.

A análise de Wanderley se centra na concepção de Chayanov (1974, p.125, tradução nossa), de que a pequena propriedade é uma unidade de exploração agrícola cuja extensão está naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e o volume de força de trabalho dos agricultores. Além disso, considera que a organização estrutural da pequena propriedade depende, em parte, do grau de vínculo com o mercado.

A unidade econômica campesina com um mínimo de terras cultiváveis e meios de produção, tem um estímulo para desenvolvê-los a um ótimo nível e, de acordo com sua capacidade, sempre consegue a expansão que a situação do mercado agrícola permita obter benefícios que não sejam inferiores aos benefícios por atividades artesanais e comerciais.¹⁷

Prado Júnior (2008) também evidencia que a pequena propriedade é uma unidade de produção que envolve a participação condicional da mão de obra familiar, com origem vinculada às formas de reprodução pré-capitalista, cuja exploração da terra não visa garantir o lucro, senão apenas o abastecimento familiar.

Mas, consoante a Marx (2008, p.1070-1071), a especificidade da pequena propriedade se revela na insuficiência de meios e de conhecimentos científicos para expandir a produtividade social do trabalho. Por conseguinte, cria uma classe, em parte, “à margem da sociedade e que combina toda a crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados”. Destarte, pela sua natureza própria, exclui o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, a aplicação progressiva da ciência, a pecuária em larga escala, as formas sociais de trabalho e a concentração de capitais. Para tanto, supõe que na pequena propriedade a maioria da população é rural e que predomina o trabalho isolado e não social, o que implica “[...] que não existam condições materiais e

¹⁷ La unidade económica campesina, com um mínimo de tierra cultivable y de medios de producción, tiene un estímulo para desarrollarlos hasta el nivel óptimo y que, de acuerdo com su capacidad, lleva a cabo la expansión siempre que, por supuesto, la situación del mercado agrícola permita obtener beneficios que no sean inferiores a los beneficios por actividades artesanales e comerciales.

espirituais da riqueza e do desenvolvimento da reprodução, e, em consequência, tampouco as condições de uma agricultura racional”.

Corroborando, Kautsky (1986, p.21) enfatiza que a pequena propriedade é até certo ponto excessivamente restrita, pois não possibilita produção que exceda a demanda familiar, ou seja, não resulta em produtos agrícolas que o proprietário possa destinar ao mercado. Sendo assim, enfatiza que:

[...] a única mercadoria que lhe resta, então, para vender, é a própria energia de trabalho, que excede a requerida temporariamente pelo próprio estabelecimento. Um dos modos de aproveitá-la é a sua transformação em trabalho assalariado, a serviço de estabelecimentos agrícolas maiores.

Tal realidade também é criticada por Graziano da Silva (1982, p.130), por entender que a pequena propriedade interfere negativamente nas condições de vida da população menos capitalizada, por apresentar reduzida área de terra e baixo nível de tecnificação. Para tanto, com o fim de assegurar a participação dos seus produtos no mercado e permitir a manutenção da unidade produtiva, os agricultores se sentem obrigados à submissão temporária do trabalho assalariado.

[...] De um lado, as precárias condições de existência do camponês obrigam-no a assalariar-se parte do ano nas grandes propriedades; e que, de outro lado, o tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, de forma a tornar desvantajosa a retenção permanente de mão de obra nas propriedades.

Para o referido autor, essa configuração ao ampliar as probabilidades de inversão do nível de consumo da produção familiar provoca a pauperização dos padrões de vida e o até desaparecimento da mesma.

A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham, de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se, assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.38).

Nesse panorama, ressalta-se, segundo Lênin (1982, p.342), que a pequena produção se constitui um tipo de exploração incompatível com o desenvolvimento do capitalismo, haja vista caracterizar-se por meio de “técnica extremamente primitiva, fundada no trabalho manual e inalterável quase desde tempos imemoriais”. Logo, compreende que “o produtor permanece camponês, a quem a tradição capacitou para assimilar procedimentos de transformação de matérias-primas”. Além disso, destaca como critérios constitutivos da presença social a reduzida disponibilidade de terra, o baixo nível tecnológico na produção agrícola e na confecção dos utensílios, e a dependência da mão de obra familiar.

Nesse sentido, Lipietz (1988, p.37) esclarece que a pequena produção pressupõe que o “trabalhador direto é proprietário e possuidor dos seus meios de produção (escolhe sua destinação e os emprega ele próprio), e a finalidade (a lógica) da produção é a reprodução simples da unidade de exploração”.

Sorj (1986, p.64) também salienta que a lógica da pequena produção se fundamenta na segurança das condições mínimas de reprodução da unidade familiar sem, necessariamente, “depender dos critérios de lucro médio vigentes ou da apropriação de renda da terra, que caracterizam uma unidade empresarial capitalista”.

Ademais, Lênin (1982) registra que na fase pré-capitalista, mesmo que o camponês trabalhasse para si ou para o proprietário da terra, a produção agrícola era sempre organizada em escala reduzida e nenhuma comunidade rural poderia alterar tal particularidade, porque estava vinculada intimamente à dispersão dos próprios agricultores. Esse contexto só era possível devido à força monopolista representada pela grande propriedade fundiária, uma vez que estaria em melhores condições de assumir o caráter comercial e, com isso, a reprodução das relações capitalistas de produção, haja vista apresentar abundância de meios e de conhecimentos científicos para aplicar a produtividade social do trabalho.

Corroborando com esse quadro, Lipietz (1988, p.43) patenteia que a existência e a evolução da pequena propriedade são constantemente consideradas “como uma anomalia em relação ao esquema “clássico” da formação de uma agricultura capitalista sobre grandes explorações”.

Todavia, embora reconheça essas contradições, Lênin (1972, p.106) não prevê a completa dissolução da pequena produção, na medida em que “os próprios capitalistas e latifundiários tentam restabelecê-la quando a ruína dos camponeses está muito avançada”.

No entanto, contrariando essas concepções, para Kautsky (1986, p.132-133), a pequena área não significa necessariamente pequena produção, pois essa pode ser intensiva no uso da terra, sendo assim, o critério de tamanho da propriedade não se configura um condicionamento definitivo para a identificação do agricultor familiar.

Com a expansão crescente do estabelecimento agrícola crescem também as perdas. [...] Pode-se dizer que no geral a extensão máxima de estabelecimento com referência a uma rentabilidade, é tanto menor quanto mais intensiva for a sua atividade econômica, ou quanto mais capital for investido em área equivalente. Esta lei é, no entanto, ignorada, de tempos em tempos, pelo desenvolvimento técnico. [...] Assim, uma pequena propriedade explorada intensivamente pode constituir um estabelecimento maior que outro de maior, mas explorada extensivamente.

Nesse sentido, Sorj (1986, p.118) evidencia que a penetração do capitalismo na agricultura não determina a ruína da pequena produção, na medida em que por um lado “essa pode se manter, porém, transformando-se numa agricultura altamente capitalizada”. E, por outro lado, obriga a constituição de um exército de reserva para a grande propriedade e indústria, “dada a sua importância decrescente como abastecedor de alimentos”.

Notadamente, Kautsky (1986, p.145 e 147) registra a sobrevivência da pequena propriedade *vis à vis* à expansão da grande propriedade, isto é, a evolução da lavoura capitalista reside no aumento do número de pequenas propriedades, devido a ofertarem a mão de obra necessária e de baixo custo. Neste caso, descarta sua eliminação, uma vez que:

[...] onde se faz regredir demais o pequeno estabelecimento, torna-se cada vez menor o rendimento do grande estabelecimento e esse começa a regredir também. [...] De qualquer maneira, onde quer que o grande estabelecimento consiga reduzir demais o número dos pequenos em suas imediações, os políticos conservadores e os próprios grandes proprietários fundiários estarão sempre propensos a multiplicar o número dos pequenos empresários através de medidas ou da iniciativa privada. [...] Daí conclui-se que não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em base de desaparecimento na sociedade atual [...].

Já para Welch et al. (2009), a pequena produção se fundamenta na incorporação técnica do uso do trabalho simplesmente manual e de trabalhadores familiares, isto é, compõe-se primordialmente de membros da família do trabalhador alocado como responsável pela produção.

Essa vertente também é aceita por Schultz (1965, p.36), quando relaciona como condicionantes para a definição de pequena produção os saberes tradicionais, a identidade cultural dos agricultores, a posse e uso da terra, e o autoconsumo dos bens produzidos. Alicerçado nesses traços, postula que a exploração agrícola de base familiar “é essencialmente uma caracterização cultural do modo como vive determinado povo”.

Dessa forma, Brandenburg (1999, p.106) destaca o universo simbólico da vida rural como elemento que identifica e diferencia a manutenção da pequena produção na sociedade, pois:

[...] Sob o ponto de vista cultural, o mundo da vida rural é o que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são socialmente internalizados e por isso intersubjetivamente compartilhados. É o mundo da tradição, da sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza, pela interpretação de seus signos e que considera os limites naturais, muitas vezes, leis divinas.

Com base nessa análise, entende-se que a pequena propriedade personifica socialmente a tradicionalidade, a identidade cultural, a luta pela terra e meios de produção, além de visar a possibilidade de ampliação do horizonte social e econômico operado pelo agricultor e sua família. Outrossim, concorda-se com Martins (2012) sobre a importância incontestável da pequena propriedade para a sobrevivência do agricultor familiar, porque apesar de, em princípio, não ser mediada pelo mercado, de fato acaba sendo de alguma forma.

Nesse sentido, reconhece-se que a pequena produção, além de consistir em uma estratégia social de reprodução do agricultor familiar, por representar um modo de vida específico que socializa o produto do seu trabalho, materializa sentidos que fogem, até certo ponto, à racionalidade da lógica extraeconômica.

Por conseguinte, constata-se que o camponês é a matriz ancestral do agricultor familiar, por determinar que a natureza da exploração agrícola e a lógica do consumo se fundamentam na satisfação das necessidades do grupo doméstico e por defender o patrimônio natural como espaço de vida e de reprodução social.

Seguramente, pode-se afirmar que a pequena propriedade, a pequena produção e o camponês são categorias elementares endógenas¹⁸ e complementares do universo simbólico

¹⁸ Buarque (2008) denomina endógeno o processo de desenvolvimento ascendente de mudança, que potencializa a agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na comunidade, a valorização sociocultural e a autonomia local.

da agricultura familiar, haja vista invocarem um paralelismo recíproco que confere particularidades imanentes para a continuidade dessa atividade. Sendo assim, defende-se a correlação desses termos para a distinção do agricultor familiar ante o processo de modernização e tecnificação do campo¹⁹.

Portanto, conclui-se que se por um lado a situação camponesa expressa aviltantemente a exploração da força de trabalho, o sobretrabalho e a subordinação à grande propriedade e indústria; por outro lado, a estrutura social enfatiza o forte papel do patrimônio (propriedade da terra e dos meios de produção) como condição *sine qua non* de existência e coexistência. Assim, o *éthos*, os códigos, os valores e princípios éticos, a cultura e a identidade dos camponeses são, certamente, reelaboradas na sociedade contemporânea. Sob essas circunstâncias, o camponês espelha traços laudativos para a definição da agricultura familiar. Destarte, é que o debate das categorias analisadas não esgota, nem tampouco permite homogeneizá-las em proposições reducionistas.

3.2 Teorias e conceitos da agricultura familiar

Em consonância com Kageyama e Bergamasco (1989/1990, p.56 e 62), a agricultura familiar é concebida como “um conjunto de unidades familiares de agricultura, caracterizadas por serem dirigidas pelo produtor (chefe da família) e utilizarem mão de obra familiar”. Adendam que a dinâmica socioeconômica dessa atividade é expressiva para sua qualificação, inclusive a heterogeneidade da produção para o provisionamento e para o mercado, pois:

Não se pode tratar a produção familiar como se fosse um segmento autônomo ou guiado por alguma forma particular de racionalidade divergente da que permeia a economia capitalista. Sua particularidade, em relação ao resto da agricultura capitalista da qual faz parte, é depender – em maior ou menor grau – do trabalho direto da família proprietária dos meios de produção. Mas sua "racionalidade econômica" não pode escapar do mecanismo geral vigente na sociedade capitalista, de busca de um excedente da produção. Se esse excedente não pode ser chamado de lucro, por servir apenas para cobrir as necessidades básicas do consumo e do próximo ciclo produtivo, ou se geralmente os pequenos produtores familiares não logram obter esse excedente é outra questão. Ela não nega, porém, a inserção desses produtores no sistema produtivo e nos mercados capitalistas, fato que lhes

¹⁹ Marques (2002, p.109) pontua que o campo apresenta-se como “um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano”. Ou seja, o grau de intensidade dos laços e das relações verificados no campo depende essencialmente da forma como os grupos sociais atuam e se relacionam com a terra, podendo implicar questões de sentimento de localidade.

impõe certas normas gerais, ainda que adaptadas a uma organização familiar da unidade produtiva.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2014a), a importância da agricultura familiar reside na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Além dessas qualidades, registra, ainda, o dinamismo e a organização como essenciais para a inserção no mercado, uma vez que não é um setor estagnado da economia.

Corroborando, Carvalho e Monteiro (2012, 2015) definem agricultura familiar como a posse e uso da terra pelo grupo familiar, a qual consiste na gestão da produção e investimentos, validada, primordialmente, por trabalhadores com grau de parentesco. Tal situação implica na distribuição equitativa da operacionalização da atividade produtiva.

Também para Brasil (2014a), a agricultura familiar é uma prática de produção na qual prevalece a harmonia entre gerência e trabalho, devido aos agricultores familiares conduzirem o processo produtivo assentado na diversificação e na utilização da mão de obra familiar e, eventualmente, pela força de trabalho assalariado.

Mas, para Wanderley (2001, p.37 e 41), os agricultores familiares “são depositários de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural²⁰”. Portanto, em função dessas mudanças no padrão técnico e nas relações sociais do trabalho no setor primário da economia, advoga a agricultura familiar “como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna”. Porém, não rompe totalmente e em definitivo com sua tradicionalidade, pois é essa característica que lhe permite reproduzir-se no mundo.

Segundo Lamarche (1997, p.21), a capacidade de adaptação às transformações em curso, naturais ou humanas, justifica a preservação de traços únicos desta categoria social, já que “as explorações que se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização da terra ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado”.

Nessa perspectiva, o dito autor ressalta que o agricultor familiar não se caracteriza apenas pela quantidade de terra que possui e dos meios de produção, mas por ser elemento de

²⁰ Veiga (2002) considera o meio rural um espaço marcado pelo desenvolvimento do setor primário, como também das atividades não-agropecuárias, os centros urbanos de municípios de baixa densidade demográfica, pequena população e predominância de tais atividades na economia local.

referência e convergência das situações impostas contraditoriamente pelo capital na agricultura. Ou seja:

Distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social no sentido marxista do termo. [...] Toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis. O enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui um elemento de análise essencial da exploração familiar agrícola (LAMARCHE, 1997, p.18).

Alicerçado nas opiniões de Wanderley (2001, 2003) e Lamarche (1997), destaca-se a análise de Medeiros (1997), a qual julga aquela atividade como uma unidade de produção cujo estabelecimento fundiário está intrinsecamente ligado às práticas familiares. Desse modo, a agricultura familiar não só recobre uma diversidade de situações, como retém uma ampla teia de significados sobre aspectos de natureza econômica, social, cultural e ambiental.

A propósito, Schneider (2003) enfatiza que mesmo inserido aos circuitos modernos da economia, o agricultor familiar preserva suas características sociais e culturais do passado, expressadas, por exemplo, pela dinâmica pluriativa, que pode ser entendida como a união de múltiplas atividades. Por conseguinte, esse novo atributo deve funcionar como mecanismo de (re)afirmação de sua existência e resistência no mundo. Além disso, acentua que a família é o elemento central no critério de compreensão das unidades de produção familiares. Sendo assim, as relações de parentesco e herança desempenham funções essenciais para sua contextualização.

É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. [...] Contudo, a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas (SCHNEIDER, 2003, p.114).

Já Abramovay (2007, p.153) concebe que a agricultura familiar não se caracteriza como um pequeno negócio, pois depende do número de pessoas da família que trabalham no estabelecimento, nível de modernização e integração com a circulação das mercadorias. Todavia, a despeito dessa configuração, ela se consubstancia como um setor ativo no sistema capitalista. Para tanto, esclarece:

O que é um estabelecimento agrícola familiar? A primeira imagem que nos vem ao espírito, quando fazemos esta pergunta, é de um lugar bastante pobre, habitado por muita gente, particularmente por grande número de crianças e trabalhando com instrumentos tecnicamente precários. Essa imagem é tão forte que não hesitamos em associar a noção de familiar com algo frágil e sem poder econômico. O que os exemplos dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa, em suma, de todos os países capitalistas centrais, mas também de boa parte do sul do Brasil e de São Paulo mostram é que familiar não é necessariamente sinônimo de precário: a existência de unidades produtoras contando majoritariamente com o trabalho da família, mas que são “grandes” quanto a seu volume e valor da produção é a regra no Hemisfério Norte. [...]. A classificação que Radoje Nikolitch empregou para demonstrar esta questão é a seguinte: *Family farms* (unidades familiares de produção) são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família.

Assim, indica “o dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a completa integração aos mercados”, como fatores decisivos para conceituar a agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2007, p.171).

Ressalta-se que essa análise se assenta na teoria formulada por Lênin (1982), a qual previa a ruína da pequena produção, por meio de um processo de diferenciação, o qual era preponderantemente circunscrito aos países onde a penetração do capital na agricultura fosse mais adiantado, pois com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, a oferta excessiva de mão de obra à indústria ocorreria às expensas da população agrícola.

Mas, para Chayanov (1974, p.104, tradução nossa), essa possibilidade de desaparecimento não se concretizaria, uma vez que os pequenos produtores arrendavam a terra e compensavam a falta de capital, aumentando o montante de força de trabalho na unidade familiar. Dessa maneira, constata que “o capital não é determinante aritmético do volume da atividade, mas apenas uma das condições nas quais o determina a família”.²¹ Destarte, assevera que a dinâmica da agricultura familiar, ou seja, a intensidade do cultivo se

²¹ El capital no es determinante aritmético del volumen de la actividad sino sólo una de las condiciones en las cuales lo determina la familia.

baseia no tamanho do estabelecimento, da família trabalhadora e da demanda, o que manifesta que a produção bruta é determinada pela composição da família, número de filhos e faixa etária, os quais influenciam a relação entre a capacidade de produção e a necessidade de consumo. Em vista disso, realça que a necessidade do consumo vinculado à subsistência da família é indispensável para o entendimento da força do trabalho familiar e das expectativas de sua reprodução.

Ademais, argumenta que a performance das unidades agrícolas deriva do balanço trabalho/consumo, que a combinação dos fatores de produção, terra, mão de obra e capital, apresentam-se favoráveis para a satisfação das necessidades da família, desde que seja sistematizada organizadamente. E, caso ocorra desequilíbrios no uso dos meios de produção, a solução para a existência familiar se encontra na realização de atividades rurais não agrícolas, particularmente, artesanais e comerciais (CHAYANOV, 1974).

Para Wanderley (2003, p.43), a transformação da terra em mercadoria, resultante do desenvolvimento das forças produtivas que, conseqüentemente, estabeleceu um novo patamar de aproveitamento da agricultura e do meio rural, não implicou na implantação de uma forma social única e homogênea, senão ampliou as perspectivas de compreensão das disparidades impostas aos agricultores familiares. Por isso, pontua que:

Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras.

Nessa perspectiva, denota-se que a combinação entre o tradicional e o moderno, a qual envolve a posse e uso da terra em conjunto com as relações simbólicas e culturais, confere ao agricultor familiar uma qualidade específica, o de ser um protagonista num rural marcado por novos estilos de vida, que se traduzem pelo uso intensivo de capital, tecnologia e informação.

Desse modo, Wanderley (2003, p.47) advoga que é a raiz histórica, o elemento definidor do agricultor familiar, isto é, “o agricultor é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato”. Assim, o que define a eles a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade é a dupla referência à continuidade e à ruptura.

Para Gomes (2009), essa concepção de ator social globalizado legitima uma lógica de resiliência na qual o agricultor pensa e age sobre o espaço. E nessa condição de ator,

incorpora e articula, particularmente, duas dimensões: uma cultural, ligada aos modos de vida, e outra, conjuntural, determinada pela necessidade de se adaptar aos novos imperativos econômicos e institucionais de produção e consumo.

Ao mesmo tempo, devido reputar que o agricultor passa por transformações cujas regras são ditadas pela força centralizadora do capital, Wanderley (2003, p.58) salienta a complexidade em conceituá-lo precisamente, uma vez que “não é um personagem passivo, sem resistência diante das forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo”.

Porém, para o Estado a noção de agricultor familiar encerra critérios técnicos que manifestam objetivos produtivistas. Dessa forma, visando diminuir as distorções socioeconômicas para o agricultor familiar, o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, institucionalizou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF 1), pressupondo o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, de modo a assegurar-lhes melhorias na capacidade produtiva e na renda.

Para tanto, reconheceu como determinantes os resultados do estudo realizado pelo convênio de cooperação técnica entre a FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, baseados no Censo Agropecuário de 1995/96, definiram a agricultura familiar através de três características fundamentais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p.4).

Nesse cenário, o convênio INCRA/FAO (2000) estruturou uma tipologia que congregava os agricultores familiares em quatro grupos de renda, de modo a demonstrar a heterogeneidade dos trabalhadores, relativamente à diferenciação socioeconômica que associava os tipos A, B, C e D a, respectivamente, agricultor capitalizado, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizado.

Assim sendo, em virtude do reconhecimento da complexidade dos conceitos, o governo brasileiro instituiu o PRONAF (2), por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, na qual estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos destinados à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em que esclarece:

[...] Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Ressalta-se, consoante ao convênio INCRA/FAO (2000), que o módulo fiscal é uma unidade de medida que varia de cinco a 110 hectares, conforme o município, e representa a área necessária para as propriedades rurais serem julgadas economicamente viáveis. Outrossim, que para sua definição contemplou o tipo de exploração predominante nos municípios, a renda obtida dessa exploração e outras fontes consideradas expressivas na área a ser utilizada, além do conceito de propriedade familiar instituída no Estatuto da Terra, por meio da Lei nº 4.504, de 1964, no inciso II, do art. 4º, como “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros”.

Logo, confere-se que a propriedade familiar é concebida como um imóvel rural com área máxima fixada por lei, seguindo as características físicas e econômicas de cada região, cuja exploração é realizada diretamente pelo agricultor e sua família e, quando necessário, conta com a colaboração de terceiros.

Segundo o referido Convênio, essa conformação visava assegurar emprego e renda no campo, instaurar a segurança alimentar e promover o desenvolvimento rural mas, principalmente, inserir a agricultura familiar à competição do mercado doméstico e global. Entretanto, tal política não sucumbiu às disparidades sociais e econômicas entre a pequena e a grande propriedade.

Por conseguinte, faz-se mister enfatizar que a motivação para a criação do PRONAF se assentou na perspectiva de superar o problema do crédito na produção familiar. Todavia, em consonância com Tonneau, Aquino e Teixeira (2005, p. 73), mesmo com o PRONAF, o crédito continuou seletivo e excludente, em decorrência dos parâmetros definidores da distribuição se embasarem no significado de “verdadeiro agricultor”, ou seja, em “um profissional com forte visão empresarial e dependente, pelo menos em 80% de sua renda familiar, do desenvolvimento da atividade agrícola”.

Por isso, em função de concordar com Wanderley (2003), de que a concepção da política do PRONAF é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura globalizada e, de certa forma, resultar da própria ação do Estado, reconhece-se que os princípios do Programa reforçam a opção produtivista e setorial.

Assentado nessa contextura, afirma-se que a agricultura familiar é uma instituição social que tem por finalidade a reprodução da família, e que, ainda que modernizada, não eliminou suas características camponesas. A relação entre família, terra e produção agrícola é a base existencial do agricultor familiar. Destarte, a institucionalização do conceito agricultor familiar amplia as possibilidades desse segmento conviver e resistir aos imperativos da grande lavoura capitalista.

Desta forma, conclui-se que a operacionalização técnica do termo agricultor familiar não o destitui socialmente, senão marca profundamente sua significância na história agrária e agrícola, e evidencia o reconhecimento do qual merece sua formação identitária. Nesse sentido, defende-se a opinião de que embora o agricultor familiar manifeste novos hábitos na maneira de produzir e viver, não rejeita a combinação entre o tradicional e o moderno para a organização de seu trabalho e perspectivas de resistência. Em virtude desse entendimento, destaca-se, a seguir, o imperativo do itinerário reflexivo sobre a contextualização do conceito agricultura familiar no Brasil e em outros países.

3.3 Recorte histórico sobre a agricultura familiar no mundo e no Brasil

Dados da FAO (2014b) estimam que 56% da produção mundial de alimentos são provenientes da agricultura familiar, uma vez que ocupam 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul.

Concomitante aos estudos da FAO, as análises de Graeub et al. (2016) apontam que a agricultura familiar responde por cerca de 53% do montante da produção agrícola global e das propriedades rurais e por 98% das lavouras temporárias ou não, o que evidencia o dinamismo no contexto da segurança alimentar e a necessidade de maior atenção nas agendas políticas dos países e dos organismos internacionais.

Contudo, não obstante tal performance, destaca-se que as narrativas teóricas de interpretação da ação governamental e do debate acadêmico sobre o termo agricultura familiar é originário dos Estados Unidos da América e da Europa.

Em conformidade com Navarro (2010), por um lado, a colonização estadunidense, especialmente das terras localizadas na região Norte, abrigou um considerável contingente de colonos migrantes do velho continente, identificados como *farmers*, os quais constituíram unidades de produtores agrícolas que, gradualmente, foram integrados aos mercados e articulados à vida econômica do país. Mas, é somente a partir da década de 1930 e, sobretudo, após os anos 1950, que ocorre a consagração desse grupo, incentivada pelas políticas estatais de modernização das propriedades. E, por outro lado, intelectuais marxistas europeus estudaram sobre o universo da sociedade camponesa inglesa e francesa, principalmente em relação à organização econômica, às facetas culturais, às tradições e aos processos sociais típicos daquela categoria. Ademais, registra que a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que na década de 1990 passou a se chamar União Europeia (UE), difundiu a terminologia na medida em que as ações de reestruturação ou reconversão produtiva dos países que compõem o Bloco acelerou a integração econômica dos produtores rurais, fortalecendo a agricultura familiar.

Corroborando com esse panorama, Abramovay (2007, p.32, grifo do autor) registra que o progresso desta atividade nos Estados Unidos, Canadá e países da UE, em particular, requereu a diligência do setor público em intensificar o aparato técnico e inserção na economia de mercado, o que possibilitou maior produtividade em consonância com o

rebaixamento sistemático do valor da força de trabalho. Nessa conjuntura, reclama que as intervenções do Estado:

[...] foram a *condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista*: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura do consumo dos assalariados fosse cada vez menor e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e início dos anos de 1970. [...] O peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica formam o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica.

No entanto, de acordo com a interpretação de Ortega (2008), a adoção da Política Agrária Comum (PAC) na Europa como modelo de desenvolvimento rural²² pautado no padrão tecnológico da revolução verde, que se caracteriza pelo incremento intensivo de insumos químicos e máquinas modernas no campo, apesar de provocar a superprodução da agricultura, desencadeou um descompasso marcado por queda dos rendimentos, impactos ambientais, exclusão de cidades e produtores do processo de modernização, êxodo rural e pressão internacional. Patenteia que a solução para a crise foi a criação, em 1991, do Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), que redundou na reformulação da política do PAC, baseado no desenvolvimento das potencialidades locais dos territórios, a qual a participação da população e dos agentes econômicos contribuiu na elaboração e gestão de projetos de geração de emprego e renda, contemplando inclusive a agricultura familiar.

Mas, nos países onde a economia é reconhecida como atrasada, os problemas estruturais do setor agrário, como a concentração da terra e da renda, o peso da proletarianização dos agricultores e os interesses do capital privado, interferem negativamente na sustentabilidade daquelas unidades, já que para Abramovay (2007, p.268):

²² Para Ortega (2008), o desenvolvimento rural centra-se em capacidades e potencialidades em nível territorial, no aproveitamento dos recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar estratégias de sobrevivência apoiadas não só na inserção nos mercados de produtos agrícolas e pecuários (na medida em que estes lhes são acessíveis), mas também em outros mercados de produtos e serviços (agroindustriais, artesanato, etc.).

O encontro entre desenvolvimento e equidade ainda não se deu na América Latina. [...] Por mais arriscado que seja envolver o conjunto da América Latina num só bloco, existem alguns traços comuns que não podem ser escamoteados ou tomados como particularidades nacionais. O mais importante e recorrente refere-se à concentração da renda e, sobretudo, à persistência da miséria absoluta.

Nesse sentido, ressalta-se, segundo Salcedo e Guzmán (2014, p.17, tradução nossa), que devido à heterogeneidade socioeconômica e cultural dos agricultores familiares na América Latina e no Caribe, torna-se difícil determinar uma tipologia de agricultor familiar. Todavia, essa objeção não impede a descoberta de atributos significativos dos agricultores familiares, como a capacidade de garantir segurança alimentar, gerar empregos, reduzir a miséria e conservar a biodiversidade e as identidades culturais, qualidades convincentes e indispensáveis que cadenciam a constituição de uma agenda de investimentos governamentais que valorize as cadeias produtivas. Logo, “uma definição certa deste segmento possibilita o dimensionamento do setor, aumenta sua visibilidade, facilita a focalização de políticas e programas e, portanto, permite um melhoramento da ação pública e de seus impactos”.²³

Os referidos autores também salientam que as origens da expressão agricultor familiar se assentam no pensamento europeu sobre campesinato, sobretudo nas ideias de Chayanov, por ter definido a *unidad económica campesina* como uma base de reprodução social e econômica, haja vista compreenderem que a sustentabilidade da vida camponesa ser determinada pelo modo como se organiza a produção. Para tanto, é fundamental a composição da família, a demanda de consumo, o número de trabalhadores e as condições de trabalho.

Destarte, para Maletta (2011), a teoria de Chayanov presidiu o reconhecimento da organização produtiva da pequena propriedade na região, inclusive cunhando a concepção de *unidad económica familiar*, a qual designava uma área de tamanho reduzido, suficiente para assegurar o sustento de uma família, cuja força de trabalho era atendida pela própria família. Realça que tal definição foi utilizada como requisito para o processo de reforma agrária durante o século XX.

Entretanto, a despeito dessa contextura, somente no início do século XXI a agricultura familiar adquire eminência política, importância econômica e função social entre os países latinos e caribenhos, pois de acordo com Salcedo e Guzmán (2014, p.20, tradução nossa), em

²³ [...] una definición certera de este segmento posibilita el dimensionamiento del sector, aumenta su visibilidad, facilita la focalización de políticas y programas y, por lo tanto, permite un mejoramiento del accionar público y de sus impactos.

virtude da necessidade de critérios para o uso do conceito de agricultura familiar, o debate sobre o tema despertou os interesses regionais.

Na ALC²⁴, a expressão “agricultura familiar” foi reconhecida oficialmente no ano 2004, com a criação da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF). No interior desta entidade, e de forma inédita para ALC, os Estados parte do MERCOSUL, no âmbito da REAF, elaboraram de forma conjunta e implementaram uma definição única de agricultura familiar para a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Com o objetivo de propiciar o reconhecimento mútuo dos agricultores familiares em cada um dos países, para o qual se estabeleceram critérios gerais que permitem limitar o setor, e parâmetros particulares de distinta magnitude para aplicá-los de acordo com a realidade de cada país e incluso no interior de cada um.²⁵

Contudo, não obstante esse cenário, enfatiza-se, consoante Leporati et al. (2014), a existência de desigualdades e limites que se revelam, sobretudo, na estrutura fundiária, no potencial produtivo e na participação nos mercados, já que 23% da superfície agrícola estão nas mãos dos agricultores familiares, dos quais 60% orientam a produção para a subsistência, 28% transitam a produção entre o autoconsumo e a comercialização e 12% se encontram consolidados com o mercado. Dessa forma, registra que na América Latina e no Caribe os agricultores familiares são caracterizados pela insuficiente quantidade de recursos produtivos (terra, capital e tecnologia) e restrita relação com o mercado, o que afeta a reprodução da unidade de produção familiar, provocando a venda da força de trabalho e migrações.

Tendo em vista essa configuração, Lamarche (1997) constata que a presença da exploração familiar se justifica, principalmente, por sua excepcional capacidade de adaptação a tormentos socioeconômicos, políticos, naturais ou outras associações. Por conta disso, pontua que a reprodução nos países de capitalismo avançado e nos países em desenvolvimento se apresenta desnivelada, derivado da forma como os governos determinam as intervenções na economia agrícola.

Acrescenta-se que especificamente quanto à agricultura brasileira, Zuquim (2007) realça que desde a colonização predominou a grande empresa rural sobre a pequena

²⁴ América Latina e Caribe.

²⁵ En ALC, la expresión “agricultura familiar” fue reconocida oficialmente en el año 2004, con la creación de la Reunión Especializada de Agricultura Familiar (REAF). Al interior de esta entidad, y en forma inédita para ALC, los Estados parte del MERCOSUR, al alero de la REAF, elaboraron en forma conjunta e implementaron una definición única de agricultura familiar para Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Ello, con el objetivo de propiciar el reconocimiento mutuo de los agricultores familiares en cada uno de los países, para lo cual se establecieron criterios generales que permiten acotar al sector, y parámetros particulares de distinta magnitud para aplicarlos de acuerdo a la realidad de cada país e incluso al interior de cada uno.

propriedade, o que redundou na expansão das monoculturas, causando disparidades socioeconômicas entre os espaços urbanos e rurais, e o aumento dos impactos ambientais.

Nesse sentido, para Zangaro (1998), os incentivos governamentais para a modernização agrícola, implementados a partir da segunda metade do século XX, com a finalidade de integrar o campo ao setor industrial, privilegiaram o setor produtivista, cujos interesses rentistas proferiam o discurso que as formas tradicionais de produção familiar eram um obstáculo para o desenvolvimento do país.

Registra-se que até os anos 1980 esse procedimento dificultou a implantação de soluções para reduzir as distorções da estrutura fundiária e de investimentos creditícios, que para Navarro (2010), são questões centrais no conjunto dos problemas enfrentados pelas pequenas propriedades, que sumariamente eram taxadas como subdesenvolvidas.

Em função dessa conjuntura, a partir da década de 1990, ganha destaque na literatura e nas políticas públicas a expressão agricultura familiar, formulada em contraposição à concepção da agricultura camponesa e pequena produção, por explicitar maior competitividade e dinamismo às atividades produtivas de base familiar (ORTEGA, 2008).

Para Schneider (2003), o termo agricultura familiar, além de ter sido originado da visão norte-americana sobre *family farms* ou unidades familiares de produção, o debate para sua institucionalização envolveu representantes do sindicalismo rural, Estado e academia.

Segundo Sauer (2008), para materializar sua inserção foram relevantes as pesquisas realizadas por equipes da FAO e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em convênio com o então Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o INCRA, que avaliaram os indicadores socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária e outros segmentos da agricultura familiar.

Salienta-se que os resultados técnicos provocaram a substituição da noção de pequeno produtor por agricultura familiar nas pautas de negociações e formulações teóricas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Assim, durante o 6º Congresso da CONTAG realizado em Brasília, em 1995, foi enfatizada a relevância da reforma agrária e a ampliação da agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento rural, o que levou o Estado a assumir definitivamente essa terminologia.

Destarte, em 1996 foi institucionalizado o PRONAF, através do Decreto nº 1.946, como um instrumento político do Governo Federal, cuja elaboração e interpretação contaram

com a crítica dos movimentos sindicais e intelectuais acerca dos marcos definidores para proposição do conceito de agricultura familiar, em razão de estabelecer como critérios o tamanho da propriedade, o uso da mão de obra e os limites de renda bruta (SAUER, 2008).

Registra-se que diversas pesquisas no meio acadêmico foram significativas para a consolidação da expressão, dentre as quais se destaca a de Kageyama e Bergamasco (1989/1990), que constataram que a agricultura familiar desempenhava um papel preponderante no setor primário, posto que dos 5.151.155 estabelecimentos rurais existentes em 1980, 3.688.418 eram caracterizados como familiares, o que revelava que 71,6% das unidades agropecuárias eram compostas por unidades familiares de produção.

Dessa maneira, reconheciam que sem embargo esse cenário contrariar a lógica historicamente imposta de que tal categoria era subdesenvolvida e destinada à fatalidade, esse quadro não negava as transformações na estrutura de classes causadas pela modernização e industrialização implementadas desde a década de 1960, e que através de variáveis estatísticas classificaram os estabelecimentos rurais segundo tipologias que consideravam a composição da força de trabalho (com distinção entre trabalho familiar não remunerado e contratado - permanente e temporário), o tamanho das propriedades e o uso de tratores; explicitava que os agricultores familiares puros, que não contratavam trabalho externo a produção agrícola, utilizavam baixo nível técnico na produção agrícola; que os agricultores familiares complementados por mão de obra temporária consorciavam a força de trabalho familiar com a mão de obra temporária; e, que as empresas familiares constituídas por força de trabalho contratada, temporária e/ou permanente, era auxiliada com modernas práticas de produção.

Para Ortega (2008), os resultados positivos dessa resistência do agricultor familiar, refutam as previsões de seu extermínio e manifestam sua capacidade de construir caminhos e alternativas de sobrevivência. Nesse sentido, reclama que essa competência de elaborar respostas deve envolver agentes ou grupos dispostos a direcionar uma trajetória de desenvolvimento focado na economia de base local, onde o rural é uma peça fundamental, na implementação de políticas públicas.

Assim, de acordo com Schneider (2003, p.100, grifo do autor), o PRONAF abriu novas perspectivas para as demandas do sindicalismo rural, revigorando nos estudiosos a curiosidade sobre a situação social, econômica, ambiental e cultural da agricultura familiar:

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a

defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas* (juros menores, apoio institucional etc.). [...] Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990 assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verifica-se, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação do mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Corroborando, Sabourin (2009) sublinha que a institucionalização do PRONAF e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 1999, simbolizam conquistas para a agricultura familiar, haja vista o poder de *lobby* da agricultura empresarial no âmbito do Congresso Nacional, personificado nas ações da chamada Bancada Ruralista (composta por parlamentares do setor agropecuário e/ou defensores do agronegócio).

Já para Sauer (2008, p.20), a despeito de o PRONAF representar a legitimação conceitual do agricultor familiar pelo Estado e configurar-se em um marco na história agrária brasileira, uma vez que reconhece o contexto de exclusão a que estiveram expostos, sobretudo dos programas governamentais de acesso ao crédito rural, compreende que o emprego do termo visou principalmente:

[...] romper com as noções relacionadas a certos setores rurais como a “pequena produção” ou “produção de subsistência” (ou mesmo com a noção de produção camponesa, especialmente porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”; baixa produtividade (“pequeno produtor”) e não-inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de “subsistência”).

Não obstante a formatação da tipologia agricultor familiar, sua oficialização e amparo legal só se efetivaram com a Lei nº 11.326, de 2006. No entanto, em consonância com Altafin (2008), a definição se centrou numa caracterização de um grupo muito heterogêneo, prevalecendo apenas critérios técnicos, excluindo-se, portanto, as distintas objetividades e subjetividades regionais.

Nessa perspectiva, para Sabourin (2009, p.146), o PRONAF se consubstanciou em uma política limitada e seletiva, na medida em que o crédito disponibilizado para

reestruturação das unidades produtivas familiares “beneficiou principalmente os agricultores mais abastados em capital e articulados com a rede bancária, essencialmente nos estados do Sul do Brasil”.

Já consoante a Marques (2008, p.61), em decorrência de o conceito ter sido aceito sem provocar grandes reflexões na comunidade acadêmica, no governo, nos representantes sindicais e movimentos sociais, ou ainda entre os próprios agricultores, enfatiza que:

Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Com base nesse panorama, Abramovay (2007, p.143) realça que o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea, em diversas escalas espaciais, é provavelmente “aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social”.

De fato, constata que devido ao intenso processo de internacionalização do capitalismo na agricultura, as mudanças na organização e gestão das unidades familiares de produção determinarão a eliminação da economia camponesa. Dessa maneira, destaca ser injusto associar “[...] agricultura familiar e pequena produção ou produção camponesa [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p.171).

Porém, conforme Wanderley (2003, p.58), o agricultor familiar constrói sua própria história no centro de um campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural em profundas transformações, e o faz recorrendo à sua própria experiência e trajetória camponesa, buscando “adaptar-se às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural”.

Assentado nessa contextualização, compreende-se que se por um lado a agricultura familiar reclama sua heterogeneidade, complexidade e importância no Brasil, por outro lado, demonstra uma participação residual das políticas governamentais, haja vista criticar-se o reduzido apoio financeiro, acesso à terra e crédito, insumos e tecnologias indispensáveis para sua reprodução social.

Por conseguinte, entende-se que o agricultor familiar mistura elementos de “rupturas” e “continuidades”, por combinar o tradicional com o moderno visando à defesa da terra como espaço da família, do trabalho, das lutas e conquistas, e do seio de preservação da cultura, identidades e biodiversidade.

Com base na análise, reconheceu-se que a conceituação de agricultor familiar se sustenta progressivamente e socialmente na racionalidade das categorias pequena propriedade, pequena produção e camponês, que apesar de distintas dialeticamente, complementam-se reciprocamente, pois legitimam a coerência do modo de viver do agricultor familiar. Como também, que a agricultura familiar expressa disparidades socioeconômicas inerentes ao nível de desenvolvimento dos países e, conseqüentemente, às políticas de desenvolvimento na atividade que, particularmente no Brasil, são insatisfatórias.

Contudo, sem embargo a institucionalização da agricultura familiar por meio do PRONAF e o emprego ideológico do termo por movimentos sociais e circuitos acadêmicos vinculados à questão agrária, percebe-se a luta diária desse segmento social resistir aos imperativos e às contradições impostas pela reprodução do capital. Ressalta-se, portanto, que essa configuração assinala um conceito em construção.

Sendo assim, infere-se que a pluralidade das definições acerca da abordagem da agricultura familiar aponta um horizonte epistemológico que não se encerra em concepções unívocas e tampouco em princípios de natureza econômica, senão que conforma-se em uma instituição social calcada nas virtudes²⁶ da sociedade camponesa, por isso persiste às rugosidades²⁷ espaço/temporal. Seguramente, esse cenário ilustra o objeto de investigação, o município de Uruçuí, uma vez que a ocupação do Cerrado pelo agronegócio interferiu no uso dos recursos naturais, nas relações sociais de trabalho e nos modos de vida rurais.

Nessa perspectiva, debate-se no capítulo seguinte, como o agronegócio responde às externalidades da globalização, que referenciam e influenciam aspectos da produção econômica, conferindo-lhe uma feição particular, no sentido analisado por Santos (2009), para quem o agronegócio é responsável por coordenar uma agricultura propriamente científica, comandada pelo capital financeiro internacional e marcada pelo aprofundamento e difusão das

²⁶ Para Ribeiro (2012), as virtudes consistem em qualidades que sublinham as tradições e as impedem de desaparecer.

²⁷ Santos (2009, p.140) considera rugosidades ao que fica do tempo histórico como formas isoladas ou como arranjos, ao que permanece do processo de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e reproduzem em todos os lugares. Ou seja, as rugosidades “nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”.

técnicas, mas, principalmente, por novos significados quanto à produção agrícola e quanto às relações sociais de trabalho e com os ecossistemas naturais. Alicerçado nesse entendimento, examina-se como o agronegócio produz e reproduz eventos que alteram a paisagem rural brasileira, vendo-o como protagonista do processo de modificação do campo, sobretudo, no Cerrado, cujo resultado se verifica, preponderantemente, na subordinação da agricultura familiar, na concentração fundiária e na exaustão dos bens ambientais. Outrossim, realça-se os interesses políticos e econômicos do Estado e grupos empresariais dominantes para a instalação e expansão do agronegócio, que através de *benesses* (capitais e infraestrutura necessários aos produtores) consolidaram a integração entre agricultura/indústria/mercado financeiro e a internalização de um novo *modus operandi* no campo, como em Uruçuí.

4 AGRONEGÓCIO: TEORIAS, CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

Argumentou-se, no capítulo anterior, a impossibilidade de distinção da história social da agricultura familiar, sem considerar os formatos e circunstâncias que repercutiram na homogeneização do campo. A partir dessa ressalva, registra-se que no atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, a agricultura empresarial, cujo perfil se assenta na produção agrícola, visando à proeminência do capital, evidencia-se dependente do incremento de pacotes tecnológicos e do mercado externo.

Salienta-se que essa conformação sublinha que o agronegócio se apresenta como elemento responsável por profundas transformações no espaço agrário, por constituir o conjunto de relações ao longo de um sistema produtivo, que vai desde a experimentação (área de pesquisa) até a entrega do produto final ao consumidor. Nesse sentido, Pereira (1996) ressalta que o agronegócio engloba gestão e controle dos negócios de cadeias produtivas, não se restringindo à atividade agrícola nem à atividade pecuária, tampouco à atividade rural.

Sendo assim, Heredia, Palmeira e Leite (2010) assinalam que a origem e a expansão do agronegócio no Brasil foram condicionadas pelo Estado e pelas políticas públicas, através das disponibilidades de incentivos (subsídios, terras, infraestrutura, assistência técnica, etc.) e ações (arrocho salarial, intervenção cambial, controle da inflação, abertura comercial, etc.) que atuaram preponderantemente a favor dos grandes grupos empresariais, sobretudo, das multinacionais (*tradings*) do setor agroindustrial.

Logo, com a finalidade de analisar as implicações do agronegócio no meio rural brasileiro, este capítulo se compõe de três itens. O primeiro versa a respeito das múltiplas abordagens teóricas e conceituais do agronegócio. O segundo examina as ideias de agronegócio no âmbito da subordinação da agricultura familiar. E o terceiro trata do contexto político/econômico que viabilizou sua implantação e consolidação, destacando as posições e oposições desse processo sobre a economia, a propriedade da terra e o meio ambiente.

4.1 Agronegócio: abordagem teórica e conceitual

De acordo com o convênio CEPEA/CNA (2013), agronegócio se configura na soma, com as devidas ponderações, de três segmentos: insumos para a agropecuária ou operações

“antes da porteira”; produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”; agroindústria (processamento) e distribuição, que respondem às atividades “pós-porteira”.

Já para Antonello (2011), agronegócio consiste na integração externa da economia rural, devido a protagonizar a coesão de capitais agrários, agroindustriais e financeiros.

Consoante Graziano da Silva (1998), as concepções retrocitadas derivam de *agribusiness*, expressão surgida nos Estados Unidos da América em meados da década de 1950, quando os estudiosos John Davis e Ray Goldberg, da *Harvard Business School*, perceberam que agricultura, pecuária e atividades ligadas a elas não deveriam ser analisadas separadas, haja vista as interdependências dos negócios dos três setores econômicos. Para tanto, através do conceito da matriz insumo/produto derivada da teoria neoclássica da produção de Wassily Leontief²⁸, organizaram aqueles setores segundo a integração de um sistema agroindustrial. Sendo assim, definiram-no como a soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, nas práticas de cultivo e na colheita na fazenda; e armazenamento, beneficiamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.

Essa fundamentação embasa a visão analítica e compreensiva da dependência intersetorial existente entre o setor primário e os demais, quanto a sua parcela de contribuição para a formação do Produto Nacional Bruto (PNB) do país. Inclusive, Zylbersztajn (1995, p.117), nota que:

A produção de alimentos no período pós-guerra passou a ser crescentemente dependente de insumos industrializados que passaram a ser adquiridos no mercado, ao invés de produzidos localmente. Adicionalmente as atividades de armazenagem, processamento e distribuição passaram a ser muito complexas para serem conduzidas integralmente pelo produtor rural.

Por conseguinte, constata que o conceito de agronegócio inclui estágios sucessivos dos fluxos de *commodities* agrícolas (bens que apresentam um determinado padrão para o mercado, que não sofrem processos de manipulação ou que são pouco alterados) e agroindustrializados, influências governamentais, mercados futuros e associações comerciais, que atuariam no sentido de coordenar as flutuações dos preços e verticalizar a produção, visto que se estabelecem relações de dependência entre indústrias a montante (D_1), que produzem

²⁸ A matriz insumo/produto permitiu calcular o fluxo de entrada que deve ocorrer para se obter determinado fluxo de saída, entre insumo e produtos (PEREIRA, 1996).

bens de capital e insumos básicos para o campo; estabelecimentos rurais; indústrias a jusante, que processam alimentos; logística; e o mercado consumidor. Nesse sentido, enfatiza que a construção da ideia de agronegócio possui ampla aplicação, que vai desde o desenho de políticas públicas até arquitetura de organizações e elaboração de estratégias corporativas. Logo, explicita o papel do Estado, das firmas, das cooperativas, das associações, do aparato²⁹ tecnológico, dos mercados, ou seja, da eficiência institucional como requisito indispensável para a dinâmica do agronegócio (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Por outro lado, Graziano da Silva (1998, p.66-67) esclarece que em função da interdependência das conexões setoriais existentes, isto é, das necessidades e interesses de cada componente do sistema, a produção agrícola se coloca como parte de um diversificado conjunto setorial macroeconômico da agricultura industrializada, como consequência de sua relação “com o mundo dos grandes negócios”. Destarte, ressalta que o conceito de *agribusiness* no paradigma americano “nada mais é do que um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca”. Dessa maneira, entende que o agronegócio se caracteriza essencialmente por critérios operacionais para a organização produtiva dos segmentos que o formam, desconsiderando, portanto, as questões sociais e ambientais na composição do mesmo.

O dito autor enfatiza também estudos do francês Louis Malassis, assentados em quatro setores: empresas, agropecuário, indústrias processadoras e distribuidores de alimentos, que empregou a expressão *filière* ou cadeia para instituir a terminologia Setor Agroalimentar (SAA). Sendo que o primeiro fornece à agricultura serviços e meios de produção, denominadas de indústrias a montante. O segundo responde pelas atividades rurais propriamente ditas. O terceiro se relaciona ao setor de beneficiamento de matérias-primas ou indústrias a jusante. E, o quarto, refere-se à comercialização dos alimentos processados. Desse conjunto, Malassis agregou os três primeiros para representar a agroindústria ou complexo de produção agroalimentar. Depois reuniu as atividades ligadas ao comércio e aos serviços para estabelecer a distribuição, desse modo distinguiu as funções desses dois subsetores dentro da cadeia.

Para Graziano da Silva (1998), a concepção de *filière* agroalimentar tem ligações com o pensamento marxista, em especial, com Karl Marx e com Karl Kautsky, inclusive se centra na hierarquização e poder de mercado, ou seja, nos aspectos distributivos, por isso se reporta

²⁹ Para Sauer (2008), aparato designa não somente a técnica (aparelhos e máquinas), mas as instituições, dispositivos e organizações que determinam os padrões de funcionamento da racionalidade produtiva.

aos itinerários percorridos por uma determinada mercadoria no circuito produção/transformação/distribuição e aos diferentes fluxos que a ela estão vinculados. Nesse sentido, destaca que conjuntamente a operacionalização do bem encerra a identificação (o produto, seus trajetos, os agentes envolvidos e as operações realizadas) e a análise dos instrumentos de regulação (políticas de intervenção do Estado, comportamento dos mercados, etc.).

Conforme Zylbersztajn (1995), essa contextualização se baseia, ainda, nas ideias schumpeterianas e na teoria geral dos sistemas. As primeiras salientam a importância da autonomia de um bloco ou setor em relação a outro bloco ou setor, onde aspectos da organização industrial, gestão pública, inovação, investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e domínio tecnológico desempenham funções essenciais.

Já a segunda expressa a lógica “macro/micro” do processo de desenvolvimento econômico, no qual os planejamentos de crescimento orquestrados pelas grandes empresas visam o domínio de mercados e a sobreposição das pequenas. Tal fato remete à criação de um espaço econômico distinto, onde a geração e acumulação de capitais se centram nos oligopólios, ou seja, nas multinacionais (POSSAS, 1991).

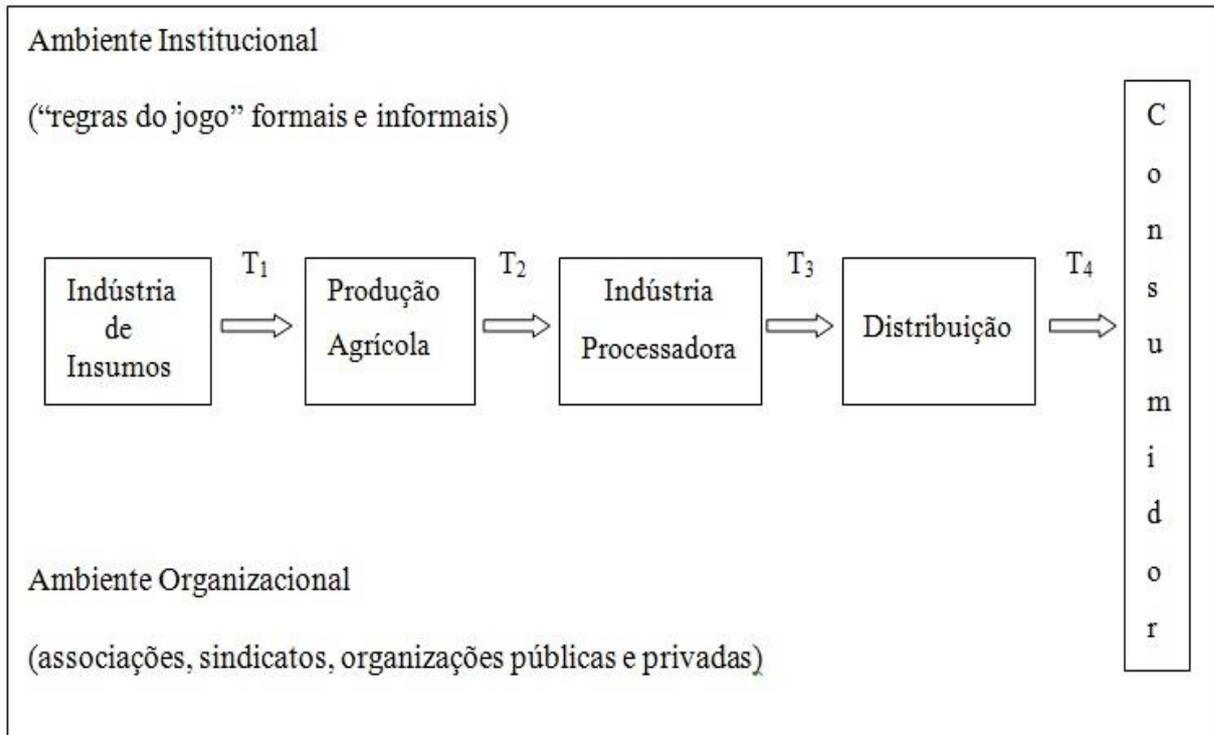
Não obstante o aporte estratégico nos dois modelos analisados, Zylbersztajn (1995) salienta que na perspectiva americana predomina o papel das corporações, e na visão francesa, as ações governamentais. Nessa apreensão, expõe a dinâmica das correlações para caracterizar Sistemas Agroalimentares (SAGs), por constituir a industrialização de alimentos, de bebidas, de papel e celulose, de couros, de borracha, etc. Desse modo, explica que os SAGs se calcam no tripé estrutura/condução/desempenho da organização industrial, onde um único produto se torna representativo dentro do conjunto, por exemplo: o SAG do café, da carne, do suco de laranja, da soja, etc.

Ademais, o citado autor destaca também as contribuições dos estudos de caso sobre *Commodity Systems Approach* ou Sistemas Agroindustriais desenvolvidos na *Harvard Business School* para a evolução da função do *agribusiness* em termos de lucratividade, estabilidade de preços, estratégia das corporações e adaptabilidade dos produtos para o mercado consumidor.

Assim, ao perceber a influência dos custos na governança do sistema, Zylbersztajn (1995) apresenta a proposição de um modelo analítico para o bom desempenho do agronegócio. Para tanto, toma como exemplo o SAG do café para caracterizar as transações

(T₁, T₂, T₃ e T₄) existentes entre os segmentos que constituem o SAG, acrescentando a importância dos ambientes institucional (através de políticas de comando e controle) e organizacional (sindicatos, associações, organizações públicas e privadas) como instrumentos de inovação na sua estrutura. A Figura 2 resume a conformação apresentada.

Figura 2 - Representação analítica do Sistema Agroalimentar



Fonte: Zylbersztajn (1995).

De acordo com a Figura 2, verifica-se que o exame das transações permite identificar quais arranjos organizacionais existentes determinam os fluxos no Sistema, enquanto a abordagem nos setores possibilita uma análise das características de cada indústria ou atividade, com variáveis de competição, desempenho das empresas, etc. Ao mesmo tempo, evidencia o impacto institucional, tanto formal (leis, normas, regulamentações, acordos, etc.), quanto informal (aspectos culturais, códigos de conduta, etc.), para a definição das “regras do jogo”. Dentro do ambiente organizacional, assinala os interesses de ação coletiva, por meio de representações sociais, como mecanismos influentes à performance do agronegócio.

Nesses trâmites, preconiza-se que a integração entre as etapas do ciclo de vida de um bem (produção, processamento, distribuição e consumo final) e arranjos econômicos, políticos e sociais, qualificam a representação do agronegócio. Registra-se, ainda, que essa

configuração se apoia no processo de globalização da economia, em que arranjos de coordenação e gestão de negócios se destacam no comportamento e na eficiência daquele.

Por outro lado, Graziano da Silva (1998) explana que esse panorama manifesta que as preocupações marxistas sobre o papel das firmas internacionais nas concepções de *agribusiness* e *filière* se incorporaram às transformações dos padrões de consumo no mundo, que depois da Segunda Guerra Mundial adquiriu *status* fordistas. Sendo assim, pontua as reflexões da constituição dos “complexos internacionais” de *commodities* de origem agrícola, como o complexo internacional milho/soja/carne e o complexo dos óleos vegetais.

Embasado nessa contextualização, compreende-se agronegócio como um complexo sistema de produção, comercialização e distribuição das *commodities* agrícolas e agroindustriais, integrado verticalmente, cujo comando é orientado pelo mercado e dominado pelas grandes multinacionais do setor. Outrossim, que essa conformação interfere nos processos de organização ou desorganização espacial dos territórios, haja vista ter por natureza a reprodução do capital.

Nessa direção acentua-se as visões de Pereira (2004), Alves (2005, 2006, 2009a, 2009b, 2012), Elias (2006a, 2006b, 2012), Moraes (2006, 2009), Bernardes (2009, 2015), Peixinho e Scopel (2009) e Silva (2011, 2014), de que o agronegócio configura-se em elemento síntese de mudanças nas paisagens dos cerrados piauienses, particularmente, em Uruçuí, onde a abertura de novas áreas para atividades agrícolas (nas quais a soja é o carro-chefe) e a estruturação dos complexos agroindustriais se revelam rentáveis para o Estado e grupos hegemônicos dominantes, já que visam a maximização dos lucros. Além do mais, realçam que tal cenário é marcado pelo aprofundamento de padrões tecnológicos e sua difusão, pela seletividade socioespacial, pela especialização produtiva, pela concentração da riqueza, pela ameaça à sustentabilidade das atividades agrícolas tradicionais e pela eliminação dos recursos naturais.

Portanto, destaca-se o imperativo de uma abordagem complexa do agronegócio, vendo-o não apenas como uma estratégia moderna de produção agrícola, mas como um projeto sociopolítico organizado em torno de elites agrárias³⁰ que defendem a presença atuante do Estado na concessão e proteção de *benesses* de um segmento social que produz para o mercado de *commodities*, articulado às exigências do capital financeiro internacional.

³⁰ Para Cardenal (1996), as elites agrárias são grupos oligárquicos do setor primário da economia, cujo controle sobre a terra, capital e trabalho exerce papel decisivo nas relações de poder frente ao Estado e outras classes sociais.

4.2 Agronegócio *versus* agricultura familiar no Brasil

Segundo Sauer (2008), a materialização conceitual de agronegócio no Brasil ocorreu através da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG³¹), criada em maio de 1993, para representar os interesses de grandes empreendimentos agropecuários, o que significa que sua definição se projeta sob os alicerces da política e questões pertinentes à exploração da economia agrícola comandada por um pequeno grupo de capitalistas.

Todavia, assinala-se que o debate a respeito dos dois paradigmas expostos, inscreve-se em referenciais teóricos de diversas áreas científicas e correntes ideológicas que revisam o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, haja vista as modificações ocorridas a partir da segunda metade do século XX, quando foi introduzido um padrão produtivo assentado em bases mais sofisticadas. Resultou nos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) que, para Leal e França (2011), atualmente respondem por agronegócio.

A análise de Graziano da Silva (1998, p.29) sobre as correntes de pensamento, encerra ambiguidades relativamente à definição de CAIs, posto que, em função da crescente interdependência entre os setores (indústria, agropecuária e serviços financeiros), as atividades rurais não se desenvolveriam isoladas de outros ramos da economia, uma vez que,

[...] a ideia de complexo é diferente da análise sistêmica, que sempre é estática. Nos complexos, entende-se que além da existência de fluxos intersetoriais significativos de compra e venda entre diversos ramos que os compõem, o conjunto assim formado tem uma dinâmica própria. Assim, além de as partes se moverem de forma interdependente, o crescimento de um segmento do complexo depende do crescimento dos outros e, mais que isso, pode induzir o crescimento dos outros segmentos, em maior ou menor grau. Em outras palavras, a análise dos complexos, além de identificar as relações técnicas existentes entre distintos segmentos do sistema, estabelece as relações de determinação, do ponto de vista da dinâmica e da autonomia relativa entre os elementos constituintes.

Alicerçado nessas circunstâncias, Possas (1991) argumenta que a noção de CAIs sublinha um processo contínuo e endógeno de modificações estruturais, sobretudo na indústria e mercado, na medida em que as decisões empresariais, a diversificação dos

³¹ É composta por grandes empresas do setor, como Agrocerec Nutrição Animal Ltda; Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ); *Basf* S.A.; *Bayer* S.A.; Bunge Alimentos S.A.; Cargill Agrícola S.A.; *John Deere* Brasil S.A.; *Pioneer* Sementes; etc (SAUER, 2008).

produtos, as inovações, a concorrência e o progresso técnico são fatores relevantes para o crescimento desses setores.

Ademais, para Müller (1991), a intensidade desse cenário depende das exigências do mercado, uma vez que desempenha poder decisório na organização do CAI. Ao mesmo tempo, reclama a fusão intersetorial de capitais como aspecto imprescindível para compreender a natureza do processo de industrialização da agricultura.

Não obstante tal conformação, Alves e Novaes (1996, p.307) definem CAIs na mesma perspectiva do *agribusiness*.

São um conjunto de atividades fortemente relacionadas entre si através da compra e venda de insumos e produtos que tem na produção agrícola apenas uma das fases do processo. As atividades agrícolas se integram a montante e a jusante às atividades industriais como consumidoras de insumos industriais e como produtoras de matérias-primas para transformação industrial. Nesse sentido, os complexos agroindustriais, chamados modernamente de *agribusiness* conformam distintas atividades integradas verticalmente, da produção de insumos até a distribuição de diferentes produtos no mercado final, passando pelo processamento e armazenagem.

Por outro lado, consoante Graziano da Silva (1998, p.67), a concepção em análise “não permite em nenhum momento dar conta da dinâmica das forças sociais aí envolvidas, que determinam não apenas aquela configuração particular, como também as suas mudanças”. Em virtude desse quadro, concebe agronegócio como uma orquestração de interesses pelo Estado, por meio de políticas públicas e por instituições e organizações privadas ou não. Destarte, reconhece que a partir da década de 1960 a constituição dos CAIs no Brasil passa a ser moeda corrente no vocabulário técnico e intelectual, por transformar o padrão técnico da produção agropecuária, ao substituir a lógica da produção tradicional, também conhecida de complexo rural, para outra alicerçada *stricto sensu* em tecnologias modernas, manifestadas pela internalização da indústria de base para agricultura, assegurando a oferta de matérias-primas estratégicas (defensivos, fertilizantes, tratores, sementes, etc.) e a expansão das agroindústrias processadoras.

Sendo assim, conforme Leal e França (2011), a modernização da agricultura brasileira ocorreu através de investimentos do capital financeiro, por intermédio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas específicas de agroindustrialização instituídas pelos chamados fundos de financiamento, tuteladas pelo Governo Federal, a partir de 1965.

Outrossim, Graziano da Silva (1998, p.27), ressalta que a referida modernização, além de culminar na industrialização da agricultura, na diversificação e aumento da produção de alimentos para abastecer os mercados interno (haja vista as pressões sobre a demanda ocasionada pela intensa urbanização e o rápido crescimento do emprego não agrícola) e externo, a mesma se traduziu na conjugação de interesses dominantes (agrários, bancários, industriais e governamentais) para a constituição de conglomerados empresariais (sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais, etc.), por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes, integrados verticalmente para a aplicação de capitais em distintos mercados, principalmente, o de terras, uma vez que essa operação passou a "permitir ganhos especulativos e ganhos de fundação (nas novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado), tornou-se um ativo alternativo para o grande capital".

Segundo Pereira (1996, p.137), essas novas relações estruturais configuraram uma ideologia de padrão agrário moderno, realçada na passagem da agricultura tradicional para a especializada, o que explicita o dualismo tecnológico, reconhecido por moderno ou de mercado e uma de baixa renda, primitiva ou atrasada. Acrescenta que esse cenário resulta do ambiente competitivo do agronegócio, posto que:

Os fatores de concorrência comercial impõem uma busca pela melhoria contínua da qualidade dos produtos agropecuários, que implicam a exigência de planejamento e controle das atividades, a fim de evitar insucessos comerciais, o que requer informações e análises adequadas sobre o impacto da produção sobre os preços e, conseqüentemente, sobre o retorno dos investimentos das organizações envolvidas.

Seguramente, evidencia-se que esse panorama deriva dos elementos constituintes, que de acordo com Brasil (2002, p.5), consistem nas "operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as atividades de produção nas unidades agrícolas, o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles". Ou seja, englobam atividades como lavouras, pecuária, extração vegetal, fornecimento de insumos, processo agroindustrial e todas as áreas que dão suporte ao fluxo de produtos até o consumidor final. Revela, ainda, que essa situação manifesta que o valor agregado do agronegócio envolve cinco mercados distintos: suprimento, produção, processamento, armazenamento e distribuição, além do consumo final.

Sendo assim, constata-se que a concepção estatal sobre o agronegócio conserva as características técnicas/operacionais, excluindo qualquer possibilidade de análise dos

impactos operados nas condições sociais, econômicas e ambientais dos locais a que está instalado, inclusive a sustentabilidade da agricultura familiar, pois como explica Pereira (2004), a implantação da agricultura empresarial altera o funcionamento e a organização da produção familiar de culturas tradicionais de consumo local e regional, porque interfere nas formas de acesso e de uso da terra, do trabalho e de mercado.

Registra-se que esses aspectos despertaram para a reflexão acerca da continuidade da agricultura familiar, uma vez que em conformidade com Loebens (2009, p.76-77):

[...] com a subordinação da agricultura familiar à agroindústria, a produção é planejada e projetada em função do lucro do capital do complexo agroindustrial, viabilizando a maior extração da mais-valia – tanto relativa como absoluta, pela introdução de novas tecnologias e pelo aumento de horas trabalhadas, respectivamente – por produzir mercadorias no seu processo produtivo, através do qual anteriormente era produzida grande parte de produtos de subsistência sem que o capitalista tivesse acesso a eles para se apropriar de parte da produção. A produção agrícola integrada à agroindústria não produz mais com fim último de criar valor de uso. Produz, agora, um valor de troca que está atrelado ao valor de uso, ou seja, na forma é valor de uso, no conteúdo é valor de troca. [...] Pela subordinação da agricultura familiar à agroindústria, além de produzir sua subsistência, o agricultor tem a função de produzir excedente para o capital industrial, comercial e o sistema financeiro, que se apropriam da mais-valia. É a indústria e o comércio em forma de lucro e o sistema financeiro em forma de juros. Pelos investimentos de modernização na sua propriedade para suprir os gastos com os meios de produção que são adquiridos por meio de financiamentos, o agricultor produz riqueza também para o capital financeiro.

Logo, para Leal e França (2011, p.9-10), essa conformação expressa abertamente os interesses e a racionalidade de uma agropecuária empresarial moderna, que visa o lucro, na medida em que:

[...] a formação de regiões produtivas especializadas em monoculturas [...] são verdadeiros espaços alienados, posto que a quantidade produzida, o destino da produção, a qualidade, a tecnologia empregada é controlada por corporações e pelo mercado, ou seja, forças exógenas aos espaços de produção.

O pressuposto básico é que as forças de mercados demandam cada vez mais o capital morto³² para viabilizar a qualidade e ampliação da produtividade. Por sua vez, o agronegócio exige a qualificação de uma parcela considerável da mão de obra para desenvolver atividades diversas, que contemplem a cadeia produtiva, as empresas de consultoria, a comercialização de insumos e toda uma infraestrutura dispensável para a sua inserção e expansão (LEAL; FRANÇA, 2011).

Dessa forma, o agronegócio se apresenta como elemento seletivo, diferenciador e subordinador de processos, sujeitos e setores, uma vez que incorpora uma identidade política em consonância às suas necessidades, transações e lógicas de desenvolvimento (BRUNO, 2009).

Corroborando, Paulino (2014) reclama que essa identidade política se faz presente principalmente por meio de ações legislativas da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, que determinam, por exemplo, a monopolização para a agricultura empresarial, do orçamento federal para os subsídios de crédito para cada ano de colheita, uma vez que para a safra 2012/2013, 86,5% do montante de US\$ 67 bilhões foram reservados para o agronegócio e apenas 13,5% (US\$ 9 bilhões) para a agricultura familiar.

É nesse sentido que Matos e Pessôa (2011, p.293) entendem o agronegócio como resultado do histórico de promoção de uns e desqualificação de outros, sintetizado na posse e uso da terra.

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos.

Ressalta-se que essa concepção consubstancia o agronegócio como o instrumento que melhor se adapta às contradições impostas pelo capital para usufruir do solo, dos trabalhadores, da natureza e dos territórios, ao condicionar sua existência às capacidades

³² Para Marx (2012), significa o mesmo que trabalho abstrato; uma qualidade, especificidade ou propriedade de um objeto tomado individualmente. Ou seja, representa o trabalho contido numa mercadoria e considerado como simples despesa de energia humana, particularmente intelectual, cujo objetivo se centra na reprodução do capital.

produtivas dos médios e grandes estabelecimentos rurais, e à incapacidade do Estado em depender dos ativos decorrentes dessa nova ordem.

A propósito, Jepson, Brännström e Filippi (2010) constatam o fato de que instituições e organizações influenciam significativamente no acesso à terra, ao capital, à tecnologia e ao trabalho e, portanto, são potencialmente relevantes para explicar os resultados de mudanças no uso, por exemplo, da terra.

Mas, como enfatiza Graziano da Silva (1998, p.60), não se deve considerar o Estado como interlocutor dos conflitos de classes e, subjetivamente, do contexto de acumulação, pois seria colocá-lo entre as classes e fora da economia. Também não se pode credenciá-lo:

[...] como resultado de uma lógica do capital onipresente e onisciente que nega a ação das classes sociais, [...] o desenvolvimento capitalista é por si mesmo contraditório: cria e destrói; gera riquezas de um lado e miséria de outro. A luta de classes é a expressão social dessas contradições, as quais se traduzem nas relações de trabalho, na competição entre os capitais. Para não se autodestruírem, os capitais individuais – ou seja, os capitalistas – necessitam de um poder regulador, o Estado.

No entanto, Heredia, Palmeira e Leite (2010) registram que a intensificação da globalização da economia, nos anos 1980, possibilitou que as transformações da revolução tecnológica, como inovações da biotecnologia, engenharia genética, robotização e microeletrônica, etc., e do fluxo de informações, como facilidades de interação da *internet* e outros mecanismos digitais, tem papel ativo, do ponto de vista tecnoprodutivo, no campo.

Assim, para Boland e Akridge (2004), cada vez mais o termo agronegócio passou a designar os setores de serviços e de fornecimento de entrada na agricultura (indústria de bens de capital), uma vez que valoriza a organização da economia agrícola através da integração e coordenação da gestão dos negócios, passando a incluir as finanças, o *marketing* e as novas tecnologias. Nessa perspectiva, visa a disputa por melhores preços e a conquista de nichos de mercados para suas mercadorias.

Ademais, Leal e França (2011) compreendem o agronegócio como consequência de ações neoliberais, que consiste num processo de redefinição das funções do Estado para a abertura da economia e liberalização do comércio, incrementadas após a redemocratização do

país (1985³³), orientadas para crescer a participação dos produtos nas exportações, como condição de crescimento econômico e de modernidade do espaço rural. Outrossim, realçam que as alterações nas áreas de cultivo, colheita, processamento, transporte, armazenamento e comercialização, referem-se diretamente à reprodução ampliada do capital, protagonizada pela abertura comercial; entrada de empresas multinacionais; medidas econômicas e jurídicas, para atrair investimentos estrangeiros; redução de restrições alfandegárias; e desvalorização progressiva da renda salarial dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Oliveira (2012, p.7 e 10) salienta que o agronegócio se conformou com a monopolização da agricultura pelo capital financeiro internacional, ou seja:

[...] a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do setor. Essas empresas mundiais têm nas multinacionais suas bases constituintes. Elas se formaram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc. As empresas mundiais nasceram, pois, tanto de empresas estrangeiras como das nacionais, que possuindo o controle monopolista da produção galgam o patamar mundial, associando-se majoritariamente com empresas nacionais concorrentes. [...] As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes, controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

Nessa direção se inclui a visão de Silva (2011, p.51), que qualifica os *players* ou *trades* do agronegócio enquanto personificação do capital financeiro no espaço rural, uma vez que articulam uma cadeia de atividades envolvidas no processo de produção e comercialização das safras, como financiamento, processo de produção, insumos e equipamentos agrícolas, beneficiamento, comercialização final do produto, logística portuária, etc. Nesse contexto, esclarece que:

As grandes *trades* do agronegócio que operam no Brasil são empresas estrangeiras, com capital e controle transnacional, provenientes dos mais diversos países da Europa, da Ásia e da América do Norte, que operam o mercado a partir de centros financeiros como Chicago, Nova York, Londres e Japão. Não obstante suas origens costumam ter escritórios, campos de plantação e/ou parques de produção instalados pelo interior do Brasil, colocando-se ao alcance dos produtores de cada região, dando viabilidade ao

³³ Hochstetler (1997) sublinha que o ano de 1985 marca a redefinição da democracia e do Estado de direito no Brasil, com eleições diretas para presidente da república, e encerra o processo autoritário de controle social, econômico e político imposto pelos militares.

trabalho que desenvolvem na intermediação/integração dos mercados de grãos, carnes etc.

Para Oliveira (2012), esse quadro demonstra que o agronegócio exerce duplo papel, um atuando no sentido da apropriação da propriedade privada da terra, no controle, no planejamento e na organização da produção das mercadorias, e outro com vistas à dominação e subordinação dos atores sociais que estão na base do sistema, principalmente, os agricultores familiares.

Já Porto-Gonçalves (2011) destaca que na expansão de tal modelo agrário/agrícola se observa a tendência acentuada de um mercado mundializado, conectado nos modernos circuitos de comercialização, os quais remetem à configuração de um elevado padrão científico e tecnológico, que diminui os custos do trabalho quando introduz o plantio direto, o uso de insumos produtivos e de máquinas, tornando a atividade extremamente dependente de créditos, onde a disponibilidade, e conseqüente monopolização de terras, acaba se constituindo num fator decisivo para sua reprodução.

Sob essas condições, Wanderley (1996) salienta que o deslocamento das políticas do eixo da propriedade da terra para o eixo da produtividade da terra, implicou mudanças profundas no modo de organizar a agricultura, que se encerram no nível do seu formato técnico e de suas relações sociais, haja vista subordinar-se à dinâmica gestada a partir da grande propriedade rural, isto é, a uma economia de escala.

Subjacente ao argumento da referida autora, para Bruno (2009, p.114) o agronegócio consiste no produto das transformações recentes da agricultura e da sociedade brasileira, despontando “como palavra política unificadora dos interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação”.

Em consonância com Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.160), as fronteiras entre agricultura moderna, complexos agroindustriais e agronegócio não são exatamente coincidentes, pois mesmo que essas terminologias sinalizem alguns elementos recorrentes e, com frequência, sejam utilizados como sinônimos, as combinações e as ênfases atribuídas são distintas, já que “o gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de agronegócio”. Portanto, chamam a atenção para uma análise crítica sobre o termo, particularmente ao

conjunto de situações sociais decorrentes de seu avanço, como a centralização de capitais e da terra, inclusive as modificações na vida e nos costumes das localidades.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2011) realça que mesmo agregando características operacionais, técnicas e financeiras, privilegiando a monocultura, a intensificação do uso da mecanização e de insumos modernos, também define o agronegócio como um elemento que acentua inversamente a preservação dos saberes locais, isto é, a cultura e identidade de cada ator ou comunidade, os saberes, as crenças, o simbolismo e as subjetividades e tradições.

Por conta disso, Silva (2011) pondera que o agronegócio altera profundamente as relações de trabalho, instala novas realidades nas paisagens, nos hábitos, no consumo e nas sociabilidades, por meio do incremento das trocas que desencadeiam, interferem, sofrem influências, modificam as condições de existência locais e, especialmente, alteram os processos de reprodução da agricultura familiar. Logo, frisa que o agronegócio se transformou em um dos principais mecanismos de modificação da expressão rural, por atingir a terra, a biodiversidade; os recursos e os costumes; e o cotidiano e os projetos de futuro das populações das localidades.

Embasado no exposto, compreende-se por um lado, que o agronegócio reúne aspectos internos e externos à produção de exportáveis de origem rural, que se organizam em um conjunto de instrumentos de natureza institucional, cuja dinâmica é comandada pelo capital financeiro internacional. E, por outro lado, que o agronegócio configura-se em um projeto político/ideológico do Estado e de um pequeno grupo de capitalistas, validado pela defesa da manutenção da grande lavoura capitalista, que fundamenta suas práticas na racionalidade da agricultura científica. Logo, pelo seu caráter, o agronegócio reclama o controle dos mercados e a apropriação e o domínio dos territórios, que inclui os bens ambientais e os sujeitos. Destarte, advoga-se a redundância desse contexto à realidade do funcionamento do agronegócio em Uruçuí, inclusive porque espelha diferenciações entre o tradicional que resiste e o moderno que avança.

Ademais, em consonância com Silva (2011), assinala-se que os processos desencadeados pelo agronegócio somente podem ser avaliados quando colocada como parâmetro de investigação, o fenômeno e o seu entorno, ou seja, sua lógica de reprodução “na” e “para” a sociedade. Desse modo, patenteia que o agronegócio se denota na subordinação da agricultura familiar às suas estratégias de reprodução.

Sendo assim, conclui-se que a instalação e a consolidação do agronegócio no Brasil contribuíram para a materialização de um quadro de sofisticação técnica e sua difusão, que passou a dominar a paisagem rural e que exigiu crescimento da produção, mas que não contemplou a pequena propriedade, de modo que, no lado oposto às políticas públicas de desenvolvimento do campo, a agricultura familiar não acompanhou o novo *modus operandi* e a nova lógica produtiva, devido a apresentar profundos descompassos no funcionamento e organização, sobretudo nas relações sociais de trabalho, na posse e uso do patrimônio natural e nas relações com o mercado. Nesse sentido, sustenta-se que as políticas de agroindustrialização instituídas pelo Governo Federal e que culminaram com a modernização da agricultura, não contemplaram a totalidade da agricultura familiar.

Portanto, faz-se mister analisar as políticas públicas que viabilizaram a dinâmica do agronegócio no Brasil e que legitimaram sua constituição e intensificação como representação do projeto desenvolvimentista, e as consequências desse processo nas relações com a terra, o trabalho e o meio ambiente.

4.3 Papel do Estado brasileiro no agronegócio e as consequências da expansão

A introdução do agronegócio no Brasil data das mudanças nos padrões de reprodução do capitalismo na agricultura, ocorridas a partir de meados do século XX, quando as metas instituídas pelo Governo Federal, visando modernizá-la, foram determinantes para o desenvolvimento industrial.

Conforme Cano (1998), os pressupostos causadores da fecundação e da maturação do agronegócio se transubstanciaram na internalização da indústria de insumos modernos, de máquinas e de equipamentos que, conseqüentemente, disseminou a decomposição do complexo rural, que se caracterizava pela dependência das flutuações do mercado externo e pelo uso de tecnologia agrícola bastante rudimentar em praticamente todas as regiões, exceto Sudeste e Sul.

Consoante Brum (2009), coube ao Rio Grande do Sul o pioneirismo de implementar a agronomia científica e moderna, e por que não dizer, globalizada, pois, das lavouras de trigo (*Triticum aestivum*) e arroz (*Oryza sativa* L.) cultivadas nos solos gaúchos, o processo se alastrou para a soja (*Glycine max* (L.) Merr.) e outras culturas, estendendo-se rapidamente a outros Estados.

Outrossim, Fearnside (2001) relata que tal situação exigiu a expansão do mercado interno, decorrente da intensificação da urbanização e da substituição das importações de bens de capital e dos fundos de investimentos do Estado. Evidencia que esses arranjos desencadearam, na década de 1960, a modernização tecnológica do setor agropecuário, cujo caráter produtivista, desigual e concentrado, foi substancialmente prejudicial para as relações sociais de trabalho e para a manutenção dos estoques de biodiversidade.

De fato, pontua-se que a instalação e difusão do agronegócio no Brasil resultaram no reordenamento do território e em novos recortes socioespaciais para os estudos agrários. Neste ponto, corrobora-se com Elias (2012), no sentido de que a ocupação de áreas potenciais para a reprodução do capital e para a dinâmica do mercado global de *commodities*, como o bioma Cerrado, assentou-se na redistribuição das funções produtivas que relativamente generalizou e massificou o uso de inovações tecnológicas, o que acirrou a divisão territorial do trabalho e redimensionou a geografia econômica.

Para Graziano da Silva (1998), o conceito de modernização da agricultura encerra ampla conotação, ora se referindo apenas às transformações na base técnica da produção, ora às modificações capitalistas em todo o processo produtivo.

Na primeira situação, qualifica-se como o estabelecimento rural que utiliza de modo intensivo equipamentos e técnicas, como máquinas e insumos modernos, para assegurar maiores rendimentos no processo produtivo (KAGEYAMA et al., 1996).

Na segunda situação, o conceito ultrapassa o patamar de configuração técnica e passa a considerar todo o contexto das mudanças ocasionadas nas relações sociais de produção, inclusive os efeitos na estrutura e no perfil agrário (MARTINE, 1991).

Já para Teixeira (2005), ao modernizar-se nos moldes capitalistas, a agricultura passou a beneficiar tão somente determinados produtos e produtores, uma vez que valorizou e fortaleceu a agricultura empresarial e, ao mesmo tempo, potencializou o consumo de produtos da indústria a montante (fabricadores de bens de capital (D₁) para o campo) e a jusante (processadora de matérias-primas).

Destaca-se que esse procedimento não é exclusividade das grandes propriedades rurais, na medida em que o acesso ao crédito, por parte dos pequenos agricultores, pode estimular a modernização através da internalização de mecanização, o que provoca a elevação de produtividade. Tal contextualização, para Kageyama et al. (1996), reflete que o uso de

insumos e de técnicas modernas, como tratores, participa das práticas artesanais da agricultura familiar, estabelecendo uma nova divisão de trabalho na vida dos sujeitos.

Contudo, para Sauer (2010) os ganhos obtidos por meio da tecnificação vêm acompanhados da autoexploração da força de trabalho, da individualização, da racionalização, passando a diluir os códigos interpessoais de coletividades e familismo, mediante a dependência do novo padrão adotado.

Segundo Wilkinson (1986, p.194), essas conjunturas forçam favoravelmente o esgotamento do simbolismo (relações existenciais) que tramita entre agricultor familiar e natureza, posto o valor de troca efetivar-se sob o valor de uso para o cálculo agrícola. Nesses termos, salienta que:

A mecanização, por sua vez, representa não só uma redução da dependência para com o trabalho contratado, mas também uma substituição do trabalho familiar. Mais que isso: ao individualizar o processo de trabalho, o chefe de família com seu trator elimina o caráter coletivo do processo de produção, destruindo a lógica do trabalho agrícola familiar tradicional.

Essa concepção é partilhada e ampliada por Graziano da Silva (1998, p.34), ao exprimir que a dominação do agricultor familiar pelo capital se revela irreversível, na medida em que a especialização intensifica o uso dos pacotes tecnológicos, ocasionando “a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e de dependência pessoal”, com isso, estreita a possibilidade de manutenção de “formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo do trabalho”.

No entanto, salienta-se que a modernização implementada não contribuiu sobremaneira para dinamizar as cadeias produtivas de pequena escala no Nordeste, uma vez que permanece na Região uma estrutura agrária historicamente constituída e responsável pela condição *sine qua non* da concentração de terra.

Por essa razão, Marques (1994, p.4) defende que o quadro de substituição do padrão técnico produtivo ocorrido no Brasil se caracteriza como “um fenômeno complexo e multifacetado”, já que engloba aspectos econômicos, vertentes sociais e critérios políticos, além de estabelecer novas funções à natureza, isto é, molda-a de acordo com os interesses das classes e instituições hegemônicas.

Essa tendência vai ao encontro da argumentação da Cepal (1981, p.50, tradução nossa), de que o processo de modernização, particularmente no Brasil, resultou na artificialização dos territórios, que inclui os ecossistemas naturais e as populações humanas, e introduziu, progressivamente, as ideias agronômicas de países desenvolvidos. Ou seja, visou:

[..] o impulso de capital e de tecnologia que tende a alterar substancialmente os níveis de produtividade da terra. Esse impulso tem características de homogeneidade, já que tem tendência a reproduzir os sistemas tecnológicos e as combinações de insumos dos países em que se originaram.³⁴

Assim, o novo *modus operandi* passa a sustentar outra lógica nas relações homem/natureza, em que o curso da apropriação dos bens ambientais é ritmado pela necessidade de crescimento da economia, principalmente da agroindústria. Para Kageyama et al. (1996, p.114), esse panorama, inclusive sua progressão, evidenciou-se porque as múltiplas relações de interdependência entre agricultura e indústria não mais poderiam ser negligenciadas, já que a “subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias”, tornara-se circunstância essencial para a instalação do agronegócio.

Portanto, reconhece-se que a efetivação do agronegócio, além de requerer a consolidação de mercado interno para os produtos agrícolas e para a força de trabalho, exigiu a composição da indústria de insumos básicos, bens de capital, energia e alimentos, constante no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), preconizado na década de 1970. Nessa perspectiva, Kageyama et al. (1996, p.121-122) comentam que:

O processo de industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus componentes. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura: é um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D₁ para a agricultura no país.

³⁴ [...] el impulso de capital y de tecnología que tiende a alterar substancialmente los niveles de productividad de la tierra. Este impulso tiene características de homogeneidad, ya que tiende a reproducir los sistemas tecnológicos y las combinaciones de insumos de los países en que estos se originaron.

De acordo com Sauer (2010), o PND destinou volumosos investimentos no departamento produtor de bens de capital e insumos (D_1), através de crédito agrícola, com o objetivo de capitalizar, especialmente, médios e grandes estabelecimentos rurais, de modo a incrementarem máquinas, equipamentos e insumos modernos (sementes selecionadas, fertilizantes químicos e pesticidas, etc.).

Para Matos e Pessôa (2011), a participação estatal foi essencial para a imposição desse contexto agrário/agrícola. Primeiro, por conceder financiamentos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, a investir em pesquisas científicas mediante a criação de instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) em 1971. Segundo, por favorecer as grandes propriedades e grupos empresariais rurais, ora por meio de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pelo seguro agrícola e pelas *benesses* para a incorporação de novas áreas (via ocupação e valorização de terras públicas) produtivas nos Cerrados e na Amazônia. Para tanto, disponibilizou infraestrutura necessária à instalação do agronegócio, mediante a construção de rodovias pavimentadas ou não, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e construção de armazéns para grãos.

Ademais, conforme Leal e França (2011), o SNCR, cujo principal agente era o Banco do Brasil, priorizava financiamentos de capital de giro a prazos relativamente longos, para possibilitar a capitalização e a inclusão de máquinas e insumos modernos em todos os estágios da produção. Todavia, enfatizam que ao invés de consolidar o desenvolvimento rural, promoveu desigualdades, haja vista a natureza seletiva para critérios de áreas e produtores. Além desses propósitos, esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, e não beneficiou o desenvolvimento da agricultura familiar.

Graziano da Silva (1998) manifesta que o SNCR foi fundamental para a implementação da modernização conservadora, em razão de definir as condições para canalizar compulsoriamente uma porcentagem dos depósitos à vista dos bancos, para usufruto dos agricultores, e os recursos que involuntariamente não puderam ser aplicados no campo, deveriam ser reservados a programas agroindustriais.

Sauer (2010, p.30) realça que tal estratégia política não eliminou as disparidades sociais do campo brasileiro, pelo contrário, as acirrou, já que:

[...] o apoio à modernização do latifúndio deu ao programa seu caráter conservador. Os incentivos possibilitaram a modernização da produção

agropecuária (mecanização, aumento da produção e produtividade, competitividade no mercado exportador), mas mantiveram e ampliaram a má distribuição da terra e, conseqüentemente, aprofundaram um modelo excludente e concentrador no país. [...] Não promoveu, porém, o bem-estar social da maioria da população rural, ao contrário, provocou concentração da propriedade privada da terra, êxodo rural, fome e violência.

Em conformidade com Graziano da Silva (1998), esse cenário possibilitou que a primeira metade da década de 1970 fosse marcada por taxas de crescimento do PIB superiores a 10% a.a., com índices de inflação em torno de 20% a.a., caracterizando o período conhecido como milagre econômico.

Segundo Brum (2009), nesse período ocorreu o maior fluxo de financiamentos fortemente subsidiados pelo Governo Federal, o qual atingiu em torno de US\$ 20 bilhões, o que alavancou melhorias substanciais em todas as fases da cadeia produtiva de uma *commodity*, como aquisição de máquinas, implementos e insumos, formação da lavoura e custeio, colheita, armazenagem e comercialização.

Nos anos seguintes, instaura-se um encadeamento de crises econômicas e restrições de crédito que incidem diretamente no desenvolvimento do setor agropecuário. Para Lucena e Souza (2001), esse contexto decorreu do descontrole inflacionário e do aumento do *déficit* público, fatos agravados pelos choques do petróleo³⁵ de 1973 e, notadamente, de 1979. Mencionam, ainda, o abandono do lastro ouro por dólar e os programas recessivos de ajuste impetrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de controlar o pagamento dos credores internacionais.

Em consonância com Graziano da Silva (1998), esse quadro ratifica o caráter “perverso” do desenvolvimento na década de 1980, uma vez que os sucessivos arrochos salariais, cortes nas importações, e as regulações cambiais, redirecionaram a agropecuária para a produção de excedentes exportáveis, com o fim de gerar saldos comerciais crescentes para contenção dos juros do endividamento externo. Para tanto, utilizou-se da PGPM e do seguro agrícola, para criar suporte operacional para os produtores, em virtude da diminuição dos incentivos do crédito rural subsidiado.

³⁵ Para Greene, Jones e Leiby (1998), o primeiro choque foi resultante da elevação do preço internacional do barril do petróleo, de US\$ 2,90 em outubro de 1973, para US\$ 11,65 em janeiro de 1974, realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como represália aos Estados Unidos e países europeus, por apoiarem Israel na Guerra de Yom Kippur (dia do perdão) contra Egito e Síria, o qual afetou gravemente a regularidade econômica do mundo capitalista, devido gerar um *déficit* nas contas externas das principais potências hegemônicas que não produziam o mineral. No segundo em 1979, o custo de US\$ 40 do barril, foi motivado pela paralisação da produção, sobretudo no Irã, cujas causas foram motivadas pela Revolução Islâmica, liderada pelo aiatolá Khomeini.

Para Kageyama et al. (1996, p.161), essa configuração foi decisiva para os planos do Governo Federal, na medida em que:

Com a integração da agricultura ao mercado financeiro, o Estado passou a jogar um papel extremamente relevante na determinação das condições de operação do setor agrícola, uma vez que controla variáveis básicas que influenciam as expectativas dos produtores em relação à rentabilidade futura e, através da diferenciação das taxas de lucro esperadas, a própria composição do produto agrícola. Trata-se não apenas de variáveis diretamente relacionadas ao setor agrícola, tais como o montante do crédito agrícola e as condições de pagamento, preços mínimos, seguros agrícolas, assistência técnica e apoio à pesquisa; mas, através de sua política monetária, fiscal, cambial, enfim, de seu poder regulador sobre a economia, o Estado acaba definindo o cenário geral que juntamente com os instrumentos específicos, tem impacto sobre as decisões dos agentes envolvidos na produção agrícola.

Esse panorama impactou favoravelmente no aumento dos indicadores técnicos agropecuários, atestando crescimento da produção e sua diversificação, o que manifestou que os anos 1980 assinalaram um novo padrão de desenvolvimento, baseado na elevação dos rendimentos físicos (produtividade da terra), onde o valor dos produtos era maior que o valor da terra.

Por outro lado, possibilitou ao Estado e às classes dominantes reunificarem seus interesses políticos e econômicos, através do poder de comando monetário/financeiro expansionista e da conservação das contradições sociais, sobretudo, a especulação fundiária e a queda na renda dos trabalhadores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Mas, para Franco e Pereira (2008), o que caracterizou esse período foi a diminuição das políticas agrícolas, particularmente os subsídios rurais que estavam centrados em culturas atraentes ao mercado internacional, como algodão (*Gossipium hirsutum* L.), café (*Coffea arabica* L.), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) e soja (*Glycine max* (L.) Merr.), que corresponderam a 37% do total do valor exportado de lavouras temporárias em 1970, 38% em 1980 e 42% em 1985.

Conforme Sauer (2008), a partir dos anos 1990 ocorreu uma intensa diminuição ou quase extinção dos financiamentos oriundos do crédito subsidiado, em razão da crise fiscal do Estado, que se viu obrigado a desregular o câmbio e controlar ou ajustar os gastos públicos, o que demandou maior abertura comercial para entrada de capitais externos,

principalmente do setor financeiro. Enfatiza que essa situação intensificou a internacionalização dos produtos agropecuários, via configuração expressiva do agronegócio.

Sobre essa fase, Ramos (2007, p.166, grifo do autor) explicita que:

Muito embora a política agroindustrial tenha deixado de existir sob o aspecto de intervenção e regulação direta por parte do Estado, a década de 1990 e o período imediatamente posterior ficaram conhecidos como uma fase de grande crescimento da agropecuária e também dos produtos processados de base agrícola. A explicação para esse fenômeno é dupla: por um lado, o Brasil parece ter aproveitado algumas boas oportunidades surgidas no mercado internacional, como as crises de contaminação de produtos, a epidemia da *síndrome da vaca louca*³⁶ e da *gripe de aves*³⁷ e, por outro lado, houve uma reestruturação industrial pesada em alguns setores, movimento esse decorrente da entrada de novos capitais e de um estreitamento das relações (técnicas e financeiras) com os setores a jusante da distribuição.

Entretanto, Heredia, Palmeira e Leite (2010) salientam que a maior participação das *commodities* agrícolas e agroindustrializados nas exportações levou à massificação conceitual de agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* nos meios empresariais e políticos (demonstrada nas ações da Frente Parlamentar da Agropecuária ou Bancada Ruralista), na imprensa e, especialmente, em associações de produtores, como a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), que atua na busca de apoio governamental, por meio de *lobby*, a fim de melhorar os setores que integram os distintos agronegócios no país.

Mas, tais reivindicações são contestadas por grupos ou classes sociais contrárias ao agronegócio, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga Campesina, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), alguns partidos políticos, sindicatos e intelectuais que criticam o fato de que, como consequência da orientação neoliberal, o governo favorece substancialmente o agronegócio (FORTES, 2009).

Para Cáceres (2014), esse cenário sustenta uma convivência do Estado às pressões políticas do agronegócio, resultando não só em desequilíbrios naturais, mas em contrastes sociais, através da concentração da propriedade da terra e do capital.

Assim, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010), a retórica de interesses daqueles que defendem a competitividade e modernização do agronegócio gira em torno de políticas macroeconômicas direcionadas a uma maior participação no mercado global de

³⁶ Episódio que abalou a indústria de carne bovina na Europa e, em menor grau, nos Estados Unidos (Cf. RAMOS, 2007)

³⁷ Ou influenza aviária, que atingiu negativamente o agronegócio de aves na Ásia e em menor grau no leste europeu (Cf. RAMOS, 2007).

alimentos. Para tanto, advogam intervenção cambial; renegociação de dívidas junto aos bancos; concessão de novos empréstimos a juros e prazos compatíveis; medidas *antidumping*³⁸ (para garantir a comercialização e os preços das *commodities* no mercado externo) e isenção tributária.

Segundo Bernardes (2009), essas demandas não só colocam o agronegócio como protagonista do projeto neoliberal assumido pelo governo, como atenuam as disparidades sociais no espaço rural, haja vista evidenciar um ambiente dualista cujos atores são definidos por meio de um “moderno” que se constrói e um “tradicional” que resiste às novas configurações da dinâmica agrária/agrícola.

Ademais, Brum (2009, p.543) acrescenta como importante nessa nova conjuntura, as negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1993, que culminou, em 1994, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de retirar gradualmente os subsídios e estimular a exposição à concorrência internacional. Adenda, outrossim, que apesar dessa proposição elevar os custos para o produtor e os preços para o consumidor, os mesmos tendem a ser compensados parcial ou totalmente pelo aumento da produtividade. Logo, realça a necessidade da continuidade dos estímulos estatais para a manutenção do agronegócio, para que os produtores possam “tornar-se empresários rurais eficientes, com informações e visão abrangentes da cadeia produtiva e dos negócios, inseridos num mercado competitivo”.

Com base nesse panorama, ressalta-se que o agronegócio foi financiado pela política governamental, como créditos subsidiados, infraestrutura (operacional, técnica e logística), regulação econômica e facilidade para a ocupação da terra. Dessa maneira, promoveu a competitividade nos mercados internacionais, como meio para assegurar saldos na balança comercial, visando manter estáveis as dívidas com credores externos. Nessa perspectiva, afirma-se que a agricultura brasileira se transformou, recentemente, em um relevante setor de especialização dos negócios, comandada pela integração de capitais e estruturada pela política estatal.

³⁸ *Dumping* consiste na prática de vender produtos a preços muito inferiores aos custos, com o objetivo de eliminar a concorrência e conquistar novos mercados. O *antidumping* é uma medida para coibir tal prática, através da adoção de tarifas especiais ou sobretaxas de importação autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (THIER, 1982; DINLERSOZ e DOGAN, 2010; CHANDRA e LONG, 2013).

Portanto, infere-se que esse processo gerou como consequência a vinculação do Estado aos capitais financeiros, a expansão das agroindústrias por meio da constituição dos CAIs e o aprofundamento da dependência da economia agrícola ao mercado internacional.

Assim, para Carvalho (2013), os efeitos mais perversos da hegemonia do agronegócio no Brasil são marcados pela dominação de grandes *tradings* do setor de insumos químicos, agroindustrializados e de comercialização dos processados, cuja exploração dos trabalhadores, degradação do meio ambiente e desnacionalização da estrutura agrária qualificariam sua natureza política e econômica. Por esses aspectos, não estranha que 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol pertençam a apenas três grupos empresariais, Bunge Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A e *Royal Dutch Shell*.

Nessa perspectiva, Wez Júnior e Leite (2013) reconhecem que a cadeia da soja se consubstancia como exemplo desse quadro, pois a participação do capital internacional no total do capital aplicado no esmagamento do grão, que era de 16% em 1995, cresceu para 57% em 2005, caracterizando um intenso processo de concentração econômica e desnacionalização do setor.

Inclusive, salienta que tal estado de controle oligopisônico tende a permanecer, já que em consonância com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE, 2014), em 2014, 62% das plantas industriais ativas que trituravam o grão estavam sob o domínio das *tradings Archer Daniels Midland*, Bunge Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A e *Louis Dreyfus Commodities*.

Logo, para Adami e Barros (2014), o agronegócio se destaca no mercado mundial de alimentos e de energia, estando entre os maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários, ao ocupar a primeira posição no *ranking* do café, etanol e suco de laranja, e segundo da carne bovina, aves, tabaco e soja.

Em termos de rentabilidade, em conformidade com Welch (2006), entre 1990 e 2004, os lucros gerados por agroexportações cresceram cerca de 480%, passando de US\$ 6 bilhões para aproximadamente US\$ 35 bilhões. Adenda que durante esse período a taxa anual de crescimento na produção de milho, carne de porco, cana-de-açúcar, soja, frango e algodão representaram, respectivamente 53%, 27%, 18%, 17%, 13% e 12%, contribuindo para a manutenção de 35% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil.

Já em 2013, Brasil (2014b) revela que o agronegócio gerou em torno de US\$ 100 bilhões, correspondendo a um incremento de 4,3% em relação ao ano anterior. Tal

conformação favoreceu o saldo da balança comercial em US\$ 2,561 bilhões, uma vez que apresentou superávit de US\$ 82,907 bilhões, o que evidenciou uma participação de 41,3% no total das exportações.

Consoante Adami e Barros (2014), quanto às mercadorias negociadas, predominava o complexo da soja nas regiões Centro-Oeste e Sul; a cana-de-açúcar e café no Sudeste; os pescados, têxteis e frutas no Nordeste; e olerícolas e pescados no Norte. Registram, também, que o Sudeste se sobressaia em virtude da relativa contribuição do café, cana e sacarídeos, flores, frutas, nichos da produção vegetal, produtos florestais e carnes. E que o estado de São Paulo concentrava 21% do total exportado no ano de 2013.

Todavia, de acordo com Brasil (2012a, 2014b), entre 2010 e 2013 prevaleceram os complexos da soja, carnes, sucroalcooleiro, café, fumo e seus derivados, no conjunto das exportações, respondendo, conjuntamente, por US\$ 255,312 do total de US\$ 341 bilhões, o que equivaleu a 75% do valor exportado. Outrossim, revelou que o complexo da soja era o principal setor de exportações do país, por comercializar 199,81 milhões de toneladas em grão, farelo ou óleo para o consumidor externo, agregando US\$ 98,321 bilhões na balança comercial, cuja variação positiva no período foi de 81%. Ressalta ainda que os principais destinos eram China, União Europeia e Estados Unidos. Porém, os chineses se tornaram os maiores importadores, a partir de 2008, e em 2011 consumiram 18% das exportações, com destaque para a soja e seus derivados, quando adquiriram 22,8 milhões de toneladas.

Com base nessa excepcional performance, verificou-se que o agronegócio refletia a agricultura empresarial como o “carro-chefe” do modelo de produção exitoso, fundamentado no progresso científico e tecnológico, o que confirma o pensamento de Souza (2009, p.158), de que o agronegócio tem como lógica “a produção de mercadorias que se direcionam, como trajetória histórica, para o mercado externo, e que, neste momento, em função do câmbio, encontram uma condição competitiva, sobretudo na forma de *commodities*”.

Por conseguinte, patenteia-se, por um lado, a importância do agronegócio para a economia, e por outro lado, que a mesma desperta reflexões sobre as mudanças ou aprofundamento nas relações sociais de uso da terra e dos recursos naturais, haja vista a crescente pressão para a abertura de novas áreas para a produção de exportáveis.

Nessa configuração, conforme Wu (1999, 2000, 2008), o uso da terra, apesar de necessária e inevitável para o desenvolvimento econômico e o progresso social, não ocorria sem custos, pois a conversão de florestas para a agropecuária reduzia a qualidade do solo,

contaminava a água e interferia no clima. Acentua que esse cenário era decorrente do fato de que as alterações no uso da terra, ocasionadas pelo agronegócio, estariam frequentemente relacionadas à retirada da cobertura vegetal para implantação da infraestrutura dos empreendimentos; ao emprego de máquinas e pastoreio, o que provocava graves perdas de solos (através da erosão, compactação, salinização, desertificação e outros associados) e aumentava as taxas de CO₂³⁹ na atmosfera, que afetava a situação climática em micro e macro escalas; ao uso excessivo de agrotóxicos que causava a poluição hídrica; e a eliminação de bancos genéticos de espécies da fauna e flora, que interferia na preservação do conhecimento tradicional da população rural. Portanto, em razão dessas externalidades negativas, reconhecia que a introdução descontrolada do agronegócio destruía os ecossistemas e, em longo prazo, o crescimento econômico.

Como exemplo axiomático dessa situação, enfatiza-se o Cerrado brasileiro, devido à expansão do agronegócio para a produção de grãos e carnes para o mercado global, implicar em grave ameaça à preservação do bioma.

Assim, segundo os resultados do estudo realizado pelo Programa Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, criado em 2007 através do acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBAMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), até o ano de 2009, o bioma contava apenas com 51,2% de remanescentes de floresta, sendo que a cobertura vegetal antrópica ocupava 48,2% de área. E que, entre 2009 e 2010, a taxa anual de desflorestamento era a maior entre os biomas do país, cujo crescimento se fixou em 0,32%. Tais dados apontam para a tendência de degradação, uma vez que 43,6% de floresta nativa foi suprimida até o ano de 2002, e 47,8% até o ano de 2008. Registra que entre 2009 e 2010, os estados do Maranhão e Piauí apresentavam as maiores taxas de desmatamento, com 0,7% e 1,1% respectivamente, e os municípios piauienses Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí lideraram as perdas, pois juntos totalizaram 7,5% de redução do cerrado local (PMDBBS, 2011).

³⁹ Para Tans (1997), o dióxido de carbono ou anidrido carbônico (CO₂) consiste um composto químico gasoso que concentra estruturalmente dois átomos de oxigênio e um átomo de carbono. Em combinação com outros gases como vapor d'água, metano, óxido nitroso, dióxido de enxofre, amônia, monóxido de carbono, ozônio, etc., aprisiona parte da radiação solar. Quando liberado naturalmente, e por um longo período, implica em equilíbrio químico na biosfera oceano-atmosfera, mas quando acumulado em excesso, em decorrência de causas como a queima de combustíveis fósseis, a atividade industrial, os desmatamentos e a agricultura, num curto espaço de tempo, interfere no balanço climático global, por sua vez, nas flutuações do fluxo de energia solar, por exemplo, pode determinar elevação da temperatura (efeito estufa).

Reputa como relevante para o incremento da produtividade o consumo de agrotóxicos nas lavouras, particularmente as mais valorizadas, como soja, milho, cana-de-açúcar, cítricos, algodão, café e arroz, haja vista que em 2008 o Brasil aumentou a produção de compostos químicos em 190%, assumindo a liderança mundial, que até então era ocupada pelos Estados Unidos. Destarte, em 2010, o país movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões no mercado interno e 19% no externo. Já em 2011, produziu 852,8 milhões de litros, computando US\$ 8,5 bilhões na economia com evolução nas vendas de 16,3%, bem superior ao desempenho de 2002, quando foram pulverizados cerca de 600 milhões de litros de defensivos nos plantios, ou seja, constatou-se que o consumo médio desses produtos passou de 10,5 para 12 litros por hectares entre 2002 e 2011 (ABRASCO, 2012).

Não obstante tal atuação, a Anvisa (2013) revela que os agrotóxicos respondem por 36% das infecções de lavouras do país, onde o consumo nos plantios visando combater insetos, ervas daninhas, fungos e outras ameaças, evidencia-se em grave risco à saúde dos trabalhadores expostos diretamente ou via contaminação de alimentos e bens ambientais, desencadeando doenças cancerígenas, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais.

Em consonância com a Abrasco (2012), a ampliação das políticas públicas de incentivo às exportações estabelecidas no país, interfere propositalmente no uso de agrotóxicos e fertilizantes, calcada preponderantemente na dinâmica dos preços e na isenção de impostos, os quais determinam o ritmo do mercado consumidor.

Ademais, salienta-se que a expansão do agronegócio ocorreu simultaneamente à continuada concentração fundiária, acentuada nos movimentos de produção grãos/carnes para as áreas de fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia. Para Sauer e Leite (2012, p.511), essa configuração resulta notadamente “em aumento do preço da terra e no acirramento das disputas territoriais”.

Segundo o Dataluta (2014), as propriedades maiores de 1000 hectares, que correspondem a 1,5% dos 5.498.451 imóveis rurais do Brasil, concentram 52,1% da área total, fixada em 597.018.808,73 hectares. Em contrapartida, o estrato com área menor de 100 hectares (4.738.663 unidades), que respondem por 86,2% dos imóveis rurais, representam 17,4%, ou seja, ocupam 104.020.314,97 hectares.

Com base nessa análise, entende-se porque para Sauer e Leite (2012) a modernização conservadora da agricultura foi condição necessária para a manutenção do latifúndio,

caracterizado como aquele cujas dimensões ultrapassam a capacidade média de recursos de capital de que dispõem os proprietários, e que historicamente manifesta o domínio absoluto sobre os meios de produção e sobre as pessoas e, conseqüentemente, o monopólio da terra.

Além disso, a utilização de inovações tecnológicas e conhecimentos de gestão, pelo agronegócio, provoca como consequência, a redução de demanda por trabalhadores permanentes, passando a predominar no empreendimento, trabalhadores temporários. Para Welch (2006), essa tendência se intensificou a partir da década de 1990, com a expansão da fronteira agrícola e com a entrada de novas variedades de sementes, principalmente os Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

Para Browder, Pedlowski e Walker (2008), esse panorama realça que o agronegócio desloca parcela considerável de trabalhadores para realizar serviços sazonais e de baixa qualificação, como colheita de frutas, verduras, etc., o que denota que por visar o lucro, o agronegócio possibilita que o capital se estenda para espaços onde os custos de reprodução do trabalho sejam baixos.

Por conta dessa realidade, Moreno e Mittal (2009) afirmam que o agronegócio constitui um modelo de desenvolvimento insustentável, marcado pela concentração da propriedade fundiária e por modificações nas relações de uso da terra, e caracterizado pelo aumento dos desmatamentos, da mecanização e do consumo de agrotóxicos e transgênicos, o que sugere a contribuição nas mudanças climáticas em nível global.

Assentado nessa contextura, compreende-se o agronegócio como um projeto sociopolítico e econômico orquestrado pelos interesses do Estado e de grupos dominantes do setor agrário, comandado pelo mercado financeiro internacional, que estabelece integração entre agricultura/indústria/mercado, com fins de verticalizar a produção e comercialização das *commodities* agropecuárias. Logo, em função dessa conformação se expande para as chamadas fronteiras de ocupação agrícola, em especial no Cerrado, visando potencializar o capital através da produção de grãos e carnes. Registra-se que esse cenário se coaduna com a realidade de Uruçuí, uma vez que o agronegócio tem incrementado uma modernização que impõe uma padronização produtiva que incorpora o território numa hierarquia de fluxos agenciados globalmente, que transforma a paisagem e que altera os projetos de vida das populações das localidades.

Alicerçado nessas circunstâncias, conclui-se que o agronegócio personifica a valorização e reprodução do capital no espaço rural, em razão de misturar competitividade

econômica com profundas disparidades na posse e uso da terra, e nas relações de trabalho e meio ambiente.

Portanto, com vistas à continuidade da investigação, analisa-se teoricamente e conceitualmente os modos de vida rurais, por conjugarem peculiaridades socioculturais inexoráveis do agricultor familiar. Sendo assim, faz-se mister examinar a relevância dos modos de vida para a perpetuação de saberes e práticas tradicionais ante as mudanças radicais que as aspirações do progresso imprimiram aos espaços territorializados pelo agronegócio.

5 MODOS DE VIDA: CONCEPÇÕES E INTERDETERMINAÇÕES

O reconhecimento da crescente pressão do agronegócio para a abertura de novas áreas, para a produção de exportáveis, particularmente no Cerrado, tem provocado rediscussões sobre o futuro do agricultor familiar, relativo a perseverança dos modos de vida.

Nesse sentido, registra-se, segundo Wanderley (2003), que os modos de vida, os quais incluem saberes e práticas tradicionais, apresentam-se fluidamente revestidos de mecanismos de rupturas e elementos de continuidades identitárias, ante os projetos expansionistas.

Ribeiro (2012) acentua que as práticas sociais expressam a realização de bens inerentes a elas mesmas, por isso, não são estáticas, mas constantemente difundidas e reinterpretadas; e que os saberes correspondem a raciocínios sobre a experiência na qual opera as práticas.

Assim, na perspectiva da tradicionalidade⁴⁰ camponesa, Mendras (1978) ressalta que os modos de vida consistem num acordo profundo sobre os valores essenciais da vida e a respeito dos fins últimos do homem, por se apoiarem numa base não econômica, em considerações morais e religiosas, nas relações interpessoais e na transmissão de conhecimento; e viabilizam o sentimento de defesa da família como unidade social indissociável do trabalho com a terra.

Contrariando, Martins (1981) explica os modos de vida como um estado de ser coletivo que situa a resiliência real do passado pré-capitalista no presente. Com isso, constata que os modos de vida se referem às ordens econômicas, sociais e culturais nas quais suscitam estilos de pensamento que traduzem um meio de ver e viver e, portanto, uma forma de querer generalizada e propulsada nos mecanismos de alienação, isto é, de reprodução social.

Inclusive para Escobar (2000), os modos de vida derivam da articulação entre as dimensões de lugar, identidade, cultura e natureza, validada sobre a experiência e o conhecimento local.

Embasado nessas premissas, este capítulo objetiva debater posicionamentos teóricos e conceituais sobre os modos de vida. Para tanto, estrutura-se em dois itens. O primeiro aborda características *sui generis* da sociedade camponesa, sobretudo, socioculturais, para explicar

⁴⁰ Para Ribeiro (2012), a tradicionalidade confere uma realidade concreta em que as condições históricas, sociais e culturais possuem prestígio na concepção de virtudes de um grupo.

modos de vida. E o segundo, trata de processos de reelaboração do universo simbólico⁴¹ do agricultor familiar, e que se relacionam à hibridação *vis à vis* às exigências do agronegócio.

5.1 Modos de vida: teorias e conceitos

De acordo com Lobo (1992), os modos de vida propõem a indução de um fio condutor para o exame das redes do tecido social, das subjetividades do campo simbólico e da moral prática, que comandam os comportamentos humanos. Outrossim, enfatiza que os estudos sobre os modos de vida remetem à análise das situações de vida, das estratégias de sobrevivência e da autonomia de sujeitos sociais heterogêneos.

Fernandes (1992) evidencia a família como *conditio sine qua non* para o debate sobre os modos de vida, na medida em que o trabalho familiar se inscreve como categoria fundadora, ordenadora, sistematizadora e instauradora de sentidos e projetos úteis de existência social e local.

Para Sanz (2008), os modos de vida revelam a trama socioeconômica, agregando um conjunto de valores, representações e perspectivas com que se desenvolve a relação tempo/espaço das populações do meio rural. Destarte, os modos de vida incorporam formas de produção e consumo onde predominam a empresa familiar e a exploração dos seus membros.

Essa vertente também é aceita por Chayanov (1974), por relatar que na exploração da unidade de produção familiar o agricultor utiliza, dentro de suas possibilidades, todas as oportunidades relacionadas às peculiaridades ambientais, históricas e os objetivos do mercado ao qual está inserido. Tal contextura ratifica que os modos de vida se centram no balanço trabalho/consumo necessário para satisfazer, qualitativamente, o bem-estar familiar.

Por outro lado, Muñoz (2003) sublinha que os modos de vida configuram a percepção do território como lugar de pertencimento, enraizamento, produção e manifestação de saberes individuais e comuns, baseados no respeito, nas narrativas da memória ancestral e nas diversas habilidades identitárias estabelecidas pela convivência. Sendo assim, define-os como um saber que está estreitamente ligado com as ações e práticas comunitárias.

⁴¹ Ribeiro (2012) qualifica universo simbólico como um sistema de cultura ou de significações no qual determinado grupo (e nele seus indivíduos) compreende e organiza seu mundo.

Também para Escobar (2000), os modos de vida vinculam-se ao território, à cultura e ao lugar, alicerçados na experiência, limites, conexões e conhecimento sobre um local, onde as identidades, práticas e relações socioespaciais são construídas ao longo do tempo.

A propósito, Ribeiro (2012) realça que tais práticas supõem um contexto organizado, estruturado, complexo e coerente das virtudes exercidas pela atividade humana que, em parte, recebem sua definição. Essa uniformidade se fundamenta na realização de bens, externos e internos, que são socialmente estabelecidos como padrões de eficiência e excelência, e determinantes para o reconhecimento e identificação de tipos específicos de vida. Dessa forma, ilustra que os bens externos são aqueles associados às circunstâncias, por exemplo: poder, riqueza e prestígio social. Já os bens internos envolvem obediência às normas fixadas historicamente.

Destaca-se que o argumento de Ribeiro (2012) se calca, preponderantemente, nas reflexões de MacIntyre (1984), sobre a concepção de virtudes, entendidas como qualidades que capacitam e valorizam as tradições. Logo, adenda que as virtudes instituem e tornam onipresente e onisciente o caráter das relações entre homens e mulheres no interior das práticas.

Por intermédio das argumentações retrocitadas, concorda-se com Pereira (2004), quando adverte que a racionalidade da reprodução familiar exige a reafirmação dos valores de preservação da cultura local e extrapola as funções econômicas. Nesse enfoque, faz-se necessário atentar para os modos de vida dos agricultores familiares, materializados no existir cotidiano, na transmissão transgeracional⁴² e socializado num certo território.

Essencialmente, assinala-se que a sistematização das ideias subjacentes à temática em questão tem antecedentes na tradição cultural camponesa, posto que para Wanderley (2003), o agricultor familiar é um camponês adormecido, ou seja, é um ator que se ajusta à modernização do campo e às mudanças nos estilos de vida da sociedade, mas que não perde sua raiz histórica.

Tal sustentação se verifica na crítica formulada por Wolf (1976), de que os modos de vida caracterizam um tipo de adaptação, uma coesão de atitudes e atividades destinadas a orientar o camponês, na medida em que personificam, simbolicamente, uma ideologia, isto é,

⁴² Feldman e Laland (1996) compreendem que a transmissão transgeracional se respalda nas características comportamentais e de personalidade fixadas pela aprendizagem e cultura, que inclui as crenças, concepções e doutrinas, que são transferidas de uma geração para a seguinte.

uma ordem moral⁴³ responsável pela manutenção dos laços e pelo controle das tensões que nascem no interior das transações entre os homens. Por conseguinte, explicita que os modos de vida se vinculam às experiências de natureza humana, que *a priori*, deliberam, ao mesmo tempo, os princípios (normas e valores éticos) formados das diversas conjunções de objetos do passado e um senso de *continuum* social (que torna a vida praticável e significativa).

Assim, apreende-se porque Mendras (1978) afirma que os modos de vida são fixados pelo costume (resultado de séculos de ensinamentos), assimilados por meio de um sistema técnico de cultivo e da especificidade da exploração familiar, cujo fim último reside na autossustentabilidade do grupo. E que os modos de vida delineiam um processo sociocultural de constituição de sujeitos autônomos e livres, reconhecido por meio de uma memória ancestral, que permite regular e atualizar saberes e práticas.

A essa reflexão, que remete à impressão de as sociedades camponesas serem *autóctones*⁴⁴ e de viverem à luz do costume, da rotina e do cotidiano, alinha-se uma ordem social que postula a emancipação da particularidade da tradição, por reconhecer que os modos de vida não são um conceito em si, e que tampouco impedem que os camponeses recebam e/ou optem por novos arranjos tecnológicos que gradativamente comandam transformações socioculturais (MENDRAS, 1978).

Nessa perspectiva, encerra-se que tais adaptações alteram as posições na estrutura tradicional familiar, por se manifestarem, sob certos aspectos, como restrição, ampliação ou redefinição de necessidades. Em vista dessa conjuntura, Candido (2003, p.252) conclui que:

Todas as vezes que os indivíduos e os grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção do mundo, podem teoricamente ocorrer três soluções: os valores são rejeitados, e os antigos mantidos na íntegra; os valores são aceitos em bloco, e os antigos rejeitados; os valores antigos se combinam aos novos em proporções variáveis.

Com efeito, de acordo com o referido autor, a incorporação da unidade de produção familiar aos padrões modernos desencadeia uma dialética entre a continuidade e a descontinuidade do simbolismo cultural do agricultor, devido provocar relevantes

⁴³ Deleuze (2001) esclarece que a moral é um sentimento produzido pela natureza humana, ou seja, é um senso do dever no qual as ações de cada um se relacionam com as dos outros. Ademais, aponta que no domínio da moral, as regras gerais ordenam a consciência de aprovar e reprovar um caráter ou uma virtude particular.

⁴⁴ Para Tiouka (2005), as sociedades *autóctones* são comunidades rurais fundadas sobre os seus meios de vida tradicionais e que contribuem para a conservação do meio natural, devido utilizarem sustentavelmente a diversidade biológica.

transformações na tradicionalidade que seguramente põe em causa a resistência da ancestralidade. Todavia, pondera a respeito da totalidade dessas metamorfoses, haja vista perceber, no trabalho familiar, a sobrevivência de traços econômicos e culturais intrínsecos da campesinidade, já que:

[...] o aumento de dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho; ambos condicionam uma reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio e abre caminho para novos ajustes; este fato provoca alteração no equipamento material e no sistema de crenças e valores, antes condicionados pela manipulação do meio físico imediato e pelo apego às normas tradicionais. Tais condições dão lugar a modificações estruturais, com aparecimento de novos papéis e de novas posições sociais, bem como de uma nova ordenação das relações. [...] a passagem de um tipo de cultura a outro depende em grande parte, para seu êxito, do ritmo com que se dá a incorporação dos traços (CANDIDO, 2003, p.251 e 253).

Outrossim, percebe-se que esse cenário faz analogia às conclusões de Mendras (1978, p.198 e 201), por atribuir aos camponeses a responsabilidade de construção das condições de interlocução com a sociedade envolvente; e por estes desempenharem essa função, centrando-se numa relativa autonomia das motivações produtivas e reprodutivas.

[...] desde que os camponeses observem a lógica e as vantagens de uma nova organização de seu trabalho e de sua vida, e que tenham à sua disposição os meios de realizá-la, eles o fazem e mudam muito rapidamente seu modo de ver e pensar em função dessa lógica nova. [...] à essa subordinação da escolha das inovações em relação à rotina que faz com que as sociedades camponesas sejam tradicionais, sem que por isso recusem as mudanças.

De fato, não obstante a importância da tradicionalidade, a rotina camponesa estava intimamente ligada ao sentido das coisas, a uma maneira de viver fundamentada em uma moral prática que comandava o cotidiano, da qual, às vezes se afastava, mas com precauções (MENDRAS, 1978).

Nessa via de pensamento, Sahlins (1979, p.228-229) explica que tais precauções se sustentavam em uma razão prática, ou seja, em um interesse utilitário, que respeita a lógica do proveito material governando a produção. Dessa forma, compreende que os modos de vida derivam da cultura, conformada não por pressões materiais, mas fundamentalmente por esquemas simbólicos, isto é, por uma ordem de significados que sistematiza e define funcionalidades (meios) e finalidades (fins). Por conta disso, afirma que “as forças materiais por si só não têm vida. Seus movimentos específicos e consequências determinadas só podem

ser estipulados agregando-as progressivamente às coordenadas da ordem cultural. [...] As forças materiais se instauram sob a égide da cultura”.

Para Bourdieu (1988, 1991), aquela cotidianidade se evidenciava na transmissão de experiências sociais, no âmbito do *habitus* ou hábito, entendido como um comportamento que cria, recria e compartilha saberes que se atualizam nas noções de cultivo e respeito com o uso dos bens simbólicos, inclusive da terra.

Tal constatação é reforçada por Deleuze (2001, p.103), quando concebe o *habitus* uma matriz explicativa da razão, uma causalidade, uma relação da natureza humana, uma associação de ideias que proporciona a construção de raciocínios sobre a experiência de homens e mulheres. Destarte, acrescenta, que o *habitus* “é a raiz constitutiva do sujeito e, em sua raiz, o sujeito é a síntese do tempo, a síntese do presente e do passado em vista do por vir”.

Alicerçado nessa conformação, verifica-se, em consonância com Muñoz (2003, p.295, grifo da autora), que o cotidiano produz saberes, seja porque denota a aprovação isolada de técnicas e conhecimentos, seja porque envolve sujeitos e recursos naturais, em razão disso, “nos processos locais de aprendizagem, o *saber cotidiano* dá conta dos conhecimentos que a pessoa integra e daqueles que circulam no seu mundo de vida e que segundo a maneira própria de compreender e interpretar se adaptam em *saber ser e fazer* com sentido comum”.

Infere-se que essa assertiva vai ao encontro da opinião de Escobar (2000), de que os modos de vida designam o vínculo social com o lugar, diametralmente referenciado nos símbolos, rituais, significados, conhecimentos e práticas produtivas locais, baseados nos processos históricos, ecológicos, linguísticos e culturais.

Sob esse prisma, ressalta-se, de acordo com Moraes (2009), que os modos de vida constituem formas tradicionais, padrões de ensinamentos e sistemas de aprendizagens calcados nas práticas e no *habitus* que, por sua vez, designam saberes e fazeres assentados na vivência e simbiose com a natureza. Ao mesmo tempo, os modos de vida se revelam por meio de símbolos, habilidades, categorias e regras, que funcionam num nível mais profundo que a simples aparência imediata. Respalda, portanto, que os modos de vida acarretam a combinação de diversas normas e padrões de conhecimentos que orientam o sentido do *éthos* (revela a harmonia, o estilo moral, o caráter ético e a qualidade de vida de uma sociedade). Acrescenta que tal associação de valores se desenvolve das coletividades (parentesco, vizinhança, compadrio, etc.) em torno do uso do *habitat*, que inclui o território, os homens e

as mulheres. Logo, encerra que os modos de vida supõem um saber-fazer que induz transformar possibilidades em recursos. Ademais, compreende que a fisionomia dessa heterogeneidade, explicita por um lado, a oposição entre o tradicional e o moderno. E por outro lado, que essa contradição pode atuar positiva e negativamente na reprodução social do agricultor familiar, sobretudo àquela última, já que resultaria dos limites impostos pelas estratégias de desenvolvimento das forças produtivas.

Registra-se que a análise da referida autora se aproxima das interpretações de Scott (1976) sobre *moral economy* ou economia moral, cuja concepção obrigaria os camponeses a seguirem um conjunto de princípios e condutas sociais, valores étnicos, ideais de reciprocidade e bem-estar social, internalizadas nas formas de solidariedade mútua, concebidas como expressões da vida comunitária.

Uma visão mais figurativa sobre a noção de economia moral é proposta por Thompson (1984), ao admiti-la como um sentimento ou caráter que a sociedade camponesa faz para referenciar o uso racional e coletivo do solo, das plantas, da água, enfim, das diversas potencialidades do ambiente rural.

Assim, destaca-se que a economia moral, ao mesmo tempo que é legitimadora das leis de usufruto comum dos ecossistemas, contrapõe-se à visão capitalista de exploração da agricultura, isto é, da maximização do lucro. Como também, percebe-se que Scott (1976) e Thompson (1984) são enfáticos em postularem o papel da economia moral como uma representação autêntica da linguagem de crítica camponesa à subordinação mercantil capitalista das relações sociais.

Para Sayer (2000, 2007), tal quadro de normas e princípios que regem a economia moral é relevante para conduzir o agricultor familiar dentro do contexto da rede de relações sociais, econômicas e políticas a qual está inscrito, por exemplo, nas interações com o agronegócio e o Estado. Por isso, relata que a apreciação de economia moral serve para chamar a atenção sobre o efeito que os processos econômicos e políticos têm nos aspectos sociais e culturais do agricultor familiar.

Mas, para Bourdieu (1970), a economia moral pressupõe elos correlativos (utilidades e necessidades) que norteiam os domínios de honra, o respeito e a existência familiar, sobre os quais o agricultor marca sua posição (ou oposição) na relação social que estabelece com os outros sujeitos.

Diante desse panorama, concorda-se com a assertiva de Méndez et al. (2013, p.17, tradução nossa) de que os modos de vida designam uma diversidade de experiências, ações e critérios que validam o uso sustentável dos bens ambientais e, sobremaneira, o manejo de plantas nativas e os cultivos agroecológicos. Logo, atestam que os modos de vida contribuem necessariamente para a diversidade e a manutenção dos estoques florestais, devido a agregarem “as pessoas, suas habilidades e as atividades que fazem para ganhar a vida, que podem ser tangíveis (por exemplo, alimentos e renda) e intangíveis (por exemplo, o conhecimento e as redes sociais)”.⁴⁵

Destarte, adenda-se em conformidade com Sepúlveda et al. (2003), a importância dos modos de vida, haja vista a combinação de ativos (recursos materiais e sociais) e atividades (agricultura, artesanato, extrativismo, pesca, caça, etc.) para a configuração de um gênero de sobrevivência viável para as famílias rurais.

Nessas circunstâncias, compreende-se porque Jiménez (2009) defende que os modos de vida distinguem a identidade tradicional do mundo rural, na medida em que consistem de sistemas de significados, expressões, normas e símbolos característicos, que se apoiam na cultura e na história de vida da população.

Outra caracterização verossímil de modo de vida rural é tematizada por Sahlins (1983), ao descrever a constituição de estratégias de resistência camponesa guiadas por uma economia de provisionamento, cuja finalidade da produção familiar estaria subordinada às relações parciais com o mercado. Nesse sentido, a lógica da produção não se baseava completamente no uso direto, para o consumo, senão para a troca, de modo a obter bens de que precisavam e não produziam. Portanto, registra o imperativo de uma economia direcionada para o mercado, que apesar de não visar o lucro, posto os limites da produção e da inexistência da propensão inerente ao trabalho contínuo.

Já Sabourin (2009, p.22 e 55) chama a atenção para a concepção da economia de reciprocidade, que corresponde “ao redobramento de qualquer ação ou prestação que possibilita reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana”. Outrossim, a reciprocidade se manifesta através de formas de solidariedade ou ajuda mútua, sobretudo na produção e destino de alimentos, no manejo dos recursos e dos fatores de produção, e no plano simbólico. Acentua que a economia de reciprocidade permite a criação de vínculo social, uma vez que a lógica estabelecida “visa realmente ampliar relações sociais e afetivas

⁴⁵ la gente, sus capacidades y las actividades que realizan para ganarse la vida, las cuales pueden ser tangibles (por ejemplo, alimentación e ingresos) e intangibles (por ejemplo el conocimiento y las redes sociales).

através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dádiva (ainda que defasada) ou do compartilhamento dos recursos”.

Com base nessa visão, entende-se que é impossível analisar os objetivos dos sistemas técnicos, econômicos e sociais sem considerar as especificidades dos ambientes naturais do rural. Portanto:

A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e dotações), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2009, p.24).

Assim, no âmbito da economia da reciprocidade, faz-se possível parafrasear Gomes (2009, p.325), quando constata que os estudos sobre modos de vida revelam a proeminência de um ponto nuclear cujo fim reside na estruturação do saber-fazer, já que “é um aprendizado para toda a vida, é o bem que garante a certeza de uma vida sem privações”. Por conseguinte, enfatiza que a propriedade fundiária (como lugar de trabalho) proporciona ao agricultor a qualificação sobre determinados conhecimentos do senso prático, tais como:

[...] conhecer as condições meteorológicas favoráveis às chuvas, saber plantar, adequar a cultura ao solo, ter o domínio de todas as etapas do processo produtivo, limpar, brocar, preparar a terra, adubar, pulverizar, irrigar, colher, armazenar e comercializar.

Compreende-se, então, que essa organização produtiva constitui uma herança que é transmitida de geração a geração, por assegurar, simultaneamente, a sustentabilidade física da vida humana, a honra, a formação do caráter dos filhos e a conservação do patrimônio natural, além de materializar a garantia de sociabilidade com a terra.

Em vista disso, confere-se que a economia camponesa ao mesmo tempo em que funciona essencialmente para responder às exigências familiares, atende as necessidades da coletividade local. Nesse enfoque, salienta-se a interpretação de Mendras (1978), de que o *éthos* do camponês se reproduz nos modos de vida, por situar num mesmo sistema de valores os códigos de comportamentos e as competências técnicas nos quais seriam comuns a todos, mas diferentes de sociedade para sociedade.

Nessa direção, inclui-se o raciocínio de Moraes (2009), por qualificar os modos de vida como uma estrutura que organiza o sistema de cultivo agrícola, cujo resultado depende

da interligação entre os arranjos técnicos e a natureza sociocultural. E por asseverar que os camponeses se relacionam com o ecossistema através de uma complexa classificação das paisagens e dos diferentes tipos de terrenos existentes, designando características relativas ao clima, ao solo e a vegetação.

Registra-se que essa realidade espelha os modos de vida das populações originárias dos cerrados, uma vez que para Rigonato (2014), nesses ambientes o conhecimento popular sobre a biodiversidade, especialmente, das fitofisionomias e paisagens, denota um valor sociocultural e socioeconômico inexorável para a sobrevivência do agricultor familiar, devido comportar o saber ecológico, mormente, personificado na utilidade de espécies nativas (manifestado nas práticas de coleta de frutos, folhas, raízes e cascas, além da madeira para queimar, construir, cercar e comercializar) e faunísticas (os ritos de caça ainda são influenciados pelas crenças e pela lua), nas peculiaridades históricas e nas particularidades geográficas reveladoras de inter-relações entre técnicas, cultura e identidades.

Especificamente em Uruçuí, Moraes (2003, p.31) evidencia que os agricultores familiares orientam os modos de vida a partir das condições proporcionadas pela natureza e por um intercâmbio sociocultural marcado pela tradição camponesa, que se perpetuaram ao longo do tempo e, que por sua vez, comandam as práticas produtivas e os diversos usos do cerrado. Nessas circunstâncias, afirma que os modos de vida em Uruçuí valorizam o lugar⁴⁶, enquanto espaço de vida e de trabalho, sendo constituído:

[...] pela relação entre terra, família e trabalho; pelo saber ambiental dos camponeses e camponesas e sua relação com o sistema de produção, notadamente quanto à relação com as variadas possibilidades agroecológicas que os diversos ecossistemas dos cerrados oferecem; pelos limites e possibilidades da reprodução social dessas populações com a incorporação das chapadas pela agricultura intensiva; e pela reorientação das suas estratégias de sobrevivência, guiada pela lógica do aprovisionamento.

Para Leff (2009, p.131), é nesse ambiente cultural que:

[...] a preservação das identidades étnicas e dos valores tradicionais da cultura, o enraizamento a terra e seu espaço étnico aparecem como suportes de conservação da biodiversidade, do equilíbrio, da resiliência e da complexidade do ecossistema da qual depende sua produtividade

⁴⁶ Para Menestrino e Parente (2011, p.4), os lugares manifestam “as relações sociais estabelecidas e as formas de organização espacial, através das relações de poder homem/natureza, que se traduzem em vínculos territoriais, como um modo de vida específico que se dão a partir deles.

sustentável. A solidariedade, a coesão interna e a autonomia das comunidades indígenas e camponesas são fontes de motivação das populações rurais e base de sua atividade criativa, inovadora e produtiva, de sua capacidade de mudança e adaptação, de seu potencial de incorporar, de maneira seletiva, elementos da ciência e da tecnologia moderna às suas práticas produtivas tradicionais.

Então, derivado dos modos de vida estarem ligados às formas de ver o mundo e de interpretá-lo e agir sobre ele, buscando razão para a existência e para a trajetória de vida no espaço e no tempo, compreende-se em conformidade com Leff (2009, p.131) que:

[...] os valores culturais entrelaçam-se com o saber da comunidade sobre as suas condições de produção (saber acumulado numa grande experiência e tradição histórica), manifestando-se tanto na divisão e formas de trabalho, como no conhecimento do meio. As técnicas usadas alcançam um alto grau de complexidade, articulando-se com elementos da organização social e com as formações ideológicas, míticas e religiosas das comunidades. Estas formas de coesão social e de autossuficiência produtiva permitem, na atualidade, a sobrevivência de várias populações em condições de autossustentabilidade.

Essa simbiose homem/natureza também é corroborada por Muñoz (2003), quando relata que devido à interação com o meio ambiente, a pessoa comunitária extrai saberes que denotam costumes e linguagens estruturados na cosmovisão, na percepção do mundo natural, atribuindo sentido ao *ethos* e à identidade⁴⁷ (reconhecimento que as pessoas têm dos elementos constituintes de seus modos de vida, de valores culturais, aos quais se encontram identificados).

Concordando, Woortmann (2009, p.123) esclarece que esse saber camponês se apresenta, nitidamente e exclusivamente, por meio de práticas agrícolas, onde o trabalho desprendido resulta num conhecimento complexo e relativo para com a terra. Além disso, encerra que o camponês demonstra respeito à natureza e às leis divinas.

A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e em que é feita segundo uma perspectiva “etno-ecológica” que envolve o cuidado com a natureza – a “natureza de Deus” – desde a mata e as nascentes de água até a terra cultivada. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus.

⁴⁷ Para Canclini (2013), as identidades não se definem mediante um conjunto de traços fixos, uma etnia ou nação, ela é heterogênea, consubstancia processos de hibridação ou cruzamento de culturas.

Já Wolf (1976, p.31) alerta que tal apego à terra, orientado por uma racionalidade econômica e uma exigência de liberdade, pode assumir um valor sentimental inexorável, devido representar a continuidade do grupo doméstico (particularmente se ela for cultivada de geração em geração). Nessa contextualização, salienta que “um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos”.

Entende-se que os modos de vida patenteiam um conceito de campesinato em processo de transformação, pois o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, a modernização do campo impulsionaram mudanças na natureza das relações sociais entre os sujeitos e no uso dos recursos ambientais.

Não obstante tal particularidade, ressalta-se, conforme Canclini (2013), que os indivíduos são herdeiros de uma tradição pensada como um mecanismo de seleção, e mesmo de invenção, a qual é projetada em direção ao passado para justificar o presente. Assim sendo, constata que os modos de vida revelam estratégias econômicas, sociais e culturais referenciadas por meio de costumes, símbolos, práticas, saberes e conhecimentos, vinculadas às narrativas da memória ancestral. Os modos de vida validam a resiliência do agricultor familiar ao processo de monopolização do patrimônio ambiental e cultural do território, que nos cerrados brasileiros e, sobretudo, em Uruçuí, foi estrategicamente ocupado por empresas do setor agroindustrial.

Nessa perspectiva, reconhece-se que os modos de vida explicam os comportamentos, as posições e oposições (ideológicas, econômicas, sociais, ambientais e culturais) ritmadas pelo agricultor familiar; materializam sociabilidades que persistem ao tempo e espaço, posto não serem amorfas ao padrão moderno de produzir e viver; e encontram-se enraizados no cotidiano, na vivência, no *habitus*, nos formatos técnicos e nas identidades. Os modos de vida são, portanto, *sui-referenciais*⁴⁸ verossímeis, equivalentes às práticas, saberes e conhecimentos, usados, em geral, para referir-se à tradicionalidade, ou à resistência de costumes e de formas de pensamento pré-modernos⁴⁹.

⁴⁸ De acordo com Deleuze e Guattari (2011a), a *sui-referencias* consiste no pressuposto implícito, subjetivamente, à realização de determinadas ações.

⁴⁹ Para Bauman (2012), as formas de pensamento pré-modernos são padrões de referências que associam códigos sociais e valores culturais com fins de possibilitar o trabalho comunitário, ao mesmo tempo suscitam coletividades e compartilhamentos. Dessa maneira, distingue-os como tipos tradicionais de ordem social que se circunscrevem nas relações de parentesco e vizinhança, como também nas experiências cotidianas, no conhecimento tácito, na transmissão intergeracional, na cosmologia, no simbolismo, na religião, etc.

Ribeiro (2012, p.75) acrescenta que “o mundo em que os sujeitos existem historicamente é um mundo de formas simbólicas nas quais se configura as dimensões ser-no-mundo-com-os-outros”. Assim, o agricultor familiar tem na *práxis* a forma por excelência de representar e organizar seu mundo, seu modo de vida.

Diante dessa contextura, conclui-se que os modos de vida ainda são um conceito a ser estudado, haja vista reivindicarem a emergência de um tipo social e cultural imanente do universo tradicional do agricultor familiar, que conforma-se no personagem central da vida social camponesa. Em função desse entendimento, registra-se que esse ator não está imune às mudanças de ordem econômica, inclusive àquelas de natureza técnica, senão se insere conservando limites que garantem sua etnicidade (identidade étnica e cultural), segundo um modo particular de viver, ser, fazer e estar, que se ilustra na autenticidade tipicamente rural, como relação com o patrimônio natural, códigos de vizinhança, compadrio, mutirão, reciprocidade, economia moral, economia de provisão, etc.

Sublinha-se que através da interpretação dos modos de vida, pode-se (re)descobrir em Uruçuí, traços originários da cultura camponesa que se traduzem nas virtudes do agricultor familiar nas quais incluem as atividades produtivas, a organização social, os padrões de consumo e o simbolismo. Todavia, pode-se também inferir que tais virtudes estariam em contrapontos, isto é, conectadas e desconectadas ao modelo de desenvolvimento condicionado pelo agronegócio.

Desse modo, patenteia-se que essa investigação sustenta-se nas interpretações teóricas e conceituais de Wanderley (1995, 2001, 2003), Brandão (2007), Brandenburg (1999, 2010), Gomes (2009) e Canclini (2013), que enfatizam, fundamentalmente, a persistência de contextos históricos, em especial, da tradicionalidade camponesa, com vistas a continuidade social do agricultor familiar *vis à vis* ao mundo globalizado.

Ressalta-se que a análise das concepções de modos de vida do agricultor familiar, exige o estudo dos processos de hibridação, abordando-os como elementos que buscam reconverter um patrimônio de saberes e técnicas para reinseri-los em novas condições de produção e mercado. Para tanto, averigua-se como a agricultura familiar, cuja tradição se orienta na raiz camponesa, reformula sua perspectiva econômica e sociocultural ante às novas tecnologias e racionalidades produtivas gestadas pelo agronegócio.

5.2 Processos de hibridação socioculturais no espaço rural

Steger (2003) adverte que em um mundo fluidamente interconectado, efeito do avanço da globalização, que responde pelo progresso tecnológico e a aceleração dos fluxos de informação, capitais, mercadorias e pessoas, os contatos culturais entre comunidades rurais, que antes eram coesas e isoladas, tornaram-se mais rápidos e intensos.

Mas, para Santos (2009, p.304), a globalização praticamente produziu nexos estranhos à sociedade (local e nacional), por desempenhar papel atuante, apresentando-se ora como causa ora como decorrência das inovações tecnológicas e organizacionais. Nessas circunstâncias, acrescenta que:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base da ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto conduz a um novo aprofundamento do contexto, levando, também, as áreas correspondentes a um processo de racionalização cada vez mais intenso e com tendência a se instalar em todos os aspectos da vida.

Esse quadro também é criticado por Brandenburg (2010), por caracterizar o rural como um resultado de ações coletivas que fazem do mesmo um território de vida e de trabalho. Destarte, considera que o rural se transformou em palco de múltiplas e complexas mudanças que envolvem, substancialmente, a imposição de um estilo de desenvolvimento expansionista, que supõe a extensão do conhecimento científico e a posse da natureza, visando à produção, circulação e consumo de bens primários. Acrescenta ainda que, o que contribuiu para esse cenário, particularmente no Brasil, foi a política de modernização estimulada pelo Estado que, entre outras coisas, implicou em aguda redefinição das condições de vida da população e uma reorientação dos seus sistemas produtivos. Nesse sentido, comenta que:

Com a modernização o mundo da vida rural agora passa por um crescente processo de colonização que destrói as formas de vida dos camponeses na medida em que modifica as formas de sociabilidade, a substância da

interação da vida cotidiana, e não lhes proporciona os meios cognitivos e expressivos de comunicação do universo da sociedade moderna. A ação do sistema econômico, que tem no rendimento a sua primazia, pressiona o mundo da vida rural e, quando unilateral, resulta em consequências como perda de identidade, desintegração social. [...]. As unidades de produção familiar que antes eram voltadas para a subsistência agora também produzem para o mercado visando à aquisição de produtos industriais até mesmo para a alimentação. Os produtos processados na unidade familiar são substituídos por mercadorias industriais, o que faz também com que desapareçam os equipamentos relacionados à indústria doméstica (BRANDEMBURG, 2010, p.422-423).

Nessa direção, se inclui a visão de Cloquell (2010, p.187 e 181, tradução nossa), que qualifica a origem e consolidação do agronegócio enquanto fenômeno redefinidor de estruturas, formas e expressões da vida rural. Nesses termos, acentua que:

O setor agrícola expande-se, o que gera contradições e conflitos, tanto internamente como em sua articulação com a sociedade. A expansão das exportações agropecuárias implica uma reestruturação intensa tanto ecológica como social na agricultura, reestruturação das formas anteriores de sua economia, as oportunidades de lucro para grandes grupos econômicos e o incremento nos rendimentos nas camadas mais capitalizadas da classe média agrária. [...] O espaço da vida social rural, modifica-se e amplia-se, e nele geram-se sociabilidades distintas. Produzem-se modificações na atividade dos agentes sociais e na reorganização do território, mudando também, o sentido do pertencimento e da identidade⁵⁰.

Em virtude desse panorama, entende-se porque Canclini (2013, p.238-239) atribui às transformações históricas o dolo às ameaças da ordem natural e social, devido ocasionarem discordâncias, ou seja, desencadearem conflitos que, gravemente, poderiam dissolver uma comunidade, haja vista que a cultura moderna (ocidental) se consolidou negando as tradições e os territórios. Adenda que a modernização do campo deve ser interpretada em íntima conexão com a tradicionalidade, uma vez que:

[Se por um lado,] a reprodução das tradições não exige fechar-se à modernização. [Por outro lado,] a reelaboração das tradições pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e reafirmação simbólica. Nem a

⁵⁰ El sector agropecuario se expande, lo que genera contradicciones y conflictos, tanto internamente como en su articulación con la sociedad. La expansión de las exportaciones agropecuarias implica una reestructuración intensa tanto ecológica como social en el agro, reestructuración de las formas anteriores de su economía, las oportunidades de ganancia para grandes grupos económicos y el incremento en los ingresos en las capas más capitalizadas de la clase media agraria. [...] El espacio de la vida social rural, se modifica y se amplía, y en él se generan sociabilidades distintas. Se producen modificaciones en la actividad de los agentes sociales en la reorganización del territorio, cambiando también el sentido de la pertenencia y la identidad.

modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade.

Com base nessa assertiva, o dito autor contesta a probabilidade de alteração cultural na sociedade contemporânea, posto a existência de “processos de hibridação”, os quais consistem na integração de culturas e designam o cruzamento sociocultural do tradicional com o moderno. Dessa maneira, realça a importância de estudos agrários sobre a hibridação para a explicação das relações de resistências e conquistas decorrentes das individualidades e coletividades nascidas no interior da vida cotidiana e, para o desenvolvimento tecnológico, que expôs os contrapontos da consolidação do capital na agricultura, pois:

[...] se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação as impede de ser eles mesmos (CANCLINI, 2013, p.206).

Por outro lado, Weedon (2004) denota que o termo hibridação indica preconceitos e estereótipos na aceção de identidades, na medida em que a intensificação das interações sociais promovida pela globalização acarretou nos indivíduos o confronto com o que não sabem e com o que não conhecem.

Já para Moraes et al. (2012, p.20, tradução nossa), a expansão internacional do agronegócio, por meio da ocupação e configuração territorial das agroindústrias, apresenta-se ambígua à figura social do agricultor familiar, por envolver novas relações sociais de trabalho, cujos contextos de proletarização da mão de obra protagonizaram migrações pendulares, entendidas como as idas (origem) e vindas (destino) dos trabalhadores para as zonas de agricultura intensiva, que espacialmente variam da micro à macro escala. Sublinham que essas mobilizações fronteiriças condicionam os formatos, os estilos e as contradições específicas dos processos de hibridação socioculturais. Para tanto, descrevem distintas formas de segregação, como a espacial, que constrói a:

[...] imagem social destes temporários⁵¹ e os consolida, ao mesmo tempo, como arquétipo do estranho e como encarnação moderna do vagabundo.

⁵¹ Temporários são trabalhadores originários da agricultura familiar tradicional (Cf. MORAES et al., 2012).

Como figuras de alteridade⁵² e, mais ainda, em alteridade itinerante, se convertem em depositários de diversos pânicos morais⁵³.

Ademais, Canclini (2013) evidencia que a hibridação cultural implica essencialmente na fusão de elementos, resultando em interseção e transações, passando a caracterizar formas específicas de conflitos geradas na interculturalidade⁵⁴ recente, particularmente de países latino-americanos, onde a decadência de projetos nacionais se tornou fato consumado. Nessa perspectiva, destaca que os processos de hibridação ocorrem em condições particulares, históricas e sociais, e incorporam sistemas de produção e consumo, que às vezes agem coercitivamente.

Corroborando, Barros (2013) registra que a natureza híbrida da cultura contemporânea se ilustra dialeticamente e dinamicamente marcada por constantes enredos de ressignificação, os quais possibilitam criar e recriar sentidos que se traduzem na combinação, por exemplo, do moderno com o tradicional.

Essa vertente é aceita por Aldea (2012), quando define o hibridismo como um termo-chave para a compreensão das escolhas individuais, nas quais os sujeitos podem decidir livremente as suas próprias identidades em um mundo preponderantemente plural. Outrossim, argumenta que nos processos de hibridação as identidades são fixadas por confrontos culturais baseados em opiniões etnocêntricas e em relações sociais de poder desigual.

Já Leff (2009, p.136-137), concebe a hibridação, a partir dos processos de transculturação⁵⁵, induzidos na população rural pelas agroempresas transnacionais e o mercado mundial, com propósitos de substituir os valores culturais tradicionais pelas práticas capitalistas de uso da terra e dos recursos naturais. Desse modo, atenta para a relevância de autonomia das populações das localidades para a governança de seus territórios. Por isso, atesta que:

[...] a dimensão cultural do manejo integrado dos recursos naturais tem maior sentido em relação às práticas produtivas das comunidades rurais,

⁵² Alteridade entendida como uma relação de interação e dependência (Cf. MORAES et al., 2012).

⁵³ [...] imagen social de estos temporeros y los consolida, a la vez, como arquetipo del extraño y como encarnación moderna del vagabundo. Como figuras de alteridad y, más aún, de alteridad itinerante, se convierten en depositarios de diversos pánicos morales.

⁵⁴ Para Carrasco (2014), a interculturalidade designa uma comunicação ou uma interação entre diferentes pessoas que possuem referências culturais tão distintas que se auto percebem como pertencentes a outra cultura.

⁵⁵ Os processos de transculturação assinalam a natureza transversal das relações interculturais, que nem sempre são dadas de maneira pacífica, mas resultadas de negociações, convicções, concessões e conquistas (BARROS, 2013).

indígenas e camponeses, que conservam e são capazes de recuperar os seus conhecimentos tradicionais, ou de gerar novos conhecimentos para a sustentabilidade de suas economias locais.

Para tanto, o referido autor reclama a necessidade de programas de preservação dos modos de vida *vis à vis* os projetos de desenvolvimento rural, na medida em que:

[...] vêm-se reconhecendo a importância do patrimônio cultural⁵⁶ da humanidade e a possibilidade de aproveitar o vasto repertório de conhecimentos ainda existentes nas diversas culturas, para definir políticas de manejo dos recursos, capazes de manter o equilíbrio ecológico, a biodiversidade e a base de recursos naturais, provendo ao mesmo tempo às populações locais os meios para se beneficiarem diretamente da gestão de seus recursos, de acordo com os valores e sua identidade cultural (LEFF, 2009, p.137).

Concomitante à análise de Leff (2009), tem-se a opinião de Escobar (2000), de que a hibridação cultural denota um processo de resistência das populações tradicionais, por revelar a dinâmica das práticas originárias de matrizes culturais e temporais visíveis, que longe de serem receptoras passivas das condições transnacionais, moldam ativamente o contexto de construção identitária e as relações socioeconômicas.

Por outro lado, Tucker (2010) embasado em estudos etnográficos realizados em Göreme, comunidade rural que pertence à região da Capadócia, na Turquia, detectou que a introdução de agricultores familiares na economia do turismo, resultou em mudanças de hábitos. Destarte, compreendeu que os processos de hibridação, diretamente relacionados às diversas atividades do agricultor familiar (produção, artesanato, comércio, turismo, coletividades, etc.), evoluem conjuntamente, porém, quando combinados à economia capitalista, provocam rupturas e continuidades na economia moral. Logo, identificou que o patrimônio cultural, representado pelos produtos fabricados (balões de ar quente), adaptou-se às exigências do mercado, redundando em novas relações sociais de trabalho e originando diferenciação social e econômica.

A propósito, Stattman e Mol (2014) denunciam que os mercados e os grandes grupos hegemônicos do capital agrário, particularmente as empresas agroindustriais, são os que disciplinam o trabalho e os modos de vida rurais. Nesse sentido, defendem a relevância da ação coletiva, através da constituição de cooperativas, como mecanismo de inclusão da

⁵⁶ Almeida (2011, p.919) assegura que o patrimônio assume na contemporaneidade uma “nova base de reafirmar a identidade e a patrimonialização é um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais”.

agricultura familiar nas relações de poder e nos arranjos produtivos⁵⁷. Além do mais, concluem que os agricultores devem reelaborar suas identidades ao se sentirem pertencentes a um espaço socialmente articulado.

No entanto, Candido (2003, p.29) afirma que a abertura e intensificação do patrimônio cultural do agricultor familiar aos princípios do capital ocorrem por ocasião da satisfação das necessidades de sobrevivência. Em razão desse cenário, assevera que tal dependência econômica problematiza a reprodução da raiz campesina, devido desestabilizar as relações entre o agricultor familiar e o meio físico.

O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. E sob este ponto de vista, as situações de crise aparecem como dificuldades ou impossibilidade de correlacioná-las. [...] Daí a evolução das sociedades parecer um vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-los, dando lugar a permanente alteração dos vínculos entre homem e meio natural.

Entretanto, registra-se, em consonância com Brandão (2007, p.54-55), que a agricultura familiar não é marginal à evolução do capital agrário e nem é uma experiência social em via de eliminação, haja vista ser orgânica e indispensável à expansão do capitalismo no campo. Outrossim, por entender que a economia é uma das dimensões da cultura, salienta que a introdução da agricultura familiar nas relações sociais de produção e consumo capitalista não deve ser concebida como mudança de virtudes, pois no mercado, o que é vendido ou trocado pelo agricultor familiar não é uma coisa concreta, ou seja, uma mercadoria, mas o produto do seu trabalho, que possui símbolos e significados. Portanto, realça que:

Entre elas⁵⁸, gramáticas sociais que configuram sistemas de valores, de identidade e de princípios étnicos e éticos de interação, envolvendo nelas inclusive preceitos que regem trocas, vendas e compras. Sistemas tradicionais que prescrevem todo um complexo processo de transações de bens e de serviços. Intertrocas econômicas parecendo serem apenas comerciais, na verdade são interpessoais, afetivas, sociais, simbólicas, antes

⁵⁷ A análise de Stattman e Mol (2014) avalia o desempenho de cooperativas agrícolas familiares produtoras de mamona (*Ricinus communis* L.), palma (*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill.) e soja (*Glycine max* (L.) Merr.) situadas no sul do estado da Bahia, quanto à integração no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), cujo resultado demonstrou que o Programa não incorporou, substancialmente, na cadeia produtiva do biodiesel, os agricultores familiares tradicionais.

⁵⁸ Formas de vida e de trabalho da agricultura familiar (Cf. BRANDÃO, 2007).

ou ao lado de serem relações que envolvem dinheiro. Pois, bem mais ali do que em esferas mais modernizadas de transações, nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que troca é mercadoria. Mais do que nós, e com melhores motivos, as pessoas comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida. No que se consome e no que se troca ou vende, as “coisas” que passam de mão em mão, mesmo que a troca de dinheiro, variam de acordo com aquele com quem se troca, com aquilo que se troca e com a qualidade da situação em que se comercia.

Ademais, o dito autor constata que precariamente o agricultor familiar se incorpora ao agronegócio para beneficiar-se da modernidade, e faz isso misturando seu capital étnico aos conhecimentos e as disciplinas dos sistemas produtivos aos quais o agronegócio domina (que inclui a racionalidade, os equipamentos e os padrões de trabalho). Nesses termos, conclui que:

De outra parte, os bens da terra são produzidos observando uma mescla de tecnologias patrimoniais (nada indica que as vendas de enxadas tenham diminuído no mercado brasileiro) e tecnologias modernas e importadas. Costumes antigos e ritos religiosos ainda estão presentes no preparo do terreno, nas festas de colheita, em muito maior escala do que as nossas medidas acadêmicas alcançam. E o passar do tempo ainda subordina o relógio ao Sol e o calendário oficial ao das festas populares e às marcações naturais das estações do ano (BRANDÃO, 2007, p.56).

Por outro lado, Brandão (2007, p.58) reconhece o agronegócio como um agente da “falsa modernidade” do rural, por homogeneizar as paisagens, domesticar os processos de trabalho e reproduzir espaços vazios⁵⁹. Ou seja:

As extensões homogêneas dos canaviais, das plantações de soja, dos eucaliptais. As paisagens que foram um dia florestas ou porções do cerrado, ou mesmo frações bem menores de terrenos de policultura camponesa. A uniformização quase absoluta da paisagem, a derrocada da biodiversidade e de uma correspondente humana sociodiversidade. Eis a paisagem múltipla e, no entanto, tão uniforme, dessa ilusória socialização extrema de espaços naturais. Para que a terra produza em excesso – o mito tecnológico da produtividade –, tanto seres e grupos humanos são retirados das paisagens anteriores, quanto a própria terra é subjugada: tornada plana, vazia do que não sejam os espaços vazios da produção, exaurida de recursos naturais e impregnada das químicas do agronegócio.

⁵⁹ Para Brandão (2007), os espaços vazios assinalam a metáfora da modernização uniformizante do campo na qual destituiu a lógica, por exemplo, do Cerrado como lugar de vida e de trabalho, passando a operar a retórica de um ambiente voltado para a produção e mercado, isto é, um espaço com valor de troca, cuja máxima calca-se na reprodução do capital.

A visão de Brandão (2007) vai ao encontro da percepção de Santos (2009, p.305) de que o agronegócio cria um mundo rural onde gestos e resultados são previstos de modo a assegurar maior produtividade e rentabilidade. Desse modo, considera “o campo e o cronômetro” categorias que se hibridam para legitimar a funcionalidade do agronegócio prover e reger o tempo social. Por conseguinte:

Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando têm êxito a vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento.

Esse contexto de fragmentação do tempo social se associa aos estudos de Martins (1995) sobre a dialética entre Cronos e Kairós. O primeiro consiste no tempo histórico, físico/objetivo/linear, que é cronológico e marcado por processos de alienação social e desenraizamento cultural. Já o segundo, desenvolve-se sob o ritmo da natureza, da memória e dos desejos e sentimentos do ser, por isso, denota um tempo subjetivo, interno e místico, cujas ações e práticas sociais espelham um tempo vivido.

Dessa maneira, entende-se que o agronegócio é orientado por Cronos, cujo tempo é concreto, de ações e atuações voltadas para a reprodução do capital, enquanto o Kairós vincula-se ao tempo do agricultor familiar, o qual é carregado de sentidos para o uso da terra e para a existência da família.

Portanto, constata-se que o agronegócio origina novos padrões de ação e novas sociabilidades que repercutem na vida do agricultor familiar. Porém, de acordo com Santos (2009, p.307, grifo nosso), tais perspectivas de subjugação do campo não se cumpririam totalmente, pois:

Na medida em que os agentes locais da produção agrícola, rurais ou urbanos, têm um poder de controle limitado sobre o que é localmente produzido, o conhecimento das relações entre a produção local e os aspectos mais globais do intercâmbio acelera essa produção política, aparecendo como um limite à racionalidade, uma vontade de contrariá-la ou o desejo de lhe sobrepor outros objetivos.

Diante disso, concorda-se com o autor que em meio à racionalidade hegemônica do agronegócio, instalam-se paralelamente “contra-racionalidades”, entendidas como resistências

ao que foi instituído pelo capital, isto é, representam outras formas de racionalidades que são ao mesmo tempo convergentes e divergentes. Logo, Santos (2009, p.310) sublinha que:

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites.

Com base no exposto, infere-se que a hibridação indica o cruzamento de processos socioculturais nos quais saberes e práticas que existiam de forma isolada e separada, combinam-se para gerar novos saberes e novas práticas. Todavia, essa fusão entre o tradicional e o moderno não se efetiva sem considerar contrapontos, já que para Canclini (2013, p.114) “o passado não deixou de corroer as pretensões de ruptura absoluta da modernidade”.

E que os modos de vida das populações rurais dos cerrados, em particular, Uruçuí, se estabelecem nas interações entre o meio ecológico e os patrimônios econômico e cultural, expressas nas paisagens, o que revela o espaço vivido (Kairós), carregado de significados, signos e valores socioculturais, inclusive para Rigonato (2014, p.76), nos cerrados, como em Uruçuí, “os modos de vida possuem territorialidades sobrepostas, justapostas e interpostas com outros modos de vida os quais são capitaneados pelas relações de trabalho e pelas forças produtivas da modernização da agricultura [...]”.

Sendo assim, defende-se as concepções de Wanderley (1995, 2001, 2003), Brandenburg (1999, 2010), Brandão (2007), Santos (2009), Canclini (2013) e Barros (2013), posto explicarem a presença das culturas tradicionais na contemporaneidade, principalmente, dos formatos, estruturas, técnicas e objetos de resistência da agricultura familiar aos imperativos e à consolidação do agronegócio. Tal entendimento decorre da relevância de se estabelecer, no conjunto da agricultura familiar uruçuiense, a coexistência, no espaço rural, de um tradicional ainda utilizável, um presente tecnológico ainda indeterminado e um futuro sociocultural ainda imprevisível.

Outrossim, ressalta-se que não obstante a importância dos modos de vida enquanto conceito que expressa as estratégias econômicas, sociais, culturais e ambientais de sobrevivência do agricultor familiar no mundo globalizado, entende-se que sua preservação dependerá da maneira como esse ator se reafirma, ou seja, como ele atende e responde à

lógica do agronegócio, que inclui a racionalidade produtiva, às relações sociais de trabalho e o uso do patrimônio natural. Nesse sentido, a emergência de processos de hibridação no rural brasileiro e, principalmente, em Uruçuí, põe em relevo a contestação do paradigma de extinção da ancestralidade camponesa ante o fenômeno da capitalização e artificialização do campo.

Logo, para a continuidade da investigação, analisa-se no capítulo seguinte, como a ocupação e uso do território pelo agronegócio e, por conseguinte, a constituição de redes de interconexão e a interação com os capitais financeiros nacional e internacional promoveram interseções e ambiguidades, isto é, sustentaram perdas e realocações parciais da tradicionalidade do agricultor familiar. Tal conformação pode ser comprovada através dos movimentos espaciais de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) ou convergência relacional TDR, os quais designam aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais de estruturação do território. Dessa maneira, faz-se mister compreender como esse cenário se reproduz em Uruçuí.

6 TERRITÓRIO: CONCEITUAÇÕES, MÚLTIPLAS DIMENSÕES E DINÂMICAS

Discutiu-se, no capítulo anterior, a capacidade do agronegócio provocar profundas alterações no espaço rural, principalmente na organização da produção agropecuária, no uso dos recursos naturais, nas relações de trabalho, na circulação e consumo dos bens, e nos valores culturais tradicionais do agricultor familiar.

Em função desse cenário, registra-se que o agronegócio se apresenta como elemento responsável por distintos processos para a configuração do território, que de acordo com Souza (2013), é um espaço constituído por e a partir de relações de poder nas quais governos (formais ou não) e grupos (indivíduos, empresas e outras representações sociais) visam ao acesso ou à autoridade sobre um determinado patrimônio (físico e cultural).

Por outro lado, ressalta-se que a análise territorial explicita dialeticamente a complexidade das inter-relações que envolvem a categoria espaço, inclusive por encerrar, segundo Raffestin (1987), vertentes econômicas, políticas e culturais, cuja caracterização geral pode ser ilustrada por meio da tríade territorialização/desterritorialização/reterritorialização ou movimento TDR. Tal tridimensionalidade estabelece interseções e ambiguidades entre os atores sociais que estão na disputa pela apropriação e exploração do território.

Por isso, salienta-se que o TDR realça rugosidades ou contradições do capital, sobretudo aquelas decorrentes da modernização da agricultura (conduzida pelo agronegócio), o que tem repercutido em oposições sobre a natureza do espaço, que para Santos (2009), é resultado da interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações, perpassada no tempo.

Logo, com a finalidade de analisar as múltiplas faces do território, este capítulo se estrutura em seis itens. O primeiro trata do aporte teórico e conceitual de território; o segundo versa a respeito das dimensões espaciais territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como elementos inerentes da gênese territorial; o terceiro aborda a dimensão fundiária do território como componente essencial da problemática da expansão da fronteira agrícola nos cerrados; o quarto examina os fatores políticos, econômicos e geoambientais que possibilitaram a incorporação do Centro-Oeste para o agronegócio, sendo a região pioneira em abrigar empreendimentos graníferos; o quinto expõe o quadro geral do

deslocamento do agronegócio para o Nordeste e Norte do país; e o sexto caracteriza o processo de ocupação dos cerrados piauienses pela agricultura empresarial, sobretudo, Uruçuí.

6.1 Teorias e conceitos sobre território

A palavra território é de uso corrente; cunhada do latim *territorium* para designar um limite geográfico da terra ou um sentido de localização de qualquer superfície terrestre. Recebeu a atenção de diversos campos da teoria social, especialmente, por englobar contextos geopolíticos e geoeconômicos (SOUZA, 2013).

Porém, para Torres-Carral (2011), independentemente do uso em disciplinas como antropologia, ecologia, economia, geografia, história, política e sociologia, a análise territorial contribui para a compreensão das externalidades⁶⁰ positivas e negativas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

Isso significa que o território se demonstra um conceito polissêmico, já que “tenta responder à problemática entre a sociedade e seu espaço” (HAESBAERT, 2004, p.87). Desse modo, constata-se que a amplitude e a heterogeneidade com que a temática territorial vem sendo trabalhada pelas Ciências Sociais (e Humanas) dependem preponderantemente do enfoque abordado por elas.

Tal situação sublinha que a percepção sobre o caráter objetivo/subjetivo⁶¹ do espaço, predominante na noção de território, postula várias interpretações como a de Di Méo (1993), da qual situa o território como um espaço de vida, um repositório de relações concretas e intangíveis entre o homem com seu *habitat*. Essas singularidades seriam mais evidentes em lugares onde os valores políticos/culturais (ideologias e identidades⁶², por exemplo) estivessem concomitantes às questões econômicas. Assim, argumenta que a noção de território expõe uma relação de poder espacial derivada das cotidianidades sociais nitidamente

⁶⁰ Motta (2006, p.182) esclarece que as externalidades estariam “presentes sempre que terceiros ganham sem pagar por seus benefícios marginais ou perdem sem serem compensados por suportarem o malefício adicional”. Sendo assim, distingue benefícios externos, que representariam as externalidades positivas, isto é, aquelas não apropriadamente pagas na conformação de um bem-estar (produtos ou recursos naturais); e externalidades negativas, custos externos, que significam deseconomias por não terem utilidade.

⁶¹ Galán (2011) conclui que o espaço objetivo é o espaço real, tecnicamente delimitado pelo Estado; quanto ao espaço subjetivo, denota sentimentos, identidades, histórias de vida, ações e trocas sociais entre indivíduos e grupos que se fixam num território.

⁶² Para Chelotti (2010, p.171), a identidade é formada “por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial”.

verificadas numa realidade econômica/material. Ou seja, o território se expressa, claramente, nos ideais específicos de uma coletividade.

Corroborando, Torre, Hidalgo e Fuentes (2015) definem território como um patrimônio de recursos culturais e econômicos capaz de potencializar a participação dos atores locais na competitividade dos mercados doméstico e global.

Sepúlveda et al. (2003) consideram o território um tecido social único, um produto sócio/histórico dotado de biodiversidade, de certas formas de produção, consumo e intercâmbio. Além disso, território abrigaria uma rede de instituições e práticas de organização que se encarregariam de lhe conferir coesão.

Já Cuervo (2006) avalia o território por meio da valorização do horizonte histórico/identitário, posto exteriorizar a forma como o mundo social é experimentado, produzido e apreendido. Outrossim, patenteia que o território é um espaço culturalmente apoderado, simbólica e/ou instrumentalmente, por grupos humanos⁶³.

As colocações de Di Méo (1993), Sepúlveda et al. (2003), Cuervo (2006) e Torre, Hidalgo e Fuentes (2015) vão ao encontro das convicções de Schneider et al. (2010) de que o território é uma construção social; um espaço em que ações, estratégias e trajetórias sociais se afirmam. Nessas circunstâncias, caracterizam o território como consequência da combinação entre identidades culturais, recursos naturais, programas e projetos públicos de desenvolvimento rural.

Sack (1986) também menciona a ocorrência de relações de poder para as reflexões sobre o território, as quais estariam tacitamente inseridas sobre o domínio e/ou a acessibilidade de uma fronteira que, grosso modo, incorporaria fatores políticos (incluem a organização, o controle e o acesso de recursos e pessoas), econômicos (uso da terra, por exemplo) e culturais (cuja relevância espacial se demonstraria através da produção de significados). Além do mais, pontua que o território deriva do caráter político, condicionado por alguma autoridade, pois tradicionalmente o Estado, estrategicamente atua para influenciar, homogeneizar ou governar atividades, bens e indivíduos, numa área delimitada.

Mas para Lefebvre (2000), o território se mostra fruto de uma relação desigual de forças (apropriação simbólica e dominação espacial), o qual espelharia uma funcionalidade, um sentido de utilidade. Nesse caso, o território se relaciona ao espaço vivido, às identidades

⁶³ Haesbaert (2002, p.93) explica que “todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais”.

territoriais, e às subjetividades compartilhadas por um grupo, mutuamente especificadas através das práticas sociais e técnicas.

Todavia, assinala que o debate a respeito de território se inscreve inicialmente nas contribuições positivistas do alemão Friedrich Ratzel (cujo método se assentou na observação, descrição, comparação e classificação dos fenômenos), por meio das obras *Politische Geographie* e *Anthropogeographie*, publicadas na segunda metade do século XIX, nas quais fixava as investigações na esfera da Geografia Política, essencialmente num discurso ideológico/naturalizado e voltado para o Estado, onde as ideias e valores relativos, conforme o grupo ou a classe, vinculavam-se à identificação de uma cultura nacional, ou seja, de culto à nação. Para tanto, Ratzel utilizou a expressão *boden* ou solo para referir-se ao recorte natural (solo pátrio) e, por sua vez, empregá-lo como sinônimo de território, como um organismo, pois constatou que quando uma sociedade se dispõe para defender o território cria o Estado (SOUZA, 2013).

Entretanto, verifica-se que os pressupostos políticos da corrente ratzeliana se mantiveram em plena correspondência à dimensão econômica, na medida em que descrevem o território como uma base de recursos para a efetivação da vida humana. E é exatamente na disponibilidade e apoderamento dos recursos naturais que Ratzel elaborou o conceito de “espaço vital”, que para Moraes (2005, p.70), “representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades”.

Nesse particular, o paradigma do espaço vital justificaria a lógica alemã de expandir o território, por meio da ocupação de novas áreas, o que definiria “suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2005, p.70).

Por outro lado, Saquet (2004, p.124) encerra que as formulações de Ratzel dissociam território e espaço. Nelas, o território é visto como uma parcela de terra, com ou sem a presença do homem; com ou sem os formatos técnicos elaborados pelos povos; e com ou sem a assiduidade e a exploração do Estado. Dessa maneira, critica a abordagem ratzeliana em centrar-se no ideário conservador/naturalista, uma vez que estava “a serviço do Estado alemão de sua época”. Então conclui:

Nas obras abordadas de Ratzel, o território, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação. [...] O território é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa. Assim, o Estado e o território têm limites

e fronteiras maleáveis. Há expedições de conquista de Estados, ultrapassando as fronteiras pré-estabelecidas. O território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob o domínio do Estado).

De acordo com o citado autor, os territórios são temporários ou permanentes e se efetivam em diferentes escalas. Em razão disto, sintetiza que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social” (SAQUET, 2004, p.123).

Contudo, não obstante a importância do poder enquanto condição *sine qua non* para a reprodução do território, afirma-se, segundo Arendt (2000, p.260, tradução nossa), que o poder se esboça como espaço potencial que mantém a existência do domínio público; que não surge como reserva de violência, como totalitarismo, pois corresponde à pluralidade humana, como um poder que configura-se em um universo da existência social e, por consequência, é indispensável para a convivência dos indivíduos. Evidencia a distinção entre poder e outras expressões correlatas como violência (*violence*), força (*force*) e vigor (*énergie*) quando enfatiza que:

O poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades. [...] O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força e o vigor. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam⁶⁴.

No entanto, para Raffestin (1993), o poder se manifesta por ocasião das relações construídas entre os grupos sociais, na medida em que pode estar em todos os lugares, não por englobar tudo, mas por ser um processo de troca ou de comunicação quando uma relação se estabelece. Logo, entende que o poder se institui através de formas de trabalho, seja físico

⁶⁴ La puissance n'est actualisée que lorsque la parole et l'acte ne se divorcent pas, lorsque les mots ne servent pas vides, ni les actes brutaux, lorsque les mots ne servent pas à voiler des intentions mais à révéler des réalités, lorsque les actes ne servent pas à violer et détruire mais à établir des relations et créer des réalités nouvelles. [...] La puissance est toujours, dirions-nous, une puissance possible, et non une entité inchangeable, mesurable et sûre, comme l'énergie ou la force. Tandis que la force est la qualité naturelle de l'individu isolé, la puissance jaillit parmi les hommes lorsqu'ils agissent ensemble et retombe dès qu'ils se dispersent.

(energia) e/ou intelectual (informação). Nessa perspectiva, acentua que o poder personifica a reprodução do capital, por visar o controle e a dominação sobre os homens e os objetos.

Inclusive para Haesbaert (2013b, p.26, tradução nossa), o poder resulta de uma ação centralizada, como um poder difuso na sociedade, ainda que em forma desigual; neste caso, a concepção de poder exprimiria uma visão multiescalar do território, pois:

[...] o poder é muito mais que um conjunto de práticas materiais como a coação e o controle físico, muito evidente na ação militar. O poder tem também um caráter mais simbólico, que se manifesta, por exemplo, na construção do consenso [...].⁶⁵

Já Saquet (2004, p.140) aponta que toda relação econômica, política, social e cultural é consubstanciada por poder, “porque são relações que os homens mantêm entre si na vida cotidiana. Se considerarmos que onde existem homens há relações, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações.”

Essa vertente também é aceita por Souza (2013, p.97 e 99, grifos do autor) quando adverte que a *priori* o território se organiza em “campos de força” que se baseiam na relevância do exercício do poder impresso nas relações sociais, que são especializadas e operadas sobre um substrato referencial. Por outro lado, ressalta a necessidade de os estudiosos superarem as coisificações do termo, posto que o “território, conquanto sendo, também ele, uma das manifestações do espaço geográfico (ou, mais especificamente, do espaço social) e da espacialidade, nem por isso é uma “coisa” material”. Nessas circunstâncias, destaca que “*descoisificar* o território não quer dizer, de jeito nenhum, negligenciar a materialidade do espaço. Quer dizer, isso sim, *refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor*, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa socioespacial”. Portanto, afirma que a investigação sobre o território (sua origem e as causas de sua transformação ao longo do tempo) não pode desconsiderar os aspectos materiais do espaço social.

Em sentido análogo, Raffestin (1993, p.143-144) comenta que o território corresponde ao espaço no qual se desenvolve o trabalho social, definido por meio de energia e informação, que, por conseguinte, determina relações marcadas por poder. Desse modo, sustenta a hipótese de que o espaço antecede o território, na medida em que:

⁶⁵ El poder es mucho más que el conjunto de prácticas materiales como la coacción y el control físico, muy evidentes en la acción militar. El poder tiene también un carácter más simbólico, que se manifiesta, por ejemplo, en la construcción del consenso [...].

Espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Para o citado autor, essa perspectiva evidencia a emergência de emancipação *lato sensu* da categoria território, já que se expressa a partir da integração de um conjunto estrutural hierarquicamente composto por malhas (fatores físicos, econômicos, políticos, sociais e/ou culturais), nós (marcos, localizações ou pontos que simbolizam as posições dos atores e/ou grupos) e redes (sistemas de linhas que desenham tramas). Nota ainda que, esse agrupamento, o qual chamou de “invariantes territoriais”, viabiliza a distinção de comportamentos, conhecimentos e objetivos, dando forma/sentido, e ao mesmo tempo, garantindo o domínio sobre aquilo que pode ser alocado, distribuído e/ou possuído, inclusive, permitindo impor e manter uma ou várias ordens para a sua operacionalização.

De fato, a ambivalência entre malhas, nós e redes, possibilita delimitar o território como um produto, isto é, como um modo de produção, uma vez que “toda rede revela, da mesma forma que as tessituras⁶⁶ e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, na realidade” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Tal constatação é reforçada por Andrade (1994, p.213) quando compreende território com base na expansão da fronteira⁶⁷, entendida como uma área de pressão, cuja disputa pela apropriação dos recursos envolve representações governamentais, instituições privadas e populações locais.

[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que

⁶⁶ Para Lima (2011), as tessituras são equivalentes aos limites das malhas, ou seja, aos feedbacks produzidos dos processos políticos, econômicos e culturais entre os atores sociais.

⁶⁷ Para Allières (1980), a fronteira se refere a ponto de encontro de múltiplos dados; é mais uma zona que uma linha; cristaliza as aspirações sociais, ideológicas, biológicas e econômicas das coletividades nacionais, que são frequentemente produto da elaboração das coisas.

estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. [Ademais,] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área.

Corroborando, Moine (2006) explica que o território manifesta um sistema complexo formado pelas interações sociais do espaço geográfico, haja vista serem efeito das práticas humanas. Então, sublinha que o território e o espaço não são sinônimos. Dessa maneira, reconhece que o território não é estático, mas o resultado de arranjos espaciais e temporais (contemplam interesses específicos como a autonomia, as facetas históricas e os níveis de escala), devido criarem as ligações que colocam o sistema em equilíbrio. Em razão dessa conformação, conclui que a visão sobre o território se calca em um espaço estruturalmente organizado.

A essa reflexão que remete à impressão do território como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações para a sustentação do espaço, Santos (2004) acrescenta que à medida que a trajetória temporal vai se desenvolvendo, o território encontra sua dinâmica e se transforma pelos acréscimos que a sociedade super impõe ao patrimônio natural.

De acordo com Santos (2009, p.62), esses incrementos estariam presentes nas obras humanas como estradas, moradias, portos, fábricas, plantações, cidades, etc. Por isso argumenta:

A configuração territorial não é espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. [...] Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Sob esse prisma, destaca-se, em consonância com o dito autor, que a dialética do território não nega o passado e tampouco renuncia o futuro, pois em virtude do desenvolvimento do meio técnico/científico/informacional, o território assumiu uma posição ativa na história social da humanidade. Alicerçado nesse cenário, esclarece que o território reúne horizontalidades (formadas por pontos que se unem sem descontinuidade) e

verticalidades (pontos no espaço que, distantes uns dos outros, asseguram todas as formas e processos sociais) que lhe configura utilidades.

Concordando, Saquet (2004, p.139) relaciona como essenciais para a percepção do território as mudanças tecnológicas, as contradições socioculturais do processo de desenvolvimento econômico, os fixos e fluxos, a atuação das redes de comunicação e circulação (entre diversas escalas espaciais), o papel do Estado nas estratégias de reprodução do capital, a ideia (superestrutura) e matéria (estrutura). Diante desse panorama, enfatiza:

De modo geral, para nós, o território é formado desde habitações, estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e de serviços, pontes, estradas, até plantações agrícolas, pastagens, instituições políticas e culturais, automóveis, antenas parabólicas, que o consubstanciam constantemente a partir das relações que envolvem ou em que são envolvidos. O território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. As relações de poder não estão deslocadas das formas espaciais e vice-versa.

Nessa direção, inclui-se a opinião de Fuini (2006, p.55), na qual território consiste em “uma unidade espacial constituída por frações funcionais diversas, funcionando a partir de demandas a vários níveis, do local até o mundial, articuladas por fluxos criados e mantidos pelas atividades, população e herança espacial”. Nessa perspectiva, todos os territórios que abrigam um aparato produtivo se encontram em uma determinada posição competitiva, maior ou menor, a depender dos atributos utilizados e do tipo de planejamento espacial interno. Logo, a noção de território aparece não somente como base ou plataforma das relações produtivas, mas também como fator e condicionante de toda e qualquer forma de *continuum* econômico e sociocultural.

Ortega (2012, p.151, tradução nossa) aborda território no âmbito das disparidades inter-regionais, principalmente na América Latina, onde as ações das políticas públicas, visando potencializar os arranjos produtivos, apresentam-se assimétricas. Diante desse quadro, lança especial atenção para os territórios economicamente deprimidos, pois:

[...] são constituídos por municípios com baixos níveis de desenvolvimento, ritmo de crescimento e potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (saúde, educação e mortalidade) ficam aquém da média nacional,

assim como sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial).⁶⁸

Ademais, para o dito autor, a superação dessas desigualdades socioeconômicas deve se respaldar, endogenamente, em novas estruturas de governança e adoção de atividades socioprodutivas bem-sucedidas (oriundas de regiões e localidades desenvolvidas), visando à ampliação do potencial produtivo dos territórios nos circuitos comerciais de bens e serviços mais dinâmicos.

A propósito, Cassiolato e Szapiro (2003) definem governança como uma construção social, por coordenar e regular o estabelecimento de práticas democráticas locais/territoriais, por meio da participação e/ou intervenção de diferentes categorias de atores e/ou grupos (Estado, empresas privadas, trabalhadores, etc.) nas decisões de interesse individual e/ou coletivo.

Martínez (2011) acrescenta que o território resulta dos processos de ressignificação por meio da memória e da cultura, na medida em que consiste em uma rede formada por múltiplos lugares onde as práticas e as experiências sociais são relevantes para materialização do espaço. Destarte, entende as práticas cotidianas como fontes de confrontos, de lutas, de resistências, em razão de distintos fatores de produção e de reprodução do espaço. Já as experiências sociais respondem por raciocínios que satisfazem à ação das práticas.

Concordando, Carenzo (2007) caracteriza o território por meio das identidades, vendo-as como um conjunto de atributos culturais que explicam a homogeneidade de um grupo social e que, por sua vez, demarcam seus limites socioespaciais. Relata que tais atributos derivam do *ethos* cultural, o qual conjuga imutável, cuja finalidade operaria sentidos e significados ao grupo, e que a perda de traços originários (contextos históricos) desencadearia a eliminação das identidades. Por isso, define o território como um espaço de valorização das singularidades rurais que se organiza em função de estabelecer certos padrões de diferenciação com outras áreas geográficas.

Miranda e Adib (2007) ao mesmo tempo em que concebem o território como uma faceta social, o supõe como um conjunto de relações geo-históricas, geoambientais, socioculturais, econômicas e institucionais que permite a confecção das identidades locais e

⁶⁸ [...] los constituyen municipios con bajos niveles de desarrollo, ritmo de crecimiento y potencial de desarrollo. Sus indicadores sociales (educación, salud y mortalidad) se ubican por debajo de la media nacional, al igual que su capacidad institucional (estimada por el grado de participación local en su gestión, así como su capacidad financiera y gerencial).

dos propósitos de sua dominação (claramente compartilhados pela sociedade e por agentes públicos e privados).

Por outro lado, devido às distintas interpretações atribuídas para o território, sobretudo aquelas que o focalizam setorialmente, corrobora-se com Haesbaert (2004, 2011, 2013a, 2013b) e Chelotti (2010) quanto à necessidade de uma leitura multidimensional do espaço que privilegie território a partir da vertente híbrida, cuja análise crítica integraria a natureza e sociedade, isto é, correlacionaria características econômicas, políticas, culturais e ambientais constantes da realidade dos territórios.

Tal posicionamento é importante, principalmente porque o território encontra-se em mudanças socioespaciais. Nesses termos, Haesbaert (2004, p.116) postula que o hibridismo se apresenta essencial para o contexto de reavaliação da lógica territorial.

Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais concreto das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Segundo o citado autor, tal conformação se evidencia devido a configuração contemporânea sobre o território se apoiar em concepções renovadas, cuja visão objetiva o percebe como um espaço integrado ou em rede. Assim sendo, reconhece a relevância das opiniões de Raffestin (1987, 1993) e Santos (2004, 2009), por refutarem o paradigma da totalidade do território, entendido como um espaço contínuo, bem delimitado e isolado (economicamente, politicamente e culturalmente) dos diversos níveis de escala. Por isso, declara:

Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. Se antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios-zona”, que mais dificilmente admitiam sobreposições, hoje temos o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si (HAESBAERT, 2004, p.116).

Nessa mesma linha de raciocínio, Liscovsky et al. (2012) pontuam que o território pressupõe a formulação de estratégias e ações para a valorização e preservação dos modos de vida rurais, tanto por iniciativas da sociedade, através de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), como por parte das políticas públicas. Desse modo, reforçam a

importância dos componentes socioculturais, econômicos e ambientais na conjuntura das políticas de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Eduardo (2008, p.97), tal renovação no debate crítico sobre território ocorre em razão das “múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade” que território congrega.

Embasado nessa contextura, afirma-se que o território é um espaço híbrido, por combinar materialidade e simbolismo; por assimilar passado e presente, o tradicional e o moderno, o real e o mítico; e por reunir aspectos vários, como trabalho e vida, lutas e contradições, e rupturas e continuidades. Logo, por ser social e histórico, o território se inscreve como um espaço construído pelas atividades humanas; validado pelas coletividades, práticas e saberes da cotidianidade, sendo, portanto, um lugar de interação entre os processos econômicos (inovação, geração de arranjos produtivos, externalidades), políticos (relações de poder e formas de dominação do espaço) e culturais (identidades e simbolismos).

Certamente, admite-se que devido às multiplicidades e às dinâmicas dos fenômenos que atuam no espaço, causados principalmente pela globalização em curso, o território não possui um conceito fechado em si, uma vez que se encontra em permanente movimento, conectado às transformações do mundo do trabalho e ao ritmo das inovações tecnológicas.

Sob esse cenário, concorda-se com Haesbaert (2002, p.11) por dois motivos. O primeiro, por ressaltar que o território não apresenta fronteiras físicas e/ou políticas; e o segundo, por circunscrever uma visão multifacetada sobre o território, embasando-se na complexidade dos processos que configura o espaço na contemporaneidade. Para tanto, propõe à literatura agrária uma discussão sobre os “territórios alternativos”, pois são:

Alternativos, aqui, no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes. Mas alternativos, também no sentido de novas perspectivas teóricas para analisar o espaço dos homens [...].

Como exemplo axiomático dessa conformação, registra-se a consolidação do agronegócio no Brasil, cuja imposição de uma padronização técnica/científica/informacional no campo, reduziu as distâncias escalares entre os mercados doméstico e global e, ao mesmo tempo, aumentou a dependência governamental aos superávits da economia em escala e

subordinou a agricultura familiar, aproximando-se do que Cavalcante e Fernandes (2008, p.23) caracterizam como “território do agronegócio”.

O território do agronegócio se fundamenta na integração corporativa dos produtores liderada pelas empresas, que reconfiguram o espaço em função da lógica produtiva. Ao passo que as empresas se unem para defender seus interesses junto ao Estado, inserindo seus interesses no orçamento público, elas realizam um uso competitivo e, ao mesmo tempo, integrado, do território implantando infraestruturas e engendrando estratégias de ampliação do controle do mercado. [...] o território do agronegócio é efetivado pela relação contratual das empresas com as propriedades agrícolas, e pela receptividade do Estado e da sociedade.

Assim, ante à emergência da complexidade do caráter objetivo/subjetivo de território, confirma-se que o mesmo se redefine dialeticamente, já que representa um espaço concreto no qual se fixam as relações de poder e os processos socioculturais. Desse modo, entende-se que território é o espaço habitado, transformado pelo homem e que personifica a reprodução do capital através da sistematização de objetos e ações (produzidos pelos grupos sociais que estão na disputa do controle e da posse dos patrimônios natural e cultural).

Nessa perspectiva, compreende-se que através da análise territorial se pode avaliar os contrapontos do processo de ocupação do cerrado piauiense pelo agronegócio, em especial, Uruçuí, haja vista que a difusão no município tem despertado nos círculos, acadêmicos ou não, uma rediscussão para a questão da persistência da agricultura familiar (sistema de produção agrícola que antecede o agronegócio também em diversos territórios do país).

Logo, defende-se as posições teóricas e conceituais que colocam o território como produto da conexão entre natureza e sociedade (o que atesta a realidade inerentemente ambígua e conflitiva da dimensão socioespacial). Esse cruzamento relaciona vertentes políticas, econômicas, culturais e naturais, que em conjunto ofertam uma perspectiva analítica e não compartimentada (setorizada/mecanizada) do binômio espaço/tempo para território.

Conclui-se que em razão de problematizar a espacialidade humana, território ocupa lugar de destaque entre as Ciências Sociais. Neste sentido, reconhece-se que todas as abordagens apresentadas se revelam inter-relacionadas, pois privilegiam reciprocamente distintos horizontes sociais (interesses, conflitos, continuidades e discontinuidades) que o espaço manifesta. Alicerçado nesse ponto de vista, encerra-se que o tratamento dado ao território não ignora as implicações das relações de poder impressas nas condições materiais,

tampouco reduz a importância das experiências vividas, concebidas e relacionadas com a produção do espaço.

Não obstante às reflexões expostas sobre território, salienta-se, a seguir, o exame de ideias que põe em relevo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, vendo-os como características imanentes da formação e/ou transformação socioespacial do território.

6.2 Territorialização, desterritorialização e reterritorialização: categorias espaciais

Neste item, debate-se a tríade territorialização/desterritorialização/reterritorialização, por socializarem os interesses (confluentes e divergentes) da produção do espaço geográfico, ou seja, por tratarem certas singularidades que ordenam a constituição territorial.

No entanto, apesar dessas multidimensões se apresentarem conjuntamente concatenadas na problemática territorial, faz-se necessário analisá-las individualmente, a fim de realçar as distintas opiniões teóricas e conceituais, e com isso aprofundar as discussões.

Nessa direção, ressalta-se a argumentação de Sack (1986), de que a territorialidade é uma estrutura de poder, uma estratégia espacial que sustenta um conjunto de ações, comportamentos e meios para controlar fenômenos, indivíduos e recursos. Dessa maneira, assinala que a territorialidade combina saberes e práticas sociais marcadas pela posse e acessibilidade sobre uma determinada fronteira.

Corroborando, Comerci (2010) sublinha que a territorialidade é uma atividade relacional e comunicativa que põe em destaque habilidades para estar com os “Outros” (*outsiders*), compartilhar situações e viver experiências. Assim sendo, frisa que as territorialidades qualificam as relações de poder, por realçarem o controle material/simbólico do território.

Já Raffestin (1987, p.6, tradução nossa) constata que a territorialidade é uma especificidade humana, já que “não é só feita de relações com os territórios concretos, mas pelas relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias, etc”,⁶⁹ constitui uma linguagem que os homens fazem do mundo, materializada por meio da articulação de malhas, nós e redes (originados por instrumentos técnicos de desenvolvimento econômico, social, político e cultural), cuja finalidade se centra na apropriação e consumo de

⁶⁹ n'est donc pas seulement constituée par des relations avec des territoires concrets mais encore par des relations avec des territoires abstraits tels que langues, religions, technologies, etc.

recursos, visando alcançar a autonomia. Diante disso, respalda que a territorialidade denota um conjunto de células (malhas), definidas a partir de um nó que está ligado por uma rede, que é estável e, portanto, projeta o território.

As considerações de Sack (1986), Raffestin (1987) e Comerci (2010) se aproximam das opiniões de Menestrino e Parente (2011), de que a territorialidade corresponde ao desdobramento das relações humanas legitimadas através dos vínculos entre sociedade e geoambiente, demonstrados por meio da produção de bens, de moradias, de interações de trocas internas e externas, etc.

Para Andrade (1994, p.214), a territorialidade esboça afetividades que surgem nas pessoas por participarem da ordenação do território. Desse modo, admite que a territorialidade deve ser captada como uma categoria temporária, uma vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se encontra em constante transformação. Isto significa que:

A expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território.

Tal opinião de Andrade também é reforçada por Saquet (2004, p.133), quando comenta que territorialidade é multiforme, cotidiana. Ou seja, a territorialidade valida a complexidade social a qual o processo de construção de cada território é inerente, de cada lugar, bem como as relações de exploração dos patrimônios físico e cultural pelo capital. Por conseguinte, visando aprofundar a percepção sobre a realidade dos territórios, opta pela terminologia territorialização, por possibilitar o incremento e a difusão “de novas forças mercantis ao processo de re-produção ampliada do capital; permite o acesso a específicas condições de trabalho e de consumo, de conhecimentos, de infraestruturas, etc”.

Em sentido análogo, Corrêa (2006, p.35) personaliza a lógica da territorialização a partir das práticas espaciais, concebidas como “ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais se objetiva a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”. Desse modo, identifica duas práticas espaciais exclusivas da territorialização, a seletividade e fragmentação. A primeira se traduz por meio da escolha de um determinado lugar, conforme os atributos considerados vantajosos para os diversos interesses estabelecidos; e a segunda, deriva da intensidade de atuação de uma empresa ou grupo, através da implantação de um

maior número de unidades sobre certa área, onde as características físicas e socioeconômicas propiciassem a potencialização do capital.

Nessa perspectiva, faz-se mister acentuar, de acordo com Saquet (2004, p.128) que:

Sucintamente, o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nascem no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-territorialização é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares.

Mas para Haesbaert (2004, 2013b), a territorialização é, sobretudo, enraizadora, pois proporciona a coesão espacial, por ter detalhe mais intrínseco e introvertido, e por estar ligada à trama político/cultural de apropriação e domínio dos territórios.

Já Baby-Collin et al. (2011) definem a territorialidade a partir das atividades cotidianas, devido espelharem os contextos de convívio social relevantes na elaboração do espaço geográfico. Acrescentam ainda, que a territorialidade provoca sentidos aos lugares (de trabalho, de residência, de consumo e de sociabilidades), e ao mesmo tempo, articula-os, a fim de construir os territórios.

Por outro lado, Floriani, Ríos e Floriani (2013, não paginado) entendem a territorialidade como uma alternativa de reação contra os imperativos da hegemonia de classes dominantes no mundo rural (do agronegócio, por exemplo). Em vista disso, salientam que as territorialidades representam o resultado de um duplo processo de aprendizagem e/ou adaptação, sendo um interno ao próprio território (proveniente da coevolução entre ecossistemas e pessoas), e outro externo e entre territórios (que envolve disputas geopolíticas). Logo, verificam que:

[...] as particularidades socioambientais dos territórios tradicionais, particularmente das regiões onde as práticas produtivas modernas se fazem difíceis – tal como as regiões montanhosas, desérticas ou alagadas, nas pequenas faixas de praia, mangues e baías – conseguem impor limites às formas de racionalização do espaço, fazendo com que as práticas produtivas sejam ressignificadas, revalorizadas pelas comunidades de acordo com as histórias co-evolutivas impressas em seus territórios, o que se traduz em termos de híbridos de práticas e concepções moderno-tradicionais. [...] Os discursos sobre os atributos reprodutivos da natureza, interpretados como

visões e projetos de mundo – as territorialidades – materializam-se em tipos de paisagens puras e híbridas: desde os centros de poder do capital globalizam-se as paisagens da homogeneização, aquelas que simbolizam uma racionalidade econômico-instrumental *stricto sensu* (ex. as paisagens das monoculturas agrícolas, ou dos traços retos e uniformes e da velocidade nas cidades planejadas), onde prevalecem a uniformidade e a simplificação do pensamento e da natureza, cuja finalidade é a otimização da produção dos fluxos de energia, matéria e informação.

As colocações de Floriani, Ríos e Floriani (2013) vão ao encontro da afirmação de Haesbaert (2004, p.114) de que o debate sobre o controle, ordenamento e gestão do território, no qual se incluem também as questões ambientais, têm sido cada vez mais centrais nas discussões sobre o papel das políticas territoriais, já que:

A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-distributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões.

Portanto, compreende-se que territorialização e territorialidade são expressões ambivalentes e recíprocas, pois dizem respeito às dinâmicas políticas, econômicas e culturais que dão identidade aos territórios. Em conjunto, tais categorias conferem distintos processos, principalmente, concreto/funcionais e utilitário/significativos, nos quais predominam relações marcadas por poder e carga simbólica, ditas preponderantes para o controle (dominação) e apropriação (simbolismo) dos territórios.

Isso posto, faz-se necessário tratar da desterritorialização, que para Deleuze e Guattari (2011b) é uma linha de fuga, uma ruptura na qual as multiplicidades (subjetivações, determinações, grandezas, distâncias) socioespaciais mudam de sentido ao se conectarem ao desconhecido ou *outsiders*. Sendo assim, correlacionam a desterritorialização às alterações socioculturais provocadas pela inovação tecnológica.

Tal vertente também é corroborada por Heidrich (2004), quando explica que a desterritorialização preside uma exclusão socioterritorial, que consiste no deslocamento (social e territorial) das pessoas e grupos em relação às suas condições originais (saberes e

práticas tradicionais) de vínculo com o espaço, advindo da reestruturação dos arranjos produtivos⁷⁰ e da modernização do campo.

De fato, o fenômeno de ocupação e modernização da fronteira, comandada pelo agronegócio, como no cerrado brasileiro, estabelece uma padronização e hierarquização das tarefas e dos produtos, que exclui os trabalhadores, como os da agricultura familiar, do acesso às inovações tecnológicas. Esses espaços são classificados por Haesbaert (2006, p.165) como aglomerados de exclusão, devido constituir uma “massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, que fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos”.

Ortega (2012) avalia a desterritorialização como uma consequência da evolução da globalização, cujo resultado pode ser observado por meio dos deslocamentos econômicos, da fragilidade política dos territórios e da hibridez cultural. Presume que a desterritorialização desencadeia a constituição de uma cidadania universal, ocasionando a perda do sentido simbólico dos territórios.

Para Eduardo (2008, p.94), a desterritorialização causa sérios riscos para a preservação dos modos de vida, pois implica no desvencilhamento de certos laços culturais que os sujeitos mantêm com o território. Porém, descarta a possibilidade da eliminação da identidade territorial, uma vez que:

[...] esses elementos, códigos culturais [identidade territorial], podem permanecer ativos durante muito tempo, mesmo sem uma relação direta com o território que, no passado, os produziu. Por sua propriedade de permanência, os códigos simbólicos não se aniquilam em processos “imediatos” em que se consubstanciam as contradições da desterritorialização. São mais complexos.

Já Comerci (2010) correlaciona *desagrarización* à desterritorialização, vendo-a como um fenômeno das migrações regionais, cuja repercussão na agricultura familiar põe em dúvida sua continuidade, posto que a produção primária deixa de constituir o ingresso principal ante o peso do trabalho assalariado. Dessa forma, constata que a desterritorialização significa a diminuição do controle político das fronteiras, o aumento da mobilidade espacial e a maximização dos fluxos de capitais e informações.

⁷⁰ Para Caselli e Gomes (2015), arranjos produtivos são atividades econômicas interdependentes controladas por agentes econômicos, políticos e sociais com foco na cooperação e aprendizagem, como também vinculadas à capacidade de inovação e a competitividade de mercado.

Haesbaert (2002, p.132) registra que a desterritorialização está associada ao caráter contraditório da mundialização da economia, o qual impôs desníveis quanto à acessibilidade de novas tecnologias e informação; alterou a velocidade das comunicações e dos transportes; e desencadeou assimetrias como a ordem concentradora e fragmentadora da força de trabalho. Nesse sentido, sustenta que em razão da constante tentativa de superação das distâncias, os indivíduos perdem seus laços identitários com o território e passam a conviver numa mobilidade e insegurança atroz; daí o peso das inovações tecnológicas na definição da desterritorialização.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida.

Dessa maneira, o autor reconhece a desterritorialização como o fim dos constrangimentos (entraves) para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, senão o mito da destruição dos territórios, por se encontrarem estruturalmente redefinidos às redes, evidenciando, assim, elementos de personificação “território-rede”. Por outro lado, enfatiza externalidades negativas desse quadro como os aglomerados de exclusão (grupos de indivíduos totalmente desterritorializados, cujo único objetivo é a sobrevivência biológica cotidiana) e os territorialismos ou “espaços cujos grupos se fecham ao diálogo com o Outro e se prendem a identidades, muitas vezes reacionárias e conservadoras, como única forma de se sentirem reintegrados socialmente” (HAESBAERT, 2002, p.125).

Após tais considerações, entende-se a desterritorialização como o desenraizamento sociocultural do território, formado em virtude dos distintos processos oriundos da mercantilização dos seus patrimônios físico e cultural.

Já a reterritorialização se caracteriza como um retorno ao território, uma reconfiguração socioespacial, sobretudo no sentido que Corrêa (1994, p.252) explica:

Novas territorialidades ou re-territorializações dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos

territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono de velhos territórios para os novos.

Logo, segundo Haesbaert (2006, 2013b), a reterritorialização se fundamenta na reestruturação das relações sociais, que incluem aspectos materiais, imateriais e naturais, projetando assim púberes escalas de ação do domínio e apropriação do território.

Para Chelotti (2010), a reterritorialização é um processo de reencontro com a tradição e a história de uma sociedade. Revela, ainda, que os aspectos relacionados à cultura como modos de vida, identidades e simbolismos, não se extinguem diante do fenômeno da mundialização da economia, por serem subjetividades que o tempo não esgota.

Corroborando, Menestrino e Parente (2011, p.15) ressaltam que a reterritorialização possibilita a reelaboração das relações socioespaciais atingidas pela desterritorialização, designando, portanto, processos de hibridação socioculturais para “recriar uma nova identidade com o ambiente imediato, moldado em novas técnicas de cultivo da terra e condições de vida”.

Rossi (2013) qualifica a reterritorialização como a tendência de reenraizamento das pessoas e objetos ao território, em razão da desterritorialização provocada por projetos de desenvolvimento econômico local e global.

Essa realidade também é exposta por Pereira e Ribeiro (2012), que ao tratarem dos sistemas locais de conhecimento, de famílias atingidas por construções de barragens em áreas de assentamento do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, evidenciam que a reterritorialização estabelece novas redes de relações sociotécnicas específicas (reciprocidade, intercâmbio e consumo) que passam a influenciar e interferir na vida e no trabalho do agricultor familiar.

A propósito, Floriani, Ríos e Floriani (2013, não paginado) pontuam que o agricultor familiar resiste aos imperativos do agronegócio, devido a reconverter as estratégias de resiliência e simbiose com a natureza. Em vista disso, esclarecem que a reterritorialização inclui:

[...] as possibilidades de diferentes graus de adaptação e metamorfoses dos saberes e práticas produtivas locais frente ao processo modernizador dos territórios. A reprodução de territorialidades contra-hegemônicas ancora-se em imaginários de natureza distintos (e metamorfoseados) daqueles praticados pelo Capital: a fertilidade imaginada nos territórios da agricultura

e pesca tradicional, assim como nos territórios alternativos (da agricultura de base ecológica) subsume, portanto, a reprodutibilidade da sociobiodiversidade do sistema produtivo *lato sensu*, cuja expressão geossimbólica materializa-se de forma híbrida no complexo família-paisagem-território, em função dos condicionantes geoecológicos locais, dos valores tradicionais, e das estratégias de adaptação aos projetos de territorialização do capital sobre seus territórios.

Nesse sentido, Lindner, Melchior e Medeiros (2013) salientam a relevância da reterritorialização na história social do agricultor familiar, cuja luta pelo acesso a terra, que põe em questão o quadro da concentração fundiária e as políticas públicas direcionadas à reprodução, principalmente, no Brasil, também é a luta pelo território.

Com base nessa análise, compreende-se a reterritorialização como um processo de reconstrução das identidades territoriais, no qual os indivíduos desterritorializados buscam fixar novas formas de territorialização, sendo essencial na conformação dos modos de vida rurais.

Outrossim, registra-se que as dimensões TDR permitem explicar “os porquês” da apropriação simbólica e do controle político do espaço, por distintos grupos sociais, em determinadas temporalidades, assim como, também, as rugosidades que o capital produz na organização, desorganização e reorganização dos territórios, pois como sintetiza Raffestin (1987, p.16 e 19), as dimensões TDR expressam encontros, desencontros e reencontros ao território, pois projetam sentimentos como enraizamento, desenraizamento e (re)enraizamento. Logo, a territorialidade se mostra uma característica de natureza humana porque garante “a autonomia de uma comunidade ao longo do tempo”; a desterritorialidade designa uma “crise de limites” causada pela inovação; e a reterritorialidade revela uma reorientação ou “um novo conjunto de relações de exterioridade e alteridade⁷¹”, uma espécie de retorno para a territorialidade.

Por conseguinte, com base nas considerações sobre as múltiplas facetas que o território exprime, faz-se necessário examinar criticamente a dimensão fundiária do território, por constituir um componente significativo da problemática de expansão do agronegócio nos cerrados brasileiros.

⁷¹ Segundo Souza (2013), a alteridade designa um limite, a diferença entre “nós” (grupo, membros da coletividade ou comunidade) ou “*insiders*” e os “outros” (os de fora, os estranhos) ou “*outsiders*”.

6.3 Análise territorial e a política fundiária no Brasil

Reconheceu-se, na seção anterior, que a temática sobre a TDR revela de forma objetiva as dinâmicas, disputas e/ou conflitos que envolvem a apropriação e uso do território, onde a terra consubstancia-se como o elemento central desse processo.

Esse cenário alinha-se com o posicionamento de Sauer e Leite (2012), de que embora a terra proporcione oportunidades de negócios, não pode ser generalizada a um meio de produção ou a um ativo, por se tratar de um lugar de vida, trabalho e identidades, e por representar as transformações territoriais, não só devido às resistências à expropriação, subordinação, exploração e demandas populares pelo acesso ao bem, mas essencialmente às estruturas político/ideológicas do agronegócio, materializadas na aliança entre capital e terra.

Sendo assim, o contexto territorial requer a análise de políticas públicas e de legislações relativamente à questão fundiária no Brasil, por entender que a reforma agrária configura-se em direito à dignidade, reprodução social e qualidade de vida por parte dos agricultores familiares.

Em função dessa apreensão, ressalta-se em conformidade com Cavalcante e Fernandes (2008), que a territorialização do agronegócio nos cerrados depende, crescentemente, da monopolização da terra, por lhe conferir lucratividade e controle das relações socioespaciais em áreas de fronteira agropecuária.

Como exemplo axiomático dessa conformação tem-se o sudoeste piauiense, onde as médias e grandes propriedades representavam 37,1% (1.449 unidades) do total de 3.905 imóveis rurais de Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí os quais ocupavam 63,3% (509.443,986 ha) do universo de 804.951,778 hectares, enquanto os imóveis rurais cujas dimensões não ultrapassavam quatro módulos fiscais (minifúndio e pequena propriedade) correspondiam a 62,7% (2.447 unidades) da totalidade, abrangendo 34,3% da área incorporada, definida em 275.815,807 hectares (INCRA, 2013).

Essa situação de concentração fundiária, segundo Sauer e Leite (2012), tem raízes na própria história do Brasil, desde os tempos de domínio português sob o gentio, apesar de ter sido agravada com a modernização e industrialização da agricultura, a partir dos anos 1960.

Com base nessa assertiva, compreende-se porque Oliveira (2005, p.481) destaca as capitânicas hereditárias (e seus donatários), as sesmarias e os regimentos ou regime de posses como instrumentos legais responsáveis pela origem das grandes propriedades rurais no país,

haja vista simbolizarem os “frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte”.

As capitânicas hereditárias consistiam na divisão da costa brasileira em doze setores lineares (na época o interior era desconhecido), com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas (uma légua equivale aproximadamente a seis quilômetros), doadas a titulares que gozavam de regalias e poderes soberanos. Nesse sistema, a posse das terras era alodial e plena (PRADO JÚNIOR, 2008).

Já as sesmarias resultaram de um antigo costume português de desapropriar as terras privadas não cultivadas, para distribuí-las a quem se dispunha a lavrá-las e semeá-las. De acordo com Germani (2006, p.122), “o costume foi transformado em lei escrita, em 1375, pelo Rei D. Fernando I, denominada Lei das Sesmarias”, que concedia as terras para os súditos por tempo determinado, sendo o proprietário obrigado a explorá-las, diretamente ou com a ajuda de terceiros, pagando à Coroa a sexta parte da produção, chamada de sesma. Consta ainda que no Brasil, as sesmarias contrariaram as ordens régias, uma vez que as terras eram adquiridas a título perpétuo.

Quanto aos regimentos ou regime de posses, os mesmos caracterizaram a regularização das terras ocupadas, por meio das sesmarias, legitimada pela finalidade econômica da exploração e concedida por intermédio do Governador Geral, que atuava em nome da Coroa. Além disso, os regimentos contribuíram para a expansão das *plantations*, entendidas como grandes unidades produtoras, cujo caráter comercial coexistia com o emprego de mão de obra escrava (GUIMARÃES, 1989).

Todavia, com a institucionalização da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, nomeada de Lei de Terras, estabeleceu-se a compra com pagamento em dinheiro como meio de acesso à terra, o que, por um lado, transformou as terras devolutas (terrenos públicos que não pertencem a um particular, mesmo estando ocupados) em monopólio do Estado e estimulou a entrada de imigrantes que se dedicavam, nas pequenas propriedades, à produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno; por outro lado, limitou (ou mesmo impossibilitou) a obtenção de terras para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade (SILVA, 2006).

Mas, para Martins (2013, p.125), a Lei de Terras tinha o propósito de solucionar a crise da mão de obra nas grandes propriedades, em virtude da suspensão do tráfico negreiro, decretado por meio da Lei de 7 de novembro de 1831, a qual resultou de pressões da

Inglaterra⁷², que reclamava o acordo assinado com o Brasil, em 1826, cujo ato tornou ilegal o tráfico de escravos. Por isso, salienta que:

Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.

Por conseguinte, durante a chamada Primeira República ou República Velha, que compreende o período entre 1889 e 1929, as terras devolutas passaram a ser domínio dos Estados, tendo a União apenas a parcela do território indispensável à defesa das fronteiras, às construções militares, às fortificações e às vias de transporte ferroviário. Sobre essa fase da história agrária brasileira, Germani (2006, p.137) comenta que:

A partir dessa data os Estados foram adaptando em sua legislação de terra os princípios básicos da Lei de Terras de 1850 e do seu regulamento. Ao mesmo tempo, os Estados cediam aos municípios que se constituíram, a parte das terras devolutas necessárias aos assentamentos e formação das cidades, vilas e povoados. Cada Estado desenvolveu sua política de concessões de terras, legislando segundo a sua conveniência no que se refere à destinação das terras devolutas, revalidação das sesmarias e legitimação das ocupações. Fizeram transferências de propriedades de terras a grandes fazendeiros e a empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária.

Destaca-se, em conformidade com a referida autora, que a legalização oficial da propriedade da terra só ocorreu com a aprovação do Código Civil, em 1916, que passou a discriminar os limites e a situação jurídica da mesma. No entanto, adverte que essa medida governamental:

[...] não significou obstáculo para que os diferentes Estados do Brasil continuassem em sua prática de colocar terras em mãos das oligarquias regionais, visto que tudo se decidia e legitimava entre os que frequentavam a

⁷² Prado Júnior (2008, p.151) assinala que não obstante a Lei de 7 de novembro de 1831 decretar a abolição legal do tráfico de escravos para o Brasil, a importação permaneceu até o ano de 1856, quando foi confiscada pela marinha inglesa, uma carga clandestina de escravos em São Mateus (Espírito Santo), cujos infratores foram punidos. Essa repressão se fundamentava na Lei *Bill Aberdeen*, aprovada pelo Parlamento inglês, em 1845, o qual ordenava “lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e sujeita os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado”.

intimidade do poder. Porém, se juridicamente isso se realizava com tranquilidade, na realidade a necessidade de regularizar os limites das fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade da terra, junto com a especulação imobiliária, deu passagem a um período de conflitos. Primeiro, dentro da própria classe de fazendeiros e negociantes e, depois, entre estes e os ocupantes das terras (GERMANI, 2006, p. 138).

Em função desse panorama e visando resolver o problema da concentração fundiária, o Governo Federal sancionou o Estatuto da Terra, através da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, a qual previa a regulação dos direitos e obrigações referentes aos imóveis rurais no país, para fins de reforma agrária e política agrícola, inclusive para Martins (2012), isso permitiu ao Estado definir a função social da terra, na medida em que estabeleceu o direito de desapropriação como uma forma de regular a distribuição e o uso da terra.

Porém, embora o Estatuto significasse avanços em termos legislativos para as causas sociais no campo, recaíram críticas sobre a maneira de execução das medidas adotadas, como a opinião de Franco (1997), de que após a criação da Lei agravaram-se as disputas litigiosas, o êxodo rural e a concentração fundiária, uma vez que, em 1966, os imóveis cujas dimensões ultrapassavam 1.000 ha, totalizavam 46.000 unidades, distribuídas em 186 milhões de hectares, e em 1978, representavam 57.000 unidades, ocupando 246 milhões de hectares, o que revela o crescimento de 23,9% da quantidade de imóveis e de 32,3% da área ocupada.

Para Oliveira (2005), essas rugosidades socioespaciais resultavam da própria conivência do Estado, que autorizava, por meio do Senado Federal, a comercialização de terras com áreas superiores a 10.000 ha, para brasileiros natos ou estrangeiros, o que contrariava o limite de área máxima a ser vendida, fixado nas Constituintes aprovadas até 1967. Tais contradições derivavam também da grilagem legal, que consiste numa prática utilizada por grandes proprietários de terras ou investidores do capital agrário para a obtenção de terras com extensões maiores do que as leis permitem, sendo a técnica da procuração o instrumento mais empregado para essa lógica, por ser juridicamente reconhecido pelos institutos de terras estaduais na perspectiva da aquisição de terras.

Além disso, Mendonça (2013, p.116) acrescenta que “o padrão de acumulação capitalista impulsionado pelo governo militar favoreceu ainda mais a concentração fundiária, incentivando a modernização do latifúndio, mediante forte apoio creditício do Estado”, implicando que a implementação da reforma agrária defendida no Estatuto da Terra permanecesse apenas no papel.

Sob a ótica de Monteiro (2002), este instrumento político constituiu um importante mecanismo para o Estado consolidar a industrialização da agropecuária por meio dos CAIs, acelerar a expansão da fronteira agrícola nos cerrados, integrar o mercado nacional, dinamizar o mercado imobiliário de terras e dar fim as tensões sociais sobre a reforma agrária.

Nesse sentido, infere-se que embora o Estatuto da Terra representar um marco na história fundiária brasileira, o mesmo contrariou à lógica da reforma agrária, já que promoveu a modernização do campo nas bases da grande propriedade rural e da agroindústria.

Assim sendo, em virtude da pressão política dos movimentos sociais no campo, principalmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e do quadro de violência armada causado pelos conflitos pela posse da terra, foi lançado em 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA I), cuja elaboração e execução ficaram sob responsabilidade do Ministério da Reforma Agrária (MIRAD). O PNRA I previa a desapropriação de 43.090 milhões de hectares de terras em todas as regiões do país, para assentar 1,4 milhões de famílias, entre 1985 e 1989 (OLIVEIRA, 2005).

Todavia, transcorrido os cinco anos de implantação do PNRA I, o panorama permaneceu imutável, haja vista que em 1992, as propriedades rurais com dimensões acima de 1.000 ha (43.956 unidades), ocupavam 50,0% (154.989.315 ha) do universo de 331.364.012 ha, enquanto os imóveis menores de 100 ha (2.727.327 unidades) correspondiam a 17,9% (59.283.649 ha) da totalidade de área ocupada (FRANCO, 1997).

Esse baixo índice de cumprimento da metas deveu-se especialmente à presença e à ação da União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade constituída, sobretudo de parlamentares, com a finalidade de representar os interesses dos grandes proprietários de terras e do agronegócio. Por isso, a definição das áreas prioritárias e dos imóveis que deveriam ser desapropriados era influenciada pela UDR, inclusive a proposta de votação da reforma agrária na Constituição de 1988 teve oposição desse grupo político (OLIVEIRA, 2005).

Conseqüentemente, os anos 1990 marcaram novos caminhos nos procedimentos de desconcentração fundiária no país, em razão da adoção por parte do mandato Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, de uma política distribucionista de terras qualificada como *Market-assisted Land Reform* ou Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM), calcada nas diretrizes do Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial, que tinha como princípio o combate da pobreza rural, por meio da compra e venda voluntária de terra intermediada pelo Estado (PEREIRA; SAUER, 2011).

Contudo, Sabourin (2009) registra que o reconhecimento do governo FHC da existência de uma crise agrária no país, derivou do crescimento das pressões e das ocupações de terra, conjugado à forte repercussão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara (Rondônia, em 1996) e, sobretudo, Eldorado dos Carajás (Pará, em 1997), além da ascensão popular de movimentos sociais, como o MST, que realizou, em abril de 1997, a Primeira Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, cujo destino foi Brasília, e do assassinato, em dezembro de 1998, do ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, popularmente conhecido como Chico Mendes.

Esses acontecimentos redefiniram na agenda política nacional o problema da reforma agrária, contribuindo para a emergência de políticas específicas para a questão. Dessa forma, durante a gestão de FHC foram criados o Programa Cédula da Terra (PCT) e o Programa Banco da Terra (PBT), cujas metodologias operacionais baseavam-se na RAAM desenvolvida pelo BIRD (PEREIRA; SAUER, 2011).

O Cédula da Terra⁷³ foi lançado em 1997 e encerrado em 31 de dezembro de 2002. O principal objetivo do Programa era subsidiar as aquisições de terras por parte dos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente para a manutenção da família, organizados em associações comunitárias, e os proprietários dos imóveis, o qual funcionaria por meio de um empréstimo de US\$ 90 milhões contraído junto ao BIRD. Porém, de acordo com Mendonça (2013, p.120), o PCT configurava:

[...] uma política compensatória à deterioração socioeconômica que as medidas de ajuste estrutural do governo haviam provocado no meio rural. Ademais, politicamente, o Cédula da Terra visava minimizar a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo o mecanismo de mercado como mediador obrigatório do acesso a terra.

⁷³ Pereira e Sauer (2011) relatam que o Programa Cédula da Terra derivou de uma experiência local, restrita ao estado do Ceará, em 1996, onde foi desenvolvido o projeto Reforma Agrária Solidária, que visava reduzir a concentração da pobreza rural.

O Programa Banco da Terra⁷⁴ foi implantado em 1998 nas bases do PCT, com a finalidade de financiar a compra de terras, por meio de um fundo nacional previsto constitucionalmente e de uma parceria com o BIRD. Para tanto, o governo contou com a “intensa propaganda via meios de comunicação de massa para divulgar as supostas vantagens do acesso a terra via mercado, valorizando, especialmente, seu caráter anticonflitivo, de modo a também capitalizar a adesão de trabalhadores rurais” (MENDONÇA, 2013, p. 121).

Com efeito, através da RAAM, o governo FHC instalou assentamentos rurais, que em termos absolutos resultaram nas seguintes cifras: entre 1995 e 1998 (primeiro mandato), o número médio de famílias instaladas por ano foi de 59.500, para um custo médio de R\$ 28.800 por família; entre 1999-2002 (segunda gestão), foram 70 mil famílias beneficiadas por ano, para um custo médio de R\$ 7.180 por família (SABOURIN, 2009).

No entanto, Oliveira (2005, p.532) assegura que essas instalações ocorreram principalmente na Amazônia (60,0% do total), enquanto as ocupações de terras naquela região eram pouco mais de 10,0% do montante nacional. E que “no final do governo FHC, os acampados foram estimados em 60 mil famílias”.

O governo seguinte, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ampliou a base política da RAAM, para isso implantou, em 2003, o Programa Nacional de Crédito Rural (PNCR), o qual, segundo Sabourin (2009), apresenta como inovação principal, em relação aos Programas anteriores, a certeza de que os beneficiários ao invés de adquirir a terra por concessão do Estado, tem que reembolsar a compra a partir de um financiamento.

Para efetivar o PNCR⁷⁵ foi necessária a elaboração do novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II), que pretendia financiar a compra de terras por parte de 130 mil famílias em quadro anos, enquanto a realidade de reforma agrária no país era de 400 mil famílias (PEREIRA; SAUER, 2011).

De acordo com referidos autores, na prática, o PNCR unificou as linhas de financiamento do Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (PCFCPR) e do

⁷⁴ Mendonça (2013) ressalta que a criação do Programa Banco da Terra ocorreu em um cenário em que a oposição dos movimentos social e sindical às políticas incrementadas pelo governo FHC em geral, a ao Programa Cédula da Terra, em particular, encontrava-se aglutinada, desde 1995, no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Com isso, em 1997, a luta contra a implantação do Programa Cédula da Terra foi unificada pelas instituições participantes do Fórum, especialmente a CONTAG, o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Rede Brasil, que homogeneizaram suas críticas às políticas de RAAM do BIRD.

⁷⁵ Mendonça (2013) salienta que o PNCR deriva do Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (PCFCPR), datado de 1998, quando a CONTAG concordou negociar com o BIRD o contexto de criação.

Banco da Terra, alocando-os na coordenação da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), preservando os princípios da RAAM.

Não obstante tal conformação, sublinha-se que o INCRA tem a competência de instalar os beneficiários do PNCR em assentamentos coletivos, onde o *habitat* é agrupado em agrovilas, de forma a reduzir os custos com a infraestrutura (abastecimento de água, eletricidade, rodovias, estradas, etc.), o que contraria a tradição camponesa de habitação no meio de lotes. Além da infraestrutura, sobretudo a habitação, tem-se como vantagem o crédito e a assistência técnica, e como desvantagem a demora nos processos judiciais de expropriação das terras e a “imposição de que os beneficiários reembolsem terras muitas vezes superavaliadas cujos meios de valorização nem por isso serão mais fáceis de se obter”, o que acentua as taxas de abandono (SABOURIN, 2009, p.123).

Nessas circunstâncias, Pereira e Sauer (2011) criticam o fato do PNRA II não atingir a meta proposta de instalar 130 mil famílias, já que, entre 2003 e 2006, apenas 35.564 trabalhadores foram assentados com os recursos do PNCR, o que representa 27,4% do total. Apontam como possíveis motivos para esse baixo índice os cortes orçamentários no MDA e a elevação do preço da terra em função da expansão do agronegócio.

Sabourin (2009) assinala que os assentamentos estiveram concentrados, sobretudo, na região Nordeste, com 52,0%, enquanto no Norte foram 22,0%, no Centro-Oeste 17,0%, 6,0% no Sudeste e o Sul instalou 3,0% das famílias.

Em função desse desempenho, Mendonça (2013, p.124) enfatiza que a política de reforma agrária de mercado não suscitou mudanças significativas na estrutura fundiária nacional, pois:

[...] a despeito do avanço do processo de assentamentos, estava claro que o governo não promoveria uma reforma abrangente capaz de transformar a estrutura fundiária no país, uma vez que o próprio conceito de reforma agrária adotado, claramente compensatório e de corte assistencialista, não tinha condições para alterar o padrão de concentração fundiária existente no meio rural.

Diante do exposto, afirma-se que a questão agrária no Brasil configura-se como uma crise social historicamente caracterizada pela territorialização do capital na agropecuária produtiva e pela marginalização das populações tradicionais, que incluem os agricultores familiares, além de ser marcada por disputas, conflitos, resistências e conquistas para a posse e uso da terra. Nesta perspectiva, Sauer (2010) defende que a luta pela terra recoloca a

importância da noção de território como lugar de trabalho, cidadania e vida, isto é, como parte da experiência humana de espacialidade.

Portanto, entende-se que os sucessivos governos e as distintas políticas públicas e legislações implantadas não promoveram a desconcentração da estrutura fundiária, haja vista a preponderância das grandes propriedades, em particular, nos cerrados piauienses, o que evidencia a natureza patrimonialista da terra no enfoque territorial.

Sendo assim, compreende-se que a concentração fundiária mostra-se como elemento síntese do processo de reprodução do agronegócio nos cerrados brasileiros, como em Uruçuí, o que suscita a necessidade de analisar a situação da agricultura familiar no contexto de reordenamento capitalista do território.

Na próxima seção, aborda-se as políticas públicas e os aspectos socioambientais inerentes à instalação do agronegócio nos cerrados do Centro-Oeste, região que antecede a ocupação empresarial em Uruçuí, e as consequências para a pequena produção familiar.

6.4 Processo de ocupação do Centro-Oeste pelo agronegócio

Reconheceu-se que a estruturação do território vincula-se às relações de poder voltadas para o controle e apropriação do espaço, que inclui as condições de posse e uso da terra. Com isso, justifica-se a premência de uma contextualização centrada nas estratégias, ações e técnicas com as quais o capital territorializa os recursos naturais e culturais.

Nesse sentido, analisa-se, neste item, a progressão do agronegócio no Centro-Oeste, em virtude de ser pioneiro em abrigar empreendimentos graníferos nos cerrados e disponibilizar a infraestrutura para a instalação e desenvolvimento do novo *modus operandi*. Para tanto, examina-se os fatores políticos, econômicos e geoambientais que impulsionaram a incorporação da região para o agronegócio, recaindo maior atenção sobre as repercussões nos modos de vida rurais e uso da terra.

Destarte, salienta-se que a análise territorial revela a organização e/ou desorganização na qual o espaço é socialmente construído e reproduzido. Nessa perspectiva, o território manifesta o resultado do trabalho humano, dos projetos de vida, de inclusão e exclusão inerentes ao avanço das atividades produtivas na fronteira, lugar de conflitos, que de acordo com Martins (2014, p.13), é onde as sociedades encontram seu limite histórico.

Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos de interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional.

Ademais, Bernardes (2009) enfatiza que o avanço sistemático do agronegócio em direção aos cerrados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte subsidiou a implementação das inovações tecnológicas as quais conferiram à fronteira a identificação de *fronts* agrícola, entendidos como pilares da sistematização produtiva do território por meio de novas práticas e planejamento; e a tendência de maximização dos lucros e aprofundamento das desigualdades socioespaciais (concentração da terra e da riqueza, por exemplo).

Assim, para Bernardes (2015), recentemente, no Brasil, na medida em que a agricultura moderna, caracterizada por potencializar a produção agrícola através do tripé técnica/ciência/informação, demanda previamente a ocupação e domínio dos territórios, traz também, implicitamente, um nível de relações sociais, que significa adequá-los às novas funções e padrões, moldando-os em conformidade com os interesses políticos/econômicos. Portanto, constata que a introdução e difusão do agronegócio, principalmente, nos cerrados, se baseiam numa racionalidade cuja única finalidade visa assegurar a acumulação ampliada do capital.

Por conta disso, para Elias (2012), as transformações ocorridas na atividade agropecuária brasileira, em meados da segunda metade do século XX, resultaram numa remodelação do território e em novos recortes espaciais para os estudos geográficos, e ao mesmo tempo, aprofundaram e acirraram a divisão territorial do trabalho; reformularam a distribuição de funções produtivas; e culminaram numa nova geografia econômica.

Não obstante a análise apresentada no capítulo 3, registra-se que a origem e concretização do agronegócio no Brasil, relacionam-se às mudanças na base técnica do setor primário da economia, a modernização da agropecuária e a criação de mecanismos subvencionadores que garantissem a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), incrementadas a partir da década de 1960 e continuada por meio de diretrizes e estratégias constantes no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), proposto pelo Governo Federal

na década de 1970, com fins de manter a performance da fase de crescimento econômico acelerado (milagre brasileiro). Dentre os mecanismos, Silva, Monteiro e Barbosa (2015a) evidenciam as políticas de crédito agrícola, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) o qual concedia financiamentos bancários por meio de capital de giro a prazos relativamente longos, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que se caracteriza pela intervenção estatal no controle de preços no mercado para assegurar a lucratividade do produtor rural em períodos de excedente de produção agrícola, a abertura comercial, as mudanças na estrutura fundiária, os incentivos fiscais e as pesquisas científicas.

No âmbito desse cenário, a busca de novos territórios e de fontes de matérias-primas, por empresas agrícolas e por agroindústrias nacionais e multinacionais, alteraria as singularidades físicas, econômicas e socioculturais dos ambientes, onde tal projeto político/ideológico desembarca, pois como argumentam Mesquita e Alves (2013) os grupos econômicos dominantes, distinguidos por canalizarem capitais e infraestruturas, e por comandarem as redes de produção, comércio e serviços, fazem uso corporativo dos territórios nacionais, modelando-os em concomitância com as vantagens competitivas.

Dessa maneira, Peixinho e Scopel (2009) explicam que durante a década 1970, inicia-se o movimento de expansão e modernização da fronteira agrícola, historicamente simbolizado pela conversão do Cerrado ao processo produtivo da cadeia grãos/carnes e à dinâmica do mercado mundial. Patenteia que o agronegócio granífero, protagonizado pela soja, que até então ocupava os estados das regiões Sul e Sudeste do país (cabendo ao Rio Grande do Sul o pioneirismo do cultivo, no final da década de 1950), irradia-se para o Planalto Central e, posteriormente, para as regiões Nordeste e Norte, favorecendo as práticas de novos agentes e acirrando as tensões sociais devido à concentração de terras.

Nessa perspectiva, em consonância com Bernardes (2015, p.507), faz-se mister admitir que a compreensão de fronteira enquanto espaço de modernização técnica, não oculta as contradições socioespaciais decorrentes do processo de mercantilização do Cerrado, uma vez que:

A ocupação do cerrado na atual fase tecnológica leva a uma interpretação ativa do território, em que o crescimento da produtividade não se descola dos custos sociais, não só abrindo alguns circuitos produtivos, como também fechando, ao desenraizar culturas. Dotada de qualidades e quantidades da última modernidade, a fronteira do capital no cerrado é reconstruída através de conceitos reveladores dos projetos dos agentes hegemônicos e também como espaço dos que lutam nos interstícios da ordem dominante [...]

Analisar a instituição da novíssima fronteira, sua expansão e consolidação, significa reconhecer a complexidade e a criação de novas territorialidades, reconstruídas nas características próprias da atual fase capitalista em termos da nova divisão técnica do trabalho, da dinâmica do mercado, da atuação do Estado. Significa reconhecer a complexidade no confronto entre interesses dominantes e formas de produzir pré-existentes, no encontro entre diferentes temporalidades e espacialidades, nas lutas sociais.

Por conseguinte, o avanço do agronegócio para o Cerrado foi facilitado por meio de políticas específicas, dos quais destacam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER). O POLOCENTRO, criado em 1975, visava integrar áreas do bioma aos Complexos Agroindustriais por meio de subsídios agrícolas, conforme expressam Matos e Pessôa (2011, p.305-306):

Para efetivar o programa, foram selecionadas áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Todas as áreas escolhidas já possuíam alguma infraestrutura, estradas vicinais e eletrificação, proximidade com minas de calcário e potencial agrícola favorável, pré-requisitos básicos para suas escolhas. Com base nesses pré-requisitos, as áreas eram classificadas como “prioritárias” ou “secundárias.” As áreas beneficiadas recebiam investimentos em fixos e fluxos. [...] As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam produtores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, a migrarem para o Cerrado. Esses produtores eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem de o preço das terras no Cerrado ser, relativamente, baixo em relação aos preços do Centro-Sul do país.

Nesse sentido, Bernardes (2015, p.507) sustenta que a ocupação dos cerrados do Centro-Oeste ocorreu no contexto dos interesses dos grupos oligárquicos, beneficiados pelos incentivos estatais, seja na aplicação de aparato tecnológico na agricultura, seja na disponibilidade de infraestruturas, “o que significa a socialização dos custos envolvidos na criação das condições gerais da acumulação capitalista”.

Já o PRODECER, assinado em 1974, entre o governo brasileiro e o japonês, constituía um acordo para colonizar, ocupar e explorar as terras do Cerrado sob sistemas de cooperativas comandadas pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) uma empresa multinacional arquitetada através de duas *holdings*, a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BASAGRO) e *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO). A primeira detinha 51% das ações controladas por capitalistas nacionais, enquanto a segunda respondia por 49%, sob o controle dos capitais estrangeiros (OLIVEIRA, 2005).

Em geral, tais programas foram os responsáveis diretos pela colonização, modernização e esgotamento dos recursos naturais do Cerrado, fazendo da soja a principal cultura desenvolvida (ALVES, 2014). Isso requereu a vinculação do Estado aos capitais financeiros, a expansão das agroindústrias por meio da constituição dos CAIs e o aprofundamento da dependência da economia agrícola em relação ao mercado internacional.

Além disso, Peixinho e Scopel (2009) registram a favorabilidade dos aspectos geoambientais do Cerrado para a instalação do novo *modus operandi*, na medida em que as características do quadro natural, principalmente, topografia, clima e solo, e apesar de indicarem a existência de particularidades espaciais inerentes em cada sub-região, como a extensão das chapadas ou platôs (cujo modelado exhibe grandes áreas com relevo plano e suavemente ondulado), as diferentes condições de luminosidade, temperatura e pluviosidade (com apenas uma estação chuvosa e outra com estiagem), os tipos de solos (em geral, sobressaem os latossolos, com 46%, por serem profundos e bem drenados, mas deficientes em nutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio), não impediram o processo de ocupação do bioma, em virtude do incremento da mecanização, da correção dos solos (com a aplicação de calcários agrícolas visando reduzir a acidez e repor nutrientes, como cálcio e magnésio), do uso de sementes melhoradas, do controle de pragas e doenças, e da profissionalização do produtor.

Segundo Bernardes (2009), outro determinante para a implantação do agronegócio no Cerrado foi o papel desempenhado pelo Estado em promover, ideologicamente, a ocupação dos espaços ditos “vazios”, os quais apresentavam povoamento substancialmente rarefeito, notadamente, no Centro-Oeste. Por isso, ressalta que devido a pouca resistência das populações pré-existentes, as ações de territorialização da agricultura se estruturaram, até porque, a ótica expansionista do Governo Federal protagonizava o estabelecimento de um novo tipo de agricultor, o qual pudesse reunir em torno de si os atributos da almejada agricultura moderna. Realça que tal configuração somente poderia ser alcançada por meio do binômio governo/iniciativa privada, em consonância com a tríade energia/transporte/comunicação.

Contudo, Soares (2008, p.147) contraria a ideia de espaços vazios, por reconhecer a presença de populações tradicionais, próprias do Cerrado, mesmo que indivisíveis, por força da marginalidade da pobreza, que se colocavam em direção diametralmente oposta à racionalidade do agronegócio. Dentre os nativos, destaca os indígenas, camponeses,

agroextrativistas, ribeirinhos e quilombolas, os quais apresentavam modos de vidas específicos que se reproduziam em redes complexas de experiências, conhecimentos e saberes, para a utilização dos ambientes. Conseqüentemente, essas populações conviviam com os limites de espaço físico, “estabelecidos em tempos remotos, quando as demarcações eram feitas com cordas e bússolas, e os limites nem sempre materializados. Os limites de respeito desobrigavam o uso de cercas nas chapadas/cerrados” para criação de gado e coleta de plantas farmacêuticas, alimentícias e de proteção.

Inclusive para Alves (2005, p.51-52, grifo nosso), os espaços de uso produtivo dos agricultores familiares tradicionais daquela região não são os mesmo dos “sulistas⁷⁶”. Ou seja:

[...] Nos espaços de produção agrícola da população local pouco se observa algum vestígio de maquinários ou equipamentos mais modernos, o que se usa frequentemente são técnicas mais antigas: enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc. [...] tradicionalmente, a preferência é pelas terras de fundo de vale - onde se anuncia maior presença de água - nas quais conseguem praticar pecuária extensiva ou produção agrícola em pequena escala em formas irregulares mesclando cultivos variados, normalmente em sistemas de consorciamento. [...] Ao redor dos vales situam-se os platôs planos que despertam grande interesse dos sulistas por possuírem duas das características que formam o quadro atual de desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira: terrenos com topografia plana e preço baixo das terras. Antes, porém, de desencadear um uso capitalista, ao contrário do discurso do *status quo*, essas áreas eram amplamente aproveitadas pela população local cujo uso ajudava a manter o equilíbrio da comunidade camponesa: servia como lugar de caça, de pastagem para o gado de toda a comunidade, para retirada de lenha e de madeira, etc. Na nova dinâmica produtiva da fronteira, introduzida pelo migrante sulista, a cobertura vegetal dos platôs será removida e, em seu lugar, ocorrerá a produção dos *commodities* agrícolas, sobretudo, soja, mercadoria que ganha centralidade na agricultura brasileira também com a ajuda do sulista.

Em oposição também à visão governamental de espaços vazios, Paulino e Krüger (2010, p.98) criticam o fato de que a instalação do agronegócio nos cerrados configurou uma hierarquia territorial das atividades, no qual o agricultor familiar:

[...] acabou se alocando em restos de terras, as de menor interesse para o negócio hegemônico, por apresentarem condições edafoclimáticas

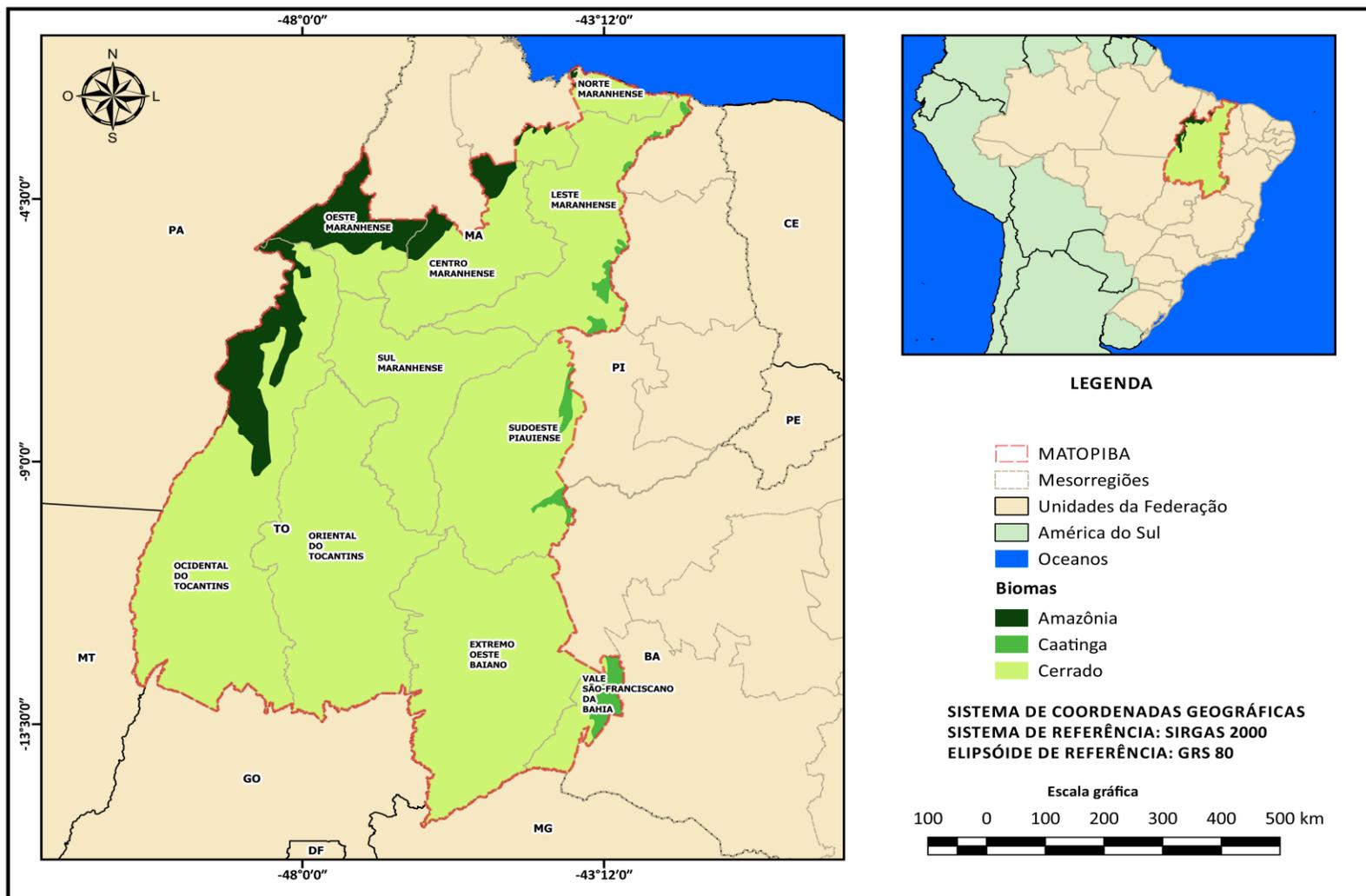
⁷⁶ Para Haesbaert (2005), a expressão “sulista” significa uma identidade territorial, e ao mesmo tempo, denota um sentimento de “invasão territorial”, principalmente, em lugares onde as terras são de uso comum. Outrossim, associa-a ao termo “gaúcho” para representar, genericamente, os migrantes originários do Sul do Brasil (descendentes de italianos e alemães) que aportam, principalmente, nas terras setentrionais do país. Dessa forma, em regiões como a Nordeste, por exemplo, as tipologias “sulistas”, “gaúchos” ou “pioneiros” designam os “Outros”, isto é, aqueles que chegam para ocupar o território.

desfavoráveis, como baixa fertilidade, solos rasos, declividade pouco propícia à mecanização, sem falar nas limitações em termos de dotação infraestrutural.

Portanto, tais fatores permitiram o desenvolvimento de grãos nos cerrados, cuja viabilização exigiu a personificação “de um produtor que sabe manejar a base técnica de produção, devendo incorporar a essa produção um caráter empresarial”. Todavia, isso não patenteia que todos os que produzem grãos nos cerrados sejam “empresários, mas que a sua dinâmica está associada à formação de um núcleo empresarial que dá coesão à sua organização” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p.96-97).

É nesse contexto que o agronegócio avança nos cerrados do Planalto Central, imprimindo uma nova lógica produtiva assentada na economia em escala. Destarte, após se instalar nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, na década de 1970, o agronegócio se desloca, nas décadas seguintes, em direção ao Nordeste/Norte, particularmente, para os estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins configurando a região denominada por Bernardes (2009, 2015) como BAMAPITO, mas instituída de MATOPIBA pelo Governo Federal sob Decreto n. 8.477, de 6 de maio de 2015, por figurar uma nova fronteira produtiva para o desenvolvimento do capital. A representação espacial do MATOPIBA está ilustrada na Figura 3.

Figura 3 - Mapa de localização espacial do MATOPIBA



Fonte: Dantas (2016) com base em IBGE (2014b).

De acordo com a Figura 3, verifica-se que o MATOPIBA ocupa 51,0% do total da área territorial dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, definido em 73.173.845 ha%, distribuídos entre 10 mesorregiões geográficas (sudoeste piauiense, sul maranhense, oeste maranhense, centro maranhense, leste maranhense, norte maranhense, extremo oeste baiano, vale são franciscano da Bahia, oriental do Tocantins e ocidental do Tocantins), cujos domínios paisagísticos e ecológicos⁷⁷ distinguem-se em Cerrado (91,0%), Amazônia (7,3%) e Caatinga (1,7%).

Para Silva, Monteiro e Barbosa (2015b, p.14), a criação do MATOPIBA materializa a posição do Estado em promover a territorialização da fronteira agrícola nos cerrados, uma vez que representa um “conjunto de instrumentos de natureza institucional benéficas à consolidação do agronegócio, posto que sua institucionalização faz parte do processo de desenvolvimento do capital no rural”.

Em síntese, afirma-se que a progressão do agronegócio no Centro-Oeste iniciou-se na década de 1970, incentivada pelos subsídios agrícolas do PRODECER e do POLOCENTRO, pela infraestrutura já existente, pelo baixo preço da terra e pelas características físicas do cerrado, o que configurou por parte do Estado uma tipologia de agricultor moderno, orientado pela engenharia da produção, pela agronomia científica e conectado ao mercado globalizado.

Antes de analisar a instalação do agronegócio em Uruçuí, faz-se necessário examinar o quadro mais geral da ocupação dos cerrados baianos, maranhenses e tocantinenses, em virtude de apresentar correspondência (dinâmicas e dilemas) com a realidade piauiense.

6.5 Bahia, Maranhão e Tocantins: novas fronteiras agrícolas para a reprodução do capital

Conforme Alves (2009a, p.152-153), as condições geográficas dos cerrados nordestinos expressam a existência de singularidades socioespaciais em relação ao conjunto da região Nordeste. Essas particularidades dizem respeito às formas físico/geográficas e às características da ocupação humana. Logo, encerra que:

No primeiro caso, predominam chapadões planos recobertos de vegetação de cerrado, cuja extensão nos limites administrativos da região inclui o oeste da Bahia, o sudoeste do Piauí e o sul do Maranhão. Os cerrados nordestinos representam, entretanto, apenas um fragmento dessa unidade ecológica cujo prolongamento acompanha vastas áreas de todos os estados do Brasil Central

⁷⁷ Ab' Sáber (2003, p.11-12) define domínio paisagístico e ecológico “um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de dezenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas”.

e partes das terras de Minas Gerais e São Paulo. [...] As primeiras formas de ocupação dos cerrados nordestinos se caracterizam pelo extrativismo vegetal, a agricultura camponesa e a pecuária extensiva, atividades que contribuíram para construir historicamente os contornos regionais, modificados atualmente pela instalação da agricultura moderna.

Haesbaert (2005) chama esses espaços de “novo Nordeste”, por consistir num núcleo de atração de investimentos público/privados, sendo assim, constata que o mesmo se configura numa recente divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura e monopolizada por grupos agroempresariais nacional e internacional, que inclui as grandes empresas do setor agropecuário e produtores capitalizados.

Por conta disso, sublinha-se que o oeste da Bahia desponta como a principal área de influência do agronegócio granífero no Nordeste, com destaque para os municípios Correntina, Formosa do Rio Preto, São Desidério, Barreiras, Riachão das Neves e Luís Eduardo Magalhães, cuja intensa produção agrícola possibilitou a incorporação de empreendimentos privados do ramo de esmagamento e processamento de grãos como a Bunge Alimentos S.A. e a Cargill Agrícola S.A., além de cooperativas agrícolas e empresas de comércio e de prestação de serviços especializados para a agropecuária.

Alves (2009a, p.159) comenta que as ações governamentais (como infraestrutura viária e portuária, crédito subsidiado e incentivo em pesquisas) e o baixo preço da terra, foram condição *sine qua non* para a corrente migratória de sulistas para os cerrados baianos, iniciada em 1970, mas intensificada entre 1980 e 1990. Tais produtores são, portanto, os principais responsáveis pela modernização das lavouras temporárias. No entanto, conclui que:

O crescimento econômico dos cerrados baianos, sustentado no agronegócio, teve como consequência imediata o fortalecimento das cidades. O fluxo de empresas e de agricultores interessados em grandes extensões de terras a preços baixos desencadeou uma ocupação intensa na sub-região, alterando os padrões de povoamento existentes até a década de 1980. Além disso, houve agravamento da concentração da estrutura fundiária motivada também pela posse irregular de terras devolutas, movimento que produziu uma rápida expansão da urbanização dos municípios locais.

Como exemplo axiomático desse cenário, o dito autor ilustra o povoado de Mimoso do Oeste, emancipado em 2000 de Barreiras, e renomeado como Luís Eduardo Magalhães, onde a segregação socioespacial cresce de acordo com os extratos sociais dos moradores, mas também, segundo o lugar de origem, haja vista existir os bairros de predomínio da população nordestina, sobretudo, baiana, e os da população sulista, cuja arquitetura não faz qualquer referência à cultura local e/ou regional.

Nesse sentido, concorda-se com a concepção de Haesbaert (2005) de que novos estilos de vida urbanos, como os difundidos em Luís Eduardo Magalhães, atendem exclusivamente as demandas econômicas e culturais das pessoas de outras regiões, expressam um “espaço fora do lugar”.

No Maranhão, o agronegócio desembarca em 1974 com os migrantes sulistas, mas especificamente nas terras encontradas ao sul do estado, no qual se destaca o município de Balsas por representar o marco inicial do processo de dominação e apropriação dos cerrados à modernização, conduzida com recursos disponibilizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mediante programas de desenvolvimento regional. De acordo com Alves (2009a, 2009b), as linhas de créditos estavam associadas à pecuária melhorada e à cultura de arroz de sequeiro.

Verifica-se, segundo Ferreira (2009), que o agronegócio se consolida nos cerrados maranhenses a partir de 1991, cujo apoio para a instrumentalização da produção, sobretudo, soja, foi viabilizada por meio dos estudos realizados pelo convênio de cooperação técnica e financeira entre a EMBRAPA e instituições bancárias como o Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Para Alves (2009a), os resultados do Convênio visavam a criação do Programa Corredores de Exportação Norte, que conciliaria a proximidade das áreas produtoras de matérias-primas com a possibilidade de escoar a produção agrícola para os mercados interno e externo, este último, seria através dos portos de Itaqui e Ponta da Madeira. Não obstante tal conformação, adverte que os baixos preços das terras (e em grandes extensões), somados à pouca mão de obra empregada nas plantações e a adaptação de novas cultivares de soja às elevadas temperaturas da região, contribuíram para o aumento substancial das safras, e conseqüentemente, para presença de agroindústrias como a *Archer Daniel Midlandas* (ADM), Bunge Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A., e a Multigrain, e de outros empreendimentos agrícolas (consultorias, comércio de máquinas e equipamentos, etc.). Porém, acrescenta que a movimentação do capital, manifestada nos cerrados maranhenses, não repercutiu em mudanças nas estruturas de desigualdades sociais, pelo contrário, acentuam-se os problemas rurais e urbanos, na medida em que gerou contradições e conflitos socioespaciais, reveladas pelas incertezas de reprodução da agricultura familiar (as quais incluem a posse da terra, a baixa qualidade de vida nas comunidades rurais e a pequena produtividade), refletindo no êxodo rural.

No Tocantins, o agronegócio data da década de 1990 com as lavouras de rizicultura. O interesse dos grupos econômicos do setor agropecuário pelos cerrados tocaninenses justifica-se pela localização estratégica, já que estão situados na porção central do país, limitando-se com outros centros produtores das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste; e por possuírem bacias hidrográficas importantes (rios Tocantins e Araguaia). Contudo, nota-se, consoante Bernardes (2009), que essas vantagens espaciais repercutem diretamente no preço da terra, cujos valores são relativamente altos quando comparados aos lugares de ocupação antiga.

Além disso, constata-se, em conformidade com Alves (2009a, p.157), perspectivas de disputas territoriais, posto que antes “de ser apropriada privadamente, em especial pela ação de grileiros⁷⁸, a área era constituída de grandes extensões de terras devolutas”.

Bernardes (2009) adenda também como determinante para a instalação do agronegócio no Tocantins, a possibilidade de escoamento da produção agrícola, por rodovias intermodais (BR-230, BR-010 e BR-153), por ferrovias, como a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Ferrovia Norte/Sul (FNS), e exportada através dos complexos portuários de Itaqui e Ponta da Madeira, em São Luís-MA.

Diante desse cenário, conclui-se que a progressão do agronegócio nos cerrados baianos, maranhense e tocaninenses ocorreu a partir dos anos 1990, incentivada pelo baixo preço da terra, pelas intervenções governamentais (infraestrutura viária e portuária, incentivos em pesquisas e crédito agrícola, principalmente) e pelas condições naturais do cerrado (umidade, pluviosidade, solos, topografia e hidrografia), os quais definiram um novo padrão agrícola caracterizado pela intensificação da produtividade da terra e do trabalho, e marcado por desigualdades sociais nos espaços rural e urbano.

Não obstante às reflexões expostas sobre a marcha do agronegócio nos cerrados baianos, maranhenses e tocaninenses, salienta-se, a seguir, o exame do contexto de instalação dos empreendimentos graníferos no cerrado piauiense, particularmente, em Uruçuí.

⁷⁸ Christillino (2012, p.108) concebe a grilagem uma expressão recente no Brasil, mas que tem raízes no sistema sesmial. Revela que o termo foi empregado para descrever “as apropriações de terras fraudulentas, baseadas na falsificação dos documentos de comprovação do direito a terra, especialmente a partir da expansão da colonização no Centro-Oeste, em meados do século XX”. Para tanto, os documentos falsificados eram colocados em uma gaveta com grilos (insetos), que provocavam o envelhecimento, os quais eram utilizados para comprovarem a propriedade da terra, por meio de uma cadeia sucessória, consolidada temporalmente.

6.6 Territorialização do agronegócio no cerrado piauiense: ocupação empresarial em Uruçuí/PI

O caso do Piauí não foi diferente dos demais estados onde o agronegócio aportou, haja vista que as políticas públicas foram decisivas para as profundas alterações socioespaciais ocasionadas nas áreas de Cerrado, a partir da década de 1970, sobretudo, na Mesorregião Sudoeste.

Lopes (2008, p.37-38) pontua que o cerrado piauiense antes da chegada do agronegócio apresentava poucos núcleos urbanos, baixa densidade demográfica rural, isolamento das comunidades, sobretudo nos fundos de vales, e presença de grandes propriedades criadoras de gado.

Para Alves (2014), os recursos direcionados pelo Programa de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (POLONORDESTE) para a modernização da produção agropecuária, beneficiaram sobremaneira a camada de médios e grandes proprietários rurais, supostamente em condições de os tornarem autossuficientes para atender as metas federais de crescimento econômico vigentes na época.

Peixinho e Scopel (2009, p.103) acrescentam, nesse período, os incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR-Agropecuário) e do Fundo de Investimento Setorial (FISSET) para o processo de ocupação do cerrado piauiense.

Dentre os propósitos desses programas estavam os incentivos aos projetos agropecuários, cuja finalidade, segundo os programas, era transformar grandes extensões de terras, consideradas como latifúndio por exploração (improdutivo), em empresas rurais modernas. Esses incentivos atraíram produtores vindos de outros estados, a exemplo do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e São Paulo, muito deles se deslocando de outras regiões produtoras de soja para aumentarem suas áreas ou para tentarem uma nova fixação em uma outra fronteira.

Dessa maneira, assinala-se que os supracitados programas cumpriam o objetivo de sustentar o desenvolvimento agropecuário (com aquisição e melhoramento de rebanhos, cultivo de pastagens, formação de áreas de extrativismo, etc.) e florestal (principalmente caju) nos cerrados piauienses. Todavia, os resultados não foram satisfatórios, uma vez que tanto os projetos agropecuários como as plantações de caju foram substituídos por lavouras modernas, inclusive para Monteiro e Aguiar (2006, p.212), isso agravou a concentração fundiária no Estado, pois as terras eram negociadas via Companhia de Desenvolvimento do Piauí

(COMDEPI), a preços insignificantes ou ditos “simbólicos”, “possibilitando a constituição e dinamização do mercado de terras”.

Em sentido análogo, Alves (2009b, p.79) assinala que a apropriação privada das terras do cerrado piauiense para o agronegócio, colocou do mesmo lado Estado e capital, pois a participação da COMDEPI nas negociações de terras públicas repassadas ao setor privado “representa uma estratégia do governo piauiense para despertar interesse dos investidores do agronegócio pela região dos cerrados, ao mesmo tempo, garantir a existência de um mercado de terras na região”.

Além disso, sublinha-se a instituição de uma legislação específica para garantir incentivos fiscais, como por exemplo, a Lei n. 4.859, de 27 de agosto de 1996, cujo fim visava atrair empresas, na qual o Piauí se comprometia a fixar:

[...] isenção fiscal entre 60 e 100%, em até 15 anos, para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a ser concedido aos empreendimentos industriais e agroindustriais, considerados prioritários para o estado (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p.104).

Alicerçado nessa configuração, Monteiro e Aguiar (2006, p.214) ressaltam que não obstante a inserção da ocupação e uso do cerrado piauiense ter iniciado na década de 1970, através de subsídios do FINOR-Agropecuário e do Fiset, somente a partir da década de 1990, ocorreu a intensificação da instalação de grandes empreendimentos produtores de grãos, em particular, soja, atraídos, sobretudo, pelo baixo preço da terra, pelo esgotamento de solos agricultáveis em outras regiões do país, pela proximidade dos mercados consumidores e pelos recursos facilitados dos governos federal e estadual. Pontuam também as condições geoambientais, haja vista o território dispor de:

[...] solo latossolo vermelho-amarelo; em proporções equivalentes, seguem os solos concrecionados, litólicos e areias quartzosas. Em decorrência das características de cada tipo de solo, a adubação e irrigação se apresentam como elementos essenciais para suprir as deficiências naturais, demandando a aplicação de calcário, que tanto permite corrigir o PH como neutralizar o alumínio tóxico. [...] clima subúmido e úmido, com temperatura média entre 23 e 24°C e taxa anual de precipitação em torno de 1.100 mm, embora passe, em média, cinco meses sem chuvas. [...] umidade relativa do ar varia de 50% a 70%, sendo elevada a radiação solar. Além do período seco, registra-se a ocorrência de déficits hídricos na fase de chuvas veranicas, cujo pico ocorre nos primeiros dez dias de janeiro. [...] vegetação do tipo cerrado e suas transições com a caatinga, caracterizando-se por savanas estacionais, com presença de matas de galeria perenes ao longo dos rios.

Corroborando com esse panorama, Peixinho e Scopel (2009, p.104-105) relatam que o fato dessas políticas induzirem à territorialização dos cerrados, não significa que tal frente de expansão capitalista abandone a prática da seletividade espacial, pois dos 11,5 milhões de hectares de cerrado piauiense, as áreas que de fato estão sendo incorporadas para a produção de grãos são aquelas cujo modelo técnico produtivo exige características particulares, como por exemplo: platôs ou chapadas (denominados localmente de Gerais), com relevo predominantemente plano ou suavemente ondulado; os solos de textura média/argilosa; clima com temperaturas mais amenas e distribuição pluviométrica regular. Logo, constata-se que:

[...] as áreas preferenciais para essa ocupação encontram-se no Vale do Gurgueia (limite leste, na zona de transição entre a floresta e a caatinga para o cerrado), Chapadas do Alto Parnaíba (planaltos entre os rios Gurgueia e Parnaíba), Cabeceiras do Parnaíba (zona do alto curso do rio Parnaíba) e Chapada das Mangabeiras (região fronteira entre a Bahia e o Piauí).

Nesse sentido, destaca-se Uruçuí, por ter sido o primeiro a receber os empreendimentos agropecuários no Estado. No município, os Gerais eram pouco aproveitados pelos moradores pré-existent⁷⁹. Tradicionalmente, os Gerais representavam para as famílias camponesas os lugares de uso comum, ou seja, as áreas de reservas naturais onde se soltava o gado para o proveito da pastagem (em determinadas épocas do ano), ou serviam de lugar de extrativismo vegetal (lenha, frutos, raízes, cascas e plantas medicinais) e de caça de animais silvestres. Portanto, os Gerais designavam as terras devolutas, isto é, terras ociosas e não cercadas, que constituíam extensos descampados de matas de cerrados.

A propósito, Alves (2009a, p.168) esclarece que:

No contexto social local, as terras dos Gerais significavam um lugar de vital importância para a manutenção do modo de vida das comunidades camponesas. Seu equilíbrio se mantinha pelo uso privado das roças, na vazante, e pelo que se podia aproveitar, sem qualquer impedimento, dos recursos existentes nos Gerais. [...] A modernização contemporânea, a partir da instalação de novos agentes econômicos dos cerrados piauienses, significou uma importante metamorfose no uso das terras dos Gerais: de espaço de uso tradicional explorado comunitariamente pelas necessidades concretas de vida da população local passa para espaço privado destinado à agricultura capitalista moderna. As terras dos Gerais tornam-se mercadorias, pois são colocadas no mercado imobiliário apresentando uma rápida valorização. Poucas delas são efetivamente cercadas, mas a configuração da propriedade particular aparece nitidamente delimitada: às vezes, são as

⁷⁹ Segundo Moraes (2006), a população camponesa de Uruçuí residia, principalmente, nos vales, que incluíam as vazantes e os baixões, caracterizados como terrenos úmidos e deprimidos em relação aos Gerais, sendo, portanto, fundamentais para fins de atividades agroextrativistas.

lavouras de soja, milho, algodão ou solos desnudos em imensos descampados que explicitam os limites da propriedade.

Ademais, Peixinho e Scopel (2009, p.111) preconizam que a retirada da vegetação dos Gerais “não só produziu um grande impacto ambiental, mas, sobretudo, comprometeu o modo de vida dessa população”.

Não obstante o conjunto dos programas oficiais de apoio à instalação do agronegócio nos cerrados, Moraes (2006) aponta como determinantes à difusão da base empresarial em Uruçuí as estratégias políticas do governo estadual, ora divulgando as qualidades naturais do Cerrado (através do I Seminário sobre o Cerrado Piauiense, realizado em 1985), ora apoiando pesquisas para novas variedades de soja adaptáveis às condições geoambientais dos cerrados, cabendo à EMBRAPA/UEPAE/Teresina (atual Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte/CPAMN) papel central na seleção de novas cultivares, por exemplo, a linhagem “cristalina” que serviu de referência à produção de soja em outras regiões do globo, situadas na mesma latitude.

De fato, a nova organização socioespacial dos cerrados piauienses, em especial, de Uruçuí, sustenta-se na lógica de valorização do capital. Nessa perspectiva, salienta-se que os sistemas técnicos tornaram-se parte integrante da paisagem local, expressando novos tempos no cotidiano das comunidades rurais (e da população urbana), com isso, o sentido de tempo imposto pelo agronegócio calca-se na produção mercantil, ou seja, num tempo cujo ritmo é orientado por:

[...] máquinas agrícolas fiscalizadas por satélites; grandes galpões capazes de armazenar milhares de toneladas de grãos monitorados sob rígido controle de qualidade; escritórios controlando em tempo real o preço das *commodities* nas principais bolsas mundiais; unidades de recebimento de grãos das grandes empresas instaladas em pontos estratégicos, e próximo delas um movimento intenso de caminhões despejando ou retirando produtos para as fábricas esmagadoras [caso da Bunge Alimentos S.A.] ou para os portos exportadores (ALVES, 2009a, p. 168, grifo nosso).

Por conseguinte, consoante IBGE (2015a), entre 1990 e 2014, Uruçuí se consolida na produção granífera regional, pois a área plantada com lavouras temporárias com forte traço monocultor, como soja pela importância no mercado de *commodities*, cresceu de 60 hectares para 111.407 hectares, correspondendo a um aumento de 1.866,7 vezes da área plantada. A dinâmica desse processo produtivo pode ser analisada também em relação à quantidade produzida, pois em 2014, Uruçuí registrou a quantia de 250.718 toneladas, o que representou

16,8% da produção estadual, conferindo-lhe a primeira posição entre os municípios produtores de soja.

Contraditoriamente, admite-se que tal performance não resolveu os impactos sociais gerados pela modernização dos cerrados uruçuienses, já que, para Bernardes (2009), em função do nível técnico aplicado, o agronegócio pouco emprega, desse modo, reduz as possibilidades de trabalho em termos quantitativos, utilizando quando necessário, formas de trabalho de menor qualificação, difundindo, então, os vínculos de contratos temporários e mal remunerados. Nesses trâmites, evidencia que os agricultores familiares de culturas tradicionais de consumo local e regional têm pouca chance de inserção no agronegócio, acentuando-se, nesse contexto, os problemas sociais, como a concentração da terra. Encerra que essa conformação desencadeou em Uruçuí a formação de um mercado imobiliário rentável, pois em 2008, o valor da terra de alta produtividade fixava-se em R\$ 4.100,00/ha.

Aguiar et al. (2013) realçam o agravamento daquele cenário quando analisam as transações de compra e venda de terras no sul do Piauí, onde o preço médio computa R\$ 5.800,00/ha, com valores máximos de R\$ 8.000,00/ha; ou seja, a terra em Uruçuí se transformou num ativo de alta liquidez, na medida que o preço são menores quando comparado às de outras regiões, como o oeste baiano, o planalto mato-grossense e o triângulo mineiro, lugares onde o preço média da terra é negociado por R\$ 6.600,00/ha, R\$ 12.400,00/ha e R\$ 21.800,00/ha, respectivamente.

Contudo, Andrade e Viana (2015, p.222 e 225) criticam a forma como o cerrado uruçuiense foi e continua sendo incorporado ao agronegócio, onde apropriação irregular de terras públicas configura-se como o mecanismo praticado por investidores, grileiros, cartórios, empresários, juízes e políticos, resultando na ocorrência de litígios entre produtores sulistas e antigos moradores. Ou seja:

[...] Em Uruçuí, entre várias ações realizadas em desacordo com a lei, a correição⁸⁰ identificou que numa operação de reatificação de uma escritura pública, 10.000 hectares foram transformados em 34.985,00 hectares. [...] Esses litígios emergem como resultado da disputa por novas áreas, principalmente as mais valorizadas que estão sendo incorporadas ao processo de expansão do capital no campo. No que diz respeito às populações locais, ficam sujeitas a práticas de violências, sobretudo quando os camponeses são expulsos de suas antigas áreas de moradia, ou por disputas com produtores de grãos da região.

⁸⁰ Andrade e Viana (2015) pontuam que essa Correição extraordinária foi realizada pela Corregedoria Geral da Justiça Estadual do Piauí, em 2001, com vistas a inspecionar e fiscalizar os Cartórios de Notas e Registro da região Norte e Sul do Piauí.

Nessas circunstâncias, entende-se que a expansão do agronegócio para os cerrados brasileiros faz parte de um projeto político/ideológico arquitetado pelo Estado com fins de desenvolver o capital no setor primário da economia. No entanto, a política de promoção do agronegócio nos Gerais se demonstrou seletiva, beneficiando grupos agroindustriais e um pequeno número de produtores agropecuários considerados ‘aptos’ a se tornarem empresários bem sucedidos no mundo do agronegócio.

Destarte, compreende-se que a ocupação dos cerrados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte pelo agronegócio manifesta uma realidade ‘perversa e contraditória’ da história agrária do país, posto que o agronegócio provoca profundos descompassos nos lugares onde aporta, sobretudo, conflitos sociais, como a concentração e mercantilização da terra, o êxodo rural, a segregação espacial do urbano, a pobreza e a exclusão do agricultor familiar, além dos litígios, da seletividade socioespacial do trabalho e a degradação dos recursos naturais. Logo, concorda-se com a assertiva de Alves (2009a, 2009b, 2014) de que as transformações em curso nos cerrados brasileiros despontam um contexto de reorganização das bases de ampliação do capital.

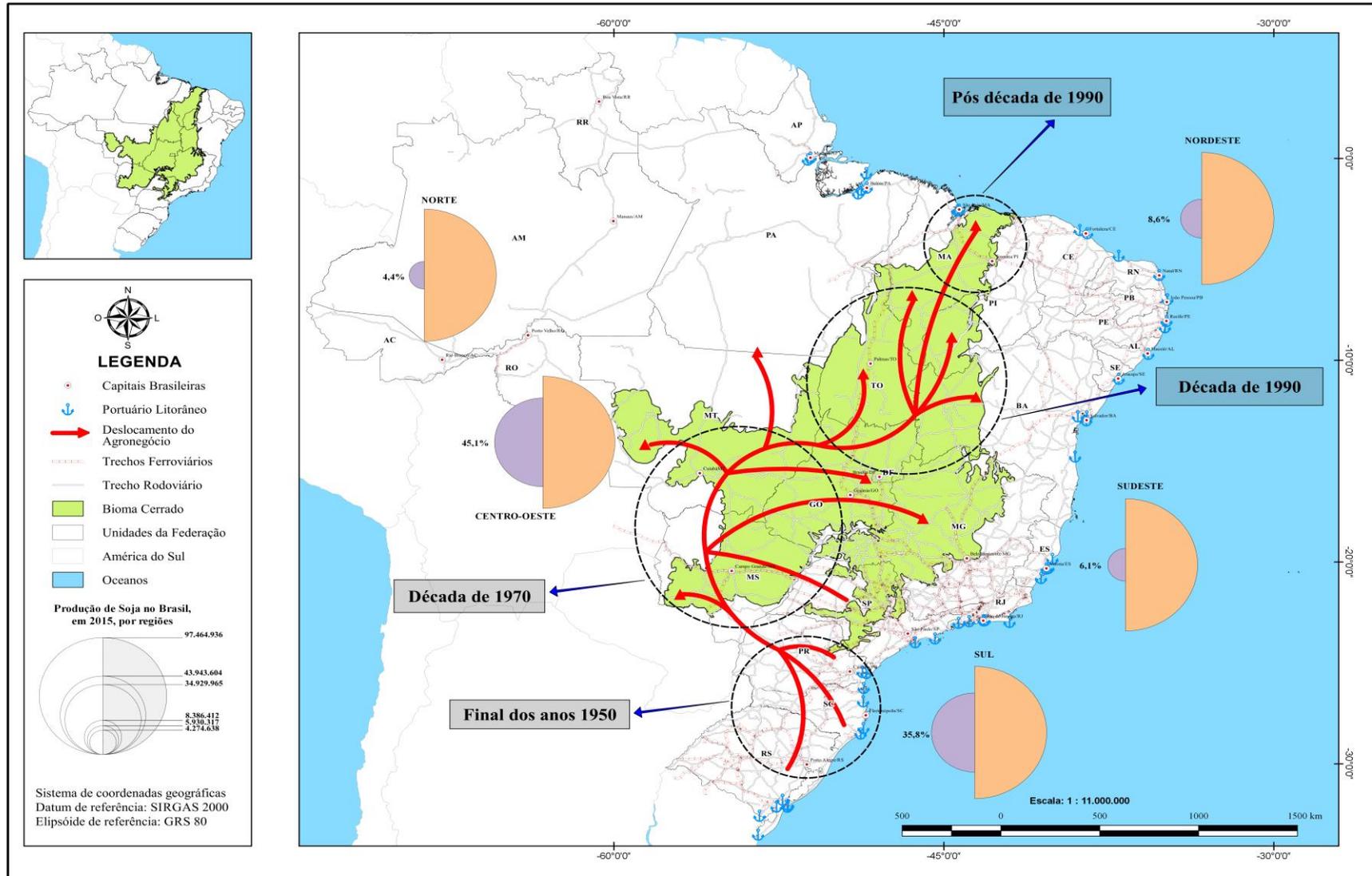
Por conseguinte, infere-se que em Uruçuí, o agronegócio se instalou seguindo as mesmas características em curso nas outras cidades apropriadas, especificamente favorecido pela política estadual (incentivos fiscais, estímulos à pesquisa científica, infraestrutura, terras a valores ditos “simbólicos”, etc.) e pelos aspectos geoambientais considerados favoráveis como topografia, clima, solo e hidrografia. Todavia, em contrapartida, a agricultura familiar foi excluída dos planos estatais, uma vez que o agronegócio avança sob as terras de uso comum, causando incertezas sobre a continuidade dos modos de vida e das identidades territoriais.

Nesse sentido, faz-se possível enfatizar a opinião de Bernardes (2015, p.507) de que “fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, bem como a fenômenos de fechamento de espaços tradicionais”.

Dessa maneira, afirma-se que a marcha do agronegócio sob a ótica da ocupação da fronteira agrícola encerra distintos processos de organização e desorganização do território, pois revela a complexidade das relações de poder no qual os recursos naturais e culturais são consumidos pelo mercado. Como também, constata-se que o agronegócio se consolida nos cerrados brasileiros, estabelecendo múltiplos contextos, isto é, territorializando, desterritorializando e reterritorializando o espaço.

A Figura 4 resume o processo de expansão da fronteira agrícola nas regiões analisadas.

Figura 4 – Mapa de ocupação e expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, pós-década de 1950, e a produção de soja em 2015



Fonte: Dantas (2016) com base em IBGE (2014b, 2016).

De acordo com a Figura 4, infere-se que a marcha do agronegócio nos cerrados brasileiros, iniciada nos solos gaúchos no final dos anos 1950, configurou uma rede territorial marcada por produção, infraestruturas, comércios e serviços, suficiente para transformar a soja na principal mercadoria, sendo o Centro-Oeste a região mais competitiva por apresentar significativa performance, pois segundo o IBGE (2016), em 2015, produziu 43.943.604 toneladas de soja, representando 45,1% da safra nacional, fixada em 97.464.936 toneladas, enquanto as regiões Sul, Nordeste, Sudeste e Norte responderam por 35,8%, 8,6%, 6,1% e 4,4%, respectivamente.

Nesse sentido, ressalta-se que o fenômeno de expansão da fronteira agrícola nos cerrados não se esgotou, tendo em vista que o agronegócio se reproduz em novos espaços institucionalizados pelo Governo Federal, como o MATOPIBA, além de ocupar outros biomas, como Amazônia e Caatinga.

Portanto, conclui-se que o território e o espaço são categorias indissociáveis, pois estão revestidos por dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, e ao mesmo tempo, fazem referência à complexidade e dinâmica da relação homem/natureza *vis à vis* à internacionalização do capitalismo. Outrossim, reconhece-se que a temática territorial se apresenta preponderante para as investigações sobre contrapontos da difusão do agronegócio no Brasil, em particular, Uruçuí, por englobar, de um lado, relações marcadas por poder entre o Estado e empresas do setor agrário, e do outro lado, elementos de rupturas e continuidades da agricultura familiar.

Sendo assim, no próximo capítulo, destaca-se, os fatores determinantes para a instalação e difusão do agronegócio em Uruçuí e as consequências desse fato para a continuidade da agricultura familiar, sobretudo, dos modos de vida.

7 DIFUSÃO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL EM URUCUÍ E AS REPERCUSSÕES NOS MODOS DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR

Destaca-se, em consonância com Brandão Filho (2009), que as terras que atualmente estão sendo incorporadas ao domínio do agronegócio granífero no Piauí, as quais incluem Urucuí, foram colonizadas no século XVII, nos marcos das demandas da pecuária extensiva e da coleta de produtos nativos, cabendo aos latifundiários baianos e pernambucanos a titulação das primeiras sesmarias. Explicita que entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, inicia-se o cultivo do algodão (*Gossipium hirsutum* L.) e, secundariamente, da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), que permitiram o ingresso do Estado ao mercado internacional, além do comércio de mercadorias do extrativismo vegetal, como a carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H. E. Moore), a maniçoba (*Manihot glaziovii* Müll. Arg.) e o babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng), cuja exportação diminuiu a partir dos anos de 1950. Tal cenário provocou a expansão das lavouras de arroz (*Oriza sativa* L.), milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) no mercado doméstico, devido à crescente urbanização do país e melhorias na infraestrutura rodoviária e fluvial de rios navegáveis, principalmente o rio Parnaíba.

Outrossim, de acordo com Moraes (2006), as terras situadas no sul do Estado faziam parte de um circuito comercial centrado no rebanho de corte, concentrador de terras e revelador de personagens figurativos da tradição rural regional, como vaqueiros, índios, escravos, posseiros⁸¹, agregados⁸² e cultivadores livres⁸³. No entanto, sublinha que em razão do baixo dinamismo econômico e do isolamento geográfico populacional, o sudoeste piauiense foi historicamente concebido como um espaço detentor de um vazio socioeconômico e cultural que perdurou até meados do século XX, quando as ações dos

⁸¹ Para Moraes (2009), os posseiros referem-se aos trabalhadores que mantêm vínculo com a terra através de relações de posse, pois não detêm o título jurídico da propriedade.

⁸² Ferreira (2009) esclarece que agregados são agricultores que moram no local de trabalho e pagam aluguel para explorar a terra.

⁸³ Sabourin (2009) explica que os cultivadores ou produtores livres eram escravos libertos dos quilombos, colonos ou mestiços, que se instalaram nas terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes propriedades rurais situadas principalmente nas regiões Agreste e Sertão do Nordeste brasileiro, para produzirem culturas alimentares e criarem animais destinados a abastecer os mercados locais e as fazendas monocultoras. Dessa forma, constata que os cultivadores livres eram originários da agricultura camponesa.

governos federal e estadual materializaram uma nova ocupação da fronteira produtiva, alicerçada em empresários e investidores do capital agrário.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o reconhecimento da potencialização do agronegócio no cerrado piauiense se circunscreve no processo de globalização da economia brasileira, caracterizado pelo incremento técnico/científico/informacional na agropecuária, o que exigiu a reestruturação produtiva do espaço rural, marcada pela territorialização do capital e pela oligopolização do uso da terra, redundando em formas mais avançadas de produção, de circulação e de consumo.

Com vista a analisar a problemática desta investigação e confirmar (ou não) a hipótese anunciada, apresentam-se os resultados da coleta de dados realizada em 17 comunidades rurais, três empreendimentos graníferos e três segmentos institucionais de Uruçuí (EMATER/PI, Secretaria Municipal de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares).

Sendo assim, este capítulo estrutura-se em oito itens. O primeiro examinou os motivos para a instalação, em Uruçuí, dos empreendimentos graníferos, recaindo maior atenção sobre a estrutura fundiária, a infraestrutura e a sistematização produtiva (cultivos, cultivares, inovações tecnológicas, mão de obra, financiamento, armazenagem e destino da produção). No segundo, identificou-se o perfil social dos moradores das comunidades selecionadas, destacando as origens dos agricultores, a propriedade da terra, o tempo de residência, a faixa etária, o nível de escolaridade, as condições físicas das moradias e o saneamento básico. No terceiro, detectou-se a situação socioeconômica das famílias, essencialmente, a produção agrícola, a criação de animais, o artesanato, a comercialização da safra, a renda e as linhas de crédito. O quarto abordou os processos socioculturais e identitários dos agricultores, descrevendo os saberes, os conhecimentos, as práticas, as tecnologias e as redes de sociabilidades. No quinto, registraram-se as inter-relações com o meio ambiente das comunidades, para a reprodução das lavouras e uso sustentável dos recursos do cerrado. No sexto, analisaram-se os elementos de rupturas e continuidades à luz da modernização e da mercantilização do campo, ou seja, o que resistiu e o que foi eliminado no trabalho agrícola familiar, pelas interferências diretas da agricultura empresarial. O sétimo versou sobre as perspectivas de permanência da agricultura familiar de Uruçuí ante as interferências do agronegócio, implicando em sugestões dos agricultores para melhorias das condições de trabalho nas propriedades. E no oitavo, avaliou-se a realidade verificada em Uruçuí, com a finalidade de consolidar os resultados da pesquisa.

7.1 Agricultura empresarial em Uruçuí/PI: fatores inerentes à ocupação do cerrado

No âmbito dos empreendimentos pesquisados, constatou-se que 66,7% dos graníferos apontaram o preço da terra como aspecto relevante para a definição de Uruçuí como área de atração do agronegócio, enquanto 33,3% dos empresários agrícolas indicaram a infraestrutura montada, sobretudo, pela ação estatal, como principal requisito para a sustentação da produção. Esse cenário revelou por um lado, que o baixo valor das terras uruçuienses foi determinante à seletividade espacial, especificamente, no final da década de 1980, período no qual desembarcaram os primeiros produtores e investidores econômicos, proprietários da Fazenda Tunísia e do Condomínio União 2000; e por outro lado, a infraestrutura disponibilizada pelos sucessivos governos estaduais apresentou-se como imperativo à continuidade do processo de incorporação do cerrado à cadeia de grãos, na medida em que implicou a construção de rodovias, redes elétricas, indústrias de sementes, plantas esmagadoras de grãos, armazéns, comércio de máquinas, indústrias de fertilizantes, serviços especializados, etc., para dar suporte à chegada de novos produtores e empresas de agronegócios, como a Fazenda Colibri, instalada em 2012.

Com relação a terra, verificou-se, em consonância com os relatos dos fazendeiros mais antigos, que o baixo preço foi *conditio sine qua non* para a chegada de pessoas procedentes de vários lugares do Brasil, interessadas em produzir nas chapadas de Uruçuí. Para tanto, descreveram:

Minha cidade natal é Pato Branco, Paraná, toda minha família é de agricultores, de agricultura familiar. Na realidade eu desenvolvi a agricultura durante 17 anos, em Mato Grosso do Sul, eu produzia em São Gabriel do Oeste (MS), de onde eu vim. Eu não tinha terra lá, eu era arrendatário, eu não consegui comprar terra lá, e o preço da área, que é o preço que eu pagava de aluguel, na verdade não é aluguel, na agricultura se fala arrendamento, o valor da saca de soja que eu pagava por um ano, por um hectare lá, de arrendamento, eu comprei aqui. Então, a primeira opção, em função do valor da terra ser mais barato. Logicamente, por si só o valor da terra não interessa, eu vou comprar a terra no semiárido aí? Não vale por nada!⁸⁴ (Informação verbal).

O motivo para se instalar em Uruçuí foi o preço da terra. Na época [1995], o preço da terra, por hectare, aqui em Uruçuí, era bem mais atrativo [barato] do que o preço da terra arrendada, é [...], paga, é, por hectare, de outros

⁸⁴ Entrevista fornecida por A. D. F. para SILVA, A. J. da. Condomínio União 2000, Uruçuí/PI, 3 de julho de 2015.

lugares, como a Bahia, o Sul e o Centro-Oeste do país [...]”⁸⁵ (Informação verbal).

Por meio desses depoimentos, notou-se que a migração para Uruçuí representou a possibilidade de o produtor se libertar da antiga condição de pequeno proprietário ou de rendeiro⁸⁶ em propriedade de outrem, nos cerrados do Centro-Oeste ou de outras terras do país. Adenda-se que os graníferos por serem descendentes de europeus, já possuíam vínculos com a agricultura de base familiar. Tal situação se coadunou com a análise de Alves (2006, p.243), de que os migrantes chegaram no cerrado com capital suficiente para adquirirem “grandes extensões de terras, transformando uma parte delas em unidade produtiva de grãos de médio e grande porte, principalmente soja, e deixando a outra parte como reserva de valor”. Ao mesmo tempo, “o migrante sulista, em sua trajetória por outra fronteira agrícola, foi acumulando riquezas, tornando-se inclusive um grande empresário do setor do agronegócio. Mas, na sua origem, muitos deles eram camponeses com pouca ou nenhuma terra”.

Além disso, constatou-se que a totalidade dos fazendeiros reconhecia a soja como moeda corrente para a comercialização de terras e para a aquisição de tecnologias, insumos e sementes, como expressou um sojicultor.

A gente costuma dizer que a soja, por si só, é um cheque-visado [risos], e eu posso tá hoje, exatamente como a gente tá conversando hoje, né, dia 3 de julho de 2015, eu posso erguer o telefone agora e vender a soja que eu ainda nem plantei, ligar para uma *trading* e travar negócio pra safra futura. Então, ela [soja] tem uma liquidez baseada pela bolsa de Chicago, uma liquidez rápida; milho não é assim, arroz não é assim, são vários produtos que a gente tem uma dificuldade, e soja, você quando tem, você vende, pode variar o preço em função de coisas específicas, é [...] seca nos Estados Unidos, seca no Brasil, a conjuntura internacional, mas de um modo geral, a soja é dinheiro a hora que você quer. [...] Então, nós temos uma moeda entre os agricultores que baliza [orienta] as compras de terras, é [...] isso vale no Paraná, vale no Centro-Oeste, e não é diferente aqui [Uruçuí]. A gente baliza um preço de terra em função de uma saca de soja, por exemplo. Então, eu vou te falar quanto eu paguei em reais à época, é ruim até porque eu tenho que saber o dólar da época também, e como a soja, ela se atualiza conforme o mercado, conforme o dólar, então, a base da compra da área aqui foi em torno de duas sacas de soja, que se for transformar em reais, hoje, daria em torno de R\$ 120,00. Então, é uma moeda que por si só, ela se atualiza. Então, na época, foi paga em torno de duas sacas de soja por hectare, que no dia de hoje dá R\$ 120,00. Logicamente, essa é a conta pura e simples, depois você tem a documentação, parte burocrática, como documentação, você tem a

⁸⁵ Entrevista fornecida por R. S. A. para SILVA, A. J. da. Fazenda Tunísia, Uruçuí/PI, 25 de maio de 2015.

⁸⁶ Para Kautsky (1986), o arrendamento consiste em um sistema de uso do solo no qual o agricultor paga um tributo ao proprietário/capitalista, pela disponibilização do cultivo da lavoura.

terra nua [desmatamentos], absolutamente nua, aí você tem mais toda a parte burocrática de compra, né [...]”⁸⁷ (Informação verbal).

Com base nesse panorama, compreendeu-se que no caso específico da *commodity* soja, ora referendada enquanto valor de troca, sua dinâmica (produtividade e lucratividade) se disseminou na preeminente competitividade alcançada no mercado internacional ao longo dos anos, atingindo vantajoso nível de preços (ver capítulo 3), posto que a padronização produtiva foi orientada pelas multinacionais do setor agropecuário. Esse pressuposto se adequou aos esclarecimentos de Elias (2006a), de que em função do advento da agricultura em larga escala se intensificam as determinações externas ao lugar de produção, especialmente por mercados cada vez mais distantes e competitivos, e controlados pelas principais bolsas de valores do mundo.

Nesse sentido, depreendeu-se, alicerçado na pesquisa de campo, que a propriedade da terra se apresentava como elemento central no processo de territorialização da agricultura em moldes empresariais em Uruçuí, institucionalizada por meio de uma segurança jurídica orquestrada pelo Estado, uma vez que para Peixinho e Scopel (2009, p.106) “a segurança da propriedade privada não está no seu uso imemorial pelas populações tradicionais, mas no reconhecimento, pelo Estado, dos que detêm o direito da propriedade”. Em razão dessa contextura, acrescentam que as populações tradicionais, que “historicamente detinham o uso das áreas, mas não têm o documento formal dessas áreas, estão sendo excluídas do acesso à terra”. Que “o território de uso é subordinado à territorialização do institucional, alimentando a ideia de que a fronteira se estabelece no limiar entre o “legal” e o uso, mesmo que esteja historicamente estabelecido”. E que a maneira como o governo estadual, por meio do Instituto de Terras (INTERPI) e em nome do desenvolvimento econômico, engendrou para legalizar essas áreas, foi “recolhê-las para, em seguida, leiloá-las a preços módicos aos que hoje detêm suas posses. Dessa forma, o Estado se coloca como único ente com poder legal para instituir a propriedade privada “legal”.

De fato, detectou-se que a concentração fundiária em Uruçuí acentuou a problemática da questão agrária, pois além de repercutir na redução do acesso à terra aos agricultores familiares, os restringia do domínio das áreas de uso coletivo. Essa situação se harmonizou com as análises de Monteiro e Aguiar (2006, p.221), de que a aquisição de terra em Uruçuí, a preços ditos “simbólicos”, representou, historicamente, relevante forma de acumular riquezas, com destaque para a constituição do mercado de terras, haja vista que o processo avançou de

⁸⁷ Entrevista fornecida por A. D. F. para SILVA, A. J. da. Condomínio União 2000, Uruçuí/PI, 3 de julho de 2015.

acordo com os interesses de empresários agropecuários e investidores econômicos. Por isso, asseguram que:

[...] o descontrole no padrão de ocupação e uso da terra no município leva a acreditar não haver nenhuma preocupação por parte dos governantes em relação aos impactos das novas atividades econômicas sobre o solo, os recursos hídricos e o uso de tecnologias inapropriadas ao contexto socioambiental. Ou seja, não obstante existir um arcabouço institucional com condições de regulamentar o processo de apropriação da terra, este é frágil e, assim, não possui capacidade de promover uma ocupação racional, até porque sua regulação é regida pelos interesses dos agentes econômicos com melhores condições para adquirir vastas extensões de terras. Logo, o processo de ocupação das terras de Uruçuí, até a década de 1980, caracteriza-se pelo desbravamento, no sentido de que o desmatamento da terra implica a garantia da posse e sua valorização, revelando o caráter eminentemente patrimonialista.

A partir desse cenário, verificou-se que tal tendência concentracionista da estrutura fundiária permanecia, pois segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), criado pelo INCRA, até o ano de 2013, as médias e grandes propriedades, que representavam 41,8% (536 unidades) do total de imóveis rurais de Uruçuí, fixado em 1.282 unidades, ocupavam 52,6% (112.456,507 ha) do universo de 213.748,402 hectares. E que os imóveis rurais cujas dimensões não ultrapassavam quatro módulos fiscais (minifúndio e pequena propriedade), correspondiam a 57,8% (741 unidades) da totalidade, isto é, abrangiam 46% da área ocupada, definida em 98.250,595 ha (INCRA, 2013).

Salienta-se que essa particularidade de reduzido tamanho dos imóveis rurais dos agricultores familiares expressou o pensamento de Peixinho e Scopel (2009), de que as populações tradicionais de Uruçuí que não manifestavam nas suas preocupações imediatas a propriedade da terra, passaram a demonstrar, uma vez que a mesma passou a ser o objeto central no contexto de territorialização da agricultura nos cerrados, interferindo sobremaneira no modo de vida dessas famílias.

Acerca do preço da terra em Uruçuí, inferiu-se, consoante 100% dos empreendedores agrícolas, que a valorização se encontrava determinada por fatores, como ser a terra limpa e produtiva, estar bruta (florestada) e/ou infraestrutura existente. Aliás, nesse particular, prevalecia a negociação por meio do valor da saca de soja (60 kg) no mercado, como explicou um fazendeiro.

[...] a terra produzindo, ela está em torno de 200 sacas de soja por hectare, mas área absolutamente corrigida, considerando o teor de alumínio zero,

saturação de base em torno de 60%; fósforo, cálcio, potássio, esses teores envolvidos. Agora, aí é aquela história, se você tem 10 mil hectares, você não está com 10.000 ha abertos, você tá com 5 mil ha, porque tu tem a reserva [...] tu teria que fazer uma média, como: área aberta, vale 200 sacas; área semiaberta outro valor, e assim por diante [...]”⁸⁸ (Informação verbal).

Registra-se que essa constatação se coadunou com o ponto de vista de Kautsky (1986), de que o valor de um hectare de terra é definido com base no cálculo da renda fundiária⁸⁹ e dos meios de produção criados pelo trabalho humano (construções, instalações e invenções técnicas).

Acrescenta-se, segundo Alves (2006, p.240), que em meados da década 1980, “as terras planas dos platôs valiam bem menos, costumava-se dizer, na região, que o hectare poderia ser adquirido pelo preço de uma cerveja”. E que no final da década, o mesmo hectare custava apenas uma saca de soja. Mas, nos anos 1990, pagava-se por este hectare dez sacas de soja. Já em 2005, um hectare de terra bruta nos planaltos de Uruçuí era vendido pelo preço médio de 30 sacas de soja, e a saca era negociada, em média, a R\$ 24,00.

Deste modo, concorda-se com Monteiro e Aguiar (2006), quando reiteram que a terra em Uruçuí se transformou em um produto de significativa lucratividade, na medida em que o valor em si era subordinado às condições prevalecentes, como características naturais, intervenções técnicas e nível de produtividade, bem como ao comportamento do mercado, pois à medida que crescia a demanda por terra, os preços se elevavam.

Com efeito, detectou-se que o agronegócio preponderava nas grandes propriedades rurais, já que 100% dos empreendimentos incorporavam o grupo de área de 3.000 e mais ha, conforme exposto na Tabela 2.

⁸⁸ Entrevista fornecida por A. D. F. para SILVA, A. J. da. Condomínio União 2000, Uruçuí/PI, 3 de julho de 2015.

⁸⁹ Kautsky (1986, p.71) explica que a renda fundiária consiste em um lucro extra ou extraordinário proveniente dos diferentes graus de fertilidade do solo e da posição geográfica favorável da propriedade em relação ao mercado consumidor. Sendo assim, pontua que o agricultor que explora a terra, mas não é dono da mesma, “tem que pagar por essa permissão entregando parte de seu lucro extraordinário, da sua renda fundiária”.

Tabela 2 - Estrutura fundiária dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, segundo os empresários agrícolas

Empreendimento granífero	Área cultivada (ha)	Área destinada para novos plantios (ha)	Área de Reserva Legal ⁹⁰ (ha)	% de área cultivável	Área total (ha)
A	9.700	3.600	5.700	51,0	19.000
B	3.000	2.026	2.200	41,5	7.226
C	1.800	440	960	56,2	3.200

Fonte: Pesquisa direta, maio/julho de 2015.

Por meio da Tabela 2, observou-se que 49,3% da área total das fazendas pesquisadas eram produtivas e 50,7% improdutivas, o que revelou que os métodos de cultura intensiva implementados pelos graníferos canalizavam a manutenção de um excedente de terra, destinado à formação de novos plantios e uma área auxiliar, sobretudo, para Reserva Legal⁹¹, haja vista que 100% dos produtores cumpriam a legislação ambiental por reconhecerem a licença ambiental⁹² como instrumento normativo. Dessa maneira, identificou-se com base na pesquisa que, dos 29.426 ha ocupados pela agricultura empresarial, apenas 14.500 ha estavam dedicados à produção.

Tendo em vista essa conformação, percebeu-se o quão é atual a crítica de Kautsky (1986, p.132), que o tamanho máximo de uma propriedade rural com “referência à sua rentabilidade, é tanto maior, quanto mais intensiva for a sua atividade econômica, ou quanto mais capital for investido em área equivalente”.

Portanto, evidenciou-se que o baixo preço da terra foi razão incontestável para a instalação dos graníferos em Uruçuí que, por sua vez, redundou no aprofundamento da concentração da propriedade fundiária. Destarte, os horizontes abertos para o agronegócio comportaram as condições para a reprodução do capital, como também redesenharam a

⁹⁰ Brasil (2012b, p.2) define Reserva Legal como a “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do Art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Ressalta que o Art. 12 distingue os percentuais mínimos de área de cobertura nativa do imóvel, sendo que na Amazônia Legal (Amazônia brasileira) os valores são 80% para as Áreas de Florestas, 35% para o Cerrado e 20% para os Campos Gerais; já as outras regiões do país, a taxa está fixada em 20%.

⁹¹ Sublinha-se que os graníferos calculavam o montante de área a ser preservada, por meio do Decreto Estadual n. 11.126, de 11 de setembro de 2003, artigo 5º, que estabelece que 30% da área da propriedade averbada seja destinada para Reserva Legal.

⁹² CONAMA (1997, p.644) define que licença ambiental é o “ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”.

organização produtiva da agricultura, pois instituiu novas relações para o trabalho, o uso da terra e a interface com o meio ambiente, inclusive manifestou a inserção da produção na competição dos mercados doméstico e global. Não é por acaso que Elias (2006a) defende que tal movimento de mudanças ampliou a dialética de produção do espaço agrícola, à medida que organizam-se redes técnicas (infraestruturas), sustentadas na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, revelando, então, o dinamismo do redimensionamento produtivo da agropecuária.

Já o segundo aspecto citado pelos empreendedores agrícolas, isto é, a infraestrutura, consistia numa importante estratégia pública e privada para a territorialização do capital em Uruçuí, como explicou um empreendedor agrícola de 56 anos, originário do estado do Paraná.

Hoje, se você consegue produzir uma quantidade de 45, 50, 55 sacas por hectare, isso tem tudo a ver com o agronegócio. Ou seja, se não tivesse insumos na região, se não tivesse sementes na região, se não tivesse máquinas apropriadas na região, tu [empreendedor] não ia ter um agronegócio. Ou seja, deve-se à infraestrutura. [...] não ia ter um banco pra te financiar, [...] não ia ter uma empresa forte que nem essa aí [Bunge Alimentos S.A.] para financiar os produtores. Então, uma coisa engloba a outra [...] ⁹³ (Informação verbal).

De fato, inferiu-se, por meio do trabalho empírico, que a disponibilidade de infraestruturas representava um mecanismo subvencionador para atração de empresas de agronegócios para Uruçuí, na medida em que potencializava a escala da produção, o que confirmou a crítica de Bernardes (2015), de que a criação de infraestruturas materializa os custos envolvidos na implantação das condições gerais da acumulação capitalista na fronteira.

Ressalta-se, em consonância com Peixinho e Scopel (2009), que a Bunge Alimentos S.A. (Figura 5) instalou-se no município em 2002, e passou a ser além de principal fornecedora de farelo e óleo para o Piauí, Ceará e Pernambuco, compradora de grãos, sobretudo, soja *in natura*, de outros estados, principalmente Maranhão e Tocantins.

⁹³ Entrevista fornecida por R. S. A. para SILVA, A. J. da. Fazenda Tunísia, Uruçuí/PI, 25 de maio de 2015.

Figura 5 - Unidade da Bunge Alimentos S.A. em Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Nesse sentido, em conformidade com Alves (2012, p.241), a presença da multinacional no cerrado piauiense modificou substancialmente as relações de comercialização e circulação de produtos oriundos da agropecuária local, uma vez que instituiu formas de monopolização na compra de soja, na venda de fertilizantes para os produtores e no financiamento das safras. Relata que esses fatores foram responsáveis pelo incremento da produção granífera e pela subordinação dos produtores aos interesses da empresa. Sublinha, ainda, que a instalação da agroindústria em Uruçuí “significou também o aumento de problemas ambientais e o desaparecimento dos meios de reprodução da vida das populações locais”.

Essa estratégia empresarial ao espelhar um tipo específico de parceria, no qual o principal elo de dependência entre os graníferos e a referida agroindústria se dava pelo empréstimo de capital que essa fazia aos primeiros, expressou a concepção de Elias (2006b), de que nos cerrados, as agroindústrias antecipam o capital da compra da produção na época do plantio, substituindo os créditos bancários no fornecimento de capital de custeio. Dessa forma, praticamente tornam os graníferos seus fornecedores exclusivos, e asseguram a matéria-prima para a produção.

Tal atuação agroindustrial também confirmou a crítica de Souza (2009, p.157), de que:

Sob a ótica das cadeias agroindustriais, quanto maior a utilização e aquisição de fertilizantes, inseticidas, sementes e máquinas, maior será o grau de dependência técnico/produtiva e econômica do trabalhador. Assim, também maior o grau de transferência do resultado de seu trabalho aos outros setores do capitalismo mercantil e industrial, seja na forma monetária ou em produtos.

Tendo em vista essa realidade, Peixinho e Scopel (2009) comentam que associado ao discurso de pioneirismo no cerrado, foi disponibilizada a infraestrutura, principalmente por meio de medidas governamentais, para dar sustentação às funções da nova base técnica.

De fato, coube ao Estado a função de viabilizar a entrada da agricultura empresarial em Uruçuí, pois alicerçado em Monteiro e Aguiar (2006), o ingresso do município na nova lógica produtiva ocorreu a partir da década de 1990, com a formulação de políticas estatais de cunho regional, como o FINOR-Agropecuário e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); destacam também a criação, em 1993, do Programa Nordeste Competitivo, cuja responsabilidade era do BNDES, e os adventos, em 1996, da Lei nº 4.859, de 27 de agosto, que concedia isenção fiscal sob o ICMS, entre 60 a 100%, em até 15 anos, conforme o tipo de empresa que desejasse se instalar, e em 1998, do Polo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurgueia, tributado à estratégia do governo federal, que por meio do Banco do Nordeste do Brasil estipulou metas⁹⁴ (até o ano de 2003) para a construção de uma política de desenvolvimento territorial nos cerrados do sul do Piauí. Portanto, encerram que tais arranjos institucionais resultaram, por um lado, na modernização da agropecuária, na instalação de indústrias e agroindústrias, no crescimento da produtividade e na expansão da fronteira agrícola (via valorização especulativa das terras); e por outro lado, na manutenção de grandes propriedades rurais, o que alterou o sentido de reprodução da atividade primária, ao substituírem a cultura extensiva por intensiva, como demonstrado na Figura 6.

⁹⁴ Moraes (2006) destaca que as metas de execução do Polo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurgueia se baseavam em vertentes econômica (irrigação, eletrificação, barragens, agroindústria, estradas, assentamentos, comunicações, pesca), ambiental (bacias hidrográficas, reservas ecológicas, fortalecimento do Ibama), sociocultural (moradia, saneamento básico, saúde) e, informação/conhecimento (pesquisa & desenvolvimento, infraestrutura em ensino, investimentos em produção e comercialização).

Figura 6 - Lavoura de milho (*Zea mays* L.), Fazenda Colibri, Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Outrossim, o protagonismo governamental para a consolidação do agronegócio em Uruçuí, refletiu as proposições de Araújo e Araújo (2007, p.41), de que as intervenções do Estado permitiram identificá-lo como “mediador e conciliador dos interesses hegemônicos, o que fundamentou a criação de políticas públicas e de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento desse processo e, de um modo geral, desconsiderando as questões socioeconômicas, culturais e ambientais decorrentes”. Neste ponto, conferiu-se que 100% dos fazendeiros atribuíam às políticas do Estado inexorável atuação no processo de ocupação do cerrado, as quais se materializavam, por exemplo, por meio da formação de um importante sistema de circulação intermodal, que incluiu a ampliação da rodovia BR-135 e a construção da PI-397 (Rodovia Transcerrados, Figura 7), as quais criaram as condições para maior fluidez das mercadorias produzidas em Uruçuí.

Figura 7 - PI-397 (Rodovia Transcerrados), Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Reconheceu-se também, alicerçado na opinião de Bernardes (2009), que a existência da rede de transportes para o escoamento da produção expõe vantagens relevantes, significando possibilidades de dinamização de espaços em áreas de cerrado, formação de novas infraestruturas e processos produtivos, provocando a criação de uma plataforma de inter-relações e/ou trocas entre o local e o global.

Ainda no prisma da infraestrutura, registrou-se que as instalações físicas dos empreendimentos graníferos eram compostas por parque de máquinas (100%), que correspondia ao conjunto de máquinas e equipamentos, inclusive as oficinas mecânicas, destinado às operações de produção agrícola; secadores (66,7%), empregados na pós-colheita, para retirada da umidade dos grãos; silos (66,7%), indicados para o depósito da colheita; e armazéns (66,7%), referente ao espaço com capacidade de estocagem dos grãos, como exposto na Figura 8.

Figura 8 - Instalações físicas dos empreendimentos graníferos, Uruçuí/PI: A – parque de máquinas, B – secadores, C – silos e D – conjunto silos/armazém



Fonte: Silva (2015).

Assentado na Figura 8, verificou-se que a modernização na agricultura, representou um processo através do qual os empreendimentos procuraram dominar determinadas formas e/ou etapas da produção, visando garantir à progressividade das safras e, conseqüentemente, o aumento dos lucros, o que repercutia diretamente no controle sobre o espaço geográfico. Esse fato se coadunou com a concepção de Lênin (1982), de que as diversas modificações incrementadas na técnica agrícola são indissociáveis umas das outras e acarretam inevitáveis transformações do sistema econômico.

Todavia, Peixinho e Scopel (2009) compreendem que a conformação dessa nova paisagem (artificializada) desperta, no imaginário social, o sinônimo de agricultura moderna, pujante, em contraposição às áreas cultivadas por agricultores familiares de culturas tradicionais.

Ademais, destaca-se que não obstante o baixo preço da terra e a infraestrutura como mecanismos preeminentes de propagação do agronegócio em Uruçuí, faz-se mister realçar que 100% dos fazendeiros reconheceram as condições de solo, clima, topografia e hidrografia, como aspectos satisfatórios à instalação no município, como enfatizou um produtor:

A gente já tinha algumas informações, por meio de amigos nossos que estavam em Balsas-MA, já conheciam o Piauí e [...] passaram essas informações pra gente. Aí, quando eu vim conhecer, em 87 [1987], e [...] nós

rodamos todo esse cerrado aí, daí a gente fez o negócio em 87, mas basicamente em função do preço e logicamente aliado às informações que a gente tinha na época, de clima né [...] preço, clima, topografia, água, e aí os fatos positivos né⁹⁵ (Informação verbal).

Tal contexto expressa que os limites e as condições favoráveis das características físicas do cerrado foram contingenciados à racionalidade do sistema de agricultura intensiva, concretizando o que Monteiro e Aguiar (2006) chamaram de “vocação agrícola” do cerrado piauiense, em razão de o território dispor de qualidades específicas para a instala o dos graníferos, como solo (predominância de latossolo vermelho/amarelo), clima (subúmido e úmido), hidrografia (potencial hídrico superficial e subterrâneo), vegeta o (matas do tipo cerrado com transi oes com a caatinga) e topografia (platôs que possibilitam a mecaniza o).

Outrossim, com base na pesquisa de campo, identificou-se a preponderância do pioneirismo, por parte dos sulistas, como um sentimento ligado   ideia de povoamento, que despertava, em 66,7% dos graníferos, a certeza de que o que existia em Uruçuí, sob o ponto de vista da produ o capitalista, era uma economia de subsistência ou atrasada. Já os outros 33,3% não manifestaram o sentimento, haja vista possuírem tempo de instala o recente. Essa conforma o se coadunou com a análise de Peixinho e Scopel (2009), de que a visão sulista de desbravamento do bioma Cerrado, induzia   concep o de que, em Uruçuí, nada existia antes da chegada do agronegócio, pois para os *outsiders* (os outros, “os de fora”), o município configurava-se em um vazio econômico/populacional/cultural.

A respeito do reconhecimento da importância do preço da terra, da infraestrutura e das características geoambientais, realça-se o desempenho do mercado consumidor na performance dos graníferos, especialmente o regional, como esclareceu um fazendeiro.

Outro fato que veio se confirmar depois, mais pra frente,   a gente [sulistas] ter um mercado Nordeste [consumidor final] bastante comprador, questão de milho[...] escoar a produ o,   [...] com mais facilidade e com preço até melhor que o Centro-Oeste, porque a agricultura do Nordeste [agricultura empresarial], quem não conhece, ela   bastante forte, não como o Sul, mas ela   bastante forte, e onde estão instaladas as agriculturas do Nordeste não   basicamente áreas de produ o de milho n , que estão no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Pernambuco, na Para ba⁹⁶ (Informa o verbal).

Portanto, ressalta-se que a potencialidade e efetividade do agronegócio em Uruçuí fundamentaram-se na rela o terra/infraestrutura/geoambiente/mercado, o que exigiu novos

⁹⁵ Entrevista fornecida por A. D. F. para SILVA, A. J. da. Condomínio União 2000, Uruçuí/PI, 3 de julho de 2015.

⁹⁶ Entrevista fornecida por R. S. A. para SILVA, A. J. da. Fazenda Tunísia, Uruçuí/PI, 25 de maio de 2015.

significados para o trabalho agrícola e novas práticas socioprodutivas. Nessa perspectiva, Monteiro e Aguiar (2006, p.224) enfatizam que:

[...] entre os motivos que condicionam os empresários agropecuários a recorrerem ao município para instalar seus negócios, além do baixo preço da terra, mencionam-se a vocação e qualidade da terra para a produção de grãos. Ademais, a chapada plana facilita a mecanização e as condições de localização são bastante favoráveis em relação ao destino das exportações dos grãos, diante da proximidade do porto de Itaqui (MA) e em relação às vantagens oferecidas pela proximidade da demanda do mercado interno – a região Nordeste como um todo.

Acentua-se que esse cenário, disseminou em Uruçuí uma agricultura moderna, homogeneizada, seletiva, e ao mesmo tempo, conectada às decisões do mercado global, pois 100% dos empreendedores agrícolas se utilizavam dos dados disponíveis de bolsas de valores para programar e comercializar os grãos. Essa particularidade se harmoniza com a preposição de Bruno (2009, p.115), de que o agronegócio exprime a imagem de um setor competitivo e integrado aos padrões de consumo no mundo, já que se estrutura “a partir da noção de cadeia e de elos que uniriam processos, empresas e atores. Ou seja, segundo seus porta-vozes, o modo de configuração do processo produtivo, sistêmico, constrói a união”.

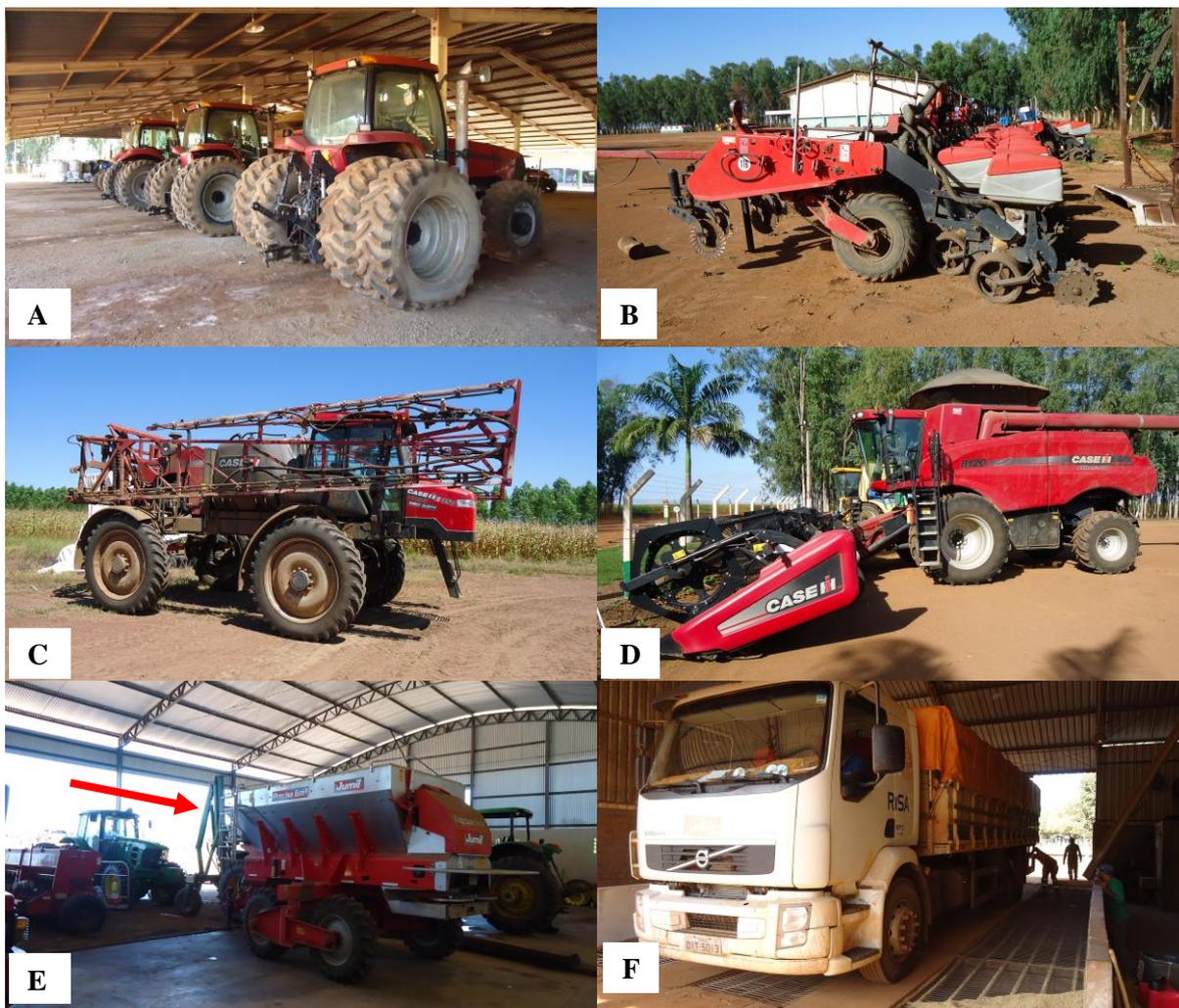
Nesse sentido, verificou-se que a incorporação do cerrado local ao agronegócio conferiu um outro sentido à agropecuária, substituindo seu valor de uso pelo valor de troca, personificado nas chamadas práticas espaciais de seletividade e fragmentação. Essa contextura se coadunou à percepção de Aracri (2009), que concebe as práticas espaciais como formas através das quais as firmas e os agentes econômicos fazem a apropriação e dominação dos recursos (que inclui as pessoas e a natureza), posto que as áreas selecionadas sejam propositadamente utilizadas como instrumento de manipulação política e ideológica.

A pesquisa de campo apontou que o uso intensivo de inovações tecnológicas, como mecanização, insumos químicos e sementes melhoradas, era largamente disseminado entre os empreendedores agrícolas, haja vista que 100% justificaram o manejo em razão de ganhos em produtividade. Outrossim, detectou-se que a mecanização, cujo único objetivo era substituir a força de trabalho humana ou animal⁹⁷, era empregada em todas as etapas da produção agrícola e, por esse motivo, destacou-se como uma das inovações mais generalizadas e massificadas nos empreendimentos graníferos, sendo representada por uma ampla variedade de máquinas,

⁹⁷ No entanto, Kautsky (1986, p.42) critica que “dentro do modo de produção capitalista, a finalidade da máquina não é a de economizar energia de trabalho, mas a de economizar salários. Quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução da máquina”.

como tratores (23 unidades), plantadeiras (12 unidades), pulverizadores (7 unidades), colheitadeiras (16 unidades), distribuidores de calcários (quatro unidades), avião agrícola (uma unidade) e outros implementos diversos (17 unidades), como ilustrado na Figura 9.

Figura 9 - Maquinários utilizados nas práticas produtivas dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI: A – tratores, B – semeadeiras, C – pulverizador, D – colheitadeiras, E – distribuidor de calcário e F – caminhão de transporte da safra



Fonte: Silva (2015).

Sem embargo, descobriu-se que na totalidade dos empreendimentos, se por um lado, o emprego sistemático de maquinário elevava a produtividade do trabalho agrícola, por outro lado, diminuía a demanda por mão de obra assalariada, devido à máquina substituí-la. Essa assertiva se harmonizou com a concepção de Lênin (1982, p.148), na qual “a introdução de máquinas implica ponderáveis capitais, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários”, além do mais, “o investimento com as máquinas só se amortiza sob um imenso

volume do produto manufaturado. Com as máquinas, a ampliação da produção se torna uma necessidade”.

Da mesma maneira, conferiu-se por meio da investigação empírica, a magnitude do consumo de insumos químicos, entre os fazendeiros (100%), o que provocou a dependência para o incremento de corretivos, defensivos, fertilizantes e sementes geneticamente melhoradas. Segundo Aracri (2009), essas inovações constituem uma extensa variedade de produtos disponíveis, que apresentam variações de acordo com os distintos tipos de cultura, clima e solo. Assim, apresenta-se no Quadro 1, a organização da safra de soja 2014/2015 dos graníferos, cuja diversidade de insumos aplicados resultou em elevada rentabilidade.

Quadro 1 - Ficha técnica da safra de soja 2014/2015, segundo os empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI

Granífero	Tipo de semente	Plantio	Período de produção	Componentes químicos	Quant. (kg/ha)	Produtividade (kg/ha)
A	Transgênica	Direto	Outubro a fevereiro	Calcário	8.000	2.940
				Gesso	1.000	
				Fósforo	500	
				Adubo super simples	250	
				Cloreto	250	
				Potássio	200	
B	Transgênica	Direto	Outubro a março	Fósforo	500	2.760
				Cloreto	200	
				Potássio	200	
C	Transgênica	Direto	Novembro a abril	Fósforo	200	2.000
				Potássio	150	

Fonte: Pesquisa direta, maio/julho de 2015.

Conforme o Quadro 1, identificou-se a significância da disseminação de inovações químicas, na medida em que para 100% dos produtores era uma prática necessária, com isso, a safra de soja 2014/2015 apresentou uma produtividade média estimada em 2.566 kg/ha, distinguindo-se das médias brasileira, nordestina e piauiense, pois de acordo com o IBGE (2015a), em 2013 representaram, respectivamente, 2.928 kg/ha, 2.283 kg/ha e 1.727 kg/ha. Esse panorama revelou que para os fazendeiros, existia uma estreita ligação entre técnica, ciência, informação e negócio, fato que os consubstanciou como agroempresários.

Como também, explicitou que 100% dos empreendedores incluíam, no planejamento das safras, serviços especializados de consultoria privada, voltados para análises de solo, de modo a definir o volume e os tipos de matérias-primas utilizados nas lavouras, e dessa forma,

assegurarem melhores rendimentos. Essa situação refletiu a argumentação de Bernardes (2009), no sentido de que as técnicas contribuem para superar grande parte das dificuldades do cerrado, fazendo com que os níveis de produção se intensifiquem a cada nova lavoura.

Observou-se ainda, que a tomada de decisão sobre os tipos sementes, os distintos insumos químicos empregados e a quantidade de área a ser ocupada e maquinário, era fundamentada nas perspectivas e nas condições do mercado, já que 100% dos produtores reconheciam a influência das *tradings* nas operações de produção, circulação e consumo. Essa configuração se relacionou à compreensão de Elias (2006b) de que a continuidade da agricultura em larga escala no cerrado está condicionada à dinâmica do mercado, particularmente o global, posto determinar o nível dos preços e como as *tradings* controlam o financiamento e a comercialização, o calendário agrícola é ordenado em função dos interesses do mercado.

De fato, percebeu-se que a prática de cultivar soja transgênica sob o sistema de plantio direto com base nos sintéticos, representava a possibilidade de elevação dos índices de produtividade, uma vez que 100% dos fazendeiros classificavam as sementes transgênicas como resistentes a secas e solos ácidos e contra ataques de pragas, vírus, insetos e fungos. Contudo, entendeu-se, alicerçado em Porto-Gonçalves (2011, p.240), que esse modelo agrícola era ambíguo, pois, por um lado, proporcionava a redução dos custos de produção, “principalmente de mão de obra, na medida em que os produtores já não têm que realizar tarefas de combate a pragas, além disso, as técnicas de plantio direto facilitam, também, as tarefas de semeadura” e, por outro lado, acentuava a dependência dos produtores diante do complexo industrial/financeiro e, com isso, agravava a tendência de diminuição dos postos de trabalho, “instalando uma agricultura sem agricultores”.

Porém, registra-se que um problema importante derivado dos cultivos de soja transgênica nos empreendimentos foi a difusão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) em Uruçuí/PI. Infelizmente, não se colocou a questão como objetivo da pesquisa, mas caberia investigar, posteriormente, sobre exportação e capitalização e a respeito da posição dos agricultores familiares sobre a disseminação dessa *commodity* no município.

Diante disso, encerra-se, segundo a Tabela 3, que o agronegócio se manifestava em Uruçuí, priorizando as mercadorias mais valorizadas nas bolsas de valores.

Tabela 3 - Produção agrícola nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, safra 2014/2015, segundo os agroempresários

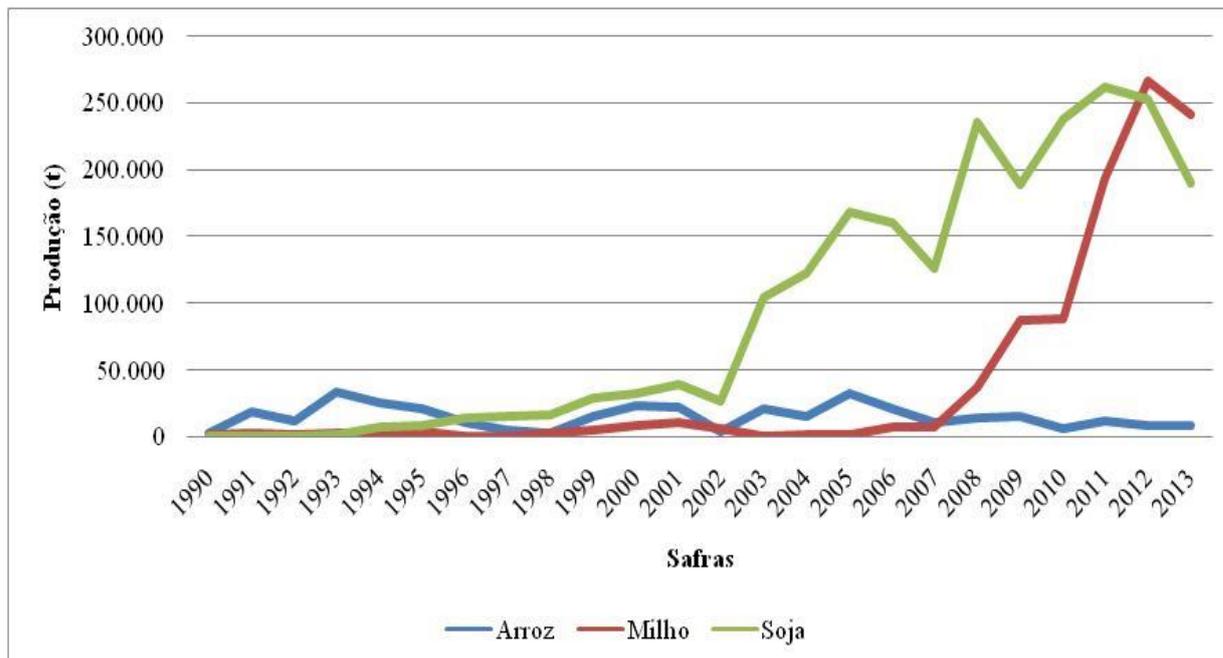
Produto	Área plantada (ha)	Colheita (t)	Comercialização	
			Mercado Interno (t)	Mercado Externo (t)
Milho	5.500	36.550	13.870	22.680
Soja	6.000	15.600	5.502	10.098
Sorgo	500	2.100	2.100	-
Milheto	1.600	1.800	1.800	-
Arroz	900	1.100	1.100	-
Total	14.500	57.150	24.372	32.778

Fonte: Pesquisa direta, maio/julho de 2015.

Consoante a Tabela 3, verificou-se que as principais lavouras cultivadas por 100% dos graníferos eram: soja (*Glycine max* (L.) Merr.), milho (*Zea mays* L.), milheto (*Pennisetum spp* L.), arroz (*Oryza sativa* L.) e sorgo (*Sorghum bicolor* (L.) Moench), representando 41,4%, 37,9%, 11,0%, 6,2% e 3,5% respectivamente, do total de área plantada na safra 2014/2015, fixada em 14.500 hectares. A respeito da quantidade colhida, estimada em 57.150 toneladas, predominou o milho, com 64,0%, seguido por soja (27,3%), sorgo (3,7%), milheto (3,1%) e arroz (1,9%). Esse desempenho contribuiu para a dinâmica do mercado internacional, já que 57,3% da produção (32.778 toneladas) destinaram-se às exportações, enquanto 42,7% (24.372 toneladas) permaneceram no país. À vista disso, constatou-se que milho e soja eram os plantios mais valorizados pelos graníferos, representando 100% das vendas externas (69,2% eram milho e 30,8% soja) e 79,5% das vendas internas (56,9% eram milho e 22,6% soja). E que as culturas de sorgo, milheto e arroz se destacavam no mercado doméstico, principalmente o nordestino, uma vez que corresponderam, respectivamente 8,6%, 7,4% e 4,5% do total negociado na região. Assim, inferiu-se que os empreendedores agrícolas privilegiavam o plantio de mercadorias com maior taxa de lucratividade, conforme o raciocínio capitalista, posto que as *commodities* milho e soja se sobressaíam sob os cultivos de sorgo, milheto e arroz, apresentando, dessa forma, competitividade nos mercados global e regional. Todavia, entendeu-se que essa particularidade demonstrava uma situação controversa, pois ao direcionarem o modelo produtivo ao paradigma econômico dominante, ficaram expostos às incertezas das leis de mercado, variando as margens de lucro. Desse modo, reafirmou-se que a espacialização da agricultura empresarial em Uruçuí era subordinada pelo mercado, desencadeando novos sentidos à produção agrícola.

Inclusive, atestou-se, de acordo com a Figura 10, que milho e soja passaram a liderar a evolução das lavouras temporárias no município.

Figura 10 - Produção de arroz (*Oryza sativa* L.), milho (*Zea mays* L.) e soja (*Glycine max* (L.) Merr.) em Uruçuí/PI, no período de 1990 a 2013



Fonte: Silva (2015) com base em IBGE (2015a).

Por meio da Figura 10, depreendeu-se, ainda, diferentes cenários de crescimento para as produções de soja, milho e arroz, entre 1990 a 2013. Relativamente à soja, notou-se que ao longo das safras 2003/2005, que coincide com o começo das operações da Bunge Alimentos S.A., iniciou um período de ascensão da produção de soja, de 104.599 toneladas, para 168.528 toneladas, correspondendo a um aumento de 61,0%. Na safra 2007, foram produzidas 125.483 toneladas de soja, projetando uma queda de 25,6% em relação ao ano de 2005, devido aos problemas identificados por Silva (2014), como os climáticos (seca). Em 2008, ocorreu uma recuperação da produção da oleaginosa e a intensificação da safra de milho, de 235.872 e 37.154 toneladas, respectivamente. No ano seguinte, a safra de soja declinou em 20%, em razão da crise financeira que afetou a economia global, mas que não repercutiu nas lavouras do milho, cuja produção foi de 87.167 toneladas. Após essa diminuição, a produção de soja cresceu até 2012, quando atingiu 253.415 toneladas (34% em relação à safra 2009), simultaneamente à de milho, com 266.139 toneladas, indicando acréscimo de 305,3% em comparação à safra de 2009. Revelou ainda, uma mudança quanto ao plantio de arroz (que era a primeira cultura após a limpeza do terreno), com a queda na produção de 41,2%, entre 2003 e 2013. Esse cenário exprimiu que a soja e o milho prevaleciam, a partir de 2007, em função do incremento de inovações tecnológicas, da intensificação de movimentos da expansão da fronteira agrícola e do crescimento das exportações.

Não obstante a importância dos mercados doméstico e global para a continuidade do agronegócio em Uruçuí, assinala-se que não foi possível examinar, com precisão, o processo de escoamento da produção, particularmente, para o exterior. Por essa razão, reconheceu-se a necessidade de pesquisas e estudos futuros para subsidiar a elucidação do problema. Para tanto, se sugere questões norteadoras, como: quais as políticas públicas específicas para as exportações de produtos agrícolas de Uruçuí e as consequências para o desenvolvimento local? Como se organiza a engenharia dos sistemas de transporte, armazenamento e processamento para a produção pós-venda? Quais as principais rotas internacionais das mercadorias uruçuienses? Qual o perfil social, econômico, cultural e ambiental dos países consumidores? Esse perfil interfere na lógica produtiva das fazendas de Uruçuí?

Outro aspecto a ser considerado como característico da agricultura empresarial em Uruçuí, referiu-se ao caráter ausenteísta⁹⁸ dos produtores, haja vista que 66,7% dos mesmos possuíam empreendimentos em outros estados, principalmente Maranhão e Paraná. E que 33,3% residiam em Uruçuí (proprietário do Condomínio União 2000). Para Peixinho e Scopel (2009, p.109), essa situação indica que os grandes agentes econômicos não se deslocaram para o município, o que repercute na diminuição dos investimentos e expõe uma das rugosidades do capital: “extrair lucro das áreas periféricas e drená-lo para os centros mais dinâmicos, onde têm seus centros de controle”.

Em consonância com a pesquisa de campo, certificou-se que 66,7% dos empreendedores agrícolas financiavam a produção por meio de crédito bancário, sobretudo dos recursos disponibilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em contrapartida, 33,3% dos fazendeiros recebiam financiamentos de *tradings*, como a Bunge Alimentos S.A. Salienta-se que a agroindústria apresentava papel decisivo na produção de grãos, sobretudo, soja, na medida em que estabelecia uma rede de relações marcada pela exclusividade de compra da safra, venda de fertilizantes, defensivos e serviços, como de análise de solo, além de empréstimos, cujo pagamento não ocorria em dinheiro, mas em produto agrícola, configurando, portanto, a verticalização da produção, o que confirmou a opinião de Possas (1991), de que os planejamentos de crescimento determinados pelas grandes empresas do capital agrário visam o domínio dos mercados e a sobreposição das pequenas.

A despeito desse quadro, notou-se ainda, que a dependência dos produtores à agroindústria reforçava a concepção de Alves (2012, p.251), de que o sistema de crédito rural, mantido pela multinacional, seguia os mesmos moldes do setor bancário em geral, porém,

⁹⁸ Para Machado, Cruz e Souza (2013), o ausenteísmo constitui a falta ou a ausência dos colaboradores de uma empresa, justificada ou injustificadamente.

incorporava mecanismos que elevavam a subordinação dos graníferos com a empresa credora.

Ou seja:

Nesse tipo de financiamento, o agricultor, ao adquirir dinheiro das processadoras, através de empréstimo, firma compromissos de pagamento de juros, os quais, comumente, superam as taxas cambiais operadas no mercado financeiro. Além disso, ele se sujeita a outras obrigações, como a de entregar diretamente à empresa financiadora uma parcela importante de sua produção. A empresa, por conseguinte, é quem estipula o preço a ser pago pelo produto. Com esse mecanismo de crédito de venda antecipada do produto, cujo preço é fixado no mercado futuro, a empresa adianta recursos financeiros para o custeio da safra mediante garantias dadas pelo agricultor, que podem ser a hipoteca das propriedades, penhor agrícola e promissórias.

Infelizmente, os produtores não divulgaram os valores referentes às transações financeiras. Dessa forma, derivado da natureza abrangente da problemática desta investigação, tornou-se impossível averiguar, em profundidade, essa questão, mas se sublinha, segundo o Bacen (2012), que neste ano, Uruçuí respondeu por 7,4% dos 4.422 financiamentos agrícolas no Piauí, apresentando 326 contratos para concessão de linhas de crédito, cujo valor total se fixou em R\$ 160.132.173,18, contemplando produtores rurais e cooperativas.

A propósito, esse panorama de incentivos governamentais se harmonizou com a visão de Campos e Campos (2007) de que o avanço do capital na agricultura conta com excepcional suporte do Estado, na medida em que viabiliza a infraestrutura necessária para o agronegócio e reserva para as atividades ligadas às *commodities* agrícolas, a maior parte dos financiamentos destinados ao espaço rural.

A análise de mão de obra utilizada pela agricultura empresarial revelou a presença de uma divisão social do trabalho, ao demonstrarem a hierarquização das tarefas, segundo a complexidade do sistema técnico envolvido. Nesse sentido, verificou-se que 100% dos empreendedores agrícolas contratavam pouca força de trabalho (na safra 2014/2015 totalizavam 67 funcionários) para as operações produtivas.

A respeito dessa divisão do trabalho, a pesquisa se embasou na classificação elaborada por Ferreira (2009), acerca da relação entre a ocupação dos serviços e o nível de qualificação ou condição educacional dos trabalhadores. Para tanto, descreveu que a entrada de trabalhadores nas fazendas se orientava por meio da personificação de tipologias, como “baixa qualificação”, “ensino médio” e “elevada qualificação”.

Desta forma, identificou-se que o quadro de pessoal nos empreendimentos graníferos se distinguia em 55,2% de trabalhadores de baixa qualificação, os quais exerciam as

atividades menos valorizadas, principalmente os serviços gerais, com isso, na medida em que a demanda por produtividade crescia, elevavam-se as contratações temporárias, e quanto mais essa era concluída, os mesmos eram demitidos; 37,4% de trabalhadores que possuíam o ensino médio, relacionavam-se diretamente às funções de plantio e colheita, em decorrência da familiaridade com os equipamentos técnicos e, da compreensão da lógica produtiva, esse segmento era constituído por profissionais, como chefes de campo (7,4%) e operadores de máquinas (30,0%); e 7,4% de trabalhadores com elevada qualificação, que preenchiam as vagas de maior nível de escolaridade, como agrônomos e gerentes de campo.

Tal contexto se coadunou com a concepção de Arruzzo (2009), de que a qualificação exigida atuaria como um mecanismo seletivo e excludente, já que restringia os trabalhadores originários da agricultura familiar (historicamente carentes de escolaridade) do contato dos objetos técnicos. Apresenta-se no Quadro 2, um resumo dessa conformação.

Quadro 2 - Força de trabalho empregada nas práticas produtivas dos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI

Classificação	Função	Atividades	Escolaridade Exigida	Total
Baixa Qualificação	Serviços gerais	Desenvolvem funções básicas como carpir, roçar, auxiliar o plantio e a colheita, etc.	Sem exigência de escolaridade e/ou cursos profissionalizantes.	37
Ensino Médio	Chefes de campo	Coordenam as equipes de campo nas atividades de limpeza do terreno, plantio, colheita, armazenagem, etc.	Ensino Médio (técnicos agrícolas, coordenadores de campo, encarregados de campo).	5
	Operadores de máquinas	Operam o maquinário e/ou outros implementos para preparar a terra (limpeza, gradeamento, adubação, etc.), plantar, colher, pulverizar, armazenar.	Ensino Médio. Porém, em certas ocasiões, como nos períodos de contratações temporárias, exigem apenas o Ensino Fundamental e/ou curso para operar as máquinas.	20
Elevada Qualificação	Gerentes	Cuidam da produção agrícola e da gestão da empresa, como os setores: financeiro, recursos humanos, compras, vendas, etc.	Curso Superior (agrônomos, administradores de empresas, contabilistas)	5

Fonte: Pesquisa direta, maio/julho de 2015, com base em Ferreira (2009).

Alicerçado no Quadro 2, deduziu-se que a separação do trabalho manual e do intelectual era uma vantagem auferida à grande propriedade, por realizar essa racionalidade de acordo com o número de empregados e tecnologias, visando à obtenção de um efeito determinado, maximizar o lucro. Adenda-se que a presença de mão de obra especializada ou não nas fazendas, corroborou com o entendimento de Antunes (2001), de que o capital se

desenvolve no campo de forma desigual e contraditória, valorizando as funções mais qualificadas às suas prementes demandas, reproduzindo o trabalho de baixo nível técnico/educacional, como também acirrando a divisão social do trabalho, evidenciando, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Dessa maneira, pontuou-se que a permanência de trabalhadores de baixa qualificação nas fazendas, representava a expulsão dos que não detinham a propriedade da terra e/ou os meios para utilizá-la, e revelava um cenário de conflitos sociais a que muitos agricultores familiares estavam expostos, já que por não conseguirem a subsistência da família unicamente pelo produto do seu trabalho na roça⁹⁹, eram obrigados a se assalariarem, em determinados períodos do ano, nas grandes propriedades.

Nesse sentido, compreendeu-se que a difusão de capital, tecnologia e informação nos empreendimentos intensificou a hierarquização de tarefas, produtivas e/ou administrativas, o que redundou na diminuição de mão de obra por área cultivada, ratificando a opinião de Kautsky (1986), de que a grande propriedade poupa energia humana, pois devido ao uso de tecnologia, e da intelectualização do trabalho manual, aproveita melhor as áreas de cultivo. Com vistas a ilustrar essa constatação, detalha-se, na Tabela 4, a relação entre a área cultivada e a quantidade de trabalhadores empregados nos empreendimentos, na safra 2014/2015.

Tabela 4 - Quantidade de trabalhadores por área cultivada na safra 2014/2015, nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI

Empreendimento granífero	Área cultivada (ha)	Número de trabalhadores	Hectares/Trabalhador
A	9.700	31	440,1
B	3.000	21	176,5
C	1.800	15	120,0
Total	14.500	67	216,4

Fonte: Pesquisa direta, maio/julho de 2015.

Por meio da Tabela 4, observou-se a predominância da modernização agrícola, uma vez que na safra 2014/2015, a relação entre a área cultivada e o número de trabalhadores

⁹⁹ Moraes (2009) define a roça ou roça de toco um sistema de produção agrícola cujas tarefas são desenvolvidas pelo grupo doméstico, envolvendo a mão de obra masculina, feminina e infantil, na qual algumas etapas são fundamentais, como saber brocar, derrubar e queimar a vegetação; plantar; colher; usar a terra por três ou quatro anos para, então, deixá-la em *pousio* (descanso). Registra que no Cerrado a lógica de roça funciona no ritmo de ciclo natural, sobretudo das estações do ano. E que o cultivo das lavouras compreende tanto o inverno ou estação chuvosa (novembro a março, podendo iniciar-se em outubro e findar em abril) como o verão ou estação seca (de abril a outubro).

necessários para a produção foi de 216,4 hectares por trabalhador. Salienta-se que esse contexto foi distinto da realidade encontrada por Arruzzo (2009), que em 2007, identificou 74 hectares por trabalhador na colheita de soja no sudoeste piauiense, justificando a premissa de que o agronegócio granífero se perpetuava estruturado na tríade mecânica/química/biológica.

Outrossim, conferiu-se que quanto ao grau de instrução e a quantidade de trabalhadores empregados nos empreendimentos, em Uruçuí o agronegócio se manifestava de maneira contraditória, pois à medida que intensificava o incremento do aparato tecnológico, diminuía a demanda por postos de trabalho, gerando novos perfis de mão de obra.

Essa opinião vai ao encontro das argumentações de Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002), de que o desenvolvimento do capital na agricultura promove especializações regionais e muitas vezes provoca geografizações diversas (contrastes socioespaciais), cujos reflexos mais contundentes são as alterações das relações de trabalho.

Diante da análise exposta, constatou-se que os motivos para a instalação dos graníferos se referiam, a *priori*, ao baixo preço das terras, às condições geoambientais e à existência de um mercado regional. E a *posteriori*, vinculavam-se à infraestrutura implantada para financiar, produzir, armazenar e distribuir as mercadorias, bem como a ampliação da participação do país no mercado internacional, tendo o Estado papel relevante nesse processo. Ademais, reconheceu-se que a introdução de inovações tecnológicas provocava contrapontos, como a concentração da riqueza e a seletividade da força de trabalho.

Assim, concorda-se com Alves (2006, 2009a), de que a inserção do agronegócio em Uruçuí acarretou profundos impactos sociais, territoriais e ambientais, que culminaram na concentração da propriedade da terra, em transformações das relações de trabalho, no crescimento da urbanização e em incertezas quanto à sustentabilidade dos recursos naturais e à preservação das identidades culturais.

Portanto, realça-se que a configuração estudada, ao mesmo tempo em que possibilitou compreender o processo de territorialização do capital em Uruçuí, revelou a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as repercussões desse contexto nos modos de vida dos agricultores familiares. Nessa perspectiva, examina-se o perfil das famílias domiciliadas na zona rural do município, destacando as condições sociais e econômicas, as características culturais e a interface com o meio ambiente.

7.2 Perfil social dos agricultores familiares

A pesquisa nas comunidades rurais indicou que do total do universo amostral de 254 agricultores, 81,5% eram originários de Uruçuí; 10,2% eram oriundos de outros municípios piauienses, como Antônio Almeida, Água Branca, Baixa Grande do Ribeira, Bertolândia, Canto do Buriti, Itaueira, Jerumenha, Sebastião Leal, Palmeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí; e 8,3% eram dos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Paraná e Pernambuco. Do total de nascidos em Uruçuí, 91,3% eram da zona rural e 8,7% da sede do município, o que possibilitou caracterizá-los como antigos habitantes do entorno rural, detentores de uma ancestralidade camponesa, uma vez que suas memórias sócio-históricas se harmonizavam com as observações de Moraes (2006), que por meio de estudos sobre as *master narratives* (narrativas mestras), concluiu que a população rural do sudoeste piauiense espelhava traços marcantes de campesinato, por reproduzirem seus modos de vida sob uma economia de pequena dinamização.

Acrescenta-se que esse panorama de mobilidade socioespacial entre as comunidades, manifestou a concentração da terra no município, em virtude do território ser conformado pela grande propriedade fundiária. Esse entendimento se relacionou à visão de Brandão Filho (2009), na qual a expansão da agricultura empresarial, a partir da década de 1990, agravou a questão agrária em Uruçuí, repercutindo em instabilidade social, devido ao aumento de problemas vinculados à titulação da terra, como grilagem, posses, áreas litigiosas, etc., resultando em expulsão dos agricultores das áreas de uso comum e, ao mesmo tempo, encurralando-os nos baixões, como ilustrado na Figura 11.

Figura 11 - Vista de um baixão situado na comunidade Lajeiro, Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Por meio da Figura 11, notou-se que as condições topográficas de Uruçuí, como os baixões (seta B), entendidos como áreas de vazantes ou depressões, que serviam de reservatórios de água para as famílias, criatórios e vida silvestre, contribuía para o isolamento de 88,2% das comunidades, face a precariedade do acesso, pois se situavam próximas às cuestas¹⁰⁰ ou planaltos inclinados (seta A), que eram formas de relevo predominantes nas bacias sedimentares e que expressavam o resultado do trabalho da erosão diferencial¹⁰¹. Os outros 11,8% dos agricultores residiam nas adjacências dos empreendimentos graníferos, que ocupavam as chapadas (terrenos planos ou suavemente ondulados).

Consequentemente, concordou-se com a opinião de Brandão Filho (2009) sobre a importância da criação de assentamentos rurais em Uruçuí, com vistas a minimização dos conflitos. Sendo assim, optou-se por aplicar 22% e 19,3% dos formulários nos

¹⁰⁰ Guerra e Guerra (2003, p.178) definem cuesta como um tipo de relevo dissimétrico composto por “uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave no reverso, e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente de cuesta”.

¹⁰¹ Significa o “trabalho desigual dos agentes erosivos ao devastarem a superfície do relevo” (GUERRA; GUERRA., 2003, p.231).

Assentamentos¹⁰² de Flores e Santa Teresa, respectivamente, em função da grande concentração de agricultores familiares, como demonstrou a Tabela 1.

Logo, relativamente à análise da estrutura fundiária das comunidades pesquisadas, expõe-se a Tabela 5.

Tabela 5 - Estrutura fundiária nas comunidades rurais de Uruçuí/PI, segundo os agricultores familiares

Tamanho da área (hectares)	Quantidade	%
Menos de 50	136	53,5
50 a menos de 100	13	5,2
100 a menos de 200	10	3,9
200 a mais ¹⁰³	16	6,3
Não souberam responder	79	31,1
Total	254	100,0

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

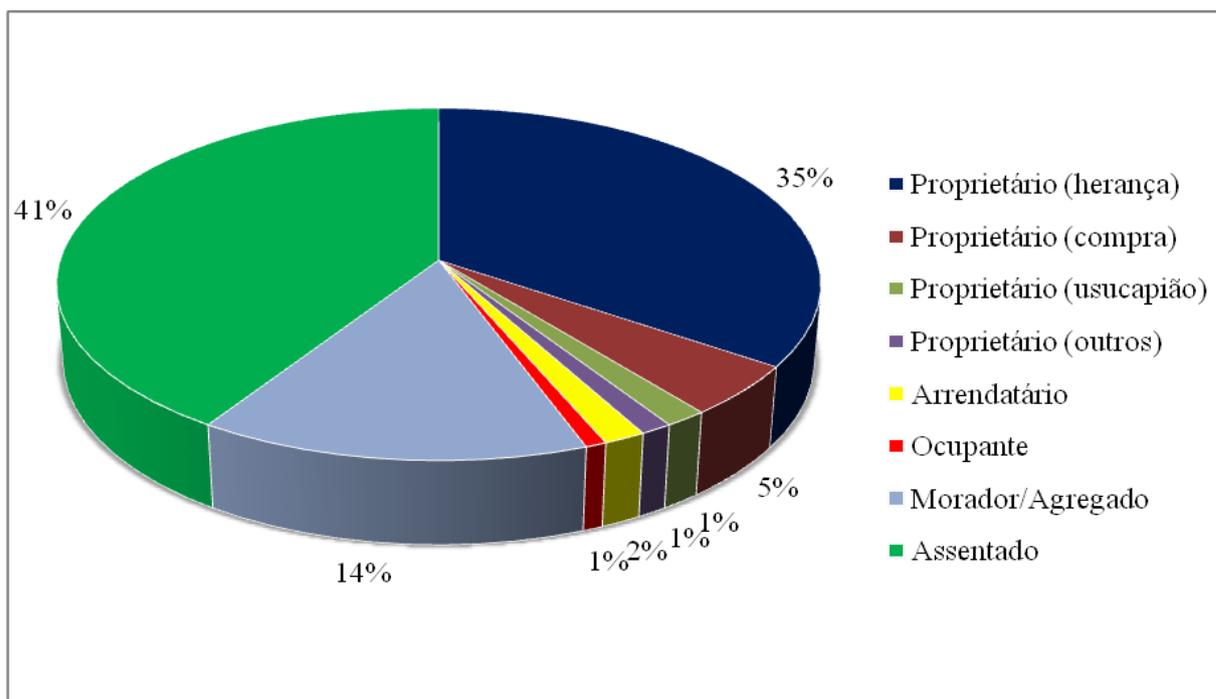
Diante do exposto na Tabela 5, constatou-se a preponderância de propriedades no grupo de área menor de 50 hectares, com 53,5%, enquanto o estrato com mais de 200 hectares, porém inferior ou igual a 300 hectares, correspondeu a apenas 6,3%, já as que variavam de 50 a menos de 100 ha eram 5,2%, e 3,9% dos imóveis apresentavam dimensões entre 100 a 200 ha. Contudo, a despeito desse cenário, observou-se que 31,1% dos agricultores não souberam informar o tamanho da propriedade a qual pertenciam, devido serem vulneráveis às pressões sobre a condição da propriedade da terra, como agregados, arrendatário e ocupantes (aqueles que exploravam terras públicas ou não, sem o consentimento do proprietário, nada pagando por seu uso), os quais em geral, historicamente habitavam o cerrado uruçuiense. Esta contextualização se coadunou com a concepção de Moraes (2009, p.132), de que o vínculo dos agricultores familiares com a terra ocorria “por relações de posse e de não-propriedade jurídica”, configurando um acesso livre, de maneira tradicional e em estreita simbiose com a natureza.

Ademais, para aprofundar a reflexão sobre a condição do uso da terra nas comunidades rurais, explicita-se a Figura 12.

¹⁰² Conforme o INCRA (2015), os Assentamentos de Flores (11.909 ha) e Santa Teresa (2.100 ha) foram criados em 23 de dezembro de 1999, com amparo legal através da Norma de Execução DT nº 69/2008. No primeiro foram assentadas 153 famílias e no segundo, 69.

¹⁰³ Registra-se que este grupo possui teto de área fixado em 300 hectares, com vistas a atender ao requisito básico contido no Inciso I, do Artigo 3º, da Lei nº 11.326 de 2006, o qual considera como imóvel rural familiar a propriedade que não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais. Acrescenta-se, consoante com o INCRA (1980), que em Uruçuí, um módulo fiscal equivale a 75 hectares.

Figura 12 - Condição do uso da terra em comunidades rurais de Uruçuí/PI



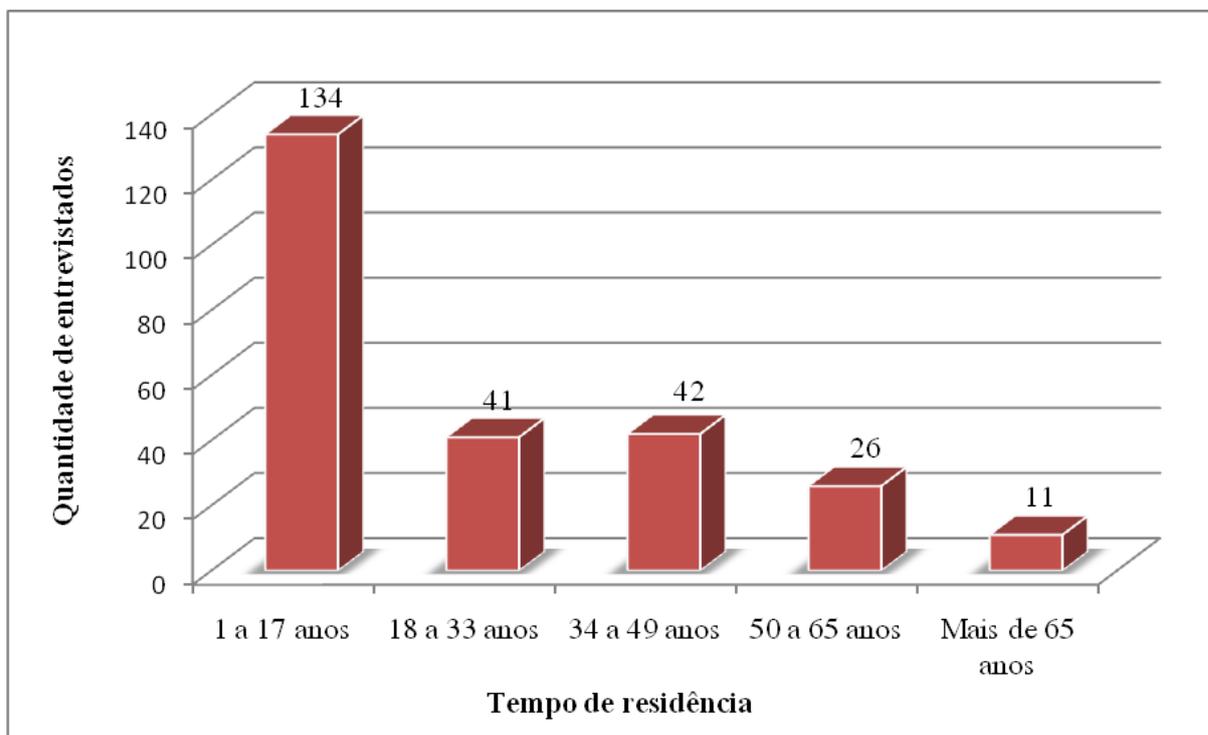
Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Alicerçado na Figura 12, depreendeu-se que 42% dos agricultores detinham a posse da terra, distinguida em 35% por herança, 5% compra, 1% usucapião (direito reservado ao agricultor de adquirir a propriedade rural, por seu trabalho ou da família, desde que observado o prazo de ocupação e as dimensões da área correspondente) e 1% outras formas (sobretudo por meio de trocas de bens, configurando o escambo). Desse conjunto, notou-se a predominância de pessoas cujo exercício de poder e controle sobre a terra foi transmitido por herança, como membros de grupos de parentesco ou linhagem, o que reforçou a concepção de Martins (2012), de que o modo mais característico do relacionamento do agricultor com a terra era o da propriedade, uma vez que a condição de proprietário asseguraria a emancipação do seu trabalho.

Por outro lado, detectou-se que tais regularidades fundiárias coexistiam com formas diferenciadas de uso da terra, haja vista que 41,0%, 14,0%, 2,0% e 1,0% dos agricultores eram, respectivamente, assentados (mas sem a posse definitiva expedida pelo órgão competente), agregados, arrendatários e ocupantes, evidenciando, portanto, a emergência de situações contraditórias na ocupação do solo uruçuiense. Esse quadro se assemelhou ao cenário encontrado por Carvalho e Monteiro (2012), que em 2011 computaram 4,4% das famílias morando em terras cedidas, 2,9% vivendo na condição de posseiros e 2,4% como agregados ou sem definição de propriedade.

Com relação ao tempo de residência, constatou-se a preponderância dos agricultores que habitavam as comunidades a menos de 18 anos, em virtude da criação dos assentamentos, como atesta a Figura 13.

Figura 13 - Tempo de residência dos agricultores familiares de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

A Figura 13 revelou que 52,8% dos trabalhadores moravam a menos de 18 anos nas comunidades, 16,1% entre 18 e 33 anos, 16,5% entre 34 e 49 anos, 10,2% entre 50 e 65 anos, e 4,3% há mais de 65 anos. Outrossim, inferiu-se que quanto maior o tempo de residência, maior a intensidade de enraizamento dos agricultores com o território. Essa particularidade expressou a análise de Moranta e Urrútia (2005), de que o tempo de residência contribui para a formação de uma identidade com o lugar.

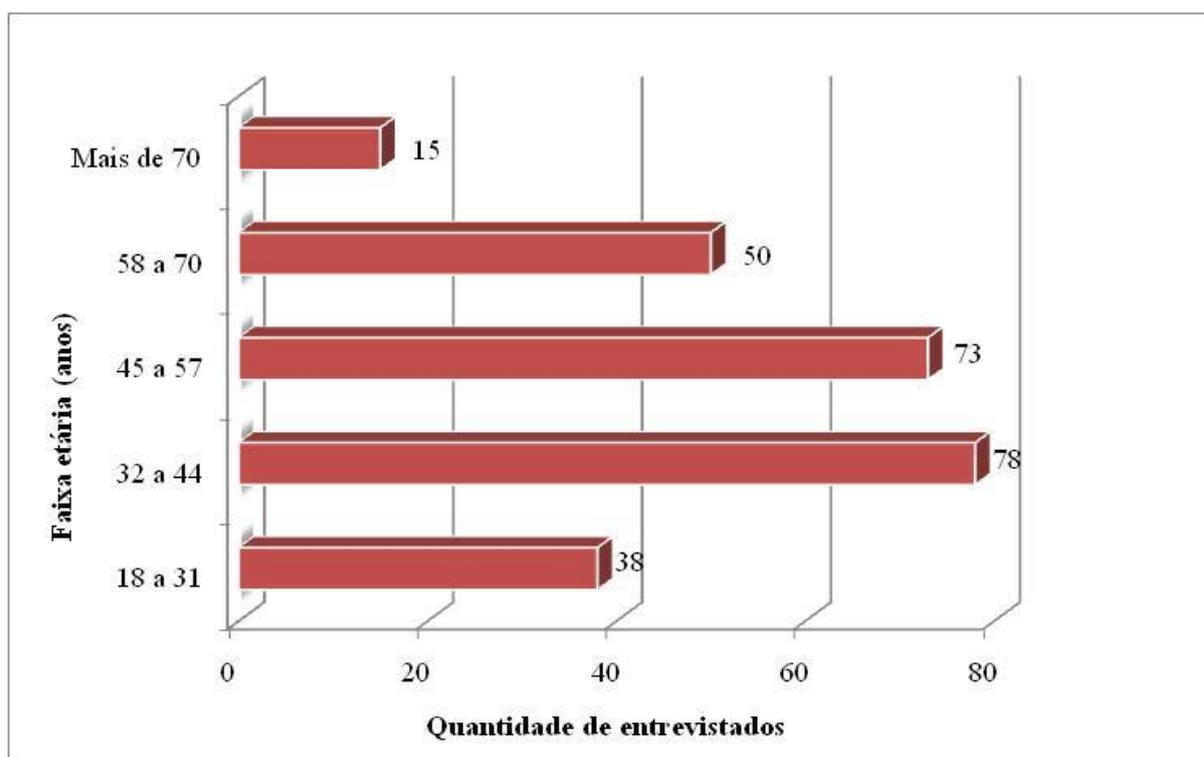
Com base na pesquisa de campo, descobriu-se que do total dos agricultores, além de 50,4% serem do gênero masculino e 49,6% do gênero feminino, 86% eram casados, 6% solteiros e 8% divorciados ou viúvos. Ademais, verificou-se que a média de idade dos pais de família era de 46 anos, enquanto das mães correspondeu a 42 anos. E que a estrutura familiar estava conformada por uma média de quatro filhos, distinguida em 2,4% sem filhos, 1,6% com um, 3,5% com dois, 50,8% com três, 35,4% com quatro a seis e 6,3% com mais de seis. Essa configuração exprimiu a existência de uma média elevada de filhos por casal, quando

comparada ao número de filhos por família, no Brasil e no Piauí, que em 2012, de acordo com o IBGE (2013), correspondeu a 1,8 e 1,9, respectivamente.

Não obstante a relevância dos pais na investigação, face sua posição na organização da produção, transmissão transgeracional, práticas, saberes e conhecimentos locais, sublinha-se a impossibilidade de precisar durante o levantamento de campo, a significância da participação ou não dos jovens no conjunto da agricultura familiar de Uruçuí. Diante disso, reconheceu-se a necessidade da realização de novas pesquisas e análises sobre o problema, o que suscitou alguns questionamentos, tais como: qual o percentual de agricultores cujos filhos não trabalhavam na agricultura? Qual o montante de agricultores que tinham filhos que estudavam na cidade? Qual o número de agricultores cujos filhos migraram para outras regiões? Quais os motivos das migrações e as consequências para a produção familiar? Havia possibilidade dos filhos retornarem? Qual a opinião dos pais sobre a migração dos filhos?

Com o intento de continuar a análise, mostra-se a faixa etária dos trabalhadores rurais de Uruçuí, na Figura 14.

Figura 14 - Faixa etária dos agricultores familiares de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Em conformidade com a Figura 14, percebeu-se que os agricultores familiares em Uruçuí encontravam-se nas faixas etárias de 32 a 44 anos (30,7%), de 45 a 57 anos (28,7%),

de 58 a 70 anos (19,7%), de 18 a 31 anos (15,0%) e de mais de 70 anos (5,9%). Sendo assim, inferiu-se que a realidade presenciada nas comunidades rurais relativamente às médias de idade por casal e por grupos etários evidenciou a tendência de envelhecimento da estrutura etária dos agricultores familiares, o que se assemelhou à análise do IBGE (2014a), de que essas variáveis influenciavam no perfil da pirâmide populacional do Brasil, posto que na distribuição etária de 2013, o grupo com 45 anos ou mais de idade prevaleceu com 30,7%, o que possibilitou caracterizá-lo como um grupo significativo na composição etária e na organização social do país.

Todavia, sem embargo esse panorama, notou-se que o trabalho na roça iniciava-se na infância, como relatado por um agricultor familiar de 62 anos, morador do Assentamento Santa Teresa.

Meu amigo, é o seguinte, eu lhe conto uma história que eu não me lembro, mas, meu pai dizia pra minha sogra que ele trabalhava naquelas caatingas do Piauí, pra lá [semiárido piauiense]. Ele trabalhava de ambulante né, mas, ele disse, que com a idade de 12 anos ele me entregou a responsabilidade da casa, e daí até hoje o tiroteio é esse [realça o cansativo trabalho de explorar a terra]. Com 12 anos de idade eu já era responsável de tudo, ele contava pra minha sogra: aí [informante], nunca foi menino não, nunca brincou. Eu acredito que ele contou a verdade porque nem tempo de aprender beber uma cerveja ou uma cachaça eu não tive, aí depois de velho eu não aprendi mais, né [risos]. Fui criado assim, trabalhando direto de roça. Agora, hoje em dia, meu filhos nenhum quer roça, nenhum [...]¹⁰⁴ (Informação verbal).

Assinala-se que essa experiência da qual retrata as oposições de introdução dos mais jovens ao trabalho agrícola, concordou com a assertiva de Brandão Filho (2009), de que, quando as possibilidades de acumular capital são poucas, a juventude olha com desconfiança as expectativas de dependência exclusiva da atividade agrícola.

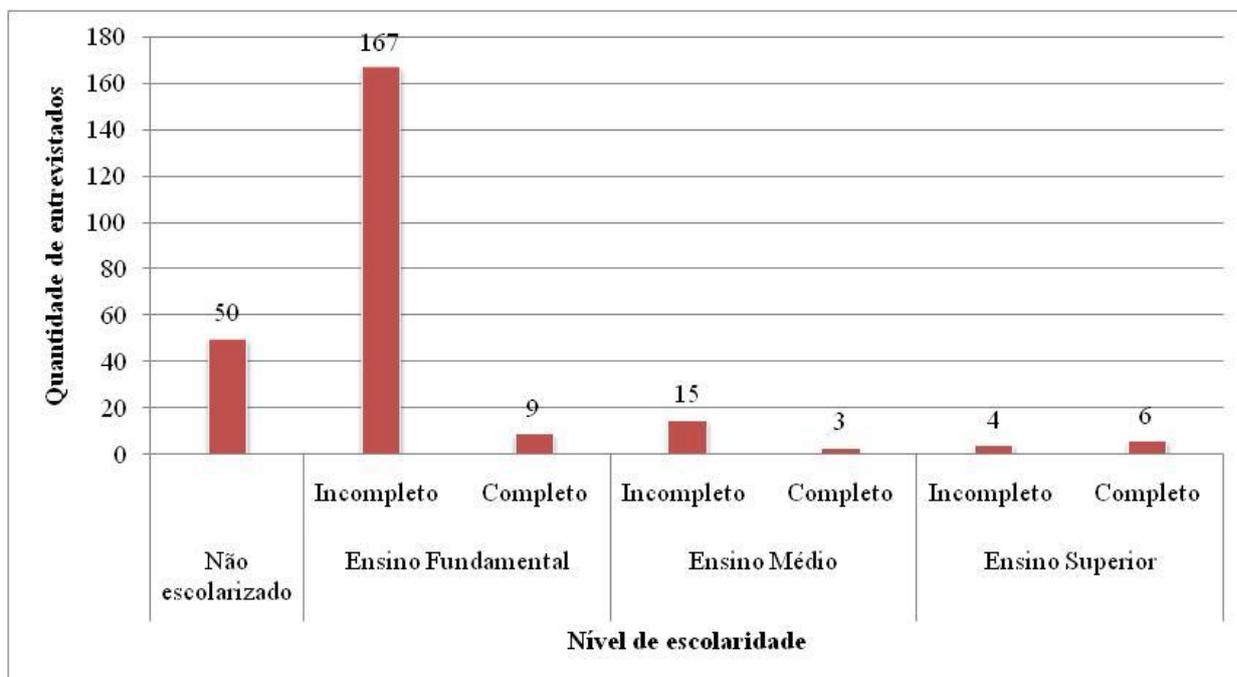
Dando prosseguimento a investigação, identificou-se a predominância de agricultores familiares com baixo nível escolaridade, uma vez que dos 254 entrevistados, 19,7% não alfabetizados, 65,7% possuíam ensino fundamental incompleto, 3,5% ensino fundamental completo, 5,9% ensino médio incompleto, 1,2% ensino médio completo, 1,6% não concluíram o curso superior, e somente 2,4% dos agricultores eram graduados.

Outrossim, patenteou-se que os segmentos compostos por trabalhadores com ensino superior completo e incompleto, e os serviços de docência em instituições de ensino da própria comunidade ou em aulas de reforço particulares, eram do gênero feminino, o que

¹⁰⁴ Entrevista fornecida por E. O. C. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

evidenciou a divisão do tempo de trabalho entre as tarefas domésticas, agropecuárias e acadêmicas. A Figura 15 resume o panorama enunciado.

Figura 15 - Nível de escolaridade dos agricultores familiares de Uruçuí/PI

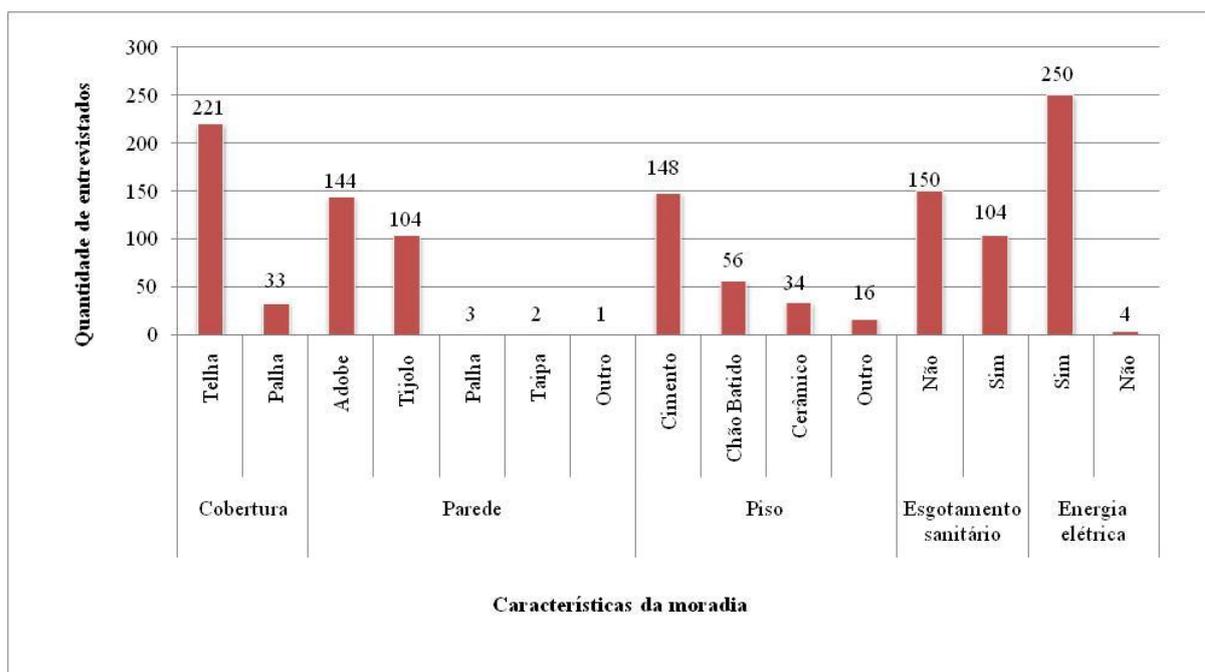


Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Portanto, ressalta-se que os dados constantes na Figura 15, demonstraram que a defasagem educacional presenciada em Uruçuí apontou para um contexto de ineficiência das políticas governamentais voltadas para o sistema público de ensino. Como também, se harmonizou com a visão de Carvalho e Monteiro (2012), de que a relevância da atividade produtiva transmitida entre gerações ocorria em detrimento da escolaridade, devido à atividade agropecuária se manifestar como a principal alternativa de sobrevivência do agricultor e sua família.

No item condições de moradia dos agricultores, outrossim a pesquisa mostrou aspectos discordantes às necessidades de bem-estar social, pois, por um lado, denotou melhorias na estrutura de habitabilidade, sobretudo quanto aos serviços de energia elétrica e às características de cobertura e alvenaria e, por outro lado, destacou a preponderância de lares que não desfrutavam de pisos e de sistema de esgotamento sanitário adequados e eficientes (Figura 16).

Figura 16 - Caracterização das condições de moradia dos agricultores familiares de Uruçuí/PI



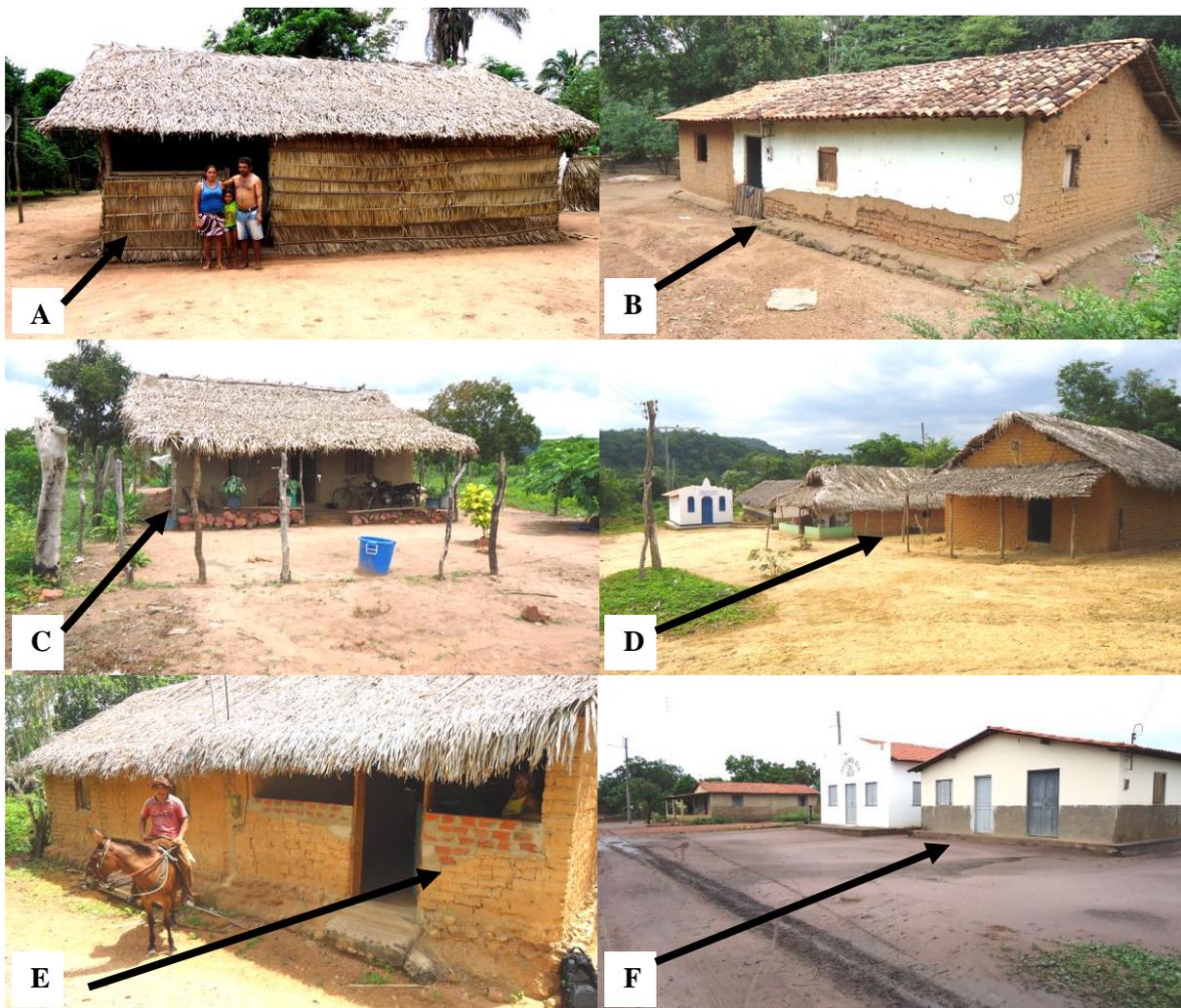
Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Consoante à Figura 16, apreendeu-se que do total de 254 casas, 87,0% eram cobertas por telhas cerâmicas e 13,0% por palhas das folhas do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng). Deste total, 56,7% eram construídas com alvenaria de adobe, 40,9% de tijolos cerâmicos, 1,2% de palha do babaçu, 0,8% de taipa ou pau a pique, e 0,4%, de associações entre adobe, tijolo e palha do babaçu. Já o tipo de piso, distinguiu-se em 58,3% cimentado, 22,0% chão batido, 13,4% cerâmico e 6,3% outras associações de piso. Quanto ao esgotamento sanitário, inferiu-se que 59,0% e 41,0% não possuíam e possuíam, respectivamente, porém, em condições precárias, pois os efluentes (resíduos sólidos e líquidos) produzidos eram drenados para fossas rudimentares (ou sentinas) e sépticas, comumente utilizadas como banheiros. Entretanto, inversamente à situação do esgotamento sanitário, detectou-se que 98,4% das famílias tinham acesso aos serviços de energia elétrica, enquanto 1,6% não usufruíam desse serviço.

Enfatiza-se que esses aspectos habitacionais se coadunaram com as argumentações de Gomes (2009), no sentido de que a casa, como uma construção social, abriga os estilos de vida de uma família, isto é, representa um lugar marcado por especificidades econômicas e culturais que traduzem identidades, preferências, desejos, ideais e necessidades das pessoas.

Como exemplo axiomático dessa contextura, apresenta-se a Figura 17, que ilustra as condições arquitetônicas das moradias.

Figura 17 – Domicílios dos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – casa construída integralmente com palha de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng), B – residência com alvenaria de adobe e telhado cerâmico, C – moradia de taipa com palha de babaçu, D – habitação de adobe com palha de babaçu, E – casa com associações entre adobe, tijolo e palha do babaçu e F – edificação construída com tijolo e telhas cerâmicas



Fonte: Silva (2015).

Por meio da Figura 17, observou-se que as distintas características arquitetônicas das residências espelhavam, sobretudo, a situação econômica, a presença ou não das políticas públicas e as relações de uso dos bens ambientais, o que suscitou constatar que por necessidade os agricultores familiares de Uruçuí combinavam os poucos recursos financeiros às condições de aproveitamento da natureza, com vistas a estruturarem os lares.

De fato, notou-se que o tipo de moradia nas comunidades registrava a trajetória de vida do agricultor e sua família, ao mesmo tempo, simbolizava o *lôcus* de uma sociabilidade com aspectos diversos, que incluíam elementos de cotidianidade, experiências e perspectivas

de futuro. Nesse sentido, entendeu-se, alicerçado na opinião de Moraes (2009), que a casa funcionava como referência de assentamento da família, pois era o lugar onde se atribuíam valores e significados aos bens materiais e aos costumes culturais.

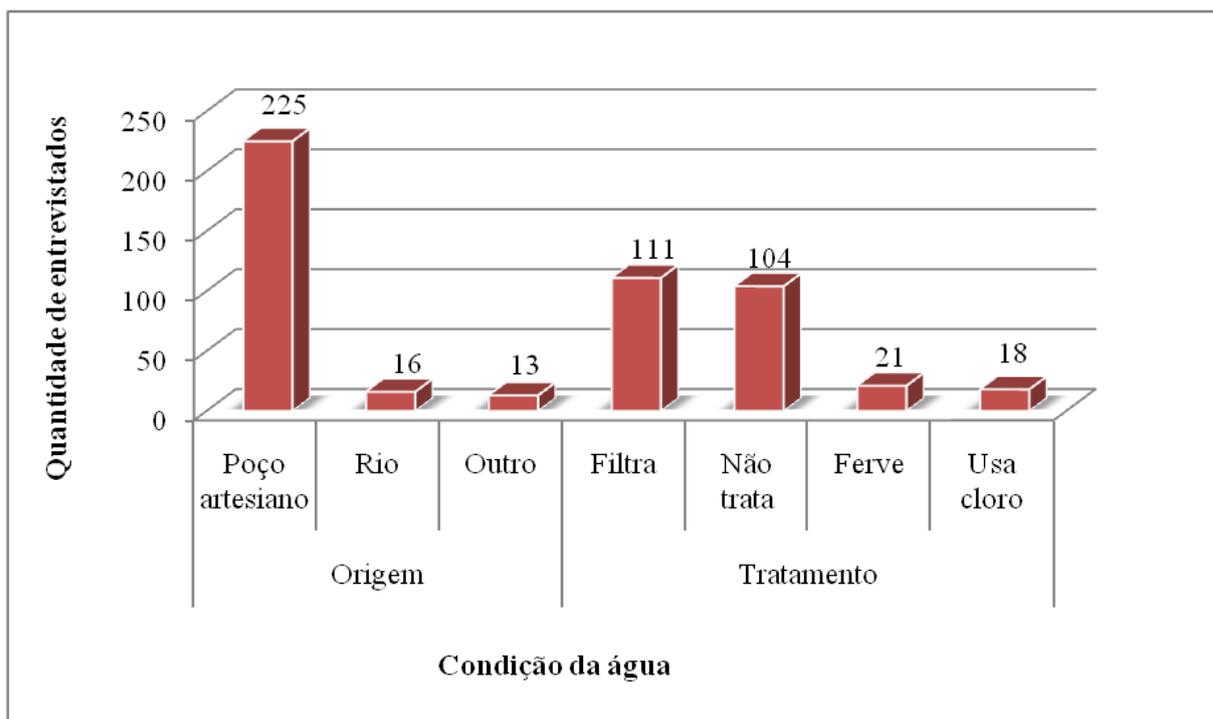
Em relação ao descarte do lixo doméstico produzido nas comunidades, presenciou-se que em 97,2% dos domicílios, os resíduos eram queimados e/ou lançados, sem tratamento, nas proximidades das casas; e em 2,8%, eram introduzidos em valas ou fossas construídas pelos agricultores familiares, para futuramente serem enterrados. O cenário ora em foco explicitou que o destino inadequado dos resíduos sólidos atingia diretamente as condições de saúde dos moradores, em virtude da incidência de doenças de veiculação respiratória, como relatou uma agricultora da comunidade Vereda do Mato.

Olha moço, o lixo quando a gente não enterra, a gente costuma queimá-lo. Mas, é uma prática ruim, pois a fumaça causa muita tosse e irritação de garganta, principalmente, nos pequenos [crianças]. Tem uns [crianças] que pra curar, só levando no postinho [unidade de saúde] em Uruçuí¹⁰⁵ (Informação verbal).

Já a pesquisa demonstrou que existia a predominância de agricultores que recorriam ao uso de poços artesianos, e que realizavam diferentes formas de purificação do líquido, para o abastecimento e tratamento da água. Esse quadro é exposto na Figura 18.

¹⁰⁵ Entrevista fornecida por L. F. B. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 12 de março de 2015.

Figura 18 - Abastecimento e tratamento de água nas comunidades rurais de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Por conseguinte, alicerçado na Figura 18, verificou-se que 88,6% das residências contavam com um sistema de canalização hídrica cuja origem era proveniente de poço artesiano, e que 11,4% dos lares não desfrutavam desse serviço. Desse montante de famílias com complicações no abastecimento de água, observou que 6,3% dependiam de rio e 5,1% captavam o bem em nascentes. Outrossim, constatou-se que 59,0% das propriedades faziam algum tipo de tratamento do recurso, como 43,7% filtravam, 8,3% ferviam e 7,0% aplicavam cloro, e 41,0% não faziam nada. Dessa forma, inferiu-se, embasado na concepção de Carvalho e Monteiro (2012), que as debilidades no acesso e na qualidade de água, em Uruçuí, impunha limites aos agricultores, prejudicando as condições de vida, na medida em que guardavam complexas relações com o meio ambiente, conforme ficou evidenciado na comunidade Vão do Lourenço (Figura 19), onde as pessoas captavam água de nascente para a reprodução da lavoura, a sobrevivência física e a higiene pessoal.

Figura 19 - Captação de água de nascente na comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI: A – nascente, B – sistema de encanamento de água, C – reservatório de água e D – saída da água do sistema de encanamento



Fonte: Silva (2015).

Em razão desse panorama, reconheceu-se a necessidade da efetividade das políticas de saneamento básico em Uruçuí, com a finalidade de melhorar os níveis de cobertura dos indicadores, pois conforme o IBGE (2010), neste ano, dos 789 domicílios particulares permanentes do município que não contavam com banheiros e sanitários, 76,4% pertenciam à zona rural.

Nessa perspectiva, salienta-se que essa adversidade, manifestada pela ineficiência de saneamento básico como sério problema social, assentou-se na análise de Oliveira (2005, p.73), de que o saneamento básico, pela própria natureza das intervenções previstas, é um serviço que tem por lógica “a manutenção da vida com qualidade, através da oferta de água potável e do desenvolvimento de soluções ao esgotamento sanitário com coleta e tratamento”.

Ademais, detectou-se que 88,0% dos agricultores familiares não usufruíam de sistemas de telefonia, enquanto 12,0% dispunham desse serviço. E que 98,4% das comunidades não tinham interação com a *internet*, sendo acessível apenas para 1,6% dos lares, cabendo aos jovens essa particularidade. Logo, apreendeu-se que esse condicionante por um lado, confirmava o quadro de exclusão social a que os agricultores estavam expostos, e por outro lado, refletiu a concepção de Candido (2003), de que a incorporação da unidade de produção

familiar aos estilos de vida modernos alteraria as posições na estrutura familiar, por evidenciarem, sob certos aspectos, como restrição, ampliação ou redefinição de necessidades.

Portanto, por meio da investigação constatou-se que o perfil social do agricultor familiar em Uruçuí, revelou uma realidade marcada por incertezas quanto à posse e ao uso da terra, por migrações entre comunidades, em função do avanço do agronegócio nas chapadas, por um baixo nível de escolaridade, por envelhecimento da população e pouca presença dos mais jovens na reprodução da atividade agrícola, por insatisfatórias condições de moradia e saneamento básico, e por carências quanto ao uso de redes de comunicações modernas.

7.3 Perfil econômico dos agricultores familiares

A pesquisa de campo demonstrou que dos 254 agricultores, 52,4% tinham a atividade agrícola familiar como principal fonte de renda e alimentícia, 24,4% dependiam do trabalho formal e 23,2% eram aposentados. Ressalta-se que do montante de agricultores inseridos no trabalho formal, 11,0% eram das fazendas, 5,5% do serviço público, 3,9% da construção civil, 3,2% do comércio e 0,8% da agroindústria. Essa configuração se adequou com a análise de Schneider (2003), de que as múltiplas atividades desempenhadas pelo agricultor familiar caracterizavam a dinâmica pluriativa, que o capacitava a construir caminhos e alternativas de sobrevivência.

Além do mais, registrou-se que 81,5% dos trabalhadores contavam com a ajuda da família para o desenvolvimento da produção agrícola, enquanto 18,5% desempenhavam as atividades da roça de forma individualizada. Esse cenário de preponderância do grupo doméstico na lavoura, associou-se com o inciso IV, do artigo 3º, da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (PRONAF 2), a qual estabeleceu que o agricultor dirija seu estabelecimento ou empreendimento rural com a ajuda da família.

Como também, que se coadunou com a opinião de Chayanov (1974), de que a sobrevivência da pequena propriedade se orientava preponderantemente do cálculo elaborado pelo agricultor, entre a quantidade de consumo e o grau de exploração da força de trabalho.

Acrescenta-se que o papel da família na viabilidade da agricultura ficou evidenciado, ainda, quando se verificou que da totalidade da amostra, 60,2% dos agricultores familiares não contratavam e 39,8% contratavam serviços temporários de terceiros. Outrossim, notou-se que o grupo dominante organizava as tarefas da roça a partir da contribuição de parentes, distribuída entre 58,2% de cônjuge e filhos, 37,9% somente cônjuge e 3,9% de outros membros, com diferentes níveis de parentesco, como tios, primos e avós, expressando,

destarte, o que Wolf (1976) chamou de família extensa, devido agrupar um certo número de famílias nucleares¹⁰⁶. Por essa razão, reconheceu-se a importância desse tipo de estrutura social na segurança produtiva da agricultura familiar em Uruçuí.

Já para o grupo contratante, a vigência da roça se efetivava através da ajuda externa (a média foi de um trabalhador por família), onde a natureza do contrato temporário entre as partes se consumava por meio de acordo verbal, vinculando-se, portanto, aos valores tradicionais de ordem camponesa ressaltados por Sabourin (2009), como confiança, amizade, honra e respeito à palavra. Ademais, observou-se que o pagamento dos trabalhadores era em salário, cujo valor médio por um dia de trabalho era fixado em R\$ 41,08.

Salienta-se que essa proposição se harmonizou com o inciso II, do artigo 4º, da Lei 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra), a qual estabeleceu o conceito de propriedade familiar e que foi utilizada na instituição do PRONAF (2), definida como uma unidade de produção doméstica explorada direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família e, eventualmente, absorve o trabalho de terceiros.

Porém, devido à territorialização do capital, provocada pelo agronegócio no cerrado uruçuiense, entendeu-se que o contexto de contratação de diaristas agrícolas expressou um processo de reconversão das prestações de ajuda mútua entre os comunitários, haja vista que historicamente a prática regular de mutirões era fundamentada nas regras de compartilhamento, solidariedade e reciprocidade. Essa particularidade foi narrada por um agricultor familiar de 63 anos, residente no Assentamento Santa Teresa.

Hoje, no meu modo de ver, a roça tá ficando pra traz, porque o custo tá muito alto. Hoje, o que o trabalhador produz durante o dia não cobre o valor da diária que é R\$ 40,00, aí, por aí tá ficando mais curto o serviço, e dois braços sozinho (sic) fica meio cansado. Quando antigamente se fazia mutirão, tinha cinco, seis lavrador (sic), eles se reuniam e faziam o mutirão, faziam uma roça juntos. Hoje, não faz (sic) mais, hoje tá mais difícil né, porque o povo não que mais trabalhar como antigamente¹⁰⁷ (Informação verbal).

Tal assertiva se adequou ao entendimento de Sabourin (2009, p.69), de que as novas relações de ajuda mútua são personificadas na monetarização, fato que tornou mais rara a regularização dos mutirões, pois “quando tais práticas são dominadas pela lógica da troca,

¹⁰⁶ Familiar nuclear ou conjugal trata-se de agricultores cuja vivência e/ou artifício de segurança alimentar depende das habilidades produtivas de cada membro do grupo (Op. cit, 1976).

¹⁰⁷ Entrevista fornecida por J. O. da S. para SILVA, A. J. da, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

elas não garantem mais a atualização das estruturas de reciprocidade que mantêm a produção dos valores humanos éticos”.

Ademais, percebeu-se nas comunidades, que o tempo de exercício dos chefes de família na agropecuária estava conformado nas trajetórias de vida, sendo significativa a participação de trabalhadores inscritos na atividade a mais de 35 anos, o que possibilitou assegurar que historicamente a pequena produção em Uruçuí contava com ajuda de crianças, uma vez que a média de idade do universo amostral era de 44 anos. Sendo assim, tendo em vista a heterogeneidade e complexidade da agricultura familiar, analisou-se o tempo de exercício dos trabalhadores nas práticas agropecuárias, o qual foi distribuído em intervalos de cinco anos para detalhar esse contexto, como mostrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Tempo de exercício na agropecuária, segundo os agricultores familiares de Uruçuí/PI

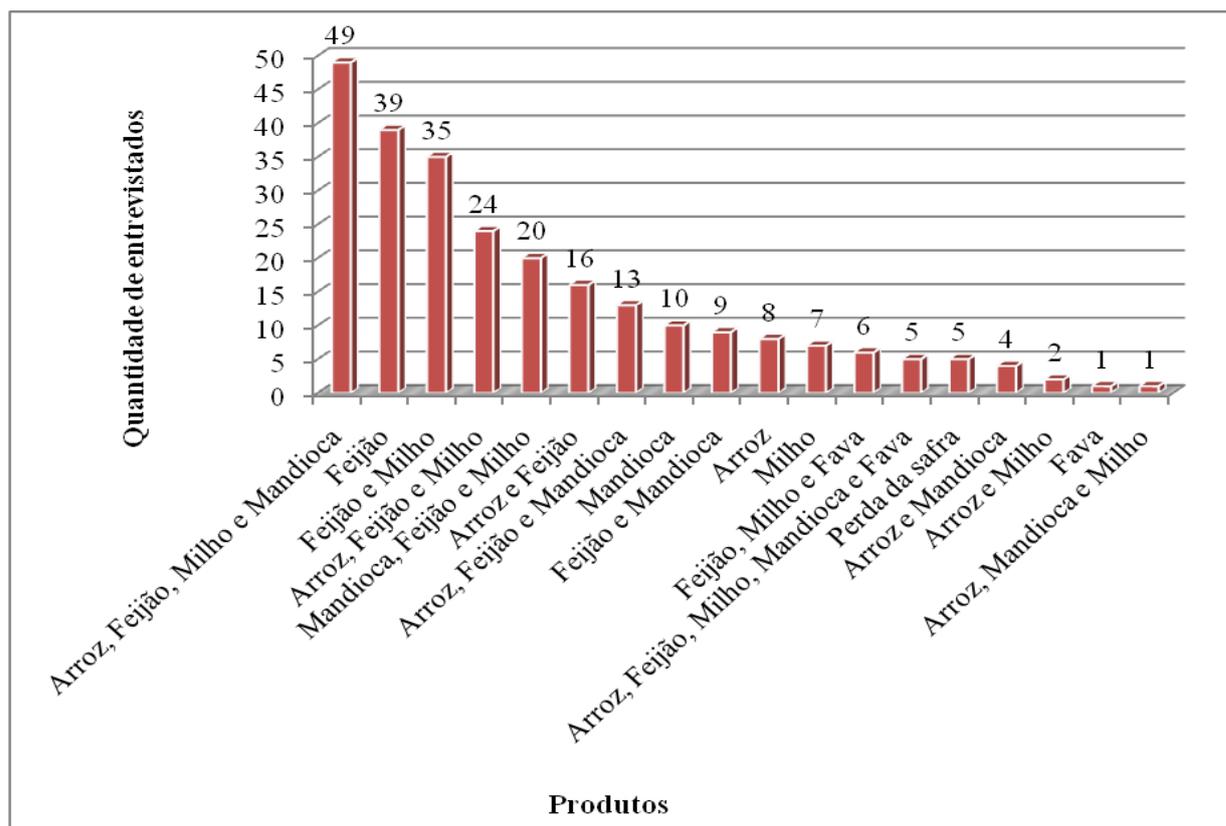
Tempo de exercício (anos)	Quantidade	%
Menos de 5	3	1,2
5 a menos de 10	9	3,5
10 a menos de 15	19	7,5
15 a menos de 20	18	7,1
20 a menos de 25	21	8,3
25 a menos de 30	24	9,4
30 a menos de 35	27	10,6
Mais de 35	133	52,4
Total	254	100,0

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Embasado na Tabela 6, notou-se que, em geral, os agricultores familiares de Uruçuí eram essencialmente dedicados ao cultivo da terra e à criação de animais, posto que 72,4% estavam nessa condição a mais de 25 anos, ou seja, já exploravam o patrimônio natural muito antes da chegada do agronegócio. Desse total, 52,4% trabalhavam com a agropecuária a mais de 35 anos, 10,6% entre 30 a menos de 35 anos e 9,4% de 25 a menos de 35 anos. Essa contextura enfatizou a relevância da tradicionalidade, por conferir uma realidade concreta em que as peculiaridades históricas, sociais e culturais organizavam o saber-fazer na roça. Sublinha-se que esse panorama se associou à análise de Bourdieu (1988, 1991), de que a organização e o saber são características intrínsecas do *habitus*, intimamente ligado à raiz camponesa, adquirido ao longo do tempo, por meio de uma dinâmica própria e de forma particular.

Em função dessa conjuntura, inferiu-se alicerçado na pesquisa de campo, que arroz (*Oryza sativa* L.), milho (*Zea mays* L.), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e fava (*Vicia faba* L.), listavam como os principais produtos da dieta alimentar das famílias, cuja representatividade dos cultivos no perfil da produção, na safra 2014/2015, está presente na Figura 20.

Figura 20 – Cultivos dos agricultores familiares de Uruçuí/PI, na safra 2014/2015



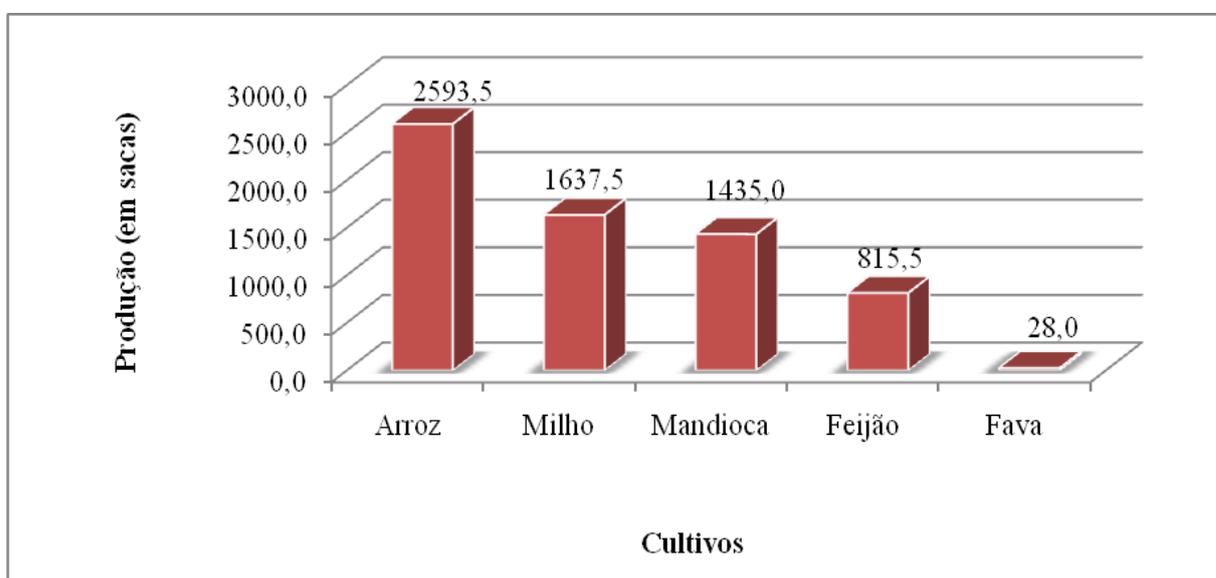
Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

A Figura 20 revelou que os agricultores familiares combinavam os cultivos de arroz, fava, feijão, mandioca e milho, com a finalidade de melhorar a qualidade da alimentação, bem como para destinar o excedente para a comercialização. Desse modo, presenciou-se que da totalidade amostral de 254 agricultores, 19,3% cultivavam arroz/feijão/milho/mandioca, 15,3% feijão, 13,8% feijão/milho, 9,4% arroz/feijão/milho, 7,9% mandioca/feijão/milho, 6,3% arroz/feijão, 5,1% arroz/feijão/mandioca, 3,9% mandioca, 3,6% feijão/mandioca, 3,1% arroz, 2,8% milho, 2,4% feijão/milho/fava, 2,0% arroz/feijão/milho/mandioca/fava e perderam a produção, 1,6% plantaram arroz/mandioca, 0,8% arroz/milho, 0,4% fava e arroz/mandioca/milho, na safra 2014/2015. Esse desempenho refletiu a análise de Carvalho e Monteiro (2012), de que a diversidade desses produtos, além de assegurar a subsistência

diária das famílias, contribuía para a segurança alimentar, o que relativamente evidenciava o carácter multifuncional da agricultura familiar de Uruçuí.

Todavia, não obstante esse cenário, faz-se mister enfatizar que do conjunto de 6.509,5 sacas de cultivos familiares, na safra 2014/2015, as produções de arroz, milho, mandioca, feijão e fava, corresponderam a 39,9%, 25,2%, 22,0%, 12,5% e 0,4%, respectivamente, o que consubstanciou a prevaência da rizicultura entre as lavouras familiares de Uruçuí, cuja quantidade produzida está exposta na Figura 21.

Figura 21 – Valores da produção de arroz (*Oryza sativa* L.), milho (*Zea mays* L.), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e fava (*Vicia faba* L.), na safra 2014/2015, em Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Detectou-se, em conformidade com a Figura 21, que o arroz apresentou excepcional rendimento entre as lavouras, com 2.593,5 sacas (de 60 kg), seguido por milho (1.637,5 sacas), mandioca (1.435 sacas), feijão (815,5 sacas) e fava (28 sacas). Relativo ao total de roças cultivadas, a produtividade média, por agricultor, era de 10,2; 6,4; 5,6; 3,2 e 0,1 sacas de arroz, milho, mandioca, feijão e fava, respectivamente. Essa performance se assemelhou aos dados apresentados por Carvalho e Monteiro (2012), no sentido de que, em 2011, a área plantada com arroz, milho, mandioca e feijão correspondia respectivamente a 1,3; 0,9; 0,8 e 0,8 hectares por unidade produtiva, o que possibilitou concluir que a racionalidade da agricultura familiar em Uruçuí se assentava nas demandas alimentares da família, por isso o agricultor priorizava a produção agrícola centrada nas culturas tradicionais de consumo local e regional.

Outrossim, constatou-se que em função do local de cultivo dos ditos legumes, as populações os reconheciam, genericamente, como culturas de sequeiro e vazante ou brejo (baixão). Sendo que a primeira caracterizava-se por lavouras cultivadas em áreas de chapadas, e a segunda, por produtos plantados em terrenos baixos, onde as temperaturas eram amenas (úmidas) e os solos alagadiços e/ou constituídos de ilhas e/ou de terras marginais fertilizadas pelas cheias de um rio, como o Uruçuí Preto. Nessa perspectiva, identificou-se o predomínio dos plantios nos baixões com 58,7%; enquanto nas chapadas foi de 41,3%, o qual decorreu do processo de ocupação dos platôs pelos empreendimentos graníferos, o que provocou o encurralamento dos agricultores familiares nos baixões ou os obrigou a migrarem para as cidades, como também, devido as condições naturais. A Figura 22 registra o trabalho agrícola em áreas de baixões.

Figura 22 – Roças de toco em comunidade rurais de Uruçuí/PI: A – lavoura familiar em Santo Antonio, B – pequena propriedade rural em Tamboril, C – cultivo de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) em Porto Velho e D – trabalho agrícola em Vão do Lourenço



Fonte: Silva (2015).

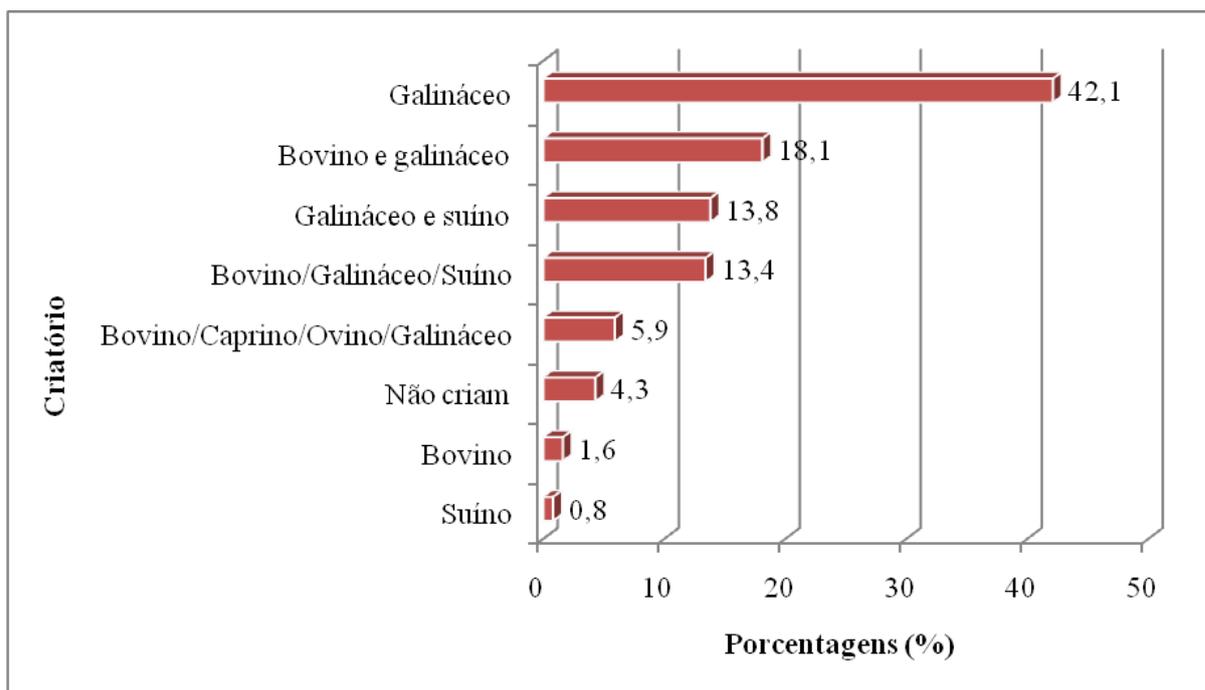
Salienta-se que além das lavouras explicitadas, observou-se a produção em pequena escala de frutas, como banana (*Musa* spp.), laranja (*Citrus sinensis* L. Osbeck), melancia (*Citrullus lanatus*), manga (*Mangifera indica* L.), cajú (*Anacardium occidentale* L.), goiaba (*Psidium guajava* L.), acerola (*Malpighia puniceifolia* L.), melão (*Cucumis melo* L.), maracujá

(*Passiflora edulis* Sims); e de horticulturas, como quiabo (*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench), maxixe (*Cucumis anguria* L.), pimentas (*Capsicum* spp.), cebolinha (*Allium schoenoprasum* L.), coentro (*Coriandrum sativum* L.), alface (*Lactuca sativa* L.), abóbora (*Cucurbita* spp), etc., os quais eram frequentemente cultivados em quintais das residências, com fins de melhorar a qualidade da segurança alimentar das famílias. Sublinha-se que esse quadro de policultura nas comunidades, exprimiu a compreensão do quintal como uma extensão da roça, o que se coadunou com a concepção de Moraes (2009, p.140), de que o quintal funcionava como um espaço contíguo voltado para o “cultivo de verduras, fruteiras e alguma roça menor (macaxeira, milho e feijão, para serem consumidos verdes)”.

Acerca do destino da produção agrícola, a pesquisa empírica assegurou que 91,3% dos agricultores não comercializavam as lavouras, pois a lógica para a produtividade do legume se pautava na subsistência da família. E para 8,7% dos familiares, a oferta da safra ao mercado ocorria de forma parcial, o que caracterizou a economia de provisionamento. Essa configuração confirmou as argumentações de Martins (2012), de que sem embargo as determinações de mercado não estarem imediatamente presentes no processo de trabalho do agricultor familiar, o mesmo não era imune às relações da sociedade capitalista. Logo, o agricultor era obrigado a estabelecer vínculo com o dinheiro, pois sua sobrevivência dependeria residualmente das articulações e das influências que manteria com o mercado e o capital.

Adenda-se que por meio da investigação, verificou-se que 72,5% dos agricultores destinavam os rebanhos, preponderantemente, para o provisionamento, 23,2% exclusivamente para o autoconsumo e 4,3% não criavam. E que, estrategicamente, combinavam os diferentes criatórios, com fins de enriquecer o cardápio familiar e atender ao mercado local (Figura 23).

Figura 23 - Criação de animais, segundo os agricultores familiares de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Segundo a Figura 23, detectou-se a proeminência do galináceo com 42,1%; seguido das misturas de bovino mais galináceo (18,1%), galináceo mais suíno (13,8%), bovino/galináceo/suíno (13,4%) e bovino/caprino/ovino/galináceo (5,9%); além de criações específicas de bovino (1,6%) e suíno (0,8%). Esse cenário liderado pela produtividade de aves, mostrou-se similar aos dados do IBGE (2015b), por ter registrado 2014, 146.326 galináceos, e 18.148 bovinos, 2.786 suínos e 551 caprinos, em Uruçuí. A Figura 24 registra a criação de animais nas comunidades.

Figura 24 – Criação de bovinos, galináceos, suínos e ovinos/caprinos nas comunidades rurais de Uruçuí/PI: A – criatório bovino em Vão do Lourenço, B – galináceo em Santo Antonio, C – criação de suínos em Pratinha e D – produção de ovinos/caprinos em Santa Teresa



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Como também, averigou-se que 100% dos agricultores familiares não estavam preocupados em obter lucro com a comercialização do rebanho, senão adquirir mercadorias que precisavam e não produziam, principalmente as industrializadas. Essa contextura associou-se a análise de Sahlins (1983), de que a economia de provisionamento se sustenta na possibilidade de ampliação do suprimento das necessidades dos membros da família. E que em virtude dos agricultores não consumirem integralmente a produção, mantinham relações estreitas com o mercado, com vistas a assegurarem bens urgentes.

Observou-se que a comercialização do excedente era realizada em múltiplos lugares, 59,1% somente na sede do município, 27,3% na sede do município e na própria comunidade a qual pertenciam, 9,1% na comunidade de origem e 4,5% outras comunidades. Todavia, inferiu-se, alicerçado em Lênin (1982), que essa dependência ao mercado revelou o avanço do capital na agricultura, ao controlar a produção dos produtores isolados e obrigá-los a levarem em conta as demandas da evolução da sociedade.

Prosseguindo a análise da estrutura econômica dos agricultores familiares, identificou-se que 68,5% não confeccionavam objetos artesanais e 31,5% desenvolviam essa atividade, consorciada com a atividade agrícola. Sendo que, desse montante, 92,9% fabricavam os

utensílios, como uma forma de preservarem os laços culturais, ou seja, de rememorarem a raiz camponesa e 7,1% construía os bens, motivados pela exigência de complementarem a renda. Porém, ressalta-se que a venda não consistia em cálculo guiado pela natureza capitalista, mas na certeza de assegurar a continuidade da unidade de produção doméstica, como explicitado no Quadro 3.

Quadro 3 - Produtos artesanais produzidos pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI

Produto	Utilidade	Matéria-prima	Número de agricultores	%
Abano	Instrumento empregado no preparo da alimentação familiar, nas roças e nas residências, cuja finalidade visava a combustão da lenha ou do carvão, por meio da ventilação manual do ar.	Palhas do buriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L. F.), carnaúba (<i>Copernicia prunifera</i> (Mill.) H. E. Moore) e babaçu (<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng)	20	7,9
Jacá	Apetrecho utilizado para o transporte e armazenamento da safra e/ou mercadorias não agropecuárias	Caules do babaçu	13	5,1
Coifo	Recipiente usado para armazenar alimentos e outros produtos, nas roças e nas moradias	Palhas do buriti, carnaúba e babaçu	11	4,3
Cesto	Utensílio utilizado para guardar roupas, calçados e ferramentas.	Caules do babaçu	7	2,7
Tapiti	Recipiente utilizado na farinha para pôr a massa da mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz) para escorrer	Fibras do buriti	5	2,0
Tarrafa de pesca	Rede em forma de cone que era arremessada sob o cardume de peixes	Barbantes e linhas de <i>naylon</i> , boias e barras de chumbo	5	2,0
Vassoura	Apetrecho utilizado na limpeza doméstica	Palhas da carnaúba	4	1,6
Cocheira	Tipo de caixa de madeira usada para depositar a ração dos criatórios, sobretudo, bovinos	Troncos do tamburil (<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong), açoita-cavalo (<i>Lucea divaricata</i> Mart.) e jatobá (<i>Hymenaea stignocarpa</i> Mart. ex Hayne)	2	0,8
Esteira	Bancada de madeira utilizada na produção da farinha	Tronco do cedro (<i>Cedrela odorata</i> L.)	2	0,8
Outros	-	-	11	4,3
Não fazem	-	-	174	68,5
Total	-	-	254	100,0

Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

De acordo com o Quadro 3, constatou-se que os produtos artesanais se distinguem por 7,9% abanos, 5,1% jacás, 4,3% coifos, 2,7% cestos, 2,0% tapitis, 2,0% tarrafas de pesca, 1,6% vassouras, 0,8% esteira e cocheira, respectivamente, e 6,7% de outros utensílios (peneiras, mesas, cadeiras, canteiros, cercas, paióis, chiqueiros, etc.). Registra-se que esses artefatos incrementavam o cotidiano das famílias nas terras de morada e de trabalho, simbolizando estilos de vida, costumes, saberes, arranjos técnicos e, ao mesmo tempo, ancestralidade, por isso eram incorporados nas práticas diárias, principalmente no preparo da alimentação, na estocagem da safra, no transporte de mercadorias, na farinhada, na piscicultura, no plantio, na colheita, enfim, nas diversas atividades desenvolvidas pelo trabalho social (Figura 25).

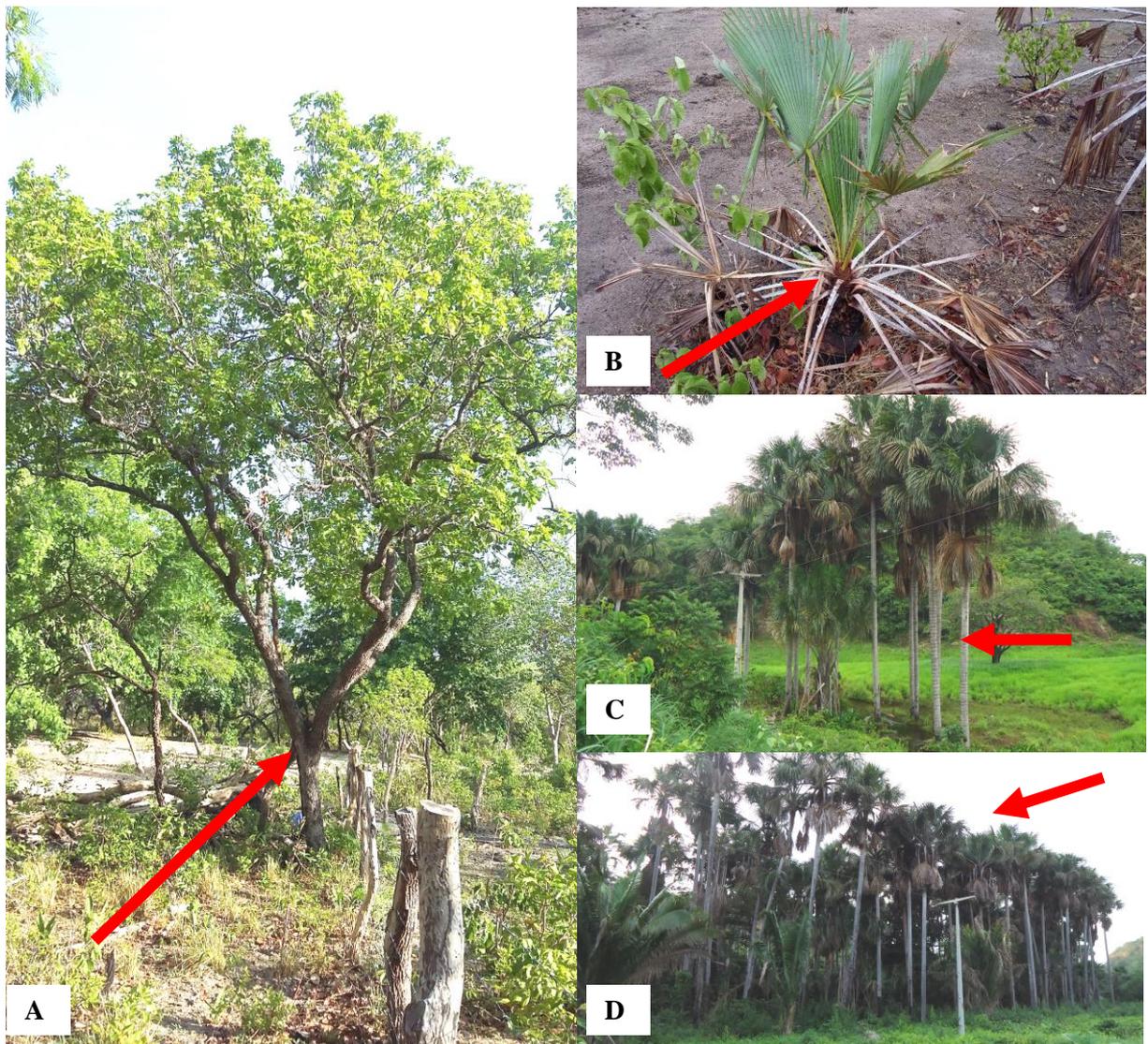
Figura 25 – Artefatos artesanais fabricados pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – coifos, B – jacá, C – abano, D – mesa e cadeiras de madeira, E – tapiti e F – caixões de madeira utilizados na produção de farinha e tapioca



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Destaca-se também, que os produtos artesanais eram provenientes do extrativismo vegetal regional (exceto a tarrafa de pesca), em especial das palmeiras do buriti (*Mauritia flexuosa* L. F.), carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H. E. Moore), babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) e tucum (*Astrocaryum vulgare* Mart.) e de outras espécies da flora como o tamburil (*Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong), o açoita-cavalo (*Luchea divaricata* Mart.), o jatobá (*Hymenaea stignocarpa* Mart. ex Hayne), o cedro (*Cedrela odorata* L.) e o pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess). A Figura 26 apresenta plantas silvestres utilizadas pelos agricultores familiares de Uruçuí.

Figura 26 - Espécies botânicas utilizadas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – pequizeiro (*Caryocar brasiliense* Cambess), B – carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H. E. Moore), C – babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) e D – buriti (*Mauritia flexuosa* L. F.)



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Tal interação homem/natureza se concatenou com a explicação de Leff (2009), de que as capacidades adaptativas e criativas dos povos de comunidades rurais derivam de séculos de experiências e coevolução de práticas tradicionais com as transformações do meio ambiente. Portanto, esclarece que o saber tecnológico *autóctone* articula a experiência propriamente técnica com toda a cosmovisão que reúne, num sistema holístico, processos de significação em que se contextualizam percepções, conhecimentos e estratégias inseridos em contextos geográficos, ecológicos, sociais, econômicos e culturais específicos.

Além disso, constatou-se a plenitude dos mais velhos em relação ao manejo sobre a seleção de espécies vegetais e sobre a particularidade de técnicas tradicionais associadas à confecção dos objetos, como exposto na Figura 27.

Figura 27 - Agricultor familiar confeccionando coifo, comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI



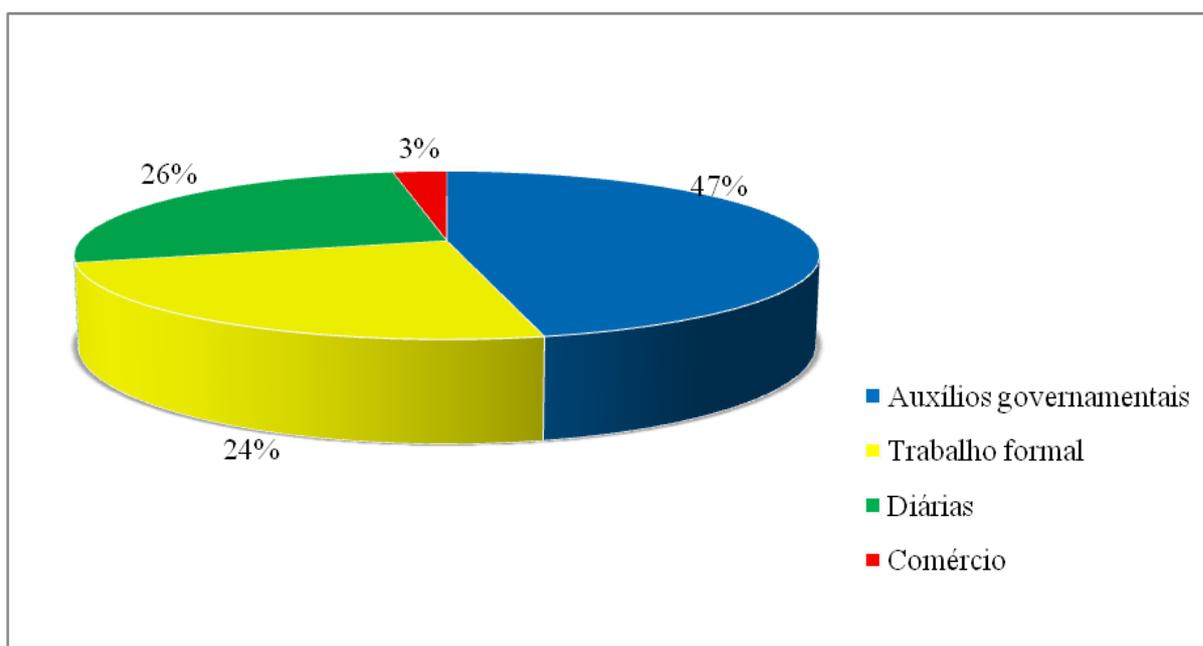
Fonte: Silva (2015).

Desse modo, inferiu-se que por um lado, o elevado índice de não artesãos, 68,5%, evidenciou mudança social induzida pela imposição de novas posturas quanto à satisfação das necessidades básicas, devido ao processo de globalização da economia, que repercutiu na entrada de produtos industrializados nas residências e nas roças. E, por outro lado, a permanência de artesãos se harmonizou com a visão de Chayanov (1974), de que a reprodução do artesanato na pequena propriedade manifestava uma estratégia campesina cujo

único raciocínio se fundamentava no compromisso de garantir o equilíbrio entre consumo e força de trabalho.

A pesquisa de campo também apontou, a importância dos auxílios governamentais, como aposentadorias, pensões e Bolsa Família, do trabalho formal, das diárias e do comércio para a manutenção das famílias, por configurarem como as principais fontes de renda mensal, como está explícito na Figura 28.

Figura 28 – Principais fontes de renda mensal dos agricultores familiares de Uruçuí/PI



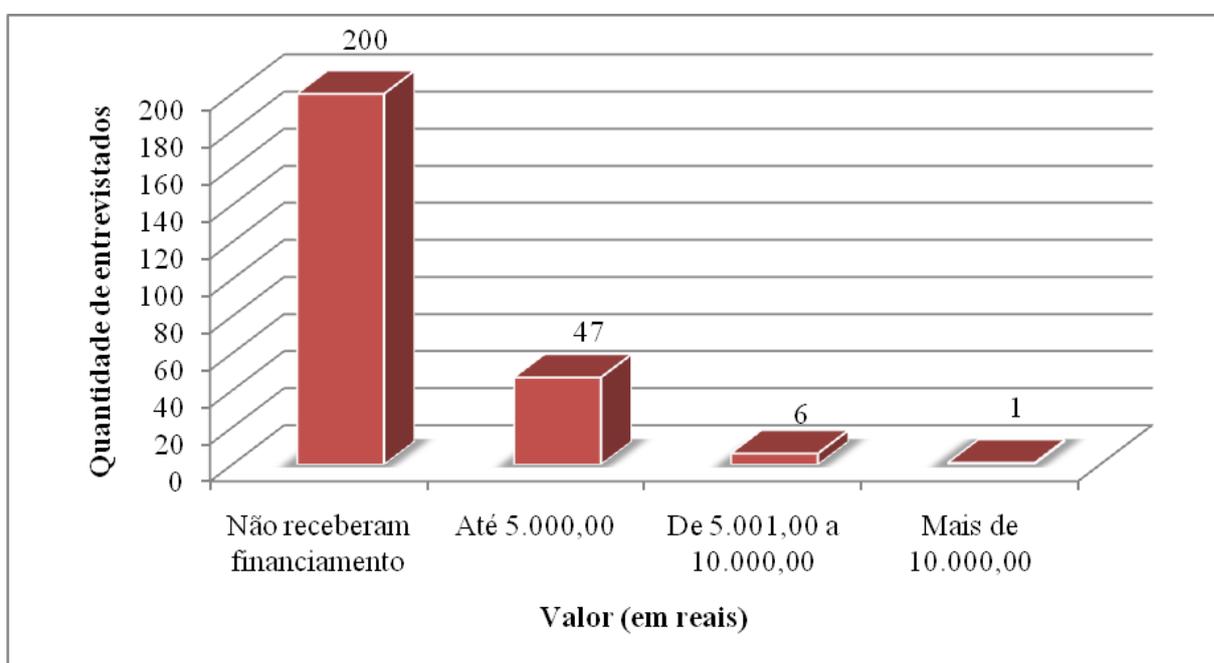
Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Alicerçado na Figura 28, observou-se que do total do universo amostral de 254 agricultores, 47,0% contavam com auxílios governamentais como complemento da renda mensal familiar, 26,0% com diárias, 24,0% com trabalho formal e 3,0% com comércio (sobretudo bodegas, bares e restaurantes). Do montante que recebiam auxílios governamentais, 23,2% eram aposentados, 22,8% beneficiários do Programa Bolsa Família e 0,4% pensionistas. Esse cenário expressou que a reprodução da pequena propriedade, em Uruçuí, era mantida preponderantemente por fontes de renda não agrícolas, o que contrariou o inciso III, do artigo 3º, da Lei nº 11.326, de 2006, que o agricultor familiar tenha renda econômica basicamente do seu estabelecimento. Assim, entendeu-se que quando existem novas oportunidades de emprego ou outras fontes geradoras de salário, o agricultor as ocupa, para não comprometer a estabilidade da unidade de produção doméstica, haja vista as incertezas das políticas governamentais de apoio à atividade.

Nessas circunstâncias, destaca-se que a análise da venda de produtos agropecuários e artesanais, como também do recebimento mensal de auxílios governamentais, do emprego formal, das diárias e do comércio não agrícola, como fonte de renda principal, revelou que do total dos chefes de família, 46,0% percebiam de um a menos de dois salários mínimos mensais, 33,5% menos de um salário mínimo, 20,1% de dois a menos de três salários mínimos e 0,4% superior a três salários mínimos.

Essa configuração de reduzida capitalização dos trabalhadores suscitou a necessidade de analisar a aquisição de linhas de crédito bancárias entre as famílias, para a realização da produção agropecuária 2014/2015. Para tanto, apresenta-se a Figura 29.

Figura 29 – Crédito bancário para a produção agropecuária na safra 2014/2015, em Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Com base na Figura 29, percebeu-se que 78,7% dos trabalhadores não receberam investimentos para custear a estruturação da produção agropecuária 2014/2015, enquanto 21,3% recorreram aos créditos bancários. Os ditos financiamentos contemplaram 18,5%, 2,4% e 0,4% das famílias com valores que atingiam até R\$ 5.000,00, que variavam de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 e que ultrapassavam R\$ 10.000,00, respectivamente. Outrossim, identificou-se que a totalidade dos recursos financiados era proveniente de linhas de crédito do PRONAF, concedidas via Banco do Nordeste do Brasil (82,7%) e Banco do Brasil (17,3%). Nessa perspectiva, realça-se que essa situação refletiu a avaliação de Abramovay e Piketty (2005), de que as limitações e o desnivelamento da política do PRONAF interferem

inversamente na reprodução da agricultura familiar, particularmente no Nordeste, haja vista que o Programa beneficia sobremaneira os produtores mais abastados em capital e articulados à rede bancária, especialmente os situados nas regiões Sul e Sudeste do país.

Verificou-se ainda, que a liberação do capital era condicionada a avaliação pelas agências bancárias, da posse da terra ou um aval do dono da propriedade, o qual confirmava a situação fundiária dos trabalhadores (assentados, agregados, arrendatários e ocupantes), de um projeto discriminando as intenções produtivas propostas, e de outros elementos econômicos que cercavam a situação financeira dos agricultores (saldos médios, aplicações, cartões de crédito). Assentado nesse panorama, compreendeu-se que essas condições excluía muitos agricultores do acesso aos recursos, o que revelou que a problemática da realidade fundiária em Uruçuí, se consubstanciava também em grave problema social. Logo, notou-se que essas condições, espelharam a interpretação de Zaar (2011), de que a excessiva burocracia imposta pelos bancos para a concessão de empréstimos ao pequeno produtor torna as agências bancárias um território desfavorável à agricultura familiar, pois as garantias exigidas não são compatíveis com a estrutura socioeconômica da produção de subsistência.

Nesse sentido, assinala-se que esse cenário de seletividade social para a distribuição dos financiamentos públicos, estava consoante com as críticas formuladas por Wanderley (2003), Tonneau, Aquino e Teixeira (2005a, 2005b), e Sabourin (2009), sobre os contrapontos do PRONAF, devido, por um lado, legitimar socialmente, economicamente, culturalmente e ambientalmente a agricultura familiar, mas por outro lado, não promove, de maneira explícita, a implementação de mercados locais de proximidade ou de cadeias produtivas entre os agricultores e os consumidores. Por isso, reconhecem que os parâmetros políticos do Programa se sustentam na definição de agricultor moderno, ou seja, na concepção de agricultura empresarial, o que reforça a opção produtivista e setorial.

A pesquisa empírica também demonstrou, que embora fosse concedido o crédito bancário para os trabalhadores, isso não lhes assegurava a eficiência produtiva das roças, pois em virtude das incertezas do acesso à orientação técnica institucional, os agricultores manifestavam descontentamentos sobre a estrutura dos financiamentos, como está relatado nas narrativas.

Eu colhia às vezes com maquinário, no tempo que nós fizemos o negócio no banco, daí sempre o [...] aparecia (sic) umas máquinas, porque era grosso que plantava, porque todo mundo metia os pés pra plantar. Então, era só puxar uma máquina de fora pra dentro. Mas hoje, é pouca gente que tem esse negócio na roça, né! Logo, a roça também não tá ajudando mais, não ajudam mais o pequeno agricultor não [...], principalmente numa terra que nem a

nossa aqui, que tá fraca. Nós fizemos o empréstimo em 2005 e calcariamos a terra e nem foi botado a conta suficiente do que a terra pediu. Não foi feita uma análise do solo. Aí, daí pra cá, ninguém mais plantou como era, não prepararam a terra, tá uma terra fraca, você tem que plantar muito pra colher pouco¹⁰⁸ (Informação verbal).

O financiamento que eu em fiz em 2006 era vinculado à assistência técnica da EMATER, que não veio. Aí, não veio assistência técnica, não veio nada, nós ficamos produzindo do jeito que podia. Aí, nós ficamos prejudicados, pois parte não pagou o banco, os outros tão (sic) tudo (sic) endividados [...] O valor foi de R\$ 14.000,00, era R\$ 15.000,00¹⁰⁹, mas tinha que dá a parte da assistência. Aí, nós ficamos prejudicados¹¹⁰ (Informação verbal).

Eu fiz ele [PRONAF] uma vez e isso foi o que acabou com nós aqui no assentamento, porque foi plantado tudo direitinho, mas aí quando foi feito o PRONAF [...] não, não tem que ter um técnico? Aí, botaram uma firma aqui, gente daqui mesmo, a EMATER. Aí, essas coisas foi (sic) plantado, todo mundo plantou, mas daquele jeito véio (sic) que a gente sabia, a preferência [vantagem] foi que a terra foi aradada, porque ele [extensionista] nem pra regular uma plantadeira pra plantar arroz; outra assistência de jeito nenhum. Aí, ninguém foi pra frente. [...] Aí, naquela época (2004), as terras tavam (sic) tudo aradada, o mato era pouco, não tava (sic) encapoeirado, não precisava tirar com a enxada, aí deu bom, deu muito arroz. A EMATER só fez ganhar o dinheiro. Cada um [assentado] recebeu R\$ 15.000,00 [...] Aí, foi feito o projeto pra porco, pra gado, galinha, cajuína, ovelha, tudo cuidado mesmo pela gente. [...] Tudo foi plantado de qualquer jeito porque na máquina você tem saber a quantidade de caroços que cai por metro, e aqui, ninguém sabia regular uma máquina dessas, e a quantidade caroços, sabia que o jeito era aquele. Aí, tinha vez que o arroz nascia quatro, cinco pés enrrabados (sic) no monte, aí, por aí, começou o dermantelo (sic). Aí, a metade pagou o PRONAF e outros não pagou (sic), porque não tinha como¹¹¹ (Informação verbal).

Através desses depoimentos, apreendeu-se que em Uruçuí, os horizontes de o PRONAF potencializar equitativamente o desenvolvimento da agricultura familiar, eram reduzidos, em consequência do quadro de inadimplência e/ou endividamento dos trabalhadores junto às agências bancárias, os obstáculos enfrentados para o custeio das lavouras e dos criatórios, e as insatisfações com a orientação técnica, as quais se coadunaram à análise de Grisa, Wez Júnior e Buchweitz (2014, p.342), de que não raro, a extensão rural e a assistência técnica “apresentam dificuldades ou não estão preparadas para trabalhar com os

¹⁰⁸ Entrevista fornecida por A. J. A. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 15 de maio de 2015.

¹⁰⁹ Recurso proveniente do PRONAF grupo A, que é o primeiro crédito para assentados da reforma agrária, cuja finalidade visa à estruturação das unidades produtivas, por meio de subsídios para investimentos e custeio. Em 2006, o total destinado por essa modalidade do PRONAF era de R\$ 18.000,00 por família, com juros de 1,15% a.a. e prazo de pagamento de até 10 anos (SOUSA JÚNIOR; ARRAES, 2009).

¹¹⁰ Entrevista fornecida por J. T. S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

¹¹¹ Entrevista fornecida por P. J. da S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 17 de maio de 2015.

segmentos menos capitalizados ou com projetos não convencionais, prevalecendo interpretações setoriais e produtivistas sobre o rural e a agricultura familiar”.

Porém, para o movimento sindical local, apesar das dificuldades sobre os investimentos financeiros e sobre a assistência técnica nas comunidades, não se poderia reduzir os avanços das políticas públicas na agenda de conquistas da agricultura familiar em Uruçuí, como comentou uma líder sindical.

Hoje, nós temos de 2000 pra cá, a gente viu a mudança da política, é [...] da política partidária, da política que dá uma orientação à agricultura familiar, mas tá se arrastando [crise], tá muito pouco. Existe o Reforma Agrária [Programa Nacional de Reforma Agrária], já há investimentos do Reforma Agrária nos assentamentos, tanto do INCRA, como do Banco da Terra, Crédito Fundiário, já tem uma pequena produção, mas precisa fazer muito resgate [resolver questões de litígios de terras] e também incentivar a questão dos financiamentos, liberar recursos¹¹².

Diante da análise exposta, constatou-se que o perfil econômico dos agricultores familiares de Uruçuí se caracterizava por uma produção que visava ao aprovisionamento, cuja força de trabalho era basicamente composta pelo grupo doméstico e, por vezes, pelo contrato em diária. Ademais, os agricultores eram pluriativos, na medida em que se ocupavam de outras atividades, como forma de complementarem a renda mensal e, por sua vez, não comprometer a continuidade da produção agropecuária, já que os poucos investimentos ofertados pelas instituições bancárias, a seletividade, as restrições e as limitações dos financiamentos não satisfaziam o progresso das suas propriedades rurais.

7.4 Perfil cultural dos agricultores familiares

No tocante às manifestações culturais, como festividades e/ou celebrações religiosas de santos da igreja católica, identificou-se que 98,0% dos agricultores solenizavam-se às datas comemorativas do padroeiro ou da padroeira do povoado, pois historicamente o culto ao sagrado representa uma forma de solicitar a interseção (proteção) da divindade contra o profano (fenômenos sobrenaturais ou místicos), como também de agradecer pela safra atingida. Já 2,0% das famílias não apontaram nenhuma prática cultural ligada às festividades religiosas do catolicismo, haja vista se reconhecerem como evangélicas.

De fato, ressalta-se que o respeito às leis divinas era uma particularidade inerente do agricultor familiar em Uruçuí, já que ao cultivar a terra, mantinha uma estreita ligação com a

¹¹² Entrevista fornecida por M. da C. de S. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 2 de fevereiro de 2015.

natureza, a qual, segundo a tradicionalidade camponesa, foi criada por Deus. Desse modo, descobriu-se que dos 254 trabalhadores, 59,8% orientavam a produção agropecuária a partir de conhecimentos e experiências procedentes de princípios religiosos, mais especificamente por “votos” (pedidos) de uma safra sem perdas nem pragas; e que 40,2% desconheciam tal contexto. Por essa razão, delineou-se que entre os comuns se reproduziam modos de vida cuja sociabilidade com a terra preservava laços de identidade com o sagrado, que se descortinava sobremaneira na *práxis* de previsão das chuvas.

[...] O dia santo eu gosto de guardar, Santa Luzia, São José, São Sebastião, semana santa, eu gosto de guardar. Eu tenho essa experiência, eu guardo. Por exemplo, no dia de São José [19 de março], que é amanhã, se chover é sinal que o legume vai ser bom e ele vai ser mais apurado [produtividade]. As experiências de Santa Luzia [...] Hoje as coisas mudou (sic), muita coisa mudou, mas a gente tinha a experiência, eu mesmo botava as experiências com as pedras de sal, cinco dias antes da data de comemorar o dia da santa. Eu mesmo botava a experiência no dia de Santa Luzia, 13 de dezembro, ali você ficava [calculava], um dia daquele era um mês [o agricultor associa a quantidade de pedras de sal aos meses do calendário], aí se chovesse naquele dia era bom aquele mês, se não chover não era bom, se ficasse só emormassado [nublado] ia chover também, a gente tinha essas experiências¹¹³ (Informação verbal).

Ademais, constatou-se que a interação homem/natureza nas comunidades rurais denotava costumes e linguagens potencializados na cosmovisão, na compreensão de características relativas aos aspectos ambientais do cerrado, o que contribuía para a valorização do *ethos* e das subjetividades culturais dos agricultores, como ficou exposto na narrativa de um agricultor familiar de 67 anos, morador de Santa Teresa.

Olha pra saber se é um ano bom de chuva, tem a experiência do pequi e do buriti. Ano de muito pequi nós só vai (sic) ter um inverno [verão, período das chuvas] a depois que ele terminar de cair, que é mais fácil você ver um pequi seco de baixo de um pé do que ele pubo [podre] com água. O buriti vai ter a oportunidade do pequi, porque não vai ter nenhum mês que não chova duas, três chuvas, ele vai pegar aquela oportunidade daquela chuva de cair, quando depois, de novo ele torna a repetir a queda, até acabar o pequi o inverno chega. Se você observa isso aí, isso aí é escrito por Deus!¹¹⁴ (Informação verbal).

¹¹³ Entrevista fornecida por J. D. da S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Pratinha, Uruçuí/PI, 18 de março de 2015.

¹¹⁴ Entrevista fornecida por L. G. da S. G. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

Essa configuração etnoecológica se coadunou com a análise de Woortmann (2009) sobre a tríade Deus/Homem/Terra, de uma percepção da ética do equilíbrio entre a terra e os homens, na qual a pessoa dialoga com a natureza em geral e espera da mesma apenas o necessário para as demandas de consumo.

Com efeito, entendeu-se que tal aspecto sociocultural incluía uma ordem moral simbolicamente marcada por princípios de reciprocidade em que os trabalhadores partilhavam a lavoura com o(a) santo(a) de devoção, com fins de assegurarem a autossustentabilidade do grupo.

Olha tem uma experiência que o camarada faz, meu pai fazia e eu aprendi. Deixava, se fosse acabar de plantar roça curta dia 13 de dezembro, deixava um pedacinho pra plantar naquele dia, aí dizia assim: esse aqui é o arroz de Santa Luzia! Meu pai fazia muito e eu faço e acredito. Dá certo!¹¹⁵ (Informação verbal).

Destaca-se que essa subjetividade cultural corroborou com a afirmação de Leff (2009), de que os padrões tecnológicos dos agricultores familiares dependem de processos simbólicos e de significação cultural que estabelecem as formas nas quais as práticas, os conhecimentos locais e os saberes tradicionais se articulam com os mitos e as crenças religiosas.

Nesse sentido, por meio da investigação identificou-se que 85,8% dos chefes de família orientavam a produção agrícola a partir de conhecimentos sobre as fases da lua, enquanto 14,2% desprezavam esse estilo cultural de organização produtiva. Notou-se que a estreita relação com o ciclo lunar determinava o ritmo e a qualidade da lavoura. Devido a essa particularidade, os agricultores se referiam aos efeitos do cultivo sob condições geofísicas.

A lua quando nós quer fazer o plantio, nós deixa ela passar pra cá [poente], ela tá fazendo quarto-crescente, e quando ela tá fazendo o quarto-crescente é que nós faz o plantio, não deixa ela ficar nova porque se não o legume fica fraco, porque tem que pegar o cheio da lua, a força da lua, a força do quarto-crescente pro cheio da lua, porque aí o legume vai crescer. E nós tem (sic) essas experiências porque a planta cresce, ela fica forte, um legume sadio. Agora, pra feijão, você tem que pegar a lua fraca, porque quando ela tá nascendo uns dois dias, três, passou pro nascente, que ela é nova, aí você planta o feijão, que é pra ele não ficar com aquela folha grossa, porque quando ele engrossa a folha ele não bota carga, ele fica com aquela folhagem grossa, aí só aumentando, aumentando, e a carga dele é bem pequenininha, mas quando ele nasce o feijão com a folha fina, uma folha mole, aí você

¹¹⁵ Entrevista fornecida por P. R da C para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

pode esperar a carga do feijão. Por isso, a gente espera a lua tá mais nova do que crescente¹¹⁶ (Informação verbal).

A lua nova é boa pra planta de rama, até ela fazer quarto-crescente a gente planta fruta de rama, como abóbora, a melancia, o feijão, essas aí. Já pras que não é de rama, depois do crescente dela até três dias depois dela ser cheia você pode plantar tudo¹¹⁷ (Informação verbal).

Eu gosto muito de utilizar as fases da lua, eu gosto de plantar na lua cheia, planto o arroz, a mandioca, o feijão, tudo na lua cheia. Eu acho que faz parte do solo com o planeta [risos]. Eu não estudei, mas eu acho que faz um pouco de parte, não sei! Eu vejo rendimento, até a produção que a gente vai ganhar, como também, por exemplo, essa fase agora ela tá minguando [fase minguante], e aquele arroz lá [aponta a lavoura de arroz], nesse caso agora ele tá parindo [próximo de colher], as vezes ele dá um cachinho pequeno, as vezes ele fica ruim pra encher, porque tá [...] porque quando a lua tá crescendo aquele cresce com força, o arroz enche mais o cacho. É, eu acho que seja assim, pra mim é assim¹¹⁸ (Informação verbal).

A lua nova é época de plantar feijão, agora a mandioca não, a lua cheia até o quarto-crescente ela é boa, agora o arroz também não, a lua nova pra plantar arroz não presta porque vai depender dos outros planetas, porque uma comparação: se a lua tá novinha, tá fina pra plantar arroz, ele cresce como um varapau e o cacho dá deste tamanhinho, não presta não, o cachinho pequeno não rende; agora sendo uma lua cheia com três ou quatro dias aí pode plantar, ele não cresce muito, mas o cacho dá grande¹¹⁹ (Informação verbal).

Destarte, alicerçado nessa interação agricultura/ciclos ecológicos, reconheceu-se a permanência de singularidades da matriz camponesa nos modos de vida rurais em Uruçuí, pois em conformidade com as explicações de Woortmann (2009), a lua é um fundamento cognitivo que permite a leitura da natureza, posto governar a roça e, conseqüentemente, determinar tempos distintos para o plantio e a colheita, como também revelar uma taxonomia popular que transita entre raízes e folhagens.

E que, nas terras de trabalho, o agricultor cultivava a roça livre do controle e do rigor do cronômetro, haja vista que da totalidade da amostra, 96,0% desenvolviam os serviços cotidianos guiados pelo Sol, enquanto 4,0% dirigiam as tarefas diárias através do relógio, como narraram os produtores familiares.

¹¹⁶ Entrevista fornecida por D. M. de A. para SILVA, A. J. da. Comunidade Sangue, Uruçuí/PI, 25 de junho de 2015.

¹¹⁷ Entrevista fornecida por L. G. da S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí, 14 de maio de 2015.

¹¹⁸ Entrevista fornecida por G. de M. R. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

¹¹⁹ Entrevista fornecida por L. R. de S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Lajeiro, Uruçuí/PI, 14 de fevereiro de 2015.

Eu que trabalho na roça, eu vou a hora que eu quero né, mas também quando eu vou trabalhar eu entro seis horas da manhã e largo sete horas da noite, aí o dia que eu não quero ir eu não vou né. Agora, na fazenda a gente tem que ir todo dia né, bate o cartão né [...] ¹²⁰ (Informação verbal).

A gente vai [...] eu costume assim, se tem uma linha de arroz, a gente vai trabalhar um pouquinho, pois tem as outras coisas, tem o bicho pra dá de comer, então a gente cuida dos bichos e depois vai pra roça. Outras vezes precisa largar mais cedo pra fazer outra atividade, e mesmo quando a gente paga diária, dificilmente eles fecham a diária porque eles têm outras obrigações. Assim, a gente vai lá, dá uma apanhadinha, volta quando a roça é perto, quando ela é longe só vai uma vez e aí, só volta de noite ¹²¹ (Informação verbal).

Eu já sou diferente [critica o tempo de trabalho nas fazendas], eu gosto de sair pra minha roça seis horinha da manhã, cinco e meia ou seis horas eu já tô no caminho da roça; aí eu gosto de trabalhar até dez e meia ou onze horas; aí eu venho pra casa [almoçar]; aí a tarde eu gosto de ir umas duas horas, duas e meia, aí trabalho até cinco ou seis horas. Eu gosto daquela coragem do meio-dia [descanso após o almoço], pois me dá muito tempo e eu gosto de tá em casa ¹²² (Informação verbal).

Salienta-se que esse panorama atestou a concepção de Santos (2009), de que o tempo social resiste aos imperativos do agronegócio, devido a instalar contra-racionalidades ao que foi instituído pelo capital.

Sendo assim, reconheceu-se que a produção agrícola familiar de Uruçuí estava fundamentada em um modo de vida que não negava a relação entre o sagrado, o místico e o natural, uma vez que o calendário agrícola se vinculava ao calendário religioso na perspectiva cosmológica em relação ao conhecimento local sobre o lugar e à experiência sobre aos ciclos lunares e as estações meteorológicas, o que refletiu a análise de Escobar (2000), de que as dimensões da cultura e do conhecimento se baseiam em processos históricos, linguísticos e culturais, os quais não estão dissociados das especificidades dos lugares.

Enfatiza-se, ainda, que na totalidade dos cultivos familiares, era preponderante o uso de ferramentas como enxada, machado, foice e facão, as quais eram incorporadas às diversas etapas do processo produtivo, como limpar o terreno, plantar as sementes e colher a safra. Descobriu-se que esses instrumentos se vinculavam aos chamados eco-tipos, sistemas técnicos concebidos por Wolf (1976) como resultantes de um prolongado processo de acumulação cultural, posicionando-os entre os modelos paleotécnicos (emprego de trabalho

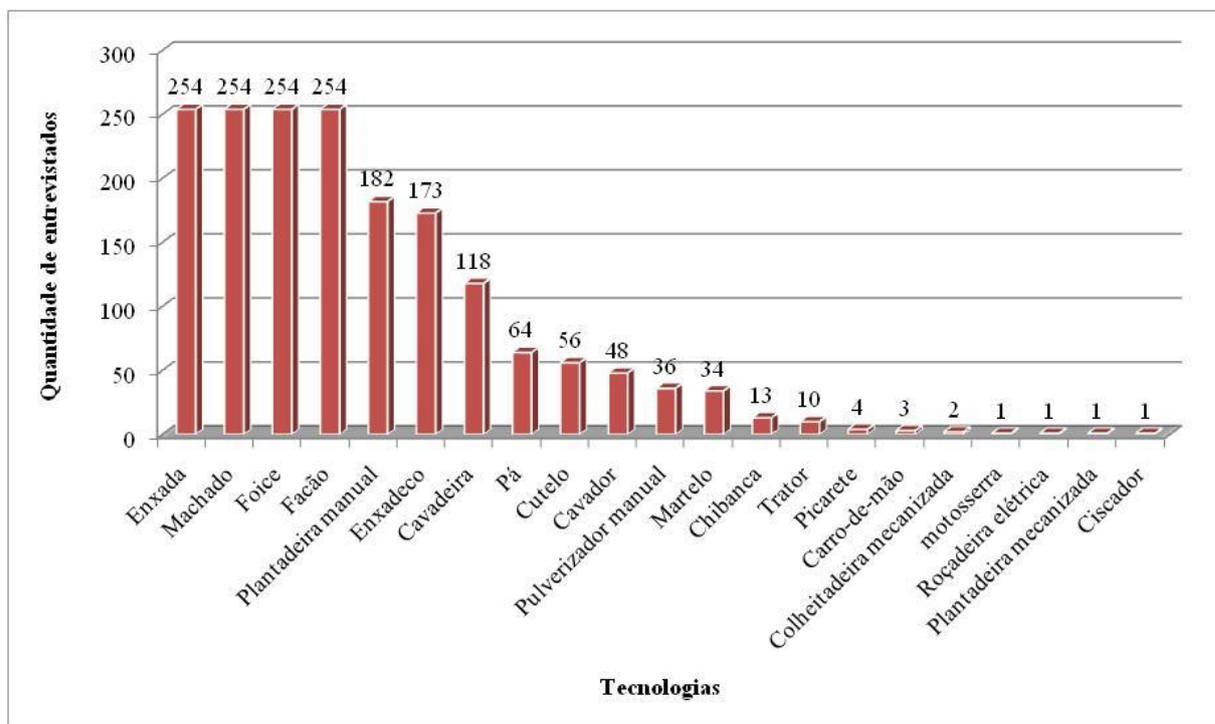
¹²⁰ Entrevista fornecida por A. C. C. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 14 de abril de 2015.

¹²¹ Entrevista fornecida por J. F. da S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Pratinha, Uruçuí/PI, 18 de março de 2015.

¹²² Entrevista fornecida por E. da S. C para SILVA, A. J. da. Assentamento Flores, Uruçuí/PI, 19 de maio de 2015.

humano e animal) e neotécnicos (ancorados no uso de energia dos combustíveis fósseis e aperfeiçoamento científico), como explicitados na Figura 30.

Figura 30 - Equipamentos/ferramentas empregados nas roças de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

De acordo com a Figura 30, apurou-se a expressividade dos equipamentos e ferramentas na atividade produtiva, pois 100% dos agricultores usavam enxadas, machados, foices e facões; 71,7% plantadeiras manuais; 68,1% enxadecos; 46,5% cavadeiras; 25,2% pás; 22,0% cutelos; 18,9% cavadores; 14,2% pulverizadores manuais; 13,4% martelos; 5,1% chibancas; 3,9% tratores; 1,6% picaretos; 1,2% carros de mão; 0,8% colheitadeira mecanizada e 0,4%, motosserra, roçadeira elétrica e plantadeira mecanizada. Todavia, apesar deste panorama de mistura de tecnologias, registrou-se a predominância de equipamentos do chamado complexo rural, caracterizado pela lógica da produção tradicional. Patenteia-se que esse cenário foi decorrente dos baixos rendimentos monetários dos trabalhadores. Sendo assim, reconheceu-se que essa realidade contrariou a opinião de Abramovay (2007), de que o nível de inovação e o dinamismo técnico são critérios centrais na definição de agricultura familiar, na medida em que se consubstancia como um setor ativo na economia globalizada.

Nessa perspectiva, esclarece-se que o contato dos agricultores com tratores, colheitadeiras e plantadeiras mecânicas estava condicionado a distintas circunstâncias, como aluguel e empréstimo, na medida em que da totalidade do maquinário introduzido nas roças,

69,2% era alugado, cujo valor médio da hora era R\$ 85,00, e 30,8% era cedido. Assinala-se que as máquinas alugadas e cedidas pertenciam a fazendas próximas às comunidades, como o Condomínio União 2000 e a Fazenda Colibri.

Logo, esse quadro de inter-relações entre a economia de provisionamento e a agricultura empresarial atestou a crítica de Lênin (1986) sobre a sobrevivência da pequena propriedade *vis à vis* à evolução da grande propriedade, haja vista que para não reduzir demais o rendimento da lavoura capitalista, os próprios empresários agrários e latifundiários tentam restabelecer a pequena propriedade, quando a ruína está muito avançada.

Portanto, avaliou-se que a introdução do maquinário, por meio de aluguel, onerava os custos de desenvolvimento da atividade agrícola nas comunidades, uma vez que o perfil econômico denotava poucos recursos financeiros, como relatado nas entrevistas.

Ainda hoje esses mais velhos, como meu pai, ele já faleceu, mas quando ele tava (sic) vivo era manual mesmo, ele só gradeava a terra e plantava manual. Hoje não, hoje a gente já usa máquinas agrícolas pra beneficiar a terra, agora fica difícil pra nós porque nós não temos o maquinário, aí pra conseguir com os grandes é problema sério, não consegui assim fácil não, se não tiver trabalhando na fazenda eles não arrumam não, aí é o jeito plantar manual mesmo, na matraca¹²³ (Informação verbal).

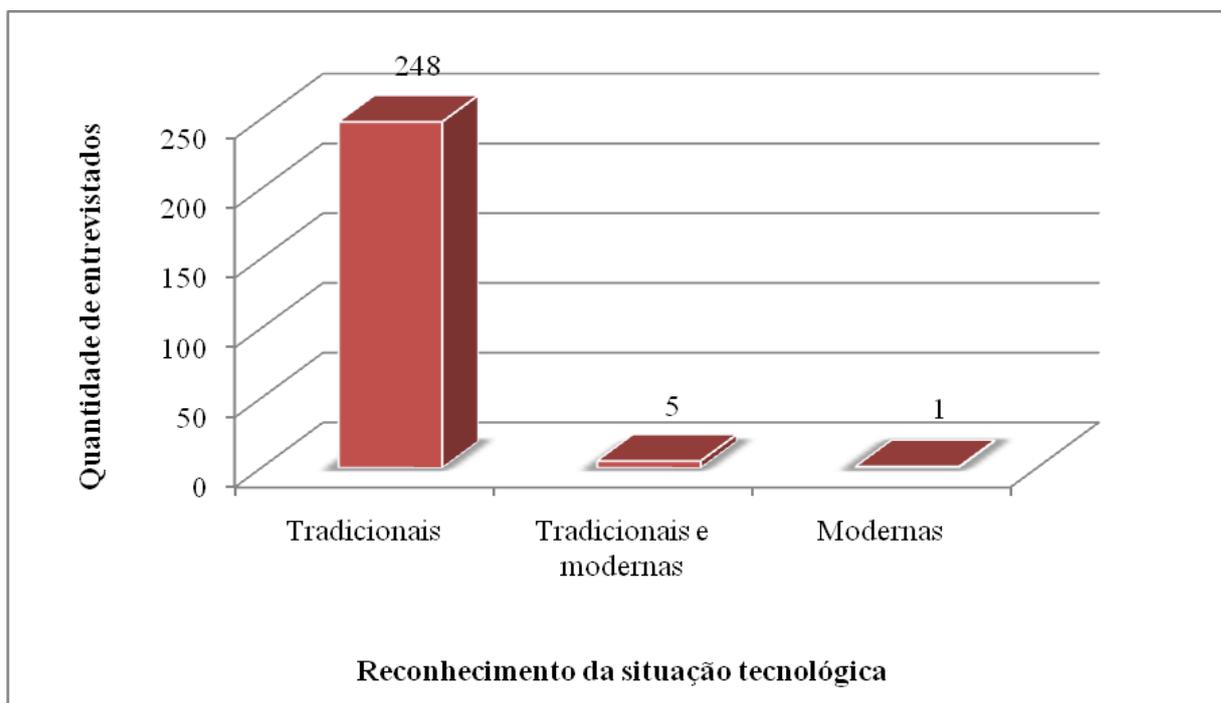
Aqui nós tem essa dificuldade (sic), é maquinário, não tem no tempo, quando aparece já é muito tarde, esse ano mesmo fez uma seca medonha [grave] porque o inverno [estação chuvosa, inicia em novembro, às vezes em outubro, e finda em março ou abril] já começou mesmo muito tarde e aí pegou muita gente despreparado, né; eu mesmo faço minha rocinha todos os anos, eu planto pouco porque não posso pagar uma agricultura melhor, por causa do [...] é, das dificuldades (sic) que a gente tem do dinheiro, que não tem. Muitas das vezes a gente não tem o maquinário, esse ano mesmo eu limpei uma terra ali e quando foi pra dá o segundo corte pra plantar, cadê o trator?¹²⁴ (Informação verbal).

Essa conformação ao manifestar a reduzida posse de máquinas e equipamentos modernos por parte dos produtores familiares, exprimiu as subjetividades quanto à persistência do complexo rural nos modos de vida comunitários, como demonstrado na Figura 31.

¹²³ Entrevista fornecida por J. P. dos R. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 17 de maio de 2015.

¹²⁴ Entrevista fornecida por E. C. de S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 8 de maio de 2015.

Figura 31 - Reconhecimento dos agricultores familiares de Uruçuí/PI sobre o tipo de tecnologia incorporada na lavoura



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Alicerçado na Figura 31, evidenciou-se que 97,6% dos chefes de família percebiam a tecnologia utilizada nas plantações como tradicional, enquanto 2,0% a consideraram uma combinação entre o tradicional e o moderno e 0,4% a reconheceu como moderna.

Embasado nesse contexto, concordou-se com Brandão (2007), no sentido de que a agricultura familiar não é marginal à evolução do capital agrário, tampouco é uma experiência social em via de eliminação, posto combinar precariamente o patrimônio cultural aos conhecimentos e às técnicas produtivas comandados pelo agronegócio, e faz isso para se favorecer da modernidade.

Com vistas ao enriquecimento dessa conjuntura, destaca-se a Figura 32, a qual registra ferramentas e equipamentos alocados nas roças.

Figura 32 - Tecnologias utilizadas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI, no trabalho de lavoura: A – ciscador, cavadeira, enxadeco, machado, enxada e facão; B – pulverizador manual; C – trator e D – cutelo



Fonte: Silva (2015).

Acrescenta-se por meio da pesquisa empírica que dos 254 agricultores, 98,4% adquiriram a experiência sobre as diferentes etapas do processo produtivo, por meio da transmissão transgeracional, enquanto 1,6% através do trabalho nas fazendas. Esse imperativo validou as várias interpretações recorrentes na literatura científica sobre a procedência dos saberes, das práticas e dos conhecimentos desenvolvidos na agricultura familiar, como a análise de Silva (2011, 2014), que concebe a transmissão transgeracional um elemento constituinte da tradição camponesa, devido a representar a difusão de costumes e hábitos que são repassados de geração a geração, com fins de assegurar a continuidade da família, os valores culturais e a sociabilidade com a terra.

Dessa forma, pontuou-se a assertiva de que os mais velhos, particularmente os pais, eram responsáveis pelo ensino dos mais jovens acerca da sistematização produtiva da lavoura, como ficou explícito no depoimento de um agricultor familiar de 63 anos, morador do Assentamento Santa Teresa.

Eu comecei a trabalhar de roça mesmo com a idade de sete anos. Eu comecei com meu pai, pois eu era ativo e tinha mesmo aquela inclinação [proximidade com a atividade agrícola]. Quando eu comecei, com dez anos em diante eu já ia pra roça sozinho, e enfrentava tudo, eu mesmo plantava, eu mesmo zelava, tinha que produzir manual porque a gente nunca tem o

maquinário, né, e tem que produzir manual, ainda hoje eu faço isso¹²⁵ (Informação verbal).

Corroborando com esse quadro, Moraes (2009, p.144) encerra que a inserção de crianças nas práticas produtivas, em Uruçuí, iniciava-se por volta dos sete a oito anos de idade, quando desempenhavam “servicinhos maneiros”, expressão generalizada entre os adultos para idealizar o primeiro contato dos filhos com a roça.

A respeito da economia de reciprocidade entre as famílias, percebeu-se que 99,2% dos produtores valorizavam os laços de amizade, mediante ajuda mútua, compartilhamento, redistribuição e relações de troca interfamiliar (entre os agricultores de religião católica, que durante o período da semana santa praticavam o “jejum”, que consistia no hábito de trocar alimentos na sexta-feira). Já 0,8% das famílias não materializava nenhuma forma de reciprocidade.

Outrossim, notou-se que as ações de solidariedade, as quais envolviam a formação de mutirões (união de vizinhos) estavam pautadas na troca, como valor de uso, cuja totalidade se relacionava aos afazeres cotidianos, como colher a safra, cobrir casas, caçar animais silvestres, praticar a farinhada (produzir farinha e tapioca), aplicar vacinas no rebanho e efetuar a “matança” do criatório (entendida como o processo de matar, retirar o pelo ou o couro e esquartejar a carne), como ilustra a Figura 33.

¹²⁵ Entrevista fornecida por M. G. A. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 15 de maio de 2015.

Figura 33 – Práticas de mutirões nas comunidades Tamboril e Flores, Uruçuí/PI: A – matança de suíno e B – retirada das cascas da mandioca para a produção da farinhaada



Fonte: Silva (2015).

Assim, no conjunto da estrutura de reciprocidade local, observou-se que os esquemas tradicionais de ajuda mútua não foram dissolvidos com a chegada do agronegócio, circunstância que se harmonizou com a opinião de Sabourin (2009), de que entre as populações rurais é comum o peso das relações de proximidade e interconhecimento,

consideradas essenciais para a manutenção de redistribuição familiar ou vicinal (vizinhança) da produção agropecuária.

Diante da análise exposta, constatou-se que o perfil cultural do agricultor familiar, em Uruçuí, denotava uma ciência do equilíbrio carregada de valores simbólicos e marcada por um patrimônio de saberes, conhecimentos, experiências e técnicas tradicionais que se ajustava precariamente às tecnologias modernas. Ademais, compreendeu-se que as relações de reciprocidade não foram diluídas com a chegada do agronegócio, tampouco a produção agropecuária desprezava as linguagens de matriz camponesa, pois articulava as práticas às significações, aos códigos socioculturais e aos fluxos de eventos externos, como fenômenos geofísicos, ciclos ecológicos e processos de regeneração da natureza; e internos, como mitos, ritos, crenças e cosmovisões.

7.5 Interseção dos agricultores familiares com o ecossistema

Alicerçado na pesquisa de campo, identificou-se que o calendário agrícola nas comunidades iniciava no período de setembro a outubro, com as ações de “limpa” (abertura do terreno), que viabilizavam a retirada da vegetação para as primeiras chuvas de novembro ou dezembro, as quais conduziam a organização e o ritmo dos plantios, e findava em junho, indo até julho, época caracterizada pela intensa redução da periodicidade do ciclo hidrológico. Assim, o planejamento da atividade agrícola estava articulado ao conhecimento das condições meteorológicas no cerrado, que implicava a construção de um quadro de incertezas, possibilidades e restrições fundamentado no regime pluviométrico e nos estilos culturais, haja vista que a subjetividade dos agricultores familiares assimilava a dinâmica da estação chuvosa a partir de conexões com o sagrado, conforme relatou um trabalhador rural de 75 anos, morador da comunidade Pontes, “[...] eu tenho que esperar Deus mandar a chuva porque ela depende dele. Agora esse ano a chuva tá pouca, tá fraca, o inverno é quando Deus quer [...]”¹²⁶ (Informação verbal). Portanto, inferiu-se que a sobredeterminação das safras dependia do volume de chuvas anuais, porque, dos 254 trabalhadores, apenas um possuía sistema de irrigação, cujo abastecimento de água para as tarefas de cultivo era proveniente do rio Uruçuí Preto (Figura 34).

¹²⁶ Entrevista fornecida por D. J. M. dos S. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 10 de fevereiro de 2015.

Figura 34 - Bombeamento de água para irrigação de plantio, comunidade Tucuns, Uruçuí/PI



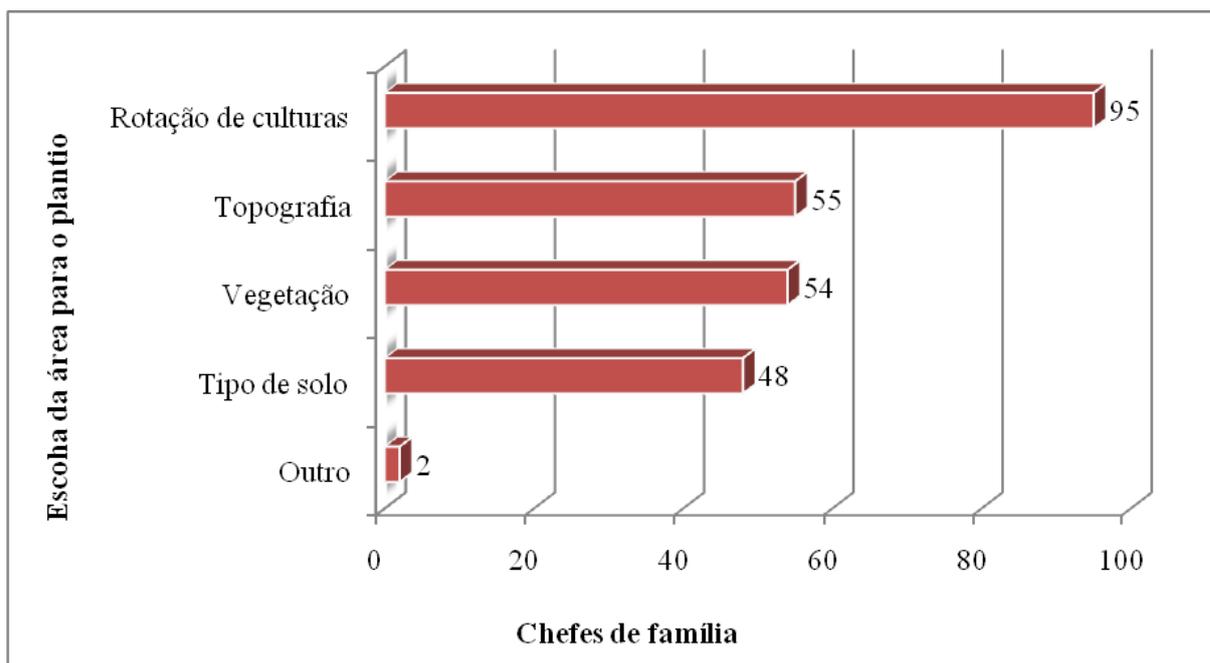
Fonte: Silva (2015).

Por conseguinte, descobriu-se que a definição acerca da área de trabalho, isto é, a demarcação do lugar no qual se constituiriam as roças, era baseada na transmissão transgeracional, que incluía uma complexa combinação de saberes tradicionais fundada no conhecimento de arranjos técnicos e em aspectos socioambientais. Nesse sentido, evidenciou-se que os agricultores norteavam as escolhas em razão do tempo de regeneração biológica da terra. Por essa razão, prediziam eficientemente as condições de produtividade do solo, desse modo, mantinham interações com o sistema ecológico, onde a potencialidade da capacidade produtiva do cerrado era compreendida por meio da experiência e do hábito.

Nessa perspectiva, embasados nos limites e favorabilidades da exploração dos recursos do território, os trabalhadores incorporavam o substrato material à lógica agrícola, orientados por estratégias de reconhecimento dos elementos edafológicos do ambiente, isso assegurava o desenvolvimento de cultivos múltiplos e integrados e, ao mesmo tempo, ordenava a aplicação de práticas tecnoprodutivas com reduzido impacto negativo na natureza, como a rotação de culturas.

Outro fator de interesse das famílias para a determinação da área de produção agrícola se relacionou à configuração de uma intangível classificação das características topográficas, florísticas e pedológicas do ecossistema. Além desses, acrescenta-se a proximidade espacial com as terras de moradia, na Figura 35.

Figura 35 – Formas de seleção da área de plantio familiar em Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

De acordo com a Figura 35, 37,4% dos chefes de família selecionavam as terras de trabalho orientados pela sistemática da rotação de culturas; 21,7% pelas diferentes funcionalidades topográficas, sobretudo o baixão e a chapada; 21,2% pela estrutura vegetacional do terreno; 18,9% pela eficiência das variedades de solos; e 0,8% pelo local de produção, em função da menor distância entre a casa e a roça. Esse cenário expressou que a delimitação e a performance das roças se conformavam na percepção global do ambiente, obrigando as famílias a realizarem deslocamentos por novas áreas agricultáveis, cuja diligência se apoiava no manejo do solo e numa intrincada identificação das especificidades físicas da biodiversidade do cerrado, principalmente a dinâmica de resiliência da flora e do solo, e as condições topográficas e geohidrológicas.

Conseqüentemente, detectou-se que tal contexto sociocultural/ambiental se adequou ao raciocínio de Leff (2009), de que as experiências passadas de geração a geração, os estilos de vida, os costumes tradicionais da cultura, o enraizamento à terra e o saber sobre o patrimônio natural, designam um equilíbrio entre a apropriação e a conservação dos ecossistemas.

Ademais, assinala-se que no âmbito da rotação de culturas em Uruçuí, cultivava-se, por dois ou três anos, num mesmo solo, que então era deixado em *pousio* (descanso) e, em seguida, procurava-se outro. Sobre essa particularidade de trabalho, uma agricultora familiar de 62 anos, moradora do Assentamento Santa Teresa, comentou que: “[...] no primeiro ano e

no segundo ano dá bom a produção, aí no terceiro ano pra frente não presta pra nada, vira uma capoeira, não dá mato muito, a terra fica escavada [...]”¹²⁷ (Informação verbal). Com base nessa assertiva, compreendeu-se que os valores culturais nas comunidades manifestavam, por si só, territorialidades construídas ao longo do tempo, tidas como imanentes à autonomia produtiva dos grupos domésticos. Como também, a mesma se harmonizou com a crítica de Leff (2009), que entende a organização social das populações rurais através da integração cosmovisão/ideologias/território/paisagem, que estabelece uma interatividade entre terra, indivíduos e técnicas de produção específicas.

Nessa perspectiva, mostra-se a Figura 36, com parcela de área descultivada, na qual o proprietário visava a regeneração dos nutrientes do solo.

Figura 36 - Terra cultivada sob sistema de *pousio*, comunidade Tucuns, Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Essa contextura revelou que uma área cultivada por dois ou três anos consecutivos era considerada fraca ou sem força, porque estava perdendo o adubo natural, por isso, a função do *pousio* consistia numa prática tradicional na qual a natureza administrava a recuperação da terra usada. Além do mais, viu-se que a aplicação dessa técnica, particularmente em área de baixão, por um lado assegurava um menor custo de capital, devido a não utilização de maquinário e pouca mão de obra contratada; e por outro lado, demandava a autoexploração da

¹²⁷ Entrevista fornecida por M. L. P. para SILVA, A. J. da, Uruçuí/PI, 17 de maio de 2015.

força de trabalho humano e o emprego de ferramentas tradicionais, como machado, facão, foice e enxada. Essa sistemática de manejo do solo demonstrou o quão a concepção de Moraes (2009) sobre os modos de vida da população rural do sudoeste piauiense estava correta, na perspectiva de que a rotação de cultura foi instituída, ao longo do tempo, pela coletividade camponesa no mundo rural brasileiro, e especificamente em Uruçuí, inscreveu a organização social e a maneira como os grupos locais exploravam as áreas de cerrado para o uso próprio.

Não obstante o papel desempenhado pela rotação de culturas na definição material das roças, verificou-se que na chapada a rotatividade do uso do solo era superior ao revezamento praticado no baixão, na medida em que no primeiro se produzia por dois ou três anos, numa mesma terra, depois se procedia, respectivamente, o repouso e a busca de outra; já no segundo, o tempo de utilização do solo não ultrapassava dois anos consecutivos. Destarte, associou-se que tal procedimento em áreas de chapadas denotava a hibridação das técnicas produtivas da pequena propriedade com a agronomia científica dominada pelos graníferos, materializado, sobretudo, no consumo de calcário, pois 67,0% aplicavam tais substâncias nas lavouras, enquanto 23,0% preferiam cultivar o legume mediante a intervenção de biomassa, especificamente, de matéria orgânica proveniente da decomposição de resíduos animais e vegetais que chegam ao solo, e 10,0% não introduziam nenhum produto químico ou orgânico nas roças. Para tanto, os agricultores esclareceram que:

A terra, ela tando [estado] nova, descansada, ela produz mais, no sabe, aí se a gente escolhe aquele lugar que a gente trabalhou o ano passado, a terra já foi [...] usada né, aí a gente tem que deixar lá e procurar outro local pra se ter uma terra mais [...] adubada [renovada] que dê de produzir uma coisa que a gente já planta sem adubo né, aí se a gente escolhe a terra sem uma umidade de adubo [nova], aí não dá, aí tem que caçar uma terra mais nova, num baixão¹²⁸ (Informação verbal).

Sempre a gente escolhe assim né, uma área melhor para plantar que ela as vezes produz mais, pra mim é assim, porque a gente tá plantando aqui, a gente planta aqui, aí essa roça que a gente bota não produziu muito né, a última produção foi pouca, aí eu digo: não, no próximo ano eu vou derrubar aquela área aculá [área vizinha], a terra é melhor, aí me dá mais renda¹²⁹ (Informação verbal).

No próximo ano, como foi plantado aqui, meu marido cultivava noutro lugar, então a gente tira a mandioca, limpa o terreno, e quando chover a gente

¹²⁸ Entrevista fornecida por R. S. O para SILVA, A. J. da. Comunidade Porto Velho, Uruçuí/PI, 7 de abril de 2015.

¹²⁹ Entrevista fornecida por P. R. S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 15 de abril de 2015.

planta o arroz, o milho e o feijão, porque a mandioca a gente planta no verão [época de inverno], então a gente procura sempre as veredas pra plantar¹³⁰ (Informação verbal).

A escolha da área eu vou lhe dizer bem aqui, é porque a gente não tem a condição [maquinário, insumos modernos] porque essas terras [chapada] aqui se você abrir uma área você tem que entrar com recursos [adubação]. E se você plantar toda vida na terra, fica uma capoeira véia, que nela, o milho, o arroz, não dá não, ela dá fraquinha, mas dá se ela foi uma terra cultivada [adubada], ela foi botada o calcário, e já as outras que você abrir e não botar, mal dá o legume, mas se botar dá um arrozinho, o milho, o feijão [...] não dá se você não adubar a terra [...] ¹³¹ (Informação verbal).

Portanto, constatou-se que no âmbito da divisão das parcelas de área cultivável por meio da rotação de cultura, os trabalhadores familiares esquematizavam os calendários agrícolas fundamentados nas condições naturais do baixão e da chapada. No baixão, aproveitavam as múltiplas potencialidades da biodiversidade do cerrado, como os nutrientes de matéria orgânica; já na chapada, incorporavam, de maneira seletiva, os elementos da tecnologia moderna às práticas produtivas tradicionais. Esse cenário se adequou ao entendimento de Rigonato (2014), de que os modos de vida das populações rurais dos cerrados são reveladores de representações, saberes e usos diferenciados da biodiversidade e das paisagens.

Sendo assim, ao internalizarem as particularidades topográficas para fins de reprodução agropecuária, as famílias rurais contextualizavam os enredos históricos de ressignificação e sobrevivência no cerrado. Então, associavam a segurança dos plantios, eventualmente chamados de vazante e/ou sequeiro (Figura 37), aos ciclos das chuvas.

¹³⁰ Entrevista fornecida por D. A. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 16 de abril de 2015.

¹³¹ Entrevista fornecida por M. de A. A. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 15 de maio de 2015.

Figura 37 - Roças em Uruçuí/PI: A – roça de vazante na comunidade Vão do Lourenço e B – roça de sequeiro na comunidade Flores



Fonte: Silva (2015).

Nessa perspectiva, notou-se a combinação de espaços e processos geofísicos, cuja complementaridade materializava um gênero de sobrevivência viável para as famílias rurais, fato que se coadunou à concepção de Méndez et al. (2013), no sentido de que os modos de vida designam uma variedade de critérios, práticas e saberes que legitimam o uso sustentável do território, pois permitem a compreensão do concreto, que inclui as condições topográficas, a diversidade e a qualidade dos solos, e as temporadas de chuvas e secas.

Inferiu-se também que tal particularidade expressou a análise de Escobar (2000), de que os conhecimentos locais sobre a natureza são constituídos, em geral, de práticas não capitalistas, o que permite a valorização e ressignificação da cultura do lugar.

Ademais, fez-se mister realçar as analogias dos agricultores sobre as diferenças entre o baixão e a chapada.

A área do baixão a gente trabalha um ano ou dois, se você repetir ela enfraquece a terra, aí você tem que deixar ela se recuperar de novo, desmatar de novo, criar aquele adubo pra puder daqui a dois anos, cinco anos é que você vai retornar pra ela, aí você vai explorar outra roça. Agora aqui [chapada], quanto mais você meche com ela [terra] mais ela é melhor, agora você tem que, assim [...] esse ano eu não vou trabalhar, aí você tem que deixar o mato cobrir ela, pra você incorporar aquele mato, passa um ano, no outro ano é que você vai cultivar, porque se você repetir de novo, aí ela não dá legume, mas como a gente aplica calcário e adubo, essas terras nossa aqui é muito forte, se tiver chuva!¹³² (Informação verbal).

Olha, geralmente a gente escolhe a área na época da chuva e do verão, porque na época do verão você planta perto do riacho, porque é época da seca, aí se você plantar aqui em cima [chapada] na época da seca nem adianta plantar nada que não dá nada; porque saiu do plano do riacho pra cima, não dá mais [...] ¹³³ (Informação verbal).

Eu escolho é devido a terra ser mais segura, a terra ser mais molhada, porque esses baixões são muito bons pra se trabalhar, principalmente nesses tempos de inverno ruim que vem vindo¹³⁴ (Informação verbal).

Nessas circunstâncias, compreendeu-se que o baixão funcionava como um lugar de produtividade natural para muitas roças, graças à abundância de recursos ecológicos (solo, umidade, vegetação); enquanto a chapada difundia a exploração agrícola combinando elementos tradicionais e modernos. Alicerçado nesse panorama, concordou-se com a interpretação de Alves (2006, 2009a) sobre a dicotomia baixão/chapada nos limites e possibilidades de manutenção da agricultura familiar, na medida em que o aproveitamento dos recursos ambientais garantia, relativamente, o ritmo das territorialidades no cerrado.

A respeito das características vegetacionais na determinação da área de trabalho, percebeu-se a ligação com o manejo da madeira para a produção de carvão e lenha, a partir do sistema de coivara, que consistia no corte de plantas herbáceas e arbóreas para fins da prática

¹³² Entrevista fornecida por J. F. C. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 18 de maio de 2015.

¹³³ Entrevista fornecida por G. dos S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI, 16 de fevereiro de 2015.

¹³⁴ Entrevista fornecida por R. G. de S. R. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 15 de abril de 2015.

de queimada. Enfatiza-se que os restos das árvores (galhos ou troncos menores) eram aproveitados como matriz energética nos lares ou utilizados para outras finalidades nas roças, como a construção de cercados (Figura 38).

Figura 38 - Formas de aproveitamento da madeira oriunda do sistema de coivara, Uruçuí/PI:
A – emprego da lenha como matriz energética e B – construção de cercados



Fonte: Silva (2015).

Além disso, detectou-se que o dossel florestal designava, no cognitivo local, expectativas de maior fertilidade da terra, como explicitaram os depoimentos dos chefes de família.

Rapaz, eu gosto sempre de olhar mais ou menos a altura da mata, as árvores que têm dentro, porque têm árvores que não dá nem timbó¹³⁵, porque a mata diz a estrutura da terra. Então, o mato, quanto mais a terra é ematadeira [florestada], ela é produteira (sic), produz mais¹³⁶ (Informação verbal).

O povo diz que a terra que dá mais mato não presta pra plantar, pois pra mim é a melhor que tem pra plantar, porque se o capim tá bom na terra é claro que o solo tá bom, tá desenvolvendo, e aquela terra que não produz nenhum capim nem nada, ela não serve pra plantar, porque ela tá precisando de nutriente, né!¹³⁷ (Informação verbal).

Acerca das características pedológicas, como aspectos decisivos para a definição da área de cultivo, constatou-se a presença de uma análise simbólica que envolvia atributos específicos do solo, como cor, estrutura, concentração de húmus (matéria orgânica) e umidade. Ou seja:

Muitas vezes a gente vai pela terra, pelo movimento da terra [qualidades]. A gente vai vê se é uma terra mais argilosa, porque tem uma que não é muito boa aqui, a areia, tem terra areia que é mais fraca, e hoje, você tem que ir, se for uma terra de roça de toco, caçar as veias que tem melhor o barro, barrento, porque o barro fraco é problema né, você planta e não se desenvolve, a não ser que você bote adubo, e pra você botar adubo é caro, aí já não é mais orgânico, né!¹³⁸ (Informação verbal).

Quando a terra é boa a cor dela é preta [...] se você anda numa terra e aí você vê aquelas moitas grandes e soca debaixo da terra e encontra miruscas [minhocas] ali, ali é onde tá o ouro¹³⁹ (Informação verbal).

Rapaz, a escolha do lugar é porque a terra é mais úmida, não tem muita pedra não, aí ela é boa, aí eu planto arroz, milho, feijão, melancia, eu prefiro a terra mais molhada né, porque ela é mais forte e o legume desenvolve mais¹⁴⁰ (Informação verbal).

¹³⁵ *Ateleia glazioveana* Baillon.

¹³⁶ Entrevista fornecida por D. P. da S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

¹³⁷ Entrevista fornecida por J. B. G. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 14 de maio de 2015.

¹³⁸ Entrevista fornecida por J. da S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 16 de maio de 2015.

¹³⁹ Entrevista fornecida por P. S. S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 17 de maio de 2015.

¹⁴⁰ Entrevista fornecida por S. P. C. para SILVA, A. J. da. Comunidade Sangue, Uruçuí/PI, 27 de junho de 2015.

Logo, o conhecimento dos trabalhadores familiares sobre as estruturas funcionais e da vocação agrícola dos solos se harmonizou à visão de Woortmann (2009) sobre oposição cosmológica, entendida como uma forma de resistência “etnoecológica” que se estende dos solos às plantas e aos homens, por meio do ciclo forte/fraco e, por sua vez, estabelece uma condição de equilíbrio entre as pessoas e a natureza.

No que tange ao último item da Figura 35, a distância entre as terras de trabalho e as terras de morada, denotou a preferência familiar de selecionarem espaços próximos às residências, haja vista as dificuldades de transportes nas comunidades, como realçou uma agricultora de 54 anos, moradora da comunidade Sangue.

Nós saía (sic) cinco horas da manhã e só vinha cinco da tarde, era muito longe, nossa roça era depois dessa ladeira aqui [indica a direção da roça], a gente caminhava um bom pedaço e chegava cansado lá, aí a gente prefere botar a roça mais perto. A gente sofre muito quando vai pra roça, porque a gente não tem transporte [...] aqui nós carregava (sic) água muito de bicicleta, então, a gente botou a roça mais pertinho de casa¹⁴¹ (Informação verbal).

Tais considerações permitiram inferir sobre a pauperização dos padrões de vida nas comunidades, cujo pressuposto se vinculava às contradições da inércia das políticas públicas voltadas às melhorias das condições socioeconômicas na zona rural de Uruçuí. Outrossim, revelou o quão a concepção de Lamarche (1997) se harmonizou à realidade do município, em virtude de entender que a presença da exploração familiar no mundo se justifica, principalmente, à significativa capacidade de adaptação aos problemas socioeconômicos, políticos, naturais, e outras associações.

Acrescenta-se que especificamente quanto ao caráter conservacionista da atividade agrícola desempenhada nas localidades, observou-se que 98,8% praticavam o plantio convencional, enquanto 1,2% cultivavam o legume sob o sistema de semeadura direta. Para tanto, as narrativas esclareceram que:

O plantio convencional a gente baseia assim, como antigamente, não mudou muito né, porque a gente não planta direto, então, a gente vai plantar no tico-tico [matraca] o grão, não como uma parcela [individualizado], mas junto, entendeu? Assim, a gente parcela, por exemplo, é misturado mesmo, pois eu planto o milho com arroz, junto com a mandioca, é consorciado; e o primeiro ano dá como se fosse uma terra mecanizada¹⁴² (Informação verbal).

¹⁴¹ Entrevista fornecida por D. Q. L. para a SILVA, A. J. da. Comunidade Sangue, Uruçuí/PI, 8 de abril de 2015.

¹⁴² Entrevista fornecida por P. S. C. para SILVA, A. J. da. Comunidade Porto Velho, Uruçuí/PI, 9 de abril de 2015.

Aqui a gente tem aquela prática antiga, a gente não foge da regra, o espaço é aquele mesmo de um metro pra milho, feijão é trinta centímetro, mas no olho, e em cada cova vai cinco caroços, e é mesmo na matraca, na enxada, é assim! [...] Meu pai dizia todos os anos: vamos brocar as roças? Eu respondia: vamos! Quando era em agosto nós tocava fogo na mata, mas não sabendo nós, que estávamos matando todo o nutriente da terra, só que nós não tínhamos noção, não tinha o conhecimento, aí tocava fogo [...] Hoje não, hoje se você pudesse plantar no plantio direto era bom, porque protege o solo, só que é muito caro pra nós pequeno agricultor, ele é mais viável pro grande¹⁴³ (Informação verbal).

Tinha um agrônomo contratado por ele [fazendeiro], aí a gente via e ia pesquisando pra saber e trazer pra gente, pra melhorar o plantio, como antigamente não se sabia de nada, eu repetia as mesmas sementes, agora não! Hoje, mesmo hoje, eu planto o feijão semeado [plantio direto], é melhor do que você plantar covado [convencional], porque ele carrega mais [...] a gente joga o caroço na terra e passa a niveladora por cima, fica um caroço por cova e produz mais. Eu tô com um bucado de tempo que planto essa semente, semeando, que eu vi lá mesmo com esse rapaz que trabalhava na EMBRAPA e me chamou e disse: vamos fazer um teste? Vamos! [respondeu] Preparemos um hectare de terra, semeamos e cobrimos o feijão. O outro que foi plantado na plantadeira [matraca] perdeu foi tudo, por isso, eu só planto semeado¹⁴⁴ (Informação verbal).

Todavia, percebeu-se a existência de oposições entre os dois modelos produtivos, pois na aração convencional o custo do investimento era pouco e o agricultor controlava a proliferação de insetos, devido à destruição de seu *habitat*; já na cobertura morta (palhada), ocasionada pelo plantio direto, os gastos eram maiores, e presumia um ambiente adequado para que ervas daninhas e insetos se reproduzissem. Ademais, enfatiza-se que esse contexto denotou a antropização da natureza, uma vez que, por um lado, o plantio convencional designava a remoção da vegetação nativa, acompanhada da prática de queimada, que provocava progressivamente a perda da fertilidade do solo. E, por outro lado, o plantio direto manifestou pontos discordantes, pois na medida em que diminuía as perdas de solo por erosão, possibilitava um aumento do uso de herbicidas, em razão do controle de pragas.

A respeito do cálculo de sementes para a safra, identificou-se que 98,8% dos chefes de família computavam a quantidade necessária, através de conhecimentos passados de pai para filho. Já 1,2% dos agricultores, programavam o volume de sementes por meio da lógica apreendida nos empreendimentos graníferos. O raciocínio matemático distinguia o quilo, o

¹⁴³ Entrevista fornecida por S. F. dos S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI, 18 de fevereiro de 2015.

¹⁴⁴ Entrevista fornecida por J. P. dos S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 16 de maio de 2015.

saco, a “quarta¹⁴⁵” e o “prato” como unidades de medida. As duas primeiras estavam relacionadas à sistemática do mercado, enquanto as duas últimas eram herdadas de modo de vida tradicional, em tempos pretéritos (anterior à chegada do agronegócio).

Nessa perspectiva, as entrevistas ressaltaram opiniões diversas sobre o valor demandado de sementes, pois como explicou um trabalhador rural de 62 anos, morador da comunidade Lajeiro: “[...] como o local é pequeno, é a base de uns quatro quilo pra plantar, porque o milho é quatro caroço que coloca na cova, sendo uma semente boa pra nascer, e nasce os quatro; feijão é quatro caroço, cinco caroço, e cada um nasce um pezinho [...]”¹⁴⁶ (Informação verbal); e para uma agricultora do Assentamento Flores, de 33 anos: “[...] esse ano nós plantamos meia quarta de feijão e plantemos um saco de arroz (60 kg), e milho foi mais pouco, nós plantemos cinco quilos de milho, plantemos capim pro gado, foi um saco e meio que dá na base de 25 kg do braquiária¹⁴⁷ [...]”¹⁴⁸ (Informação verbal); consoante com uma produtora familiar de 44 anos, da comunidade Sangue: “[...] a quantidade de semente depende da terra, se for uma tarefa¹⁴⁹ de arroz é cinco, seis saco, se for feijão é uns dois pratos, porque feijão a gente planta num espaço pequeno [...]”¹⁵⁰ (Informação verbal); mas para um assentado de Santa Teresa, de 82 anos: “[...] eu calculo o milho, eu boto no máximo quatro caroço, o arroz, na plantadeira, na matraca, boto uma média de cinco, seis caroço, e quando é na esparramadeira (plantadeira mecanizada) a gente faz uma regulagem pra plantadeira soltar uma média de setenta pés por rasto (gradeamento)”¹⁵¹ (Informação verbal).

Salienta-se que tal particularidade agrícola era originária da economia camponesa, da época da colonização do Piauí, inclusive se harmonizou com o pensamento de Moraes (2009), uma vez que descobriu, na zona rural de Uruçuí, a configuração de esquemas tradicionais de intercâmbio personalizados, que se adaptavam às transformações em curso.

Logo, essa conformação expôs que dos 254 chefes de família, 58,3% desproviavam de expectativas de preverem a produtividade da terra, haja vista entenderam que o produto final do trabalho, o legume, representava um valor de uso, cujo fim último visava a subsistência do

¹⁴⁵ Segundo Moraes (2009, p.145), “uma quarta corresponde a 25 pratos do produto; e um prato, a algo entre dois litros e dois litros e meio”.

¹⁴⁶ Entrevista fornecida por L. S. F. para SILVA, A. J. da. Comunidade Lajeiro, Uruçuí/PI, 14 de fevereiro de 2015.

¹⁴⁷ *Brachiaria decumbens* – Capim.

¹⁴⁸ Entrevista fornecida por R. da C. S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Flores, Uruçuí/PI, 11 de maio de 2015.

¹⁴⁹ De acordo com Moraes (2009), três tarefas correspondem a um hectare.

¹⁵⁰ Entrevista fornecida por L. M. B. para SILVA, A. J. da. Comunidade Sangue, Uruçuí/PI, 25 de junho de 2015.

¹⁵¹ Entrevista fornecida por D. P. F. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 16 de maio de 2015.

grupo doméstico; e 41,7% demonstraram habilidades de prever o rendimento da terra, porém, reconheceram a inviabilidade do cálculo agrícola, devido às carências financeiras e às incertezas acerca das condições naturais, principalmente as variações climáticas.

Relativamente à classificação dos solos, notou-se que 98,8% dos agricultores assimilavam os diferentes tipos e as diversas qualidades, por meio de um patrimônio cultural de saberes e técnicas, historicamente incorporado às dinâmicas da organização socioprodutiva (anteriormente explicitado nas narrativas). E que os outros 1,2% processavam as metodologias aprendidas em fazendas ou internalizadas através de experimentos realizados por profissionais da EMATER/PI. Essa contextura foi realçada por um agricultor de 62 anos, residente no Assentamento Santa Teresa.

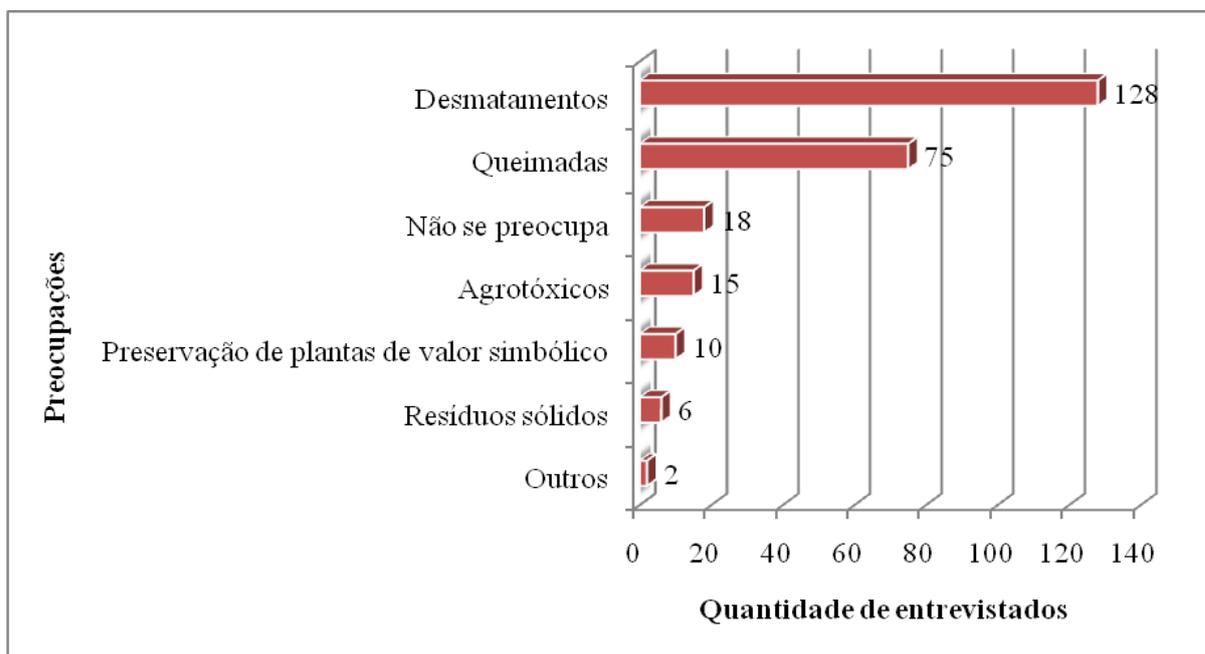
O conhecimento que eu aprendi na fazenda foi mais em preparar a terra, o solo, de cobertura, eu não tinha noção, jogar calcário, questão de quantidade de produtos, fazer análise da terra, ninguém tinha noção de nada, a gente só chegava aqui, queimava e plantava, aí o legume tava bom, aí quando era de cinco anos pra frente o legume não dava mais nada [...] A análise da terra é tirada em vários lugares, é uma amostra da terra, tira a primeira terra, aí cava 20 a 30 cm, e colhe um pouco aqui, aí esquadreja, é tipo um triângulo, vai e vem tirando solo. Numa área de 10 hectares tira muita amostra, aí foi quando a gente pode colher mais [...] a nossa terra aqui pega 1.300 quilos por hectares¹⁵² (Informação verbal).

De fato, essa interlocução familiar com os procedimentos comandados pelo agronegócio se coadunou com a crítica de Mendras (1978), por assegurar que a unidade de produção doméstica não é antagônica às mudanças, pois desde que observe as vantagens e a racionalidade de uma nova organização agrícola, e que tenha meios de realizá-la, ela modificava a maneira de ver e pensar, em função da inovação.

Com base na pesquisa de campo, inferiu-se que a instalação do agronegócio em Uruçuí, e as consequências do seu processo de difusão, causaram substancial impacto ambiental, que comprometeu o clima, a biodiversidade e o modo de vida da população rural, o que despertou nos pequenos produtores uma ordem moral quanto ao uso racional das diversas potencialidades do cerrado, já que 92,9% dos chefes de família manifestaram alguma preocupação com a sustentabilidade do bioma, inclusive realçaram ações conservacionistas, enquanto 7,1% demonstraram-se despreocupados com a preservação dos recursos naturais, como exposto na Figura 39.

¹⁵² Entrevista fornecida por J. P. dos S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Santa Teresa, Uruçuí/PI, 16 de maio de 2015.

Figura 39 – Preocupações dos agricultores familiares referente à sustentabilidade ambiental do cerrado



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Em consonância com a Figura 39, detectou-se que do universo amostral de 254 chefes de família, 50,4% estavam insatisfeitos com os desmatamentos, 29,5% com as queimadas, 5,9% com o uso de agrotóxicos, 3,9% com a redução e/ou extinção de plantas de estimado valor de uso, 2,3% com o descarte de resíduos sólidos e 0,8% com outras questões, sobretudo, a degradação de rios e brejos. E que 7,1% dos trabalhadores não percebiam danos ambientais no cerrado. Logo, esse cenário expressou que a supressão da vegetação era a principal inquietação dos trabalhadores quanto ao futuro do bioma.

Aliado a essa configuração, conferiu-se que os mesmos discordavam da conversão das chapadas em mercadorias para o agronegócio, com a conseqüente interferência no equilíbrio ecológico e nos hábitos das localidades, como enfatizou uma trabalhadora rural de 50 anos, moradora da comunidade Morrinhos.

Quando a gente não tinha essas grandes fazendas aqui, a gente não sofria com tanta seca, como nós sofre (sic) hoje, e a gente acha que o fator principal pra essa seca, falta de água, é o desmatamento nos cerrados, porque antes aqui não era assim, porque dez, quinze, vinte anos atrás, você plantava feijão no mês de setembro, e aqui, agora, nós estamos tendo chuva, chuvinha variada, pode olhar! Os brejos estão secos, e quando chega em janeiro em diante e a gente sofrendo, os animais morrem, a gente não produz mais como produzia, planta, mas não dá gosto você plantar [...] Sem água, sem chuva, ninguém tem vida, nem eles mesmo que são os grandes empresários têm, porque muitos nem plantaram esse ano, fizeram foi mandar tudim embora os funcionários, despacharam tudo, daqui mesmo tinha um bocado e vieram

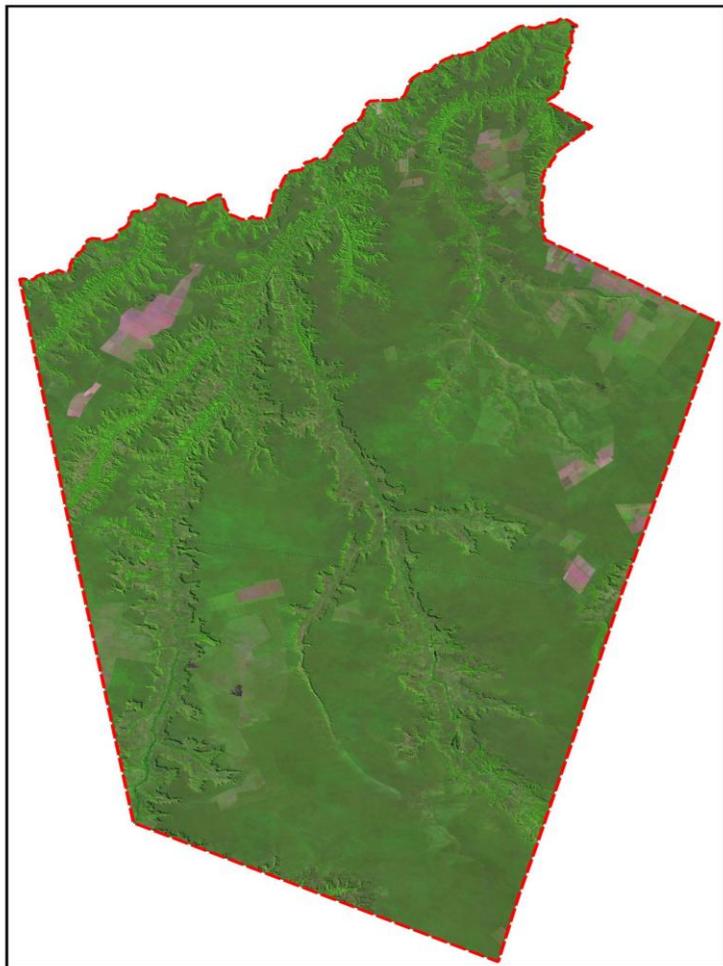
embora tudo. [...] Hoje, tem muita praga no legume, devido os desmatamentos e a falta de chuva, acelerou muito a praga nos legumes, dá muita lagarta e um tal de gafanhoto, bicho véi que come as folhas das plantas [...] ¹⁵³ (Informação verbal).

Alicerçado nessa contextura, concluiu-se que as externalidades negativas provenientes do desflorestamento do cerrado, concordavam com a concepção de Leff (2009), de que o desmatamento era uma das intervenções humanas que mais prejudicava a sustentabilidade ambiental no planeta, na medida em que estava se tornando uma fonte importante de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e uma ameaça adicional à biodiversidade, que impactava fortemente a mudança climática, a vulnerabilidade ecológica em escala global e os habitantes das áreas rurais.

Como também, verificou-se que a preocupação com a intensidade do desmatamento nas chapadas corroborava com as análises de Brasil (2014c), de que Uruçuí consubstanciava-se em um lugar com elevada taxa de retirada da cobertura vegetal nativa, posto que de 2002 a 2010 foram suprimidos 2.540,9 km² de floresta, o que correspondeu a 30,1% dos 8.430,3 km² de terras ocupadas por matas de savana. Tal quadro posicionou Uruçuí na décima terceira colocação no *ranking* de municípios brasileiros com perdas de espécies florísticas do cerrado. Isto posto, apresenta-se as Figuras 40 e 41, com ocupação do cerrado uruçuiense pelos graníferos *vis à vis* à evolução dos desmatamentos.

¹⁵³ Entrevista fornecida por A. de J. L. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 19 de abril de 2015.

Figura 40 - Ocupação da terra em Uruçuí/PI no ano 1995



Fonte: Landsat TM 5, datado de 19 de junho de 1995.

Figura 41 - Ocupação da terra em Uruçuí/PI no ano 2015



Fonte: Landsat OLI 8, datado de 12 e 28 de julho de 2015.

Nesse sentido, constatou-se que o agronegócio avançava nas chapadas, disseminando o desmatamento, o que implicava em grave ameaça à preservação do bioma. Além disso, a territorialização da agricultura nesses espaços, impediu os agricultores de usufruírem livremente a flora e a fauna, assim como de desenvolverem os criatórios. Essa situação foi confirmada na narrativa de agricultora familiar da comunidade Morrinhos, que salientou: “[...] a instalação dessas grandes fazendas não foi bom porque piorou, antes você criava os animais solto no cerrado, agora não pode mais, porque quem não pudé cercar pra criar preso, não cria, eles matam, matam mesmo, e não adianta reclamar [...]”¹⁵⁴ (Informação verbal). Essa situação contrariou a opinião de Alves (2006, 2009a), de que as áreas de chapadas eram tidas, por parte dos moradores de Uruçuí, como lugares de uso comum, onde se soltava o gado para aproveitar as pastagens naturais em determinados períodos do ano, também praticavam o extrativismo vegetal e a caça de animais, ou seja, era um ambiente de vital importância para a reprodução dos modos de vida rurais.

Ademais, verificou-se ainda, alicerçado na figura 39, que as preocupações familiares com a prática de queimada nas roças se justificavam por relativamente reconhecerem os efeitos nocivos ao ecossistema, sobretudo no solo, o que provocava progressiva perda da fertilidade, inviabilizando plantios futuros; e o perigo da propagação de incêndios procedentes de abertura de novas áreas para os plantios, principalmente de monocultivos graníferos, como explicita a Figura 42.

¹⁵⁴ Entrevista fornecida por A. de J. L. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 19 de abril de 2015.

Figura 42 - Área de exploração granífera desmatada e queimada para plantio empresarial, Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

Desse modo, entendeu-se que tais condicionantes reclamavam por elaboração de estratégias de proteção das terras de trabalho, como expôs um agricultor familiar de 62 anos, assentado de Santa Teresa:

[...] a preocupação é o fogo, porque a gente anseia [construção de valas] todo, mas quando desmatam e vem o fogo do campo, e se cair dentro tá acabado. Assim, quando é tempo de fogo, essas coisas assim, eu sempre passo grade arrudiando (sic) pro fogo não passar a cerca da roça¹⁵⁵ (Informação verbal).

Essa configuração de Uruçuí se adequou aos dados do INPE (2015), que em 2014, indicaram 5.923 focos de incêndios e queimadas no município, o que representou 10,4% dos 56.744 pontos de calor registrados; colocando Uruçuí como o município de maior incidência dessa prática no Piauí.

¹⁵⁵ Entrevista fornecida por A. L. A. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 15 de maio de 2015.

Como também, percebeu-se que tais inquietações familiares sobre os impactos ambientais derivados da ocupação empresarial se harmonizavam à opinião de Rigonato (2014, p.74), de que diante das mudanças socioespaciais, as populações dos cerrados mantêm múltiplas territorialidades do capital, percepções, convicções e conhecimentos íntimos e diferenciados, em cada porção do complexo paisagístico.

Outrossim, fez-se mister acrescentar que referente aos agricultores familiares despreocupados com a sustentabilidade do ecossistema (7,1%), expressou o processo de desenraizamento simbólico do território, o que refletiu a compreensão de Eduardo (2008), de que a desterritorialização acarreta sérios riscos para a permanência dos modos de vida, pois gera o desvencilhamento de certos laços culturais e ambientais que as pessoas mantêm com o território.

Porém, apesar dessa baixa incidência de desterritorializados, salienta-se que a predominância de chefes de família preocupados com a sustentabilidade ambiental do cerrado (92,9%), manifestou que a agricultura familiar de Uruçuí apresentava uma relativa percepção de uso sustentável dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, detectou-se que a insatisfação dos agricultores acerca da disseminação dos agrotóxicos no município (5,9%), validava-se na necessidade de produzirem alimentos saudáveis e manejarem adequadamente a terra, o que se coadunou à análise da Anvisa (2013), de que o consumo de agrotóxicos evidencia-se em grave risco à saúde dos trabalhadores expostos diretamente ou via contaminação de alimentos e bens ambientais, por desencadear doenças cancerígenas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais, e malformação congênita.

A despeito desse aspecto, notou-se uma inter-relação com o aproveitamento de espécies nativas da flora do cerrado para fins da preparação de defensivos naturais, produtos terapêuticos ou culinários (como o óleo do coco babaçu, Figura 43), uma vez que 3,9% dos trabalhadores rurais demonstraram responsabilidade para a preservação de plantas com estimado valor de uso, como relatado por assentado de 62 anos, morador de Santa Teresa.

Eu sou contra utilizar produto químico, eu uso mais é natural, eu vou no mato ali, vou e tiro um timbó, tiro a casca de mata menino¹⁵⁶, um pau-terra¹⁵⁷, é muitos [...] mata tudo, pra lagarta branca no feijão, pra mosca no milho, ô! Mata tudo! Eu misturo com a pimenta malagueta¹⁵⁸, é tudo produto natural, mata os insetos mesmo, não tem conversa não! Eu combato é com

¹⁵⁶ *Simarouba cf. versicolor*.

¹⁵⁷ *Qualea grandiflora* Mart.

¹⁵⁸ *Anisacanthus trilobus* Lindau.

produto natural. O angico¹⁵⁹, você sabia que o angico é produto químico de série? Olha, você bota ele de molho, bota ele pra curtir de um ano pro outro, ele serve pra remédio e serve pra produto químico, ele mata qualquer praga de inseto que tiver na roça, mata e mata mesmo!”¹⁶⁰ (Informação verbal).

Figura 43 – Agricultora quebrando o fruto do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) para extrair a semente e produzir óleo



Fonte: Silva (2015).

Logo, essa circunstância revelou que a agricultura familiar em Uruçuí utilizava saberes construídos pela convivência, baseados na memória ancestral e nas habilidades identitárias com o território, o que se harmonizou com a concepção de Chayanov (1974), de que para satisfazer o bem-estar familiar, o agricultor aproveita, dentro de suas possibilidades, todas as oportunidades vinculadas às peculiaridades ambientais, históricas e as finalidades do mercado ao qual está inserido.

Outrossim, salienta-se que o respeito dos agricultores para o manejo sustentável de espécies da flora do cerrado se adequou também a análise de Leff (2009, p.297), de que nas comunidades rurais, os modos de vida apresentam-se intimamente relacionados às formações ideológicas da população, o que estabelece “um sistema cultural de significações sobre a natureza e de normas sociais sobre o acesso e uso de seus recursos”.

¹⁵⁹ *Ananás ananassoides* Baker.

¹⁶⁰ Entrevista fornecida por J. F. C. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 18 de maio de 2015.

Ainda em consonância com a Figura 39, destacou-se como ações preservacionistas do ecossistema por parte dos produtores familiares, o tratamento de resíduos sólidos (2,3%) e a manutenção de rios e brejos (0,8%), que eram formas de relevo predominantes nos baixões. Esses percentuais, apesar de restritos, evidenciaram as estratégias conservacionistas e as interfaces dos agricultores com a gestão dos lugares de vivência e de trabalho, face o risco de degradação ambiental derivado da expansão das monoculturas do agronegócio.

De fato, relativo ao processo de territorialização das chapadas pela grande lavoura granífera, concebeu-se os baixões, em sentido análogo, à reterritorialização, por representarem um reencontro com o tradicional, cuja expressão geossimbólica se personificava de maneira híbrida no contexto família/paisagem/território. Portanto, inferiu-se, alicerçado em Floriani, Rios e Floriani (2013), que em Uruçuí, os baixões materializavam os lugares de autonomia produtiva, onde as pequenas propriedades resistiam aos imperativos da agricultura empresarial.

Já as chapadas, associavam-se à ideia de espaços vazios descritos por Brandão (2007) e Moraes (2006, 2009), por se coadunarem com a metáfora da modernização uniformizante do rural, na qual substituíam a lógica da produção balizada no valor de uso pelo valor de troca, na perspectiva de que os espaços vazios em Uruçuí significavam a conversão do cerrado em mercadoria para o agronegócio.

Diante da análise exposta, constatou-se que a agricultura familiar em Uruçuí internalizava um arcabouço de saberes, práticas e conhecimentos sobre o patrimônio natural, estruturado na transmissão transgeracional, que possibilitava a distinção de limites e favorabilidades para o uso racional da terra. E que a conectividade dos agricultores com o ecossistema caracterizava a tradicionalidade, que articulava hábitos e experiências sobre as condições ecológicas de clima, vegetação, solo e topografia, fundamentais para a definição das áreas de trabalho e para a sistematização da produção agrícola, como também para a apropriação simbólica dos recursos ambientais e para a elaboração de mecanismos de defesa do cerrado, cuja principal ameaça era o desmatamento.

7.6 Rupturas e continuidades: interferências diretas do agronegócio no trabalho agrícola familiar de Uruçuí/PI

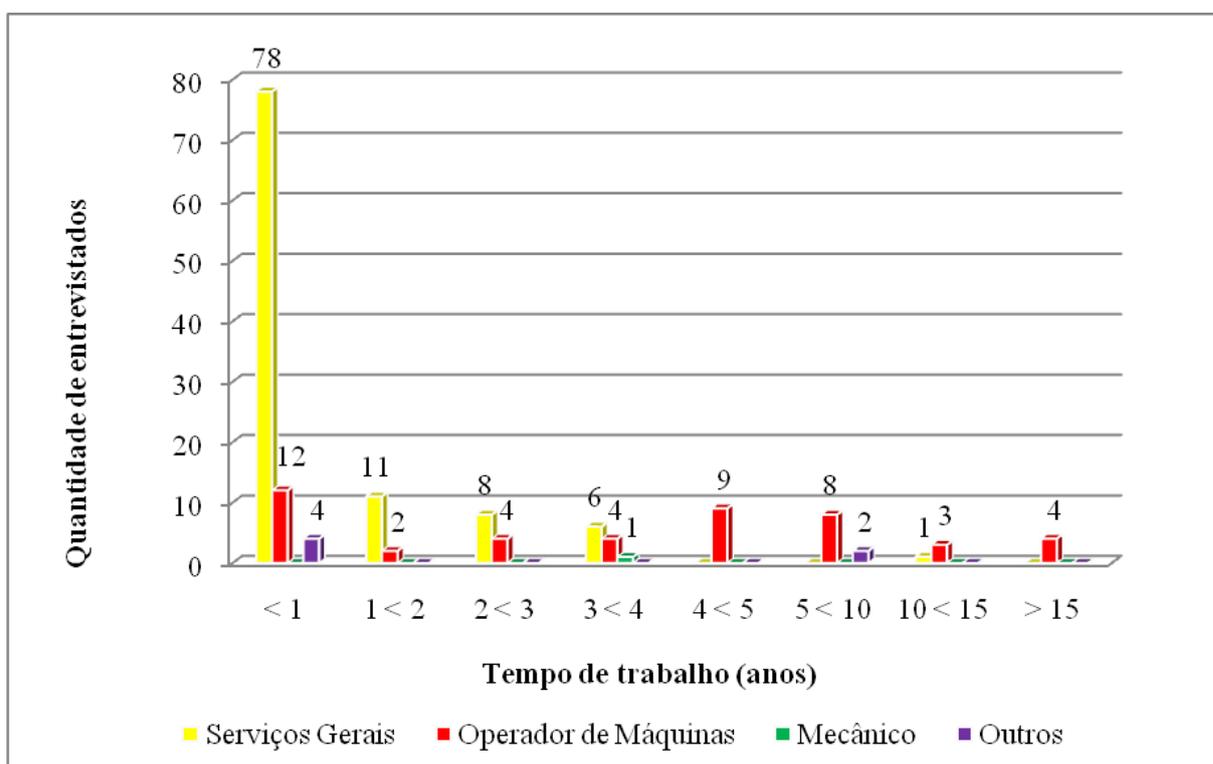
Registra-se que as transformações socioespaciais em Uruçuí, decorrentes da expansão e consolidação do agronegócio, marcaram a atividade agrícola como o elemento definidor das mudanças nas paisagens, nos padrões tecnoprodutivos e nas sociabilidades. Ademais, em

razão da disponibilidade ou não da força de trabalho familiar às demandas dos empreendimentos graníferos, fez-se mister analisar as repercussões dessa integração na reprodução dos modos de vida, haja vista estarem relacionados à organização socioprodutiva das roças.

Sendo assim, esse estudo possibilitou constatar rupturas e continuidades na configuração da agricultura familiar de Uruçuí, e compreender processos específicos de hibridação cultural, referenciados através da simbólica combinação entre o tradicional e o moderno.

Nessa perspectiva, observou-se, de acordo com a pesquisa de campo, que dos 254 chefes de família investigados, 61,8% apresentaram interatividade com o agronegócio, posto possuírem algum membro da parentela com experiência de trabalho nas fazendas, sendo expressiva a participação do patriarca familiar, com 89,2% e 10,8% estavam distinguidos entre filhos (5,0%), tios (3,8%) e avós (2,0%). Já para 38,2% das famílias, inexistia vínculos trabalhistas ou qualquer forma de ocupação ou integração com o agronegócio. Além disso, a alocação dos trabalhadores estava condicionada aos serviços temporários não especializados, como ilustrado na Figura 44.

Figura 44 – Ocupações de trabalho nos empreendimentos graníferos de Uruçuí/PI, segundo os agricultores familiares



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Nota-se pela Figura 44, que os agricultores se inseriam temporariamente ao agronegócio, uma vez que 59,8% manifestaram a tendência de assalariamento da força de trabalho por um período inferior a 12 meses, ocupando principalmente as atividades que não requeriam elevada qualificação, como serviços gerais (49,7%), operacionalização de máquinas e/ou implementos agrícolas (7,6%) e outros ofícios ligados à estrutura produtiva das fazendas (2,5%). Enquanto 40,2% dos chefes de família, estavam integrados ao agronegócio a mais de um ano. A particularidade desses dados indica ainda, que após os 12 meses, a presença dos trabalhadores nos empreendimentos estava condicionada ao domínio que faziam dos equipamentos técnicos envolvidos na sistematização da produção, bem como de um relativo nível de escolaridade ou profissionalização, nesse caso, a duração dos vínculos empregatícios dos sujeitos que operavam máquinas e/ou equipamentos utilitários era maior em relação ao tempo de permanência daqueles indivíduos que ocupavam os postos de trabalho de média qualificação, nos quais se sobressaíam os mecânicos e estoquistas (estocavam a safra nos silos e armazéns), e os de baixa qualificação, como os serviços gerais (encarregados de auxiliarem nas tarefas de plantio, colheita, limpeza ou similares).

Observou-se, outrossim, que a mão de obra dos serviços gerais era a mais requisitada no conjunto das demandas do agronegócio, já que respondia por 66,2% das contratações temporárias ou não, as quais diminuía quanto mais se consolidava a modernização, encerrando por volta de três anos. Nessas circunstâncias, atestou-se que esse cenário reafirmava a concepção de Browder, Pedlowski e Walker (2008), de que devido ao agronegócio utilizar tecnologias modernas e inovações de gestão, reduz a quantidade de trabalhadores, ofertando sobremaneira serviços temporários e de baixo custo.

Desse modo, inferiu-se que o contato dos agricultores familiares com os sistemas técnicos da agricultura empresarial era parcial e seletivo, pois em virtude da dinâmica dos contratos sazonais e da exigência de qualificação, poucos tinham acesso aos conhecimentos e às tecnologias que o agronegócio comandava. Essa assertiva ratificou a opinião de Bernardes (2009), no sentido de que em função do nível técnico aplicado, o agronegócio induz a redução das necessidades de trabalho em termos quantitativos, difundindo os contratos com vínculos temporários e constituindo fatores de diferenciação social, ao mesmo tempo, valoriza as qualificações e impede que parcela significativa de pequenos produtores compartilhe das inovações.

Por outro lado, tendo em vista as restrições e/ou privações a que muitas comunidades estavam expostas, realçadas nos itens 7.2 e 7.3, especialmente as que envolviam a terra, o crédito bancário, o saneamento básico, a educação, a infraestrutura, etc., descobriu-se que, dos

61,8% agricultores incorporados aos postos de trabalho do agronegócio, destes, 72,6% ressaltaram a importância das fazendas como meio de subvenção à ascensão social, isto é, entendiam que a chegada dos graníferos simbolizava a abertura de novos horizontes para suas sobrevivências, enquanto para 27,4% o trabalho na monocultura capitalista não trouxe mudanças e/ou melhorias na forma de produzir e viver.

Obviamente, devido ao imobilismo das políticas públicas para a agricultura familiar e a insegurança de trabalho e renda nas comunidades, os 61,8% dos agricultores não pensariam em trabalhar nas fazendas senão como uma necessidade, enquanto os outros 38,2% persistiam essencialmente do trabalho nas roças. Dessa maneira, concordou-se com a crítica de Bruno (2009), de que por ter um caráter ideológico, o agronegócio subordina processos, sujeitos e setores, e passa a incorporar uma identidade política em consonância às suas ordens, imperativos, transações e lógicas de desenvolvimento.

Aliás, neste particular, conforme se atestou nas declarações de um gestor público, a dinamização do agronegócio em Uruçuí era, fundamentalmente, acompanhada pela ação deliberada do Estado.

Olha, há um tempo atrás, antes da implantação do agronegócio, Uruçuí era um município isolado, esquecido, só o povo que morava em Uruçuí era quem o conhecia, após a questão do agronegócio no nosso município, Uruçuí tem elevado seu nome pro restante do país como uma cidade grande, tanto é que, quem não conhece Uruçuí e houve falar de Uruçuí nos outros municípios, nos outros Estados, Uruçuí é um município rico, e essa impressão que a gente passou a ter foi depois do agronegócio. Então, Uruçuí, eu acho que ele peca muito na questão do apoio ao agronegócio, eu acho que a gente ainda estamos (sic) devendo muito nessa questão. Uruçuí, pela importância no Estado e no país, no Brasil, eu acho que deveria olhar melhor pra questão do agronegócio, porque aqui, a gente tá deixando muito a desejar, porque o agronegócio é uma coisa muito importante, não só pra Uruçuí, pros filhos de Uruçuí e pra aquelas pessoas que estão chegando [empresários]. [...] A gente tem que dá maior suporte para que o agronegócio seja o carro-chefe do município de Uruçuí, não deixando só por conta da agricultura [graníferos]. Eu acho que o agronegócio tem que crescer junto com a agricultura porque, só assim, Uruçuí vai ser realmente a capital do cerrado¹⁶¹ (Informação verbal).

Por conseguinte, enfatiza-se que, apesar da interação parcial ao moderno, a experiência nas fazendas denotou a emergência de novas alternativas e/ou expectativas de reorganização das produções agrícolas, haja vista que 68,2% dos trabalhadores reconheceram que o convívio nos empreendimentos foi um fator indispensável à diversificação das

¹⁶¹ Entrevista fornecida por J. M. G. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 11 de fevereiro de 2015.

estratégias de reprodução das roças. Porém, para 31,8% dos produtores familiares, o emprego nas grandes propriedades não alterou significativamente a forma de exploração da terra, os quais mencionaram as dificuldades financeiras como aspectos limitantes à conversão para o novo *modus operandi*, fato corroborado por um extensionista rural da EMATER/PI, que comentou:

Veja o seguinte, a gente, muitos podem achar que é benéfico os grandes projetos, as grandes fazendas, para o agricultor familiar, eu acho maléfico, certo! Pra nós aqui, é um mal que aconteceu em relação a agricultura familiar, embora ela não tenha as vantagens, como a gente chama seria as vantagens o conhecimento tecnológico maior, quando ele vai pra fazenda ele absorve alguma tecnologia pra chegar, mas se chegar! Se viesse pra propriedade praticar aquilo que ele aprendeu lá, tudo bem! Mas ele não tem essas condições. Primeiro ele não tem implementos necessários, ele não tem máquinas nem implementos pra fazer aquilo que viu ou fez lá na propriedade, lá na fazenda. Então, pra ele não vai servir de nada aquela tecnologia que ele viu lá na fazenda. Então, pra nós, eu como extensionista, acho maléfico¹⁶² (Informação verbal).

Também, segundo uma representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí, as irregularidades fundiárias, as débeis condições sociais e econômicas dos agricultores e as incertezas das políticas de apoio à atividade, tornavam inviável às pequenas propriedades a incorporação de técnicas e procedimentos do agronegócio, pois:

O agronegócio causou muitos danos dentro da agricultura familiar, tem os assalariados que também, por vezes, largou a sua agricultura familiar para o trabalho temporário, e quando voltam do trabalho temporário, eles voltam a exercer de novo a mesma categoria, e a nossa agricultura familiar sempre tá caindo [...] principalmente a terra, porque a grilagem de terra foi muito grande dentro do agronegócio [...]. Além disso, o governo não tem a habilidade de grandes investimentos na agricultura familiar, como faz dentro do agronegócio. Se tem dinheiro pra investir e técnico pra acompanhar a agricultura familiar, nenhum vai trabalhar dois meses, três meses, seis meses nas fazendas. Então, os trabalhadores temporários não empregam os conhecimentos do grande agronegócio, pois a agricultura familiar é mais empregada para garrancheiros [catadores de raízes, galhos e tocos], serviços gerais, mecânicos, motoristas; eles gradeiam a terra de dia e a noite inteira, eles não têm esse conhecimento que tem o grande agronegócio, nós temos dificuldades até para comprar o adubo [...]¹⁶³ (Informação verbal).

¹⁶² Entrevista fornecida por F. de A. L. C. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 10 de fevereiro de 2015.

¹⁶³ Entrevista fornecida por M. da C. de S. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 2 de fevereiro de 2015.

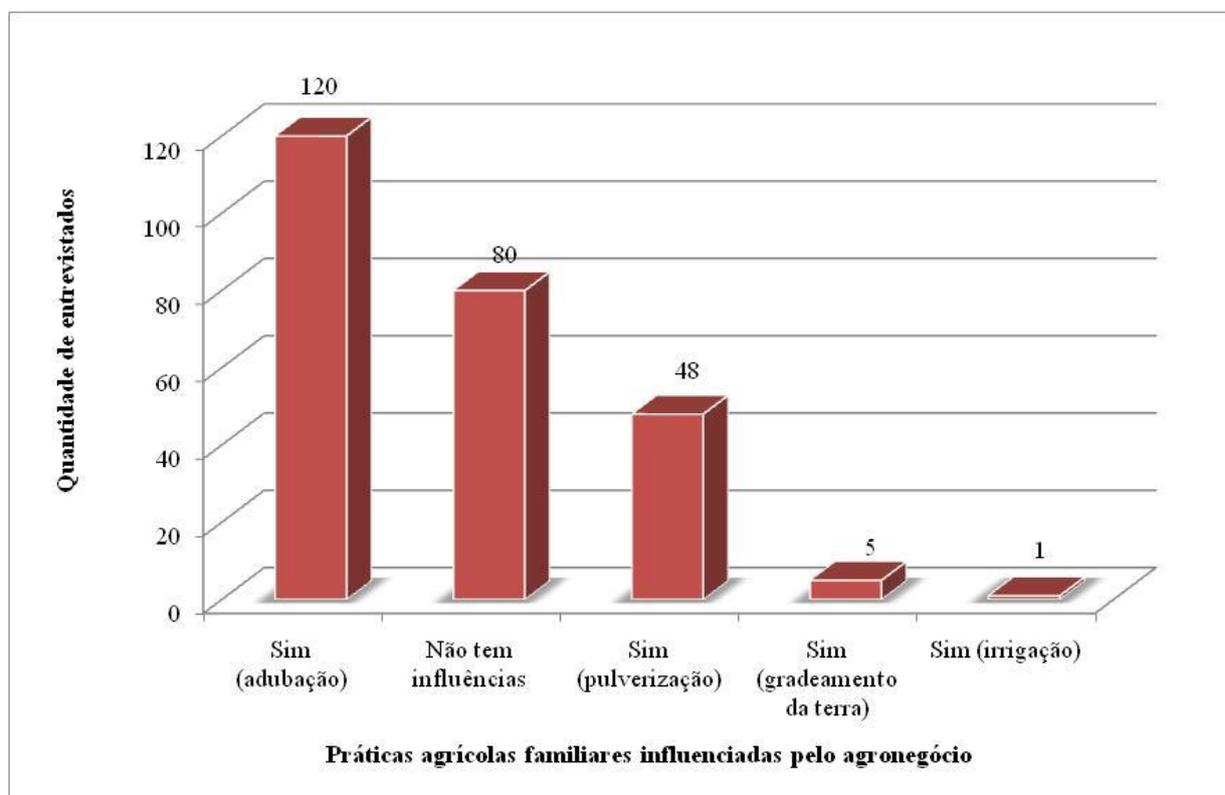
Salienta-se que não obstante o argumento da líder sindical, constatou-se, de acordo com a coleta de campo, que a instalação dos empreendimentos graníferos em Uruçuí desencadeou novos hábitos produtivos que passaram a disciplinar substantivamente a organização da agricultura familiar. Tal configuração se evidenciava nitidamente na materialização do consumo de insumos químicos, pois 67,0% dos agricultores incrementavam esses compostos nos plantios, 23,0% utilizavam somente produtos naturais e 10,0% desconsideravam tais intervenções químicas ou orgânicas nas roças. Essa situação de dependência aos insumos químicos ficou explicitada no depoimento de uma agricultora:

A gente não tinha essas coisas de praga no legume não, a gente acredita que foi por causa dos desmatamentos na serra. Hoje, tem muita praga no legume, dá muita lagarta, gafanhoto, borboleta, aí a gente faz esse tratamento com o veneno mesmo, quem quer, vai ao mercado, compra e bota. Tem vezes que é obrigado botar veneno na plantação, se não botar não colhe. A lagarta dá em tudo, dá em mandioca, dá no milho, dá no arroz, tudo que ela vê ela come, e devora rápido. Desde o ano passado, que ela deu numa mandioca, foi obrigado meu marido botar o veneno porque se não jogasse, não ia aproveitar nada. Quando passa essa praga da lagarta, aí vem a praga de borboleta, aí ataca a laranjeira, ataca tudo que vê; é o tomate, é o feijão, tudo que vê ela chupa e acaba¹⁶⁴ (Informação verbal).

Portanto, nota-se, nessa expressão rural, que a ação homogeneizadora da modernização das chapadas resultou sobremaneira na intensificação do uso de insumos químicos nas roças, principalmente, na incorporação de adubos e agrotóxicos, com fins de garantir a rentabilidade da terra, como exposto na Figura 45.

¹⁶⁴ Entrevista fornecida por A. de J. L. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí, 16 de abril de 2015.

Figura 45 – Influências diretas do agronegócio nos plantios familiares de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Alicerçado na Figura 45, identificou-se que dos 254 agricultores, 68,5% concebiam o agronegócio como elemento síntese das contínuas transformações nas quais passavam o trabalho agrícola, marcadas pela acentuação das adubações não orgânicas (47,2%), das pulverizações químicas (18,9%), dos gradeamentos do solo (2,0%) e das irrigações das lavouras (0,4%). Os outros 31,5% descartaram qualquer forma de influência da agricultura empresarial nas práticas socioprodutivas. A despeito dessa particularidade, fez-se mister realçar dois processos ambíguos, conversão e reconversão. A conversão caracterizou o acesso às matérias-primas e o aprendizado de técnicas até então desconhecidas ou não socializadas à vida comunitária, o que provocou uma ruptura à ciência do concreto, do senso prático. Isto é, a conversão conformou as identidades territoriais dos agricultores aos interesses, possibilidades e potencialidades da racionalidade instrumental do agronegócio. E, a reconversão manifestou a resistência dos estilos tradicionais frente ao conjunto tecnológico imposto pela agricultura empresarial, circunscrita especialmente na permanência do saber-fazer. Ou seja, embasada nos laços culturais e de identidades que eram repassados de pai para filho.

Essa estruturação produtiva dos agricultores familiares de Uruçuí relaciona-se com a concepção de Wanderley (2003), haja vista que os modos de vida apresentam-se fluidamente revestidos de elementos de rupturas e mecanismos de continuidades identitárias, ante aos projetos expansionistas.

Ademais, enfatiza-se que os adubos ou fertilizantes químicos usados nos plantios objetivavam repor nutrientes e micronutrientes do solo, por isso, distinguiam-se em calcários (15,7%), ureia (12,2%), sulfato de potássio e magnésio (9,8%), nitrato de amônia (6,7%), cloreto de potássio (2,0%) e outros formulados (0,8%); as pulverizações correspondiam ao uso de agrotóxicos, sendo destacáveis o Tamaron, empregado por 8,3% dos produtores para a eliminação de pragas que atacavam o feijão, o Sal de Dimetilamina do ácido 2,4 diclorofenoxiacético, o Malathion e o Estron, que eram um herbicida, um inseticida e um defensivo, respectivamente, utilizados por 4,7% das famílias para a exterminação de algumas espécies de larvas e/ou insetos como a lagarta-rosca (*Agrotisipsilon*), o pulgão (*Aphisgossypii*), a mosca branca (*Bemisiatabaci* biótipo B) e a vaquinha verde-amarela (*Diabroticaspeciosa*), o Mirex-S Max (fungicida) e o Fungitol (formicida), usados por 3,5% dos chefes familiares para o combate de fungos e formigas, e o Herbadox 500 CE, o Herbimix e o Roundup, aplicados por 2,4% dos agricultores contra o ataque de ervas daninhas e insetos. E, que a disseminação dessas substâncias nos cultivos era feita de forma idílica, uma vez que 85,4% dos agricultores não recebiam orientação especializada de agentes públicos ou privados, enquanto somente 14,6% eram assistidos tecnicamente, cujas ações se restringiam ao recebimento de sementes (12,2%) por meio da EMATER/PI e treinamentos sobre o manejo da produção (2,4%) realizados pela EMBRAPA Meio Norte.

Salienta-se que a predominância desses agrotóxicos nas lavouras familiares de Uruçuí já havia sido registrada por Carvalho e Monteiro (2012, 2015), inclusive, alertaram sobre os perigos que os trabalhadores estavam expostos, pois o manuseio sem acompanhamento técnico e as pulverizações, causariam riscos à saúde e contaminariam o ecossistema local.

Como também, inferiu-se que tal conformação se coadunava à interpretação de Sabourin (2009), de que embora a agricultura familiar utilize pouca mecanização e tecnificação, essa estrutura fundiária reduzida ou fragmentada, mobiliza adubos e pesticidas, o que lhe confere obter rendimentos equivalentes aos da agricultura empresarial.

Dando prosseguimento à investigação, identificou-se que 85,0% dos agricultores colhiam a safra de forma artesanal e que 15,0% dependiam de colheitadeiras mecânicas, alugadas e/ou cedidas, pertencentes a grandes empresas graníferas, como a Fazenda Colibri e o Condomínio União 2000. Contudo, não obstante essa performance da colheita manual,

detectou-se que a incorporação de máquinas modernas prevalecia principalmente nos Assentamentos de Flores e Santa Teresa, cujas narrativas locais refletiam o processo de desterritorialização causado pelo agronegócio e, ao mesmo tempo, rememoravam um passado no qual o uso coletivo de tratores, plantadeiras e colheitadeiras fazia parte do cotidiano das famílias, conforme revela o sentimento de uma assentada:

[...] Pra mim, no meu ponto de vista, que eu vivi no sonho desse assentamento, dá certo; como os homens deixaram as roças de mão para trabalhar pros outros [empreendimentos graníferos], faliu, o assentamento faliu. Pra mim, nos meus sonhos, assim [...] isso foi um atrapalho. É, foi um fracasso dos assentamentos, porque eles saíram do assentamento. Hoje, não querem mais voltar para a enxada, porque [...] é duro mesmo pra quem tá acostumado a ganhar um assalariado deles lá. Eles dizem que foi bom pra eles porque eles compraram moto, tem carro, tem essas coisas, mas [...] eu acho que eu produzia mesmo, porque o pouco que fiz [renda] foi quando as máquinas daqui funcionavam, dava pra mim comprar uma moto; eu não tenho esses sonhos de ter essas coisas não [...] ¹⁶⁵ (Informação verbal).

Nessa perspectiva, constatou-se que a ausência de incentivos ou ações institucionais voltadas para estimular a emancipação, o desenvolvimento e a organização dos assentamentos, por meio do trabalho cooperativo e associativo, foi condição *sine qua non* para a ruína das inovações tecnológicas, o que impôs limites ao bem-estar e à qualidade de vida das famílias, notadamente exposta na Figura 46.

¹⁶⁵ Entrevista fornecida por F. C. L. para SILVA, A. J. da. Assentamento Flores, Uruçuí/PI, 12 de maio de 2015.

Figura 46 – Maquinários e componentes mecânicos danificados ou inutilizados em Uruçuí/PI: A – colheitadeira mecânica *Massey Ferguson*, em Flores; B – colheitadeira 7500 turbo, em Flores; C – trator, em Flores; D – trator Valmet e caminhão, em Flores; E – componente de colheitadeira mecânica, em Santa Teresa; e F – parte de implemento agrícola, em Santa Teresa.

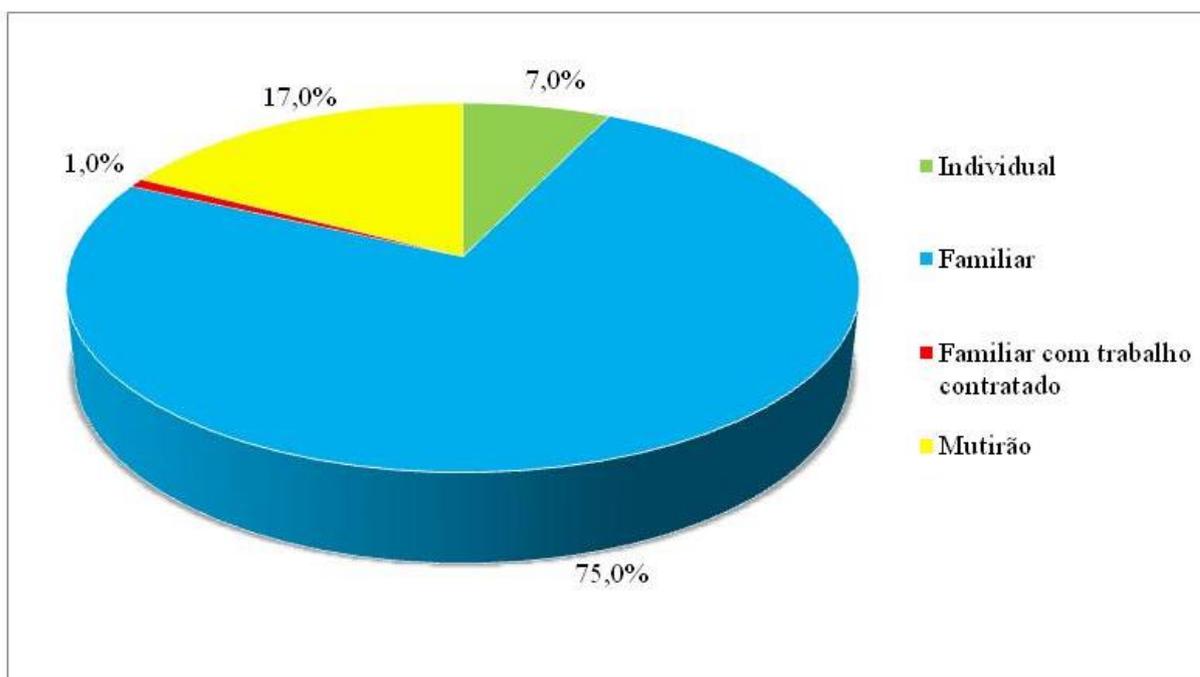


Fonte: Silva (2015).

Assinala-se que esse panorama de contrapontos na trajetória agrícola de Uruçuí se harmonizou com o entendimento de Canclini (2013), por atribuir às transformações históricas, o dolo às ameaças da ordem natural e social, e por ocasionarem tensões que, gravemente, podem dissolver uma sociedade, haja vista que a cultura moderna (ocidental) se consubstanciou descaracterizando as tradições e os territórios.

Observou-se ainda, que a colheita da safra representava um processo de reestruturação das relações sociais nas comunidades, pois o hábito de colher o legume simbolizava o momento em que o agricultor reunia a família e, por vezes, os vizinhos, para a valorização do produto do trabalho (Figura 47).

Figura 47 – Formas de colheita da agricultura familiar de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Destaca-se com base na Figura 47, que do universo estudado, 75,0% dos agricultores contavam com a ajuda da família na atividade de colheita dos plantios, 17,0% organizavam mutirões baseados no princípio da troca, cuja permuta de objetos supunha um mínimo¹⁶⁶ de reciprocidade, 7,0% coletavam as lavouras individualmente e 1,0% complementavam o trabalho familiar com mão de obra contratada. Destarte, essa configuração revelou que, se por um lado, as dificuldades de incorporação de maquinário nas roças eram um obstáculo às possibilidades de expansão da agricultura familiar de Uruçuí, por outro lado, evidenciava a reconstrução das territorialidades nas comunidades. Sublinha-se que esse entendimento decorreu da concordância com Chelotti (2010), de que a reterritorialização permite o reencontro com a tradição e a história de uma sociedade, dessa forma, os aspectos relacionados à cultura, como os modos de vida, as identidades e as sociabilidades, não se esgotam diante do fenômeno da modernização do rural, devido serem subjetividades que o tempo não elimina.

Outrossim, notou-se que o deslocamento da colheita das terras de trabalho para as terras de morada ocorria de diversas maneiras, na medida em que 40,5% dos chefes de família utilizavam veículos automotores, distinguidos em 22,0% motos, 11,0% carros e 7,5% tratores

¹⁶⁶Para Temple (1997), o mínimo de reciprocidade denota a presença de vínculos de solidariedade nas transações de troca, mesmo que esta se caracterize por interesses econômicos e simbólicos.

(alugados ou cedidos), 38,5% contavam com o apoio do trabalho paleotécnico¹⁶⁷, principalmente da eficácia de asininos e equinos, e 20,9% empreendiam o próprio esforço físico para o transporte da safra, geralmente presa às costas ou sobre a cabeça.

Tal quadro, ao explicitar a reduzida posse de veículos automotivos (33,0%) entre os agricultores familiares de Uruçuí, se harmonizou ao pensamento de Carvalho e Monteiro (2012), de que em razão do baixo rendimento monetário nas localidades, poucos tinham acesso às mercadorias extra imóvel rural, inclusive, porque a lógica da produção agrícola visava a subsistência do grupo doméstico.

Por conseguinte, uma vez instalada nas residências, a safra era armazenada em sacos, tambores ou paióis (recipientes de madeira), para em seguida ser consumida pelo grupo doméstico e/ou servir como economia de aprovisionamento (Figura 48).

Figura 48 – Armazenamento da produção agrícola dos agricultores familiares de Uruçuí/PI: A – sacos de feijão, B – armazenamento de melancias, C – sacos de farinha e D – ensacamento de tapioca



Fonte: Silva (2015).

Embasado na análise exposta, apreendeu-se que o agricultor familiar de Uruçuí era um ator social do mundo globalizado, o que corroborou com a concepção de Wanderley (2003), de que para resistir às rugosidades das mudanças em curso da sociedade e, em particular, da

¹⁶⁷ De acordo com Wolf (1976), a paleotécnica consiste no emprego de trabalho humano e animal.

modernização da agricultura, o agricultor se adapta aos novos padrões e contextos impostos pelo capital.

Demonstrou-se ainda que, relativamente às influências diretas do agronegócio no trabalho agrícola familiar de Uruçuí, estas se manifestavam, sobretudo, por meio da introdução e acentuação da adubação ou fertilização química e da disseminação dos agrotóxicos, além da precária incorporação de maquinário para o preparo da terra e para a colheita da safra. Logo, constatou-se uma restrita ou marginal configuração dos processos de hibridação cultural, pois tendo em vista as parcas condições socioeconômicas e a incipiente orientação técnica de órgãos públicos ou não, como a EMATER/PI, identificou-se que, por necessidade, o agricultor familiar combinava seu patrimônio de saberes e práticas culturais (relacionado à tradicionalidade dos modos de vida) aos códigos e às referências tecnoprodutivas da agricultura empresarial. Portanto, inferiu-se que em função da conjuntura agroindustrial instalada em Uruçuí, as características da agricultura familiar alteraram-se preponderantemente.

7.7 Perspectivas para a pequena produção de Uruçuí/PI ante as implicações do agronegócio: a visão de futuro dos agricultores familiares

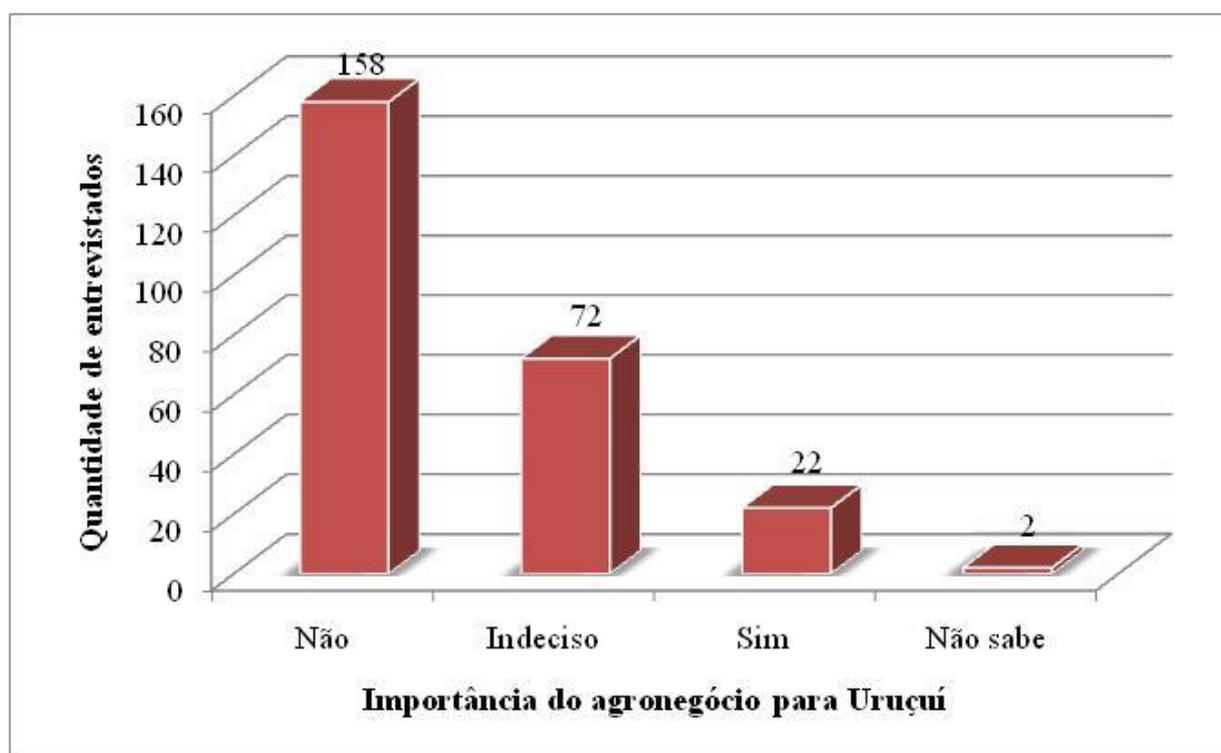
Realça-se que os dados apresentados na seção anterior possibilitaram reconhecer o agronegócio como elemento síntese do movimento de desterritorialização da agricultura familiar de Uruçuí. Essa circunstância foi confirmada num fragmento de memória local, cujos contextos expressaram as trajetórias de vida e os contrapontos da subserviência dos agricultores ao trabalho nas fazendas.

No tempo que a gente vivia nas nossas rocinhas trabalhando aqui todo mundo, você podia andar nesses baixões que você via roça que dava gosto, do arroz, do feijão, do milho, da fava, passava [...] o mês de junho e julho colhendo coisa. Hoje, você anda aí e [...] o pessoal criaram até preguiça porque se iludiram com negócio de emprego de serra (chapada), e não trabalham nem na serra, porque o salário não dá nem pra sobreviver com a família, aí quando eles recebem aquele salário não dá pra nada, aí nem produzem aqui e nem a serra dá também. E é assim, por um lado, deram emprego pro povo, mas nem todos são empregados, e aquele tempo que nós trabalhávamos aqui nas nossas roças, a gente tinha, e hoje, tudo a gente traz da cidade, o arroz, o feijão, a massa do milho. E aqui acabou!¹⁶⁸ (Informação verbal).

¹⁶⁸ Entrevista fornecida por A. de J. L. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 15 de abril de 2015.

Esse cenário, ao indicar a complexidade do processo de expansão do capital no cerrado uruçuiense, expôs também os desencantamentos, por parte dos agricultores, sobre o desenvolvimento tecnológico das chapadas, pois entendiam que a difusão do agronegócio implicou um movimento contraditório e desigual, comumente percebido no aumento dos problemas ambientais (supressão da floresta, queimadas, contaminação dos recursos naturais, etc.), na concentração de terras, na racionalização da vida social, na individualização dos sujeitos e na desvalorização da mão de obra familiar, pois o salário pago pelos graníferos, sendo insuficiente, comprometia a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Por conta disso, predominavam entre os chefes de família, oposições acerca da estruturação do agronegócio em Uruçuí, validadas fundamentalmente na Figura 49.

Figura 49 – Posição dos agricultores familiares sobre a importância da instalação do agronegócio em Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Nota-se na Figura 49 que, dos 254 trabalhadores familiares, 62,2% desqualificaram o agronegócio como instrumento gerador de externalidades positivas em Uruçuí, 28,3% mostraram-se indecisos sobre a importância da presença das empresas agrícolas nos cerrados, 8,7% reconheceram o papel da grande lavoura capitalista para o desenvolvimento econômico do município e 0,8% não se manifestaram a respeito da questão posta.

De fato, observou-se que em razão do quadro de marginalização da pequena produção aos circuitos da modernização contemporânea, como também das implicações ambientais decorrentes da conversão do cerrado em mercadoria, prevalecia nas localidades um descontentamento em relação a ocupação das chapadas, como informam as histórias de vida dos agricultores.

Eu acho que não foi importante a vinda das fazendas, porque assim, porque às vezes, você vê, hoje, eles preferem o pessoal de fora vim trabalhar do que o pessoal do próprio lugar. Eles trazem funcionários, eles têm as máquinas, e a maioria dos funcionários é de fora, daqui, é muito difícil colocarem daqui, e tem, mas eles preferem os de fora. Então, eles não dão assistência e nem oportunidade pros pequenos, eu digo e sustento!¹⁶⁹ (Informação verbal).

Pra mim, na minha mente, ficou foi pior, porque hoje, o agrotóxico é quem tá matando o pessoal né, e nós não temos agrotóxico porque é a coisa mais difícil, porque invés dos lavradores terem aqui uma renda na nossa região, tudim (sic) se mudaram pras fazendas e só tem um salarinho. O que o agricultor tá produzindo? Nada! O grande fazendeiro tá produzindo e botando tudo no bolso deles, e nós tamo (sic) fazendo o quê? Né! Você acha se isso é certo? É verdade! Aí, certo pra nós aqui, só Deus!¹⁷⁰ (Informação verbal).

As fazendas prejudicou (sic) muito aqui. De primeiro, chovia muito, agora, aqui, depois que desmataram as chapadas, tudo acabou. De primeiro, quando nós era (sic) pequeno, as chapadas eram tudo aí nativa, chovia muito, aí, depois que desmataram, aí acabou foi tudo, nem chove mais, prejudicou muito aqui. Não achei essa vantagem não. De primeiro, a gente ficava aqui, o pessoal não ia pra esses centros de chapada, a gente caçava por aí, agora não tem mais centro de chapada, agora tudo é vazio, cheio de máquina, não mais caça, acabou foi tudo!¹⁷¹ (Informação verbal).

Esse panorama de não aceitação ao agronegócio se coadunou à análise de Santos (2009), haja vista que a reprodução ampliada do capital na agricultura instaura divergências, ou seja, institui contra racionalidades capazes de mobilizar tensões sobre a racionalidade dominante.

Com relação aos agricultores indecisos, verificou-se, por meio da pesquisa de campo, que os mesmos relativizavam as rugosidades provocadas pelo desenvolvimento do capital em Uruçuí, uma vez que a difusão do agronegócio conformou situações plurais e contraditórias,

¹⁶⁹ Entrevista fornecida por A. C. S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Pontes, Uruçuí/PI, 9 de fevereiro de 2015.

¹⁷⁰ Entrevista fornecida por C. de A. S. para SILVA, A. J. da. Comunidade Morrinhos, Uruçuí/PI, 17 de abril de 2015.

¹⁷¹ Entrevista fornecida por G. R. B. para SILVA, A. J. da. Comunidade Vão do Lourenço, Uruçuí/PI, 18 de fevereiro de 2015.

pois à medida que estabelecia postos de trabalho temporários ou não, causava dolo à biodiversidade, como está explícito na narrativa de uma agricultora.

Olha, eu vou te dizer a verdade. As fazendas foram uma boa pra umas partes; aí, já para outras partes elas não foi (sic) boa. Ela foi boa pra fartura, porque aonde tem uma fazenda perto, nós daqui de perto tem fartura, tem fartura assim: eu tenho um filho que trabalha lá, meu genro vai trabalhar lá, aí quando eles pegam aquele dinheirinho, eles vão e compram o que tão precisando. Mas acabou com a outra parte, acabou com a água, acabou com várias coisas, porque desmataram tudo, as chuvas quando vem, pega, passa por outro canto, mas pra fartura foi bom porque teve emprego, mas no outro ponto destruiu, acabou com tudo!¹⁷² (Informação verbal).

Tal contextura demonstrou que, pelo seu caráter, o agronegócio reclamava processos de territorialização, que incluía o controle do patrimônio natural e a subordinação dos atores sociais que estavam na base do sistema, os agricultores familiares. Logo, inferiu-se que essa configuração se harmoniza com o pensamento de Kageyama et al. (1996), no sentido de que o novo *modus operandi* passa a vigorar outra lógica nas interações homem/natureza, em que o curso da apropriação dos bens ambientais é comandado pela necessidade de expansão da economia, principalmente, da agroindústria.

Já os produtores familiares que defendiam a permanência da agricultura empresarial no cerrado uruçuiense, justificavam as posições em razão do consumo às mercadorias produzidas pelas fazendas e da criação de postos de trabalho, como explicou uma agricultora da comunidade Pontes.

É muito importante sabe, porque através deles [graníferos], assim, antigamente você tinha que esperar o tempo de comprar as coisas, óleo, por exemplo, e vinha de muito distante, e hoje, aí mesmo eles produzem perto e a compra é aí mesmo. A gente compra ração, e meu pai sempre compra ração deles, principalmente da Canel [empreendimento], eles fornecem aqui pra ele, agora mesmo ele comprou 5.000 kg de milho. Também muita gente, principalmente os jovens, eles tiveram ganhos trabalhando nas fazendas. Pra mim, eu acho que foi bom, porque as fazendas melhoraram a vida da peãozada¹⁷³ (Informação verbal).

Esse fragmento de memória da história de vida rural exprimiu a concepção de Moraes (2009), de que as possibilidades produtivas em que se encontram os trabalhadores familiares nas áreas de chapadas e nos baixões, e os limites impostos à sua reprodução social, com a

¹⁷² Entrevista fornecida por E. J. de S. B. para SILVA, A. J. da. Comunidade Porto Velho, Uruçuí/PI, 10 de abril de 2015.

¹⁷³ Entrevista fornecida por M. de L. G. para SILVA, A. J. da. Comunidade Pontes, Uruçuí, 10 de fevereiro de 2015.

incorporação dos ecossistemas pela agricultura empresarial, orientada pelo agronegócio, os obrigam a reorientarem as estratégias econômicas e sociais de sobrevivência, segundo uma racionalidade única e excludente de reprodução das condições de vida. Isto é, embasada na reprodução pura e simples do trabalho familiar ou como produto integrado ao agronegócio, ao redefinirem as identidades socioculturais e sociabilidades no sistema agrícola familiar.

Entretanto, diferentemente das distintas opiniões sobre a relevância ou não da grande lavoura capitalista em Uruçuí, a investigação apontou que 99,2% dos pequenos produtores percebiam o proeminente papel da agricultura familiar para a manutenção do tecido social, o desenvolvimento econômico, a segurança alimentar, a preservação do ecossistema local e a continuidade dos modos de vida, e que 0,8% não consideravam a atividade essencial para o crescimento socioeconômico do município, derivado do reduzido apoio governamental, o que impossibilitava assegurar a qualidade de vida das famílias. Inclusive dois agricultores salientaram:

Rapaz, sem roça não tem vida não, sabia? Agora, nem todo mundo quer plantar. Olha, a roça é uma mãe, você sabia dessa? Você entra lá [roça], você chega bem aí e você vê como é passar o dia. Aí, se você for lá no supermercado comprar, você só come uma vez, e se você for hoje ou amanhã [na roça], todo dia, você acha uma coisa pra comer, pra sustentar os filhos. E aí, na lojinha, lá tu compra um quilo, tu come um hoje, amanhã tu tem que comprar outro quilo pra comer. Aí não, aí tá sossegado, na hora que quer é só meter uma cuia [concha feita de metal ou da flora], catou, botou no fogo e chama a negada [o grupo doméstico], é só comer o feijão; vai no chiqueiro pega um bichinho e mata, pronto! A vida da roça é melhor que a vida da cidade! E eu não quero emprego, pois o homem que se emprega pra outro, ele é doido! [risos] A roça dá o que comer, tem a fruta, tem a galinha, tem o ovo, ela é uma mãe!¹⁷⁴ (Informação verbal).

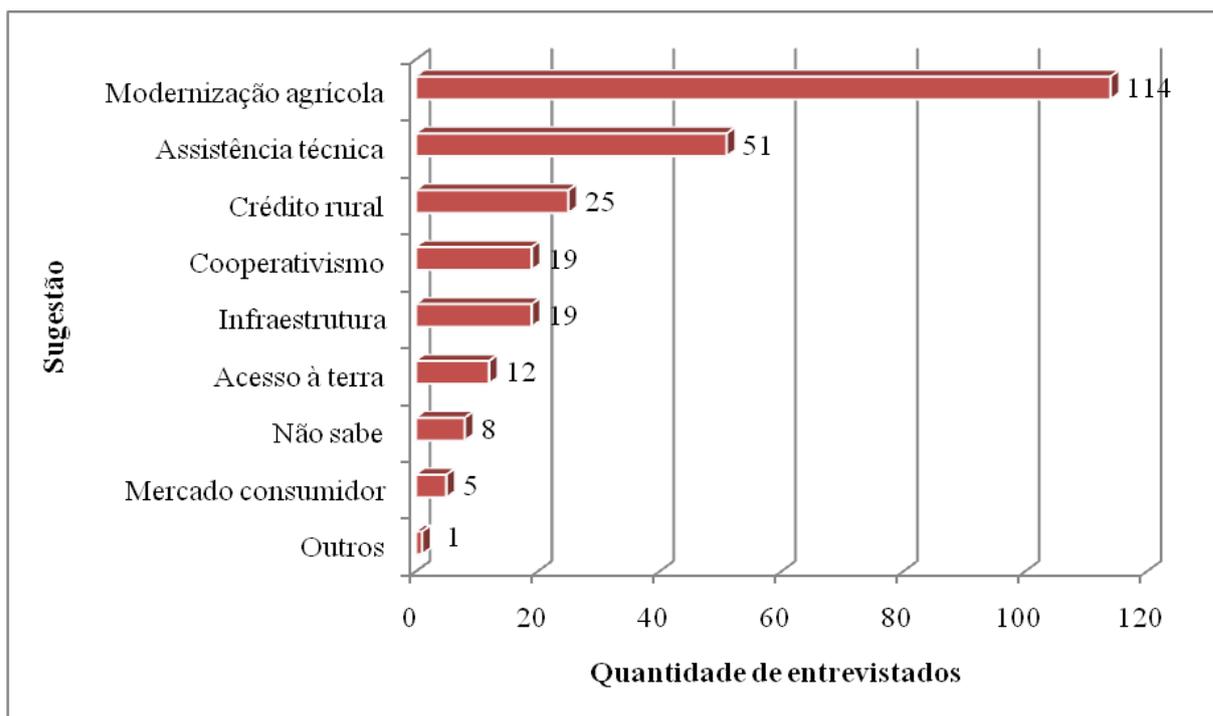
Eu acho a roça importante. Quando eu chego numa roça minha, a coisa que mais amo nesse mundo é essa hora que tou (sic) dentro de uma roça. Quando eu chego e vejo dá a flor do arroz, a flor do milho, de vê o feijão, eu sonho, eu faço é sonhar, eu adoro mesmo, não é mentirinha não! Eu não sou mulher pra ficar de perna encruzada não, mas não dão meu Deus! O que eu vou fazer? Não tenho a condição [terra, capital e infraestrutura], não tenho isso, mas não dão! Então, o que a gente queria que tivesse um prefeito ou um vereador que visse essa parte do pequeno, pra pessoa pobre, do pequeno agricultor que tem vontade de trabalhar, mas não tem a condição [...]¹⁷⁵ (Informação verbal).

¹⁷⁴ Entrevista fornecida por J. F. de S. para SILVA, A. J. da. Assentamento Santa Teresa, Uruçuí/PI, 19 de maio de 2015.

¹⁷⁵ Entrevista fornecida por D. P. C. para SILVA, A. J. da. Comunidade Sangue, Uruçuí/PI, 28 de junho de 2015.

Todavia, não obstante tal reconhecimento das capacidades e competências das lavouras familiares de Uruçuí, fez-se mister enfatizar medidas ou ações (Figura 50) apontadas pelos agricultores com vistas a melhorar a atividade agrícola e, conseqüentemente, garantir a inclusão social, política e econômica e o desenvolvimento das localidades.

Figura 50 – Ações sugeridas pelos agricultores familiares de Uruçuí/PI para melhorar as condições de trabalho nas roças



Fonte: Pesquisa direta, fevereiro/julho de 2015.

Através da Figura 50, verificou-se a prevalência de inovações tecnológicas, 44,9%, como condicionantes fundamentais para o bom desempenho da agricultura familiar de Uruçuí, seguida pela assistência técnica com 20,1%, crédito rural com 9,9%, cooperativismo e infraestrutura com 7,5%, sendo esta alicerçada principalmente na logística de transportes, acesso à terra com 4,7%, não souberam informar 3,1%, a necessidade de dinamização do mercado consumidor com 2,0% e outras possibilidades com 0,4%, em particular, a elevação dos postos de trabalho nas fazendas.

Esse panorama, ao manifestar a predominância da modernização agrícola nos anseios dos agricultores familiares de Uruçuí, revelou o quão a concepção de Mendras (1978) é atual, uma vez que, tal como na teoria, nas comunidades rurais, os produtores internalizaram a lógica e as vantagens de uma nova organização do trabalho, pois desde que possuam os meios

de realizá-la, o fazem e alteram a maneira de ver e pensar em função dessa lógica modernizante.

A respeito da orientação técnica, constatou-se a ausência do Estado no processo de fortalecimento da pequena produção no município, realidade atestada pelo elevado índice de famílias que não recebiam acompanhamento especializado, 85,4%, enquanto 14,6% eram assistidos, como confirmado por um extensionista rural:

Hoje, nós temos assistência ainda, um pouco precário, e eu não vou te dizer que a gente tem cumprido o papel de extensionista, porque nos faltam as condições necessárias né, mas assistência técnica, a medida do possível tem. [...] Quando se trata de deslocamentos para as comunidades mais distantes, nós não temos acesso, dificulta esse apoio porque o governo do Estado só disponibiliza um pequeno recurso pra esses deslocamentos, aí nós temos que criar parcerias com prefeituras, com órgãos, para que a gente possa acompanhar as comunidades [...] Se a gente tivesse as condições necessárias pra se fazer uma programação normal como era antigamente, se programava comunidade por comunidade, aquele dia a comunidade já nos esperava [...] porque a gente tinha o apoio pra chegar até lá, se isso voltasse a acontecer, eu acredito que seria a melhor coisa que poderia acontecer pro agricultor familiar.¹⁷⁶ (Informação verbal).

Sublinha-se que essa conformação expôs a debilidade do Estado nas políticas de incentivo à pequena propriedade, posto que os parques ativos (capacitação, financiamento, infraestrutura, dentre outros) direcionados aos órgãos ou departamentos oficiais, nesse caso, a EMATER/PI, reduziram as possibilidades de crescimento da lavoura familiar no município. Essa situação contrariou a visão de Ortega (2008), de que a presença do Estado se manifesta não somente em um grande conjunto de políticas sociais, mas, ainda, na assistência técnica institucional com a reorganização das agências governamentais.

Realça-se que o ingresso aos projetos de financiamento para o pequeno produtor era limitado, como demonstrado no item 7.3, pois 78,7% dos chefes de família não tinham acesso às linhas de crédito bancário, porque eram obrigados a comprovarem a propriedade da terra e a renda, porém tais condicionantes se configuravam em grave problema social em Uruçuí. Essa conjuntura de dificuldades em investimentos para a reprodução das roças se adequou ao exposto por Brandão Filho (2009), que o pouco alcance das políticas de financiamento para a agricultura familiar revela um quadro de disparidades sociais e econômicas que tem como essência os conflitos de interesses que orientam a acumulação do capital.

Quanto ao cooperativismo, notou-se que esse quesito decorria do sentimento de ressignificação com o território, ou seja, da criação entre os agricultores de uma cultura

¹⁷⁶ Entrevista fornecida por F. de A. L. C. para SILVA, A. J. da. Uruçuí/PI, 10 de fevereiro de 2015.

cooperativa centrada em formas de sociabilidades baseadas no trabalho organizado e participativo, capaz de viabilizar a exploração dos recursos e das potencialidades naturais e humanas existentes nas comunidades. Outrossim, devido 100% dos agricultores não acreditarem na capacidade do Estado combater as assimetrias sociais ocasionadas pela mercantilização do cerrado, o cooperativismo apresentava-se como uma alternativa para a inclusão social, pois redundaria na redução da pobreza e asseguraria o desenvolvimento local, o que se consubstanciou ao pensamento de Ortega (2008), de que em função dos laços socioculturais e de identidade, a agricultura familiar propicia maior facilidade de as pessoas identificarem-se e cooperarem em ações coletivas de interesse comum.

Alicerçado ainda na Figura 50, notou-se que relativo aos agricultores que reivindicavam melhorias na infraestrutura de transportes, as faziam em virtude da fragilidade do sistema de estradas, o qual se caracterizava por precárias condições físicas, como demonstra a Figura 51.

Figura 51 - Estrada vicinal no Assentamento Flores, Uruçuí/PI



Fonte: Silva (2015).

A respeito da questão fundiária, observou-se que a atenção dos agricultores a esse enfoque, evidenciava as contradições estruturais advindas principalmente do contexto de ocupação e modernização da fronteira agrícola, com a constituição de grandes propriedades rurais, cujas terras foram juridicamente negociadas a preços ditos “simbólicos”, o que

acentuou a concentração dessas nas mãos de um pequeno grupo de capitalistas. Essa configuração litigiosa se coadunou com a visão de Peixinho e Scopel (2009, p.111), de que a população preexistente à instalação do agronegócio em Uruçuí, que não se preocupou imediatamente com a propriedade da terra, passou ao médio prazo a internalizá-la, porque “os novos ocupantes dos cerrados se territorializam através da propriedade privada, da produção e do reconhecimento simbólico e legal, especialmente por meio das políticas públicas”, o que repercutiu substancialmente nas trajetórias de vida dos comunitários.

No que tange ao reduzido percentual (2,0%) de sugestões para uma maior dinamização do mercado para os produtos familiares, fez-se mister salientar que esse cenário reafirmou a importância da economia de provisão no município, traduzindo assim a compreensão de Moraes (2009), que a reprodução social da pequena propriedade de Uruçuí depende, em parte, do grau de participação no mercado, pois a lógica da produção não se basearia totalmente para a autossustentação, senão produzir-se-ia também para a troca, de modo a adquirir bens de que precisassem e não produzissem.

Além dessas recomendações, foi proposto a criação de mais postos de trabalho nas fazendas; porém, tendo em vista o baixo índice (0,4%), expressou pouca expressividade, até porque predominava nas localidades um descontentamento em relação ao trabalho nos empreendimentos.

Nessa perspectiva, identificou-se que o agronegócio causou um duplo movimento na agricultura familiar de Uruçuí, desterritorialização e reterritorialização. A desterritorialização marcou os conflitos sociais traduzidos na subordinação da força de trabalho familiar à lógica da grande propriedade, pois uma vez inserido no agronegócio, tornava-se um produto da acumulação do capital. Sendo assim, em razão dos problemas socioambientais gerados pela modernização do cerrado, o agronegócio provocou um sentimento de desencanto, o que simbolizava o processo de reterritorialização, que permitiu aos agricultores reconhecerem a sua importância no contexto político, social, econômico e cultural. Como também, se sentiram sujeitos responsáveis para propor alternativas para a melhoria estrutural das roças, sendo destacável, principalmente, a incorporação de inovações tecnológicas, o que realçou que o agricultor familiar não era antagônico ao moderno, mas um ator social num mundo em constante transformação.

7.8 Análise consolidada da territorialização, desterritorialização e reterritorialização provocada pelo agronegócio em Uruçuí/PI e a repercussão na agricultura familiar

Ressalta-se a necessidade de avaliar a realidade verificada em Uruçuí acerca dos fatores inerentes à difusão e consolidação do agronegócio e suas implicações na sustentabilidade da agricultura familiar, sobretudo nos modos de vida.

Nessa perspectiva, constatou-se que o baixo preço das terras, as características geoambientais (clima, topografia, hidrografia e pedologia), o mercado consumidor (regional e internacional) e a infraestrutura, foram os principais atrativos para o movimento de ocupação das chapadas por investidores e agentes econômicos do capital agrário, iniciado na década de 1990, com a implantação da Fazenda Tunísia e do Condomínio União 2000.

Para tanto, o Estado assumiu a responsabilidade para estimular o modelo de produção dominante, através de políticas específicas dos governos estadual e federal, como o FINOR-Agropecuário e o FNE, o Programa Nordeste Competitivo, cuja responsabilidade era do BNDES, a Lei nº 4.859 de 1996, que concedia isenção fiscal sob o ICMS, e o Polo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurgueia, tributado ao Banco do Nordeste do Brasil. Salienta-se que essas ações institucionais resultaram, por um lado, na modernização da agropecuária, na construção de indústrias e agroindústrias, na elevação da produtividade da terra, tornando a soja a principal mercadoria, e na configuração de um mercado de terras assentado na valorização especulativa do espaço rural; e, por outro lado, na permanência de grandes propriedades fundiárias, o que modificou o sentido da reprodução da atividade primária, ao substituírem a cultura extensiva pela intensiva.

Ademais, reconheceu-se que a internalização das inovações tecnológicas nas fazendas do agronegócio, exprimiu os contrapontos do processo de territorialização do capital na agricultura, haja vista desencadear a concentração da riqueza, a seletividade socioespacial e a subordinação da força de trabalho originária da pequena propriedade.

Acrescenta-se que o perfil social da agricultura familiar de Uruçuí, revelou um quadro de incertezas quanto à qualidade de vida nas localidades, posto marcar-se essencialmente por irregularidades quanto à posse e ao uso da terra, por fluxos migratórios nas comunidades (devido o avanço do agronegócio nas chapadas), por reduzido grau de escolaridade, por maior presença dos mais idosos nas terras de trabalho (indicando o envelhecimento do pequeno produtor), e por insatisfatórias condições de moradia e saneamento básico.

No tocante ao perfil econômico das famílias analisadas, observou-se a relevância da economia de provisão na manutenção do grupo doméstico, na medida em que a força

de trabalho nas lavouras era fundamentalmente composta pelo agricultor e sua família, e complementada pela ajuda de terceiros, por meio de pagamento em dinheiro, cuja média diária era fixada em R\$ 41,08.

Entretanto, tendo em vista as dificuldades para o acesso às linhas de crédito bancárias, notou-se a pluriatividade do agricultor familiar, ocupando, sobretudo, ofícios no serviço público, no comércio, na construção civil e no agronegócio, cuja finalidade visava o aumento da renda familiar, não como um meio de acúmulo de capital, mas para não comprometer a continuidade da produção agropecuária.

No que se refere ao perfil cultural dos trabalhadores familiares, realçou-se esse atributo como uma ciência do equilíbrio, marcado por um patrimônio de saberes e técnicas tradicionais que se ajustava às tecnologias modernas. Outrossim, que as relações de reciprocidade não se esgotaram com a consolidação do agronegócio em Uruçuí, e que tampouco a produção agropecuária familiar desprezava os hábitos, os costumes e as linguagens dos fluxos de eventos externos (fenômenos geofísicos, ciclos ecológicos e processos de regeneração da natureza) e internos (mitos, crenças e cosmovisões).

A despeito da interseção com o ecossistema, verificou-se que em função da transmissão transgeracional, os agricultores externalizavam um arcabouço de conhecimentos sobre as condições ecológicas de clima, vegetação, solo e topografia, vital para a definição das áreas de trabalho, a sistematização da produção agrícola, a apropriação simbólica dos recursos ambientais e a elaboração de mecanismos de defesa do Cerrado, cujo desmatamento era a principal ameaça para a conservação do bioma.

Relativamente às interferências diretas do agronegócio nas lavouras familiares de Uruçuí, identificou-se a intensificação do uso de adubos ou fertilizantes químicos e agrotóxicos, inclusive a alocação de maquinário, mediante aluguel ou empréstimo, com fins de realizarem o preparo da terra e a colheita da safra. Desse modo, expôs-se a marginalidade dos processos de hibridação cultural, haja vista a precária situação social, os baixos rendimentos monetários e a incipiente assistência técnica.

Portanto, compreendeu-se que, por necessidade, o agricultor familiar combinava os saberes, os conhecimentos e as práticas culturais aos códigos e às referências tecnoprodutivas da agricultura empresarial. Logo, exprimiu-se que derivado da conjuntura agroindustrial de Uruçuí, os modos de vida do agricultor familiar se alteraram.

Por conseguinte, embasado nessa análise, constatou-se que o agronegócio provocou a desterritorialização da agricultura familiar de Uruçuí, validada pela subordinação da mão de obra comunitária aos imperativos da reprodução ampliada do capital. Como também, causou a

reterritorialização, à medida que despertou nas famílias um sentimento de desencanto para com a ocupação do cerrado, posto o passivo de danos e/ou problemas socioambientais gerados pela modernização agrícola. Ao mesmo tempo, a reterritorialização possibilitou-lhes o reconhecimento da relevância como atores sociais num rural em profunda mudança, onde a agricultura familiar se apresentava progressista, por defender a terra, a família e o trabalho.

Assentado nesse panorama, apresenta-se no capítulo seguinte a conclusão da investigação relativa as rupturas e as continuidades provocadas pelo agronegócio nos saberes e práticas dos agricultores familiares de Uruçuí.

8 CONCLUSÃO

Nesta investigação, a agricultura familiar além de validar-se num conceito técnico/operacional criado por agentes governamentais, consiste, sobretudo, a definir-se como uma instituição social calcada nas virtudes da sociedade camponesa, uma vez que a tradicionalidade legitima-se como uma particularidade que não se esgota ante as rugosidades espaço/tempo.

Como também, inferiu-se por um lado, que o agronegócio apresenta-se como um projeto político/ideológico orquestrado pelo Estado com fins de reproduzir o capital no setor primário da economia brasileira. E por outro lado, que os contrapontos da ocupação e modernização da fronteira agrícola exigem a ampliação da percepção sobre o território, vendo-o não somente como um espaço funcional para a produção econômica, que é dominado por grupos sociais, mas como um lugar de enraizamento e convivialidade, onde os valores culturais são internalizados e externalizados, configurados, essencialmente, nas identidades, simbologias, significados, conhecimentos, rituais, cosmologias, crenças, geossímbolos, ou seja, nos modos de vidas.

Ressalta-se que essa tese não pretendeu diminuir o papel do agronegócio no desenvolvimento da economia agrícola nacional, inclusive por reconhecer sua importância na produção agropecuária, nas exportações, principalmente de *commodities*, no PIB e no processo de modernização/dinamização do espaço rural. Todavia, sem embargo essa configuração, fez-se necessário refletir sobre as contraposições socioespaciais derivadas de seu contexto constituinte e consolidação, mormente, no bioma Cerrado, haja vista que a análise territorial expõe as interseções e ambiguidades que ocorrem entre os atores sociais e as instituições (privadas e públicas) que estão na disputa pela apropriação e exploração do território, que inclui os recursos naturais e os sujeitos.

Nesse sentido, assinala-se que o deslocamento do agronegócio granífero para as áreas de fronteira agrícola, como no cerrado piauiense, conformou-se na lógica de territorialização do capital, no qual o Estado promoveu estrategicamente as bases estruturantes para a organização da agricultura empresarial, na medida em que concedeu *benesses* (infraestrutura, terra e financiamentos subsidiados) para um seleto grupo de produtores rurais e investidores econômicos considerados aptos a difundirem a nova engenharia agrícola, o que agravou os

problemas socioambientais, como a concentração da propriedade fundiária, a subordinação e desterritorialização do agricultor familiar, e danos ao ecossistema.

Especificamente em Uruçuí, a instalação da agricultura empresarial ocorreu a partir da década de 1990, apoiadas pelas políticas públicas dos governos federal e estadual, manifestadas significativamente nas aquisições de terras a preços baixos e na infraestrutura para a produção, colheita, armazenamento, beneficiamento e escoamento das safras.

Tais mecanismos estatais atraíram produtores de outras regiões do país, como os proprietários das fazendas Tunísia e Colibri e do Condomínio União 2000, os quais se dispuseram a incrementar e difundir a nova vocação agrícola, marcada pela intensificação de tecnologias modernas, pelo emprego de pouca mão de obra e pela dependência aos mercados financeiros doméstico e global.

Também foram determinantes para a ocupação do município, as favorabilidades climáticas, pedológicas, topográficas e hidrográficas do cerrado piauiense, viáveis à mecanização; e a presença de um mercado regional atrativo.

Salienta-se que os retrocitados fatores contribuíram para a substituição da cultura extensiva em intensiva, resultando na expansão da área plantada com lavouras temporárias, sobretudo, soja, uma vez que entre 1990 e 2015, Uruçuí registrou o crescimento de 2.095,7 vezes a área plantada com soja, inclusive nesse último ano passou a ocupar a segunda posição *no ranking* da produção estadual de soja.

Ao mesmo tempo, detectou-se que as políticas implementadas pelo Estado consentiram a permanência e o acirramento de um quadro de desigualdades sociais que interferiu diretamente na continuidade da agricultura familiar, uma vez que as ações governamentais viabilizaram a manutenção de grandes propriedades rurais, principalmente nas áreas de chapadas, repercutindo na expulsão dos agricultores familiares das terras de uso coletivo para a cidade, para os assentamentos ou para os baixões.

Outrossim, verificou-se que o emprego da força de trabalho nas fazendas era seletivo e excludente, posto que a difusão de capital, tecnologia e informação nos empreendimentos ampliou a hierarquização de tarefas, produtivas e/ou administrativas, o que redundou na redução de mão de obra por área cultivada. Assim, à medida que intensificava o incremento do aparato tecnológico, diminuía a demanda por postos de trabalho, gerando novos perfis de mão de obra.

De fato, devido às insatisfatórias condições socioeconômicas das comunidades e o pouco alcance das políticas públicas para a agricultura familiar, os chefes de família eram obrigados a ocupar temporariamente os postos de trabalho nas fazendas, no qual se

sobressaiam as funções menos valorizadas e baixamente remuneradas, como os serviços gerais, o que resultou na desterritorialização dos processos simbólicos, com impactos imediatos no cotidiano das localidades, particularmente nas relações de reciprocidade e no uso da terra, o que respondeu ao problema da pesquisa sobre as interferências diretas do agronegócio nos modos de vida do agricultor familiar.

Cumprido, destacar, portanto, que o contato dos trabalhadores familiares com a inovação e os procedimentos tecnoprodutivos do agronegócio, mesmo que de forma segregada e contraditória, funcionou como uma linha de fuga da tradicionalidade, que acarretou transformações na produção do valor (de uso), redefinindo as estruturas, os saberes e as práticas sociais de sobrevivência dos agricultores, o que confirmou a hipótese da pesquisa, na qual a expansão do agronegócio em Uruçuí interferiu nos modos de vida dos trabalhadores familiares, implicando na reconversão dos saberes, objetos e técnicas para reinseri-los em novas condições de produção e de consumo que se traduzem no hibridismo do tradicional com o moderno.

Porém, tendo em vista os poucos recursos financeiros, a insipiente assistência técnica, as dificuldades de acesso às linhas de crédito bancário, a pluriatividade, a situação fundiária e preponderante precariedade das tecnologias e ferramentas familiares utilizadas nas terras de trabalho, o processo sociocultural de combinação entre o tradicional e o moderno se consubstanciou restrito, o que possibilitou caracterizá-lo como um hibridismo sociocultural marginal.

Nesse particular, definiu-se a hibridação sociocultural marginal como um processo não satisfatório de adaptação de culturas em relação às finalidades desejadas, ou seja, na perspectiva do intercâmbio entre o tradicional e o moderno, da fusão de conhecimentos e de tecnologias que em si mesmas não eram capazes de oferecer um sistema inter-relacionado de trocas, posto que os meios essenciais requeridos para a eficiência produtiva, como terra, capital, tecnologias, cooperação e assistência técnica apresentavam limites determinados, mormente, por fatores de ordem institucional.

Sob esse enfoque, adenda-se que embora a hibridação entre as estruturas discretas e modernas tenha se demonstrado limitada, a mesma apresentou capacidade performativa de gerar a produtividade da terra, suficiente para a subsistência dos grupos domésticos e para manutenção da economia de provisionamento, o que conferiu aos agricultores obterem rendimentos equivalentes aos da agricultura empresarial.

Contudo, faz-se mister acrescentar que essa reformulação cultural do trabalho frente às inovações tecnológicas de produção não desprezava a memória do passado, pois os

repertórios da agronomia científica se desenvolviam associados às crenças antigas, aos mitos, às cosmovisões, aos símbolos, aos fluxos de eventos externos (fenômenos geofísicos, ciclos ecológicos e processos de regeneração do ecossistema), aos valores e aos códigos de natureza, a subjetividade e a personalidade camponesa, o que funcionavam como um reenraizamento territorial, isto é, como um retorno ao território, desencadeando, portanto, a reterritorialidade, e ao mesmo tempo, revelando interações, rupturas e continuidades nos horizontes da agricultura familiar de Uruçuí.

Ademais, constatou-se que essa reterritorialização dos agricultores familiares reconhecia a tradicionalidade como um mecanismo de reafirmação identitária ante as modificações socioespaciais decorrentes da consolidação do agronegócio, sobretudo nas relações sociais do trabalho, nas paisagens (sendo alicerçada principalmente no crescimento dos desmatamentos e das queimadas), e no massivo consumo de insumos químicos, o que explicitou desencantos quanto a modernidade empreendida pelos graníferos e, por sua vez, acarretou preocupações sobre a sustentabilidade ambiental do bioma e a respeito das expectativas de reprodução da pequena produção.

Embasado nesse panorama, concluiu-se que o agronegócio despertou processos de hibridação sociocultural na agricultura familiar de Uruçuí, marcados por uma eficácia performativa restrita, haja vista apresentar limitações de assistência técnica, de crédito, de terras e de precariedade dos objetos tecnoprodutivos, e caracterizados por um patrimônio de saberes e práticas tradicionais que não negava as inovações tecnológicas, senão para apropriar-se da modernidade.

Essa eficácia simbólica marginal conduziu para definir os agricultores familiares de Uruçuí, como protagonistas sociais de um rural territorializado pelo capital e oligopolizado pelo uso da terra. E que, apesar do fosso de investimentos governamentais entre a pequena propriedade e o agronegócio, os trabalhadores familiares resistiam às rugosidades do desenvolvimento dominante, articulando as tradições que persistiam com a modernização que avançava.

Desse modo, mostrou-se que a hibridação sociocultural marginal revelava a luta de classes, cujas divergências entre a cultura e o poder manifestavam os conflitos não resolvidos entre os grupos hegemônicos e as camadas populares. Com isso, observou-se em Uruçuí, a existência de uma modernização insatisfatória, que acarretou, nos agricultores familiares, novos sentidos e vínculos com o território, onde as práticas culturais ganhavam o conhecimento técnico/científico, mas perdiam a exclusividade de uso dos bens coletivos.

Outrossim, registrou-se que em função dos agricultores familiares perceberem o grave problema socioambiental derivado da incorporação dos cerrados para a agricultura empresarial que reproduzia o modelo dominante, e da simples tecnologia existente nas comunidades para a provisão da subsistência, compreendeu-se que os horizontes para a agricultura familiar em Uruçuí, na perspectiva da hibridação sociocultural, conjugavam para o uso de sistemas agroecológicos baseados na valorização do conhecimento local, na autonomia produtiva, na cosmovisão, nos ritos e valores culturais, nas identidades e nos limites da viabilidade biológica.

Sendo assim, realça-se a urgência da introdução de ações e intervenções efetivas para a emancipação da agricultura familiar, cabendo às políticas públicas a atuação de reverter a problemática situação socioambiental nas comunidades, e ao mesmo tempo, potencializar a organização das pequenas propriedades.

Em síntese, na medida em que o Estado assumiu um papel atuante na difusão do agronegócio em Uruçuí, e em contrapartida, diminuiu a participação na garantia dos bens coletivos, esses bens deixaram de ser acessíveis para a maioria dos agricultores familiares.

Portanto, por entender a questão como um assunto público, confere-se que o Estado deve reconhecer as reivindicações familiares, assentadas em investimentos e/ou dispositivos que propiciem o controle dos desmatamentos e das queimadas, a modernização das roças, a reestruturação das instituições de assistência técnica, a desburocratização do acesso ao crédito rural, a difusão do cooperativismo, melhorias na infraestrutura (principalmente logística de transportes e o saneamento básico), a regularização da posse da terra e a dinamização do mercado consumidor regional para os produtos agropecuários e artesanais.

Ressalta-se que os métodos utilizados na pesquisa (dialético, comparativo e etnogeográfico) foram fundamentais para a aferição do problema e para a interação com os sujeitos e validação da hipótese, na medida em que possibilitaram reduzir as imprecisões no estudo crítico do objeto investigado, o que assegurou uma análise inexorável das informações, interpretações e afirmações sobre a realidade em questão.

Por conseguinte, essa pesquisa objetivou contribuir para ampliar a reflexão e discussão sobre os contrapontos da consolidação do agronegócio, especialmente os que envolvem as relações do trabalho, a terra e o meio ambiente, e os processos de resiliência da agricultura familiar *vis à vis* à globalização da economia agrícola.

REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Pesquisa de capacidade instalada da indústria brasileira de óleos vegetais em 2014: capacidade e refino e envase de óleos vegetais no Brasil**. (2014). Disponível em: <<http://www.abiove.org.br/site/index.php?page=estatistica&area>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, R., PIKETTY, M. G. Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf): résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990. **Cahiers Agriculture**, Paris, v. 1, n. 14, p. 25-29, jan./fév., 2005.

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2012. (Parte 1: agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde).

ADAMI, A. C. de O.; BARROS, G. S.A. de C. Brasil bate recorde nas exportações do agronegócio. **Conexões**, São Paulo, ano 7, n. 41, p. 34, mar./abr., 2014.

AGUIAR, G.; LOPES, A.; RIBEIRO, R.; TORRES, A. Mercado de terras: balanço nos principais estados agrícolas. **Mercado & Negócios**, Rio de Janeiro, p. 15-17, dez., 2013.

AGUIAR, T. de J. A.; MONTEIRO, M. do S. L. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, jul./dez., 2005.

ALDEA, E. O. Gurinder chadha's brid and prejudice: a transnational journey through time and space. **International Journal of English Studies**, Murcia, v. 12, n. 1, p. 162-182, [s. d.], 2012.

ALLIÈS, P. **L'invention du territoire**. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble, 1980.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: Fav./UnB, 2008.

ALVES, F. J. C.; NOVAES, J. R. P. Dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. pp. 301-318.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez., 2003.

_____. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, [s. d.], 2005.

_____. Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, pp. 235-258.

_____. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009a. pp.151-175.

_____. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 73-98, [s. d.], 2009b.

_____. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 241-461, [s. d.], 2012.

_____. Región centro-norte de Brasil: dinámicas territoriales recientes en el campo y en la ciudad. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 1, p. 47-60, ene./jun., 2014.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. pp. 213-220.

ANDRADE, P. S. de; VIANA, M. R. A questão fundiária sob o impacto do agronegócio no cerrado piauiense. **Revista Faculdade Santo Agostinho**, Teresina, v. 12, n. 4, p. 207-229, jul./ago., 2015.

ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo-Território**, Maringá, v. 6, n. 11, p. 53-74, fev., 2011.

ANTUNES, R. **¿Adiós al trabajo?** Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo. São Paulo: Cortez, 2001.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA). **Relatório de atividades de 2011 e 2012**. Brasília, DF: ANVISA, 2013. Disponível em: [http://< www.anvisa.gov.br>](http://www.anvisa.gov.br). Acesso em: 30 de setembro de 2015.

ARACRI, L. A. dos S. A difusão da base técnica da sojicultura no cerrado baiano. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp. 42-54.

ARAÚJO, M. R. S. de; ARAÚJO, J. L. L de. A instituição dos cerrados piauienses como fronteira agrícola: o estado e os capitais privados reorganizando espaços. In: LOPES, W. G. R. [et al.]. **Cerrado piauiense: uma visão multidisciplinar**. Teresina: Edufpi, 2007. pp. 31-52.

ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Collection Agora. Paris: Pocket, 2000.

ARRUZZO, R. C. O moderno e o arcaico no trabalho na agricultura moderna nos cerrados do Norte e Nordeste do Brasil. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009. p. 56-68.

BABY-COLLIN, V.; CORTES, G. MIRET, N.; SASSONE, S. Visibilidad y territorialización de la migración boliviana en Madrid, Barcelona y Buenos Ayres. In: RÚBIES, I. P.; CARRASCO, J. B.; COLL, A. G.; GIL, F.; VILLANUEVA, C. L.; AGUILERA, D. S.; BENDITO, T. V. (Editores). **Población y espacios urbanos**. Barcelona: Departament de Geografia Humana/UB; Grupo de Población (AGE), 2011. pp. 557-576.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário estatístico do crédito rural (até 2012)**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel517.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2015.

BARROS, L. M. de. Hibridaciones estéticas mediatizadas: diálogos entre música y cómics. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 10, n.28, p. 87-114, mai./ago., 2013.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Edição digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (*On line*) Disponível em: <<http://www.lelivros.website/book/download-ensaios-sobre-o-conceito-de-cultura-zygmunt-bauman-em-epub-mobi-e-pdf>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp.13-39.

_____. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. XIX, p. 507, abr., 2015.

BLESH, J.; WITTMAN, H. “Brasilience:” assessing resilience in land reform settlements in the Brazilian cerrado. **Human Ecology**, [s. i.], v. 43, n. 4, p. 531-546, [s. d.], 2015.

BOLAND, M. A.; AKRIDGE, J. T. Undergraduate Agribusiness Programs: Focus or Falter? **Review of Agricultural Economics**, San Diego, v. 26, n. 4, p. 564–578, jan., 2004.

BOURDIEU, P. La Maison Kabyle ou le monde renversé. In: POUILLON, J.; MARANDA, P. (Orgs.). **Échanges et communications: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l’occasion de son 60e anniversaire**. Paris-La Haye: Mouton, 1970. pp. 739-758.

_____. **La distinción: critério y bases sociales del gusto**. Madri: Taurus, 1988.

_____. **El sentido práctico**. Madri: Taurus, 1991.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar., 2007.

BRANDÃO FILHO, J. B. Dilemas e desafios da pequena produção agrícola frente à expansão do agronegócio no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp. 115-136.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, jul./dez., 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (1993). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 1 de março de 2016.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes estratégicas do fundo setorial de agronegócio**. Brasília: MCT, 2002.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. **Principais produtos e mercados**. Brasília: MAPA/ACS, 2012a.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.16667, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (2012b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Agricultura familiar: o que é agricultura**. (2014a). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/f/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar/20agricultura>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

_____. **Balança comercial do agronegócio - síntese dos resultados do mês e do acumulado no ano 2012/2013**. Dados consolidados do AgroStat Brasil/SECEX/MDIC. (2014b). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **PPCerrado: plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no cerrado. 2. Fase (2014/2015)**. Brasília: MMA, 2014c.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; WALKER, R. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992-2002. **World Development**, [s. i.], v. 36, n. 8, p. 1469-1492, aug., 2008.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 26. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

BRUNO, R. Tempo do agronegócio no Brasil: agronegócio, palavra política. In: BRUNO, R.; CARVALHO, A. V. de; BORDADO, C. A.; SEVÁ, J. T.; VIEIRA, M. A. da C.; CARNEIRO, O. B.; AQUINO, S. L. de. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009. pp. 113-129.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CÁCERES, D. M. Accumulation by dispossession and socio-environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, Malden MA (USA), v 14. n. 2, p. 1-32, apr., 2014.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. XI, n. 245, p. 68, ago., 2007.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 10. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2003.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. Campinas: Unicamp (I. E.), 1998.

CARDENAL, A. S. Élités agrarias, estructura económica y transición hacia la democracia en El Salvador. **Revista CIDOB d'Afers internacionals**, Barcelona, n. 34-35, p. 125-147, [s. d.], 1996.

CARENZO, S. Territorio, identidades y consumo: reflexiones en torno a la construcción de nuevos paradigmas en el desarrollo. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Ayres, n. 26, p. 125-143, ago./dic., 2007.

CARRASCO, I. Poesía autoetnográfica de Pedro Alonzo Retamol, antropólogo de sí mismo. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, n. 86, p. 75-99, abr., 2014.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e desnacionalização do agrário no Brasil. **Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, publicação especial, p. 31-44, jul., 2013.

CARVALHO, D. C. M. de; MONTEIRO, M. do S. L. A multifuncionalidade da agricultura familiar em Uruçuí-PI. In: ROCHA, J. de R. de S.; BARROS, R. F. M. de; ARAÚJO, J. L. L. (Orgs.). **Ambiente, sociedade e desenvolvimento no trópico ecotonal do Nordeste**. Teresina: Edufpi, 2012, pp. 13-36 (Série desenvolvimento e Meio Ambiente, 6).

_____. A inserção da agroindústria no cerrado de Uruçuí (PI) e a multifuncionalidade da agricultura familiar. **Campo-Território**, Maringá, v. 10, n. 20, p. 135-152, jul., 2015.

CASELLI, F. de T. R.; GOMES, M. de L. B. Formação de Arranjo Produtivo Local (APL) como promotor da competitividade de Micro e Pequenas Empresas (MPE's): análise no APL mineral – CE. **Revista Espacios**, Caracas, v. 36, n. 17, p. 5, [s. d.], 2015.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/IE/UFRJ, 2003. pp. 97-118.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 16-25, jul./dez., 2008.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Estilos de desarrollo, modernización y médio ambiente en la agricultura latinoamericana**. Santiago, Chile: Cepal/Pnuma, 1981.

CEPEA/CNA. **Relatório PIBAGROBRASIL**. São Paulo: Centro de Estudos Avançados em Economia (CEPEA/USP); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dezembro de 2013.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Piauí: informações municipais**. Teresina: CEPRO, 2000.

_____. **Anuário estatístico do Piauí 2004**. v. 15. Teresina: CEPRO, 2007.

_____. **Cerrados piauienses: estudo e análise de suas potencialidades, impactos da exploração da riqueza sobre a população da região**. Teresina: CEPRO, 2014.

_____. **Produto Interno Bruto Municipal do Piauí 2012**. Teresina: CEPRO, 2015.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHANDRA, P.; LONG, C. Anti-dumping duties and their impacto n exporters: firm level evidence from China. **World Development**, [s. i.], v. 51, p. 169-186, nov., 2013.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr., 2010.

CHRISTILLINO, C. L. A lei de terras e a afirmação da agricultura no Rio Grande do Sul. **SAECULUM - Revista de História**, João Pessoa, n. 26, p. 103-118, jan./jun., 2012.

CLAVAL, P. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. pp. 133-186.

CLOQUELL, S. Familias rurales en contextos adversos. Rupturas y continuidades en el escenario social de la economía de mercado en la región pampeana argentina. **Revista Análisis Latinoamericano del Medio Rural (ALASRU)**, Buenos Aires, n. 5, p. 177-208, oct., 2010.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. (1997). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. (Orgs.). **Pesquisa operacional**. São Paulo: Atlas, 2004.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. pp. 251-260.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 15-47.

CUERVO, L. M. **Globalización y territorio**. Santiago, Chile: Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES); Cepal, 2006.

DANTAS, F. Mapa de localização espacial das comunidades rurais e dos empreendimentos graníferos pesquisados em Uruçuí/PI. Teresina, 2016. **1 mapa color**. Escala 1:60 km.

_____. Mapa de localização espacial do MATOPIBA. Teresina, 2016. **1 mapa color**. Escala 1:100 km.

_____. Mapa de ocupação e expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, pós-década de 1950, e a produção de soja em 2015. Teresina, 2016. **1 mapa color**. Escala 1:11.000.000.

DATALUTA. **Bancos de dados da luta pela terra: relatório Brasil 2013**. Presidente Prudente: Unesp, 2014.

DAVIDOVA, S. Small and semi-subsistence farms in the EU: significance and development paths. **EuroChoices**, Malden MA (USA), v. 13, n. 1, p. 5-9, [s. d.], 2014.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Home**. São Paulo: Edições 34, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. v. 1, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. v. 2, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DI MÉO, G. Les territoires de la localité. **L'Espace géographique**, Paris, v. 22, n. 4, p. 306-317, [s. d.], 1993.

DINLERSOZ, E.; DOGAN, C. Tariffs versus anti-dumping duties. **International Review of Economics and Finance**, [s. i.], v. 19, p. 436-451, jun., 2010.

EDUARDO, M. F. O conceito de território e o agroartesanato. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 3, p. 83-101, jul./dez., 2008.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. X, n. 218, p. 3, ago., 2006a.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b. pp. 25-82.

_____. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins**, Paris, v. 15, p. 1-20, jun., 2012.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eucocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000. pp. 68-87.

FALEIRO, F. G.; GAMA, L. C.; FARIAS NETO, A. L. de; SOUSA, E. dos S. de. O simpósio nacional sobre o cerrado e o simpósio internacional sobre savana tropical. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados; Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008. pp. 33-46.

FAO. Food and Agricultural Organization. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago, Chile: FAO, 2014a.

_____. **Agricultores familiares: alimentar al mundo, cuidar el planeta**. FAO, abril de 2014b. Disponível em: <<http://www.fao.org.br>>. Acesso em: 7 de junho de 2014.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 fls. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation**, New York, v. 28, n. 1, p. 23-28, mar., 2001.

FELDMAN, M.; LALAND, K. N. Gene-culture coevolutionary theory. **Trends in ecology & evolution**, London, v. 11, n. 11, p. 453-457, nov., 1996.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago., 2006.

FERNANDES, H. R. Violência e modos de vida: “os justiceiros”. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1 e 2, p. 43-52, mar., 1992.

FERREIRA, M. da G. R. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no Sul do Maranhão. In: In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp. 69-88.

FLORIANI, N.; RÍOS, F. T.; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismo no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis - Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago, v. 12, n. 34, p. 73-94, abr., 2013.

FORTES, A. In search of a Post-Neoliberal paradigm: the Brazilian left and Lula's government. **International Labor and Working Class History**, New York, n. 75, p. 109-125, apr., 2009.

FRANCO, L. F. El movimiento de los trabajadores rurales sin tierra y la reforma agraria em Brasil. **Revista América Latina Hoy**, Salamanca, v. 17, p. 63-76, nov., 1997.

FRANCO, J.; PEREIRA, M. F. Crescimento e modernização do setor agropecuário paranaense: no período de 1970 a 2004. **Agronegócios e Meio Ambiente**, Maringá, v. 1, n. 11, p. 187-210, mai./ago., 2008.

FUINI, L. L. A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais (APL). **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 4, n. 1, p. 53-66, jun., 2006.

GALÁN, E. G. La apropiación de espacios: el caso del Parque Cerro Almodóvar. In: RÚBIES, I. P.; CARRASCO, J. B.; COLL, A. G.; GIL, F.; VILLANUEVA, C. L.; AGUILERA, D. S.; BENDITO, T. V. (Editores). **Población y espacios urbanos**. Barcelona: Departament de Geografia Humana/UB; Grupo de Población (AGE), 2011. pp. 363-376.

GEMAN, H. **Commodities and commodity derivatives: modeling and pricing for agriculturals, metals and energy**. Chichester: Wiley, 2005.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115-147, dez., 2006.

GOMES, R. A. De sitiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. (estratégias de reprodução social)**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 303-330.

GRAEUB, B. E.; CHAPPELL, M. J.; WITTMAN, H.; LEDERMANN, S.; KERR, R. B.; GEMMILL-HERREN, B. The state of family farms in the world. **World Development**, [s. i.], v. 87, p. 1-15, nov., 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

GREENE, D.; JONES, D. W.; LEIBY, P. N. The Outlook for US oil dependence. **Energy Policy**, [s. i.], v. 26, n. 1, p. 55-69, jan., 1998.

GRISA, C.; WEZ JÚNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, n. 2, v. 52, p. 323-346, abr./jun., 2014.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico/morfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. pp. 87-119.

_____. “Gaúchos” e “Baianos” no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 367-415.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 165-205.

_____. Hybridité culturelle, “anthropophagie” identitaire et transterritorialité. **Géographie et Cultures**, Paris, v. 78, p. 21-40, jui., 2011.

_____. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. 13, n. 43, p. 805-815, sep./dic., 2013a.

_____. Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. **Cultura e representaciones sociales**, México, D. F., ano 8, n. 15, p. 9-42, sep., 2013b.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. pp. 37-66.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out., 2010.

HOCHSTETLER, K. Democratizing pressures from below? Social movements in new Brazilian democracy. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION INTERNATIONAL CONGRESS, 20, april in 1997, Guadalajara, México. **Anais...** Guadalajara: UNM, 1997, pp. 1-20.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 (Piauí)**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

_____. **Base cartográfica contínua, ao milionésimo (BCIM):** versão 4.0. Rio de Janeiro, 2014b.

_____. **SIDRA:** bancos de dados agregados sobre a produção agrícola municipal de Uruçuí entre 1990 e 2013. (2015a). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

_____. **SIDRA:** bancos de dados agregados sobre o efetivo de rebanhos, por tipo de rebanho, em Uruçuí no ano de 2014. (2015b). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3939&z=t&o=24>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

_____. **Histórico de Uruçuí.** (2015c). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

_____. **SIDRA:** bancos de dados agregados sobre a produção de soja no Brasil e por grandes regiões, em 2015. (2016). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=11&i=P>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

IGARI, A. T.; TAMBOSI, L. R.; PIVELLO, V. R. Agribusiness opportunity costs and environmental legal protection: investigating trade-off on hotspot preservation in the state of São Paulo, Brazil. **Environmental Management**, Bethesda MD (USA), v. 44, n. 2, p. 346–355, aug., 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução especial/INCRA nº 20.** Estabelece o módulo fiscal de cada município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/ie20_280580.pdf>. Acesso em: 1 de março de 2016.

_____. **Estrutura fundiária do Piauí por município.** Teresina: INCRA (Superintendência regional do Piauí - SR 24), 2013.

_____. **Assentamentos:** informações gerais. (2015). Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 1 de outubro de 2015.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, mar., 2000.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento de queimadas e incêndios por satélite em tempo quase-real**: queimadas, monitoramento de focos. 2015. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

JEPSON, W.; BRÄNNSTRÖM, C.; FILIPPI, A. Access regimes and regional land change in the Brazilian Cerrado, 1972-2002. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC (USA), v. 100, n. 1, p. 87-111, dec., 2010.

JIMÉNEZ, A. B. La escuela rural española ante un contexto en transformación. **Revista Educación**, Madrid, n. 350, p. 449-461, sep./dic., 2009.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, v. 12, ano 13, p. 55-72, [s. d.], 1989 e 1990.

KAGEYAMA, A.; BAUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. da G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. pp. 113-223.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KIRSCHBAUM, C. Decisões entre pesquisas *quali* e *quanti* sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 179-257, jun., 2013.

LANDSAT TM 5. **Imagem de satélite**: uso da terra em Uruçuí em 1995. São José dos Campos: INPE, 1995. Sem escala definida. Sensor TM; bandas 5, 4 e 3; órbita 220, pontos 065 e 065, datada de 19 de junho de 1995. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

LANDSAT OLI 8. **Imagem de satélite**: uso da terra em Uruçuí em 2015. São José dos Campos: INPE, 2015. Sem escala definida. Sensor OLI; bandas 6, 5 e 4; órbita 220, pontos 065 e 066, datada de 12 e 28 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. Modernização e reestruturação da produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, número especial, p. 1-15, jul./dic., 2011.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÊNIN, V. I. Kautsky's book and Mr. Bulgakov's article. In: **Collect works**. 4th English Edition. Progress Publishers: Moscow, 1972.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEPORATI, M.; SALCEDO, S.; JARA, B.; BOERO, V.; MUNÓZ, M. La agricultura familiar em cifras. In: FAO. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política.** Santiago, Chile: FAO, 2014a. pp. 35-56.

LIMA, G. P. **Atlas de exclusão social no Piauí.** Teresina: CEPRO, 2003.

LIMA, P. H. S. Conceitos e categorias geográficos e as estratégias do poder. **Revista Okara,** João Pessoa, v. 5, n. 1/2, p. 5-31, jan./dez., 2011.

LINDNER, M.; MELCHIORS, J. L.; MEDEIROS, L. A formação de uma nova identidade a partir da reterritorialização camponesa: trabalhadores urbanos em assentamentos rurais na Campanha Gaúcha. **GeoUERJ,** Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v. 1, p. 145-160, jan./jun., 2013.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LISCOVSKY, I. J.; PARRA-VÁZQUEZ, M. R.; BELLO-BALTAZAR, E.; ARCE-IBARRA, A. M. Discurso territorial y práctica sectorial de las políticas socioambientales: un análisis del ecoturismo. **Economía, Sociedad y Territorio,** Toluca, v. 12, n. 39, p. 359-402, may./ago., 2012.

LOBO, E. S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Revista Tempo Social,** São Paulo, v. 4, n. 1 e 2, p. 7-15, jan./dez., 1992.

LOEBENS, B. J. **Economia agrícola familiar e a concentração do capital.** Florianópolis: UFSC, 2009.

LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. de J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. **Análise Econômica,** Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 55-72, mar., 2001.

MACHADO, R.; CRUZ, E.; SOUZA, F. M. de. Absenteísmo: controle gerencial. **Revista Espacios,** Caracas, v. 34, n. 3, p. 8, [s. d.], 2013.

MACINTYRE, A. **After virtue: a study in moral theory.** Indiana: University of Notre Dame Press, 1984.

MALETTA, H. **Tendencias y perspectivas de la Agricultura Familiar en América Latina.** Documento de Trabajo n. 1. Proyecto Conocimiento y Cambio en Pobreza Rural y Desarrollo. Santiago, Chile: RIMISP, 2011.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre,** São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez., 2002.

_____. A atualidade do uso do conceito camponês. **NERA,** Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun., 2008.

MARQUES, P. Modernização do Brasil: dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 1-54, mai., 1994.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar., 1991.

MARTÍNEZ, M. A. G. Andar los recuerdos: elementos para pensar el territorio desde los procesos de retorno de la población desarraigada por la violencia. **Revista Encuentros**, Barranquilla, v. 9, n. 1, p. 83-94, jun., 2011.

MARTINS, J. Não somos Cronos, somos Kairós. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 7-24, jan./abr., 1995.

MARTINS, J. de S. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, pp. 11-37.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Para a crítica da economia política: do capital, o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os pensadores: Marx).

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro 3. O processo global de produção capitalista**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital**. v. 1, 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 22, v. 2, p. 290-322, ago./dez., 2011.

MATTOS, P. L. C. L. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823-846, jul./ago., 2005.

MEDEIROS, L. S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Perspectivas**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 65-72, [s. d.], 1997.

MENESTRINO, E.; PARENTE, T. G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos Empreendimentos Hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 1-19, jan./jun., 2011.

- MÉNDEZ, V. E.; BACON, C. M.; OLSON, M. B.; MORRIS, K. S.; SHATTUCK, A. Conservación de agrobiodiversidad y medios de vida en cooperativas de café bajo sombra en Centroamérica. **Ecosistemas**, Alicante, v. 22, n. 1, p. 16-24, ene./abr., 2013.
- MENDONÇA, S. R. de. As políticas de “reforma agrária” no Brasil recente (1995-2002). **Revista Estudos Rurales**, Buenos Aires, n.4, p. 116-125, jan./jun., 2013.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MESQUITA, F. C.; ALVES, V. E. L. Globalización y transformación del paisaje agrícola en América Latina: las nuevas regiones de expansión de la soja en Brasil y la Argentina. **Revista Universitaria de Geografía**, Bahía Blanca, v. 22, n. 2, p. 11-42, jul./dic., 2013.
- MIRANDA, C. L. de; ADIB, A. R. Desarrollo sostenible y territorialidad: identidades y tipologías. **COMUNICA**, San José, Costa Rica, ano 3, n. 2, p. 42-48, mai./ago., 2007.
- MOINE, A. Le territoire comme un système complexe: un concept opératoire pour l'aménagement et la géographie. **L'Espace Géographique**, Paris, n. 3, p. 115-132, jul./dec., 2006.
- MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação imobiliária**. 2002. 241 fls. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.
- MONTEIRO, M. do S. L.; AGUIAR, T. de J. A. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D. de S.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. pp. 211-233.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, M. D. C. de. Falas da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 30-45, jan./jun., 2003.
- _____. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. pp. 173-209.
- _____. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. 2 (estratégias de reprodução social). São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 131-161.
- MORAES, N.; GADEA, E.; PEDRENÕ, A.; DE CASTRO, C. Enclaves globales agrícolas y migraciones de trabajo: convergencias globales y regulaciones transnacionales. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 49, n. 1, p. 13-34, ene./abr., 2012.

MORANTA, T. V.; URRÚTIA, E. P. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, Barcelona, v. 36, n. 3, p. 281-297, dic., 2005.

MORENO, C.; MITTAL, A. 'Cooling the earth' with energy and food sovereignty: social movements in the third world propose a new paradigm for energy sovereignty, linked to food sovereignty which Will reduce global warming emissions and fóssil fuel use (sustainable directions). **Pacific Ecologist**, Wellington (New Zealand), n. 17, p. 61-63, jun., 2009.

MOTTA, R. S. da. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MÜLLER, G. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 1-3, p. 28-47, jan./dez., 1991.

MUÑOZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 282-322.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. pp. 185-209.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. pp. 465-534.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12, 7 al 11 de mayo de 2012, Bogotá, Colombia. **Anais...** Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, 2012. pp. 1-15.

OLIVEIRA, C. F. de. Gestão dos serviços de saneamento básico no Brasil. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. IX, n. 174, p. 73, ago., 2005.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia-MG: Edufu, 2008.

_____. Desarrollo territorial rural y estructuras de gobernanza en Brasil. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. 12, n. 38, p. 149-179, ene./abr., 2012.

PAULINO, E. T. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, [s. i.], v. 36, p. 134-144, jan., 2014.

PAULINO, E. T.; KRÜGER, C. do R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 97-107, [s. d.], 2010.

PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp. 89-113.

PEREIRA, E. Controladoria, gestão empresarial e indicador de eficiência em *agribusiness*. In: MARION, J. C. (Coord.). **Contabilidade e controladoria em *agribusiness***. São Paulo: Atlas, 1996. pp. 134-153.

PEREIRA, F. C. **A sustentabilidade da agricultura familiar no vale do Gurguéia – PI: construção de novas identidades socioprofissionais**. 2004. 262 fls. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dilemas políticos, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, set./dez., 2011.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M. A construção de novas redes sócio técnicas entre agricultores reassentados do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 33, n. 10, p. 4, [s. d.], 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

POSSAS, M. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 1-3, p. 78-97, jan./dez., 1991.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE. **Monitoramento do bioma cerrado 2009/2010**. Brasília, DF: MMA/IBAMA/PNUD, 2011.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier/Groupe réseaux**, Paris, n. 7, p. 2-22, jan., 1987.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: _____. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007. pp. 18-52.

RIBEIRO, E. V. **Reconhecimento ético e virtudes**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

RIBEIRO, D. D.; MENDOÇA, M. R.; HESPANHOL, A. N. Relações de trabalho na agricultura mecanizada: a monocultura da soja em Goiás. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. VI, n. 119, p. 81, ago., 2002.

RIGONATO, V. D. O modo de vida das populações originárias do(s) cerrado(s) baianos. **Élisée**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 62-80, jul./dez., 2014.

ROSSI, R. A perspectiva territorial no debate das políticas públicas: contribuições a partir da problematização geográfica. **GeoGraphos**, Alicante, v. 4, n. 33, p. 34-51, ene., 2013.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALCEDO, S.; GUZMÁN, A. P. O. L. O. L. El concepto de agricultura familiar em América Latina y el Caribe. In: FAO. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe**: recomendaciones de política. Santiago, Chile: FAO, 2014. p. 17-34.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SANZ, B. G. Agricultura y vida rural. **Mediterráneo Económico**, Almería, n. 14, p. 55-70, dic, 2008.

SANTOS, I. E. dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. pp.121-147.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAYER, A. Moral economy and political economy. **Studies in Political Economy**, Ottawa, v. 61, p. 79-103, jan., 2000.

_____. Moral economy as critique. **New Political Economy**, [s. i.], v. 12, n. 2, p. 261-270, jun., 2007.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dimensão sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão n. 3, Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008.

_____. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER; S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set., 2012.

SAWYER, D. Climate change, biofuels and eco-social impacts in the Brazilian Amazon and Cerrado. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, London, n. 362, p. 1747-1752, may., 2008.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev., 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P.; FILIPPI, E. E.; RÜCKERT, A. A.; RAMBO, A. G.; RADOMSKY, G. F. W.; CONTERATO, M. A.; SPETCH, S. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. **Revista de Desarrollo Económico Territorial - EUTOPIA**, Quito, n. 1, p. 25-49, nov., 2010.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Tradução de J. C. Teixeira Rocha. Yale University Press, New Haven, Connecticut, EUA: Zahar Editores, 1965.

SCOTT, J. **The moral economy of peasants: rebellions and subsistence in the southeast Asia**. New Hawen, Conn: Yale University Press, 1976.

SEPÚLVEDA, S.; RODRÍGUEZ, A.; ECHEVERRI, R.; PORTILLA, M. **El enfoque territorial de desarrollo rural**. San José, Costa Rica: IICA, 2003.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez., 2005.

SILVA, A. J. da. **68 fotografias, color**, 2015.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; BARBOSA, E. L. Difusão do agronegócio no Brasil: estratégias governamentais. **Informe Econômico**, Teresina, v. 17, n. 34, p. 47-54, jun., 2015a.

_____. Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 36, n. 21, p. 14, 2015b.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; SILVA, M. V. da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 95-114, jul./dez., 2015.

SILVA, L. M. O. Tierras nuevas y la construcción del Estado en Brasil y Argentina. **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, v. 13, n. 1, p. 43-71, ene./jun., 2006.

SILVA, M. V. da. **Pisando em terra firme (?)**: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal – PI. 2011. 175 fls. Relatório de pós-doutoramento. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Pequenos municípios e agronegócio: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal (PI). **Informe Econômico**, Teresina, ano 16, n. 31, p. 69-78, jun., 2014.

SILVA, V. P.; EGLER, C. A. G. A inovação em tempos de globalização: uma aproximação. **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. VII, n. 170, p. 33, ago., 2004.

SILVA JÚNIOR, R. D. da; FERREIRA, L. da C.; LEWINSOHN, T. M. Entre hibridismos e polissemias: para uma análise sociológica das sustentabilidades. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 35-54, out./dez., 2015.

SOARES, J. L. N. Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região Sul do Maranhão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 1, n. 13, p. 144-155, jul./dez., 2008.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUSA JÚNIOR, J. L.; ARRAES, R. A. Eficácia de políticas públicas em assentamentos rurais no Piauí: um estudo de caso. In: ARRAES, R. A.; JORGE NETO, P. de M. (Orgs.). **Ensaio em economia aplicada**. Fortaleza: LCR, 2009. pp.425-448.

SOUZA, J. G. de. A geografia agrária e seus elementos de crítica sobre os avanços do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Montréal, v. 34, n. 68, p. 147-175, [s. d.], 2009.

SOUZA, M. J. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

STATTMAN, S. L.; MOL, A. P. J. Social sustainability of Brazilian biodiesel: the role of agricultural cooperatives. **Geoforum**, [s. i.], n. 54, p. 282-294, jul., 2014.

STEGER, M. **Globalization**: a very short introduction. Oxford: Open University Press, 2003.

TANS, P. P. The carbon dioxide lifetime concept should be banished. **Climatic Change**, [s. i.], v. 37, n. 3, p. 487-490, nov., 1997.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, set., 2005.

TEMPLE, D. L'économie humaine. **La revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 10, v. 1, s./p., [s. d.], 1997.

TIOUKA, A. La question des droits autochtones sera-t-elle résolue en France? **Ethnies**, Paris, v. 18, n. 31-32, p. 10-15, [s. d.], 2005.

THIER, W. J. Dumping. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 90, n. 3, p. 487-506, jun., 1982.

THOMPSON, E. **La economía moral de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII – tradición, revuelta y consciencia de classe**: estudos sobre la crisis de la sociedade pre-industrial. Barcelona: Crítica, 1984.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R. de; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr., 2005a.

_____. Modernisation de l'agriculture familiale et exclusion: le dilemme des politiques agricoles. **Cahiers Agricultures**, Paris, v. 14, n. 1, p. 30-34, jan./fév., 2005b.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1995. pp. 231-352.

TORRES-CARRAL, G. Territorialidad y sustentabilidad urbana en la Zona Metropolitana del Valle de México. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. 11, n. 36, p. 317-347, may./ago., 2011.

TORRE, M. G. M. V. de la; HIDALGO, L. A.; FUENTES, J. M. A. El oleoturismo: una alternativa para preservar los paisajes del olivar y promover el desarrollo rural y regional de Andalucía (España). **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 60, p. 195-214, may., 2015.

TUCKER, H. Peasant-entrepreneurs: a longitudinal ethnography. **Annals of Tourism Research**, [s. i.], v. 37, n. 4, p. 927-946, oct., 2010.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VERÓNICA, A. M.; SOTOMAYOR, M. A. ¿Confidencialidad, anonimato?: las otras promesas de la investigación. **Acta Bioethica**, Santiago, v. 17, n. 2, p. 199-204, nov., 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, jul./dez., 1995.

_____. A modernização da agricultura: projeto político e escolhas da sociedade. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. pp. 263-271.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad (CLACSO), 2001. pp. 31-44.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out., 2003.

WEEDON, C. **Identity and culture: narratives of difference and belonging**. Maidenhead: Open University Press, 2004.

WELCH, C. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. **International Labor and Working-Class History**, London, n. 70, p. 35-60, [s. d.], 2006.

WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1, São Paulo-Brasília: Unesp/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WEZ JÚNIOR, V. J.; LEITE, S. P. Les dynamiques foncières et l'expansion de l'agro-industrie du soja au Brésil. **Cahiers Agricoles**, Paris, v. 22, n. 1, p. 39-45, jan./fév., 2013.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo – Salvador: Hucitec/CEPA-BA, 1986.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. P. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. 2 (estratégias de reprodução social). São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 119-129.

WU, J. J. Crop insurance, acreage decisions, and nonpoint-source pollution. **American Journal of Agricultural Economics**, London, v. 81, p. 305–320, may, 1999.

_____. Slippage effects of the conservation reserve program. **American Journal of Agricultural Economics**, London, v. 82, p. 979–992, nov., 2000.

_____. Land se changes: economics, social, and environmental impacts. **Choices, Agricultural & Applied Economics Association**, Milwaukee, v. 23, n. 4, p. 6-10, 4th quarter, 2008.

ZAAR, M. H. Las políticas públicas brasileñas y la agricultura familiar: quince años del Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales)**, Barcelona, v. XV, p. 351, feb., 2011.

ZANGARO, L. C. M. Agricultura familiar no Brasil: uma revisão teórica. **Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 15-29, jul./dez., 1998.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação de sistemas agroindustriais: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 241 fls. Tese de Livre Docência. Departamento de Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1995.

ZUQUIM, M. de L. **Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Título:

Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural em Uruçuí

Doutorando: Antonio Joaquim da Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^º. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

**FORMULÁRIO SOCIAL, ECONÔMICO, CULTURAL E AMBIENTAL APLICADO
AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE URUCUÍ/PI**

Este formulário consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da importância social, econômica, cultural e ambiental da agricultura familiar no município de Uruçuí – PI, na perspectiva de avaliar a reprodução dos seus modos de vida *vis à vis* à agricultura empresarial granífera. Portanto, esta investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Comunidade: _____

Data: ___/___/___

Número da entrevista: _____

PERFIL SOCIAL

1- Naturalidade: _____

2- Estado Civil: () solteiro (a) () casado (a) () outro /discriminar: _____

3- Escolaridade dos membros da família: _____

Grau de parentesco	Idade	Gênero	Es-tu-da	Não esco-lari-zado	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
					I	C	I	C	I	C

I: Incompleto C: Completo

4- Tempo de residência na comunidade: _____

5- Condição fundiária do uso da terra.

() Proprietário(a) - [aquisição mediante: () Herança () Compra () Usucapião
() Outros /discriminar: _____]

() Arrendatário(a)

() Meeiro(a)

() Ocupante

() Morador/Agregado

() Outros/discriminar: _____

6- Tamanho da propriedade: _____ ha.

7 - Características da construção (moradia):

a) Cobertura: () Telha () Palha

b) Parede: () Tijolo/Alvenaria () Adobe () Taipa () Palha

c) Piso: () Cerâmica () Cimento () Chão batido () Outros /discriminar: _____

d) Saneamento básico:

Destino adequado ao lixo: () Sim () Não

Fossas sépticas: () Sim () Não

Acesso a água para consumo: () rio/açude/lago, () poço artesiano, () rede de Distribuição via concessionária () Outros/discriminar: _____

Tratamento da água para consumo humano: () Sim () Não

e) Acesso a serviços de energia elétrica: () Sim () Não

f) Acesso a serviços de telefonia: () Sim () Não

g) Acesso a serviços de *internet*: () Sim () Não

PERFIL ECONÔMICO

8- Condição de atividade:

() Em atividade: discriminar: _____

() Parado temporariamente

() Aposentado(a)

9- No caso de exercer atividade na agricultura familiar, isso se dá há:

() Menos de 5 anos () 5 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 a 20 anos

() 21 a 25 anos () 26 a 30 anos () 31 a 35 anos () Acima de 35 anos

10- Na atividade agrícola há membros da família trabalhando?

() Não

() Sim: a) Quantos: _____ b) Grau de parentesco: _____

c) função: _____ d) Idade: _____

11- Emprega mão de obra não familiar na atividade agrícola?

Não

Sim: a) Quantos: _____ b) Atividade: _____ d) Idade: _____

Contratada temporariamente { Por meio de relação de confiança/Palavra
 Registro oficial/discriminar: _____

Contratada permanentemente { Por meio de relação de confiança/Palavra
 Registro oficial/discriminar: _____

12- O pagamento da mão de obra contratada ocorre por meio de:

Diária (capital); valor R\$:

Mercadorias produzidas; quantidade:

Outros/discriminar: _____

13- Destino dos produtos de origem agrícola familiar.

Autoconsumo Aproveitamento Só para o comércio Troca

14- Condição da produção agrícola.

Produto	Quant. por safra	Período de produção	Unid.	Destino da produção		
				Quant. para o autoconsumo	Comercialização	
					Quant.	Valor R\$

15- No que diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas, esta ocorre:

Na comunidade Outras comunidades Na sede municipal de Uruçuí

Outro município/discriminar: _____

16- Sobre as características de criação de animais.

a) bovina Caprina Ovina Piscicultura Suína

Outra/discriminar: _____

b) O destino visa:

Autossustentância

Somente comercializar: [Discriminar renda (R\$): _____; Local de venda: ___]

Aproveitamento

Troca

17- A família desenvolve atividade de artesanato?

a) Não Sim/discriminar: _____

b) Comercializa: Não Sim/discriminar renda (R\$): _____; Local de venda: _____

c) O período de confecção é consorciado à agricultura? Sim Não

18 – Realiza extrativismo?

24- A experiência na grande propriedade rural produtora de grãos beneficiou à família quanto à forma de produzir?

Não

Sim: discriminar_____

25- E quanto à forma de viver, melhorou?

Não

Sim: discriminar_____

26- Ocorrem na comunidade relações de ajuda mútua (trocas de favores entre vizinhos; coletividades, reciprocidades)?

Não

Sim: discriminar_____

27- São realizadas atividades culturais na comunidade (festejos, quermesses, comemorações, etc.)?

Não

Sim: discriminar_____

28- A ocupação do cerrado por grandes empresas do agronegócio foi importante para Uruçuí?

Não

Sim

Justifique sua resposta:_____

RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

29- Sobre a prática agrícola familiar.

a) Como determina a área necessária para o plantio?

b) Tipo de cultivo praticado: convencional direto Outros/discriminar:___

c) Calcula o total de sementes utilizadas? Não Sim/discriminar:_____

d) Computa o rendimento da terra (a produtividade)? Não Sim/discriminar:___

e) Contabiliza o tempo diário de trabalho necessário para o desenvolvimento de determinada cultura? Não Sim/discriminar:_____

30- Como prever a quantidade de água necessária para determinado plantio?

31- Classifica o solo para definir o tipo de cultivo apropriado ao terreno? Não Sim/discriminar:_____

32- Relaciona o plantio agrícola às condições meteorológicas ou às fases da lua? Não Sim/discriminar:_____

33 – Associa a produção agropecuária à religião?

Não Sim/discriminar:_____

34- Emprega insumos na lavoura?

Não Sim

35 - Os insumos empregados na lavoura tem origem natural ou química? Discriminar.

36- Na roça, as técnicas utilizadas para preparar e cultivar a terra, sobretudo, gradear, adubar, pulverizar e/ou irrigar, tem alguma influência de práticas desenvolvidas nas grandes lavouras de grãos de Uruçuí?

Não

Sim/discriminar

37- A colheita dos produtos é artesanal, mecânica; realizada de forma individual, familiar, familiar com trabalho contratado, mutirão?

38- Após a colheita, emprega algum tipo de técnica, ferramenta, máquina ou conhecimento considerados específicos das grandes lavouras de grãos para a armazenagem dos produtos?

- Não
- Sim/discriminar

39- Meio de transporte utilizado para transportar a produção agrícola.

- Animal/discriminar: _____
- Veículo automotor/discriminar: _____
- Outros/discriminar: _____

40- Recebe assistência técnica de órgãos públicos ou não, a fim de possibilitar uma maior produtividade da terra e o uso racional do patrimônio natural?

- Não
 - Sim
- Qual? _____
- Que tipo de assistência? _____

41- No desenvolvimento da sua atividade você tem alguma preocupação com o meio ambiente?

- Não
- Sim / discriminar: _____

42- A instalação das fazendas de grãos provocou danos ambientais no Cerrado?

- Não
- Sim / discriminar: _____

43- Você considera a agricultura familiar importante para Uruçuí?

- Não
- Sim

Justifique: _____

44- O que você sugere para melhorar a condição de vida do agricultor familiar de Uruçuí? Por quê?

- Crédito rural
- Acesso à terra
- Cooperativismo
- Modernização agrícola
- Infraestrutura de transportes
- Mercado consumidor
- Outros /discriminar: _____

APÊNDICE B



Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Título:

Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural em Uruçuí

Doutorando: Antonio Joaquim da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^o. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

FORMULÁRIO TÉCNICO APLICADO AOS EMPREENDIMENTOS GRANÍFEROS DE URUÇUÍ/PI

Este formulário consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da importância social, econômica, cultural e ambiental da agricultura familiar no município de Uruçuí – PI, na perspectiva de avaliar a reprodução dos seus modos de vida *vis à vis* à agricultura empresarial granífera. Portanto, esta investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Número da entrevista: _____

Data: ___/___/___

1- Quando chegou a Uruçuí?

2- Tempo de instalação em Uruçuí: _____

3- Qual a motivação para se instalar em Uruçuí?

4- Condição fundiária do uso da terra.

Proprietário(a) - [aquisição mediante: Herança Compra Usucapião

Doação Outros /discriminar: _____]

Arrendamento

Outro

15- Tecnificação utilizada nas práticas agrícolas.

Máquina/Equipamento	Quant.	Função

16- Insumos químicos empregados nas lavouras.

Cultivos/Cultivares	Insumo Químico	Quant. por ha	Motivo da aplicação

17- A empresa é assistida tecnicamente por agências governamentais?

Não

Sim/Discriminar: _____

18- Utiliza de dados disponíveis em bolsas de valores para programar a lavoura e comercializar as mercadorias?

Não

Sim/Justificar:

19- O mercado consumidor interfere na lógica produtiva da empresa?

Não

Sim/Discriminar: _____

20- A propriedade possui certificação ambiental dos bens produzidos?

Sim Não

É uma exigência do mercado? Sim Não

21- Em sua opinião, o agronegócio é importante para Uruçuí?

Não

Sim

Justifique: _____

22- Em sua opinião, qual a importância da mão de obra temporária, originária da agricultura familiar, na organização produtiva da fazenda?

23- Há algum tipo de parceria (produtiva, técnica, social) com os agricultores familiares de Uruçuí que possa melhorar a produção agrícola e a qualidade de vida nas comunidades?

APÊNDICE C



Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Título:

Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural em Uruçuí

Doutorando: Antonio Joaquim da Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^º. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS
FAMILIARES DE URUCUÍ/PI**

Esta entrevista consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da importância social, econômica, cultural e ambiental da agricultura familiar no município de Uruçuí – PI, na perspectiva de avaliar a reprodução dos seus modos de vida *vis à vis* à agricultura empresarial granífera. Portanto, esta investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Número da entrevista: _____

Data: ___/___/___

1- Cargo que ocupa na instituição: _____

2- Gênero: () Masculino () Feminino

3- Idade: _____

4- Escolaridade:

() Não Escolarizado

() Ensino Fundamental () Completo () Incompleto

- () Ensino Médio () Completo () Incompleto
() Ensino Superior () Completo () Incompleto
- 5- Como o Senhor(a) define o agronegócio?
- 6- Qual a sua compreensão sobre o conceito de agricultura familiar?
- 7- A agricultura familiar contribui para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental de Uruçuí?
- 8- Como o(a) Senhor(a) avalia as políticas (local, regional e nacional) de incentivo à agricultura familiar?
- 9- Qual sua análise sobre a participação estatal na consolidação do agronegócio em Uruçuí?
- 10- Em sua opinião, quais as consequências positivas e negativas da consolidação da agricultura empresarial granífera no município?
- 11- Sabe-se bem que a agricultura monocultora de larga escala de Uruçuí emprega, temporariamente, um número expressivo de trabalhadores oriundos da agricultura familiar tradicional. As atividades ocupadas são de baixa qualificação e, conseqüentemente, mal remuneradas. Nesse sentido, avalie por que esses trabalhadores ofertam sua força de trabalho.
- 12- O emprego da mão de obra familiar na agricultura monocultora de larga escala pode interferir na reprodução social e cultural da agricultura familiar em Uruçuí? Justifique.
- 13- Como o(a) Senhor(a) definiria o modo de vida do agricultor familiar antes e depois da chegada do agronegócio em Uruçuí?
- 14- Há mudanças no modo de vida do agricultor familiar nas quais podem ser denunciadas como influência direta do agronegócio? Quais?
- 15- O(A) Senhor(a) concorda que exista um “novo modo de produzir e viver” do agricultor familiar em Uruçuí? Como o sindicato se posiciona criticamente a esse fato?
- 16- Em sua opinião, o agronegócio é o principal agente de mudanças no modo de produzir e viver do agricultor familiar de Uruçuí? Existem outros agentes e/ou outras causas? Comente sua resposta.
- 17- Como o(a) Senhor(a) avalia a convivência da pequena propriedade *vis à vis* a grande propriedade face as políticas de desenvolvimento rural em Uruçuí?
- 18- Com a consolidação do agronegócio em Uruçuí, a agricultura familiar pode ser caracterizada como: () tradicional, () moderna, () parcialmente tradicional, () parcialmente moderna. Justifique.
- 19- Em sua opinião, quais as consequências positivas e negativas da modernização e tecnificação do agricultor familiar de Uruçuí?
- 20- Como o(a) Senhor(a) avalia a importância da preservação dos modos de vida do agricultor familiar de Uruçuí ante a consolidação da agricultura empresarial granífera?
- 21- Que medidas, ações e/ou políticas poderiam contribuir para a preservação dos saberes e práticas tradicionais dos agricultores familiares? Comente.

APÊNDICE D



Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Título:

Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural em Uruçuí

Doutorando: Antonio Joaquim da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^o. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DO EMATER/PI

Esta entrevista consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da importância social, econômica, cultural e ambiental da agricultura familiar no município de Uruçuí – PI, na perspectiva de avaliar a reprodução dos seus modos de vida *vis à vis* à agricultura empresarial granífera. Portanto, esta investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Número da entrevista: _____

Data: ___/___/___

1- Cargo que ocupa na instituição: _____

2- Gênero: () Masculino () Feminino

3- Idade: _____

4- Escolaridade:

() Não Escolarizado

() Ensino Fundamental () Completo () Incompleto

() Ensino Médio () Completo () Incompleto

() Ensino Superior () Completo () Incompleto

5- Quantas comunidades são atendidas pelo Emater em Uruçuí?

- 6- Quais os problemas mais comuns encontrados nas práticas agrícolas familiares?
- 7- Existem dificuldades em se trabalhar com as comunidades rurais? Comente.
- 8- Quais as ações ou Programas de assistência à agricultura familiar em Uruçuí?
- 9- Compreende-se que nas práticas agrícolas, os agricultores familiares consideram a funcionalidade de saberes adquiridos na transmissão transgeracional, no *habitus*, na ancestralidade. Como o Emater/PI concilia a experiência do agricultor familiar *versus* a agricultura científica?
- 10- Sabe-se bem que a agricultura monocultora de larga escala de Uruçuí emprega, temporariamente, um número expressivo de trabalhadores oriundos da agricultura familiar tradicional. As atividades ocupadas são de baixa qualificação e, conseqüentemente, mal remuneradas. Nesse sentido, como o Emater/PI avalia as conseqüências desse cenário para a sobrevivência da agricultura familiar?
- 11- A consolidação da grande lavoura capitalista em Uruçuí tem interferido tecnicamente no modo de produzir da agricultura familiar? Quais as principais mudanças provocadas? Como o Emater/PI analisa as implicações dessa conformação?
- 12- Há algum acompanhamento (Programa, projeto, etc.) que contribua para a preservação da identidade sociocultural dos agricultores familiares? Discrimine.

APÊNDICE E



Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Título:

Agricultura familiar e a territorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural em Uruçuí

Doutorando: Antonio Joaquim da Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Lira Monteiro

Coorientador: Prof^º. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE URUÇUÍ/PI

Esta entrevista consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da importância social, econômica, cultural e ambiental da agricultura familiar no município de Uruçuí – PI, na perspectiva de avaliar a reprodução dos seus modos de vida *vis à vis* à agricultura empresarial granífera. Portanto, esta investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Número da entrevista: _____

Data: ___/___/___

1- Cargo que ocupa na instituição: _____

2- Gênero: () Masculino () Feminino

3- Idade: _____

4- Escolaridade:

() Não Escolarizado

() Ensino Fundamental () Completo () Incompleto

() Ensino Médio () Completo () Incompleto

() Ensino Superior () Completo () Incompleto

- 5- Como o(a) Senhor(a) define o agronegócio?
- 6- Como o(a) Senhor(a) avalia a participação do agronegócio para o desenvolvimento social e econômico de Uruçuí?
- 7- Como o(a) Senhor(a) analisa as políticas públicas de incentivo ao agronegócio?
- 8- Como o(a) Senhor(a) define a agricultura familiar?
- 9- Como o(a) Senhor(a) avalia a participação da agricultura familiar para o desenvolvimento social e econômico de Uruçuí?
- 10- Que incentivos ou projetos governamentais existem para a manutenção da agricultura familiar de Uruçuí?
- 11- Quais os problemas encontrados nas comunidades rurais que afetam a continuidade da agricultura familiar?
- 12- Sabe-se bem que a agricultura monocultora de larga escala de Uruçuí emprega, temporariamente, um número expressivo de trabalhadores oriundos da agricultura familiar tradicional. As atividades ocupadas são de baixa qualificação e, conseqüentemente, mal remuneradas. Nesse sentido, como esta Secretaria avalia as conseqüências desse cenário para a sobrevivência da agricultura familiar?
- 13- A consolidação da grande lavoura capitalista em Uruçuí tem interferido tecnicamente no modo de produzir e viver do agricultor familiar? Como analisa as implicações desse quadro?
- 14- Há algum acompanhamento (Programa, projeto, etc.) que contribua para a preservação da identidade sociocultural dos agricultores familiares de Uruçuí? Discrimine.